



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

ANDREZA ALVES DANTAS

**DA DOCUMENTAÇÃO DAS ACADEMIAS BRASÍLICAS NA BAHIA
SETECENTISTA: EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E SÓCIO-HISTÓRIA**

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Feira de Santana – Ba

2026



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

ANDREZA ALVES DANTAS

DA DOCUMENTAÇÃO DAS ACADEMIAS BRASÍLICAS NA BAHIA
SETECENTISTA: EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E SÓCIO-HISTÓRIA

Feira de Santana – Ba

2026

ANDREZA ALVES DANTAS

**DA DOCUMENTAÇÃO DAS ACADEMIAS BRASÍLICAS NA BAHIA
SETECENTISTA: EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E SÓCIO-HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro.

Co-orientadora: Profa. Dra. Natalia Casagrande Salvador.

Feira de Santana – Ba

2026

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteadó

Dantas, Andreza Alves

D21d Da documentação das Academias Brasileiras na Bahia setecentista:
edição semidiplomática e sócio-história / Andreza Alves Dantas. -
2026.

239f.: il.

Orientadora: Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

Coorientadora: Natalia Casagrande Salvador

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de
Santana. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos,
2026.

1. Academias Brasileiras. 2. Cartas setecentistas. 3. Edição
semidiplomática. 4. História social. 5. Século XVIII. I. Carneiro,
Zenaide de Oliveira Novais, orient. II. Salvador, Natalia Casagrande,
coorient. III. Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa
de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. IV. Título.

CDU: 801

Rejane Maria Rosa Ribeiro- Bibliotecária CRB5/695

TERMO DE APROVAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DA DOCUMENTAÇÃO DAS ACADEMIAS BRASÍLICAS NA BAHIA SETECENTISTA: EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E SÓCIO-HISTÓRIA

ANDREZA ALVES DANTAS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, área de concentração Linguagem e Sociedade, Linha de Pesquisa “Variação e mudança linguística no português”, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 09/04/2026

BANCA EXAMINADORA:

 ZENAIDE DE OLIVEIRA NOVAIS CARNEIRO
Data: 16/06/2026 20:49:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
Universidade Estadual de Feira de Santana
Orientador

 NATÁLIA CASAGRANDE SALVADOR
Data: 28/06/2026 09:26:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Natalia Casagrande Salvador
Universidade Federal de Minas Gerais
Co-orientadora

 ADILSON SILVA DE JESUS
Data: 03/07/2026 08:48:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Adilson Silva de Jesus
Universidade Estadual de Feira de Santana
Examinador Interno

Profa. Dra. Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
Suplente

Universidade Estadual de Feira de Santana
Examinador Interno

 BRUNA TRINDADE GOMES CARNEIRO
Data: 19/06/2026 10:32:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Bruna Trindade Gomes Carneiro
Universidade Estadual de Feira de Santana
Examinador Externo

Profa. Dra. Alícia Duhá Lose
Suplente
Universidade Federal da Bahia
Examinador Externo

Dedico este trabalho à Mainha Cedinalva — minha avó Edith — e todas as outras mulheres guerreiras da família, que são exemplos de luta e de amor. Foi Deus e o acolhimento de vocês que me salvaram várias vezes, me fizeram lembrar do chão de onde vim, me ajudaram a superar obstáculos e não me permitiram esquecer do quanto sou forte. Essa conquista é nossa!

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Virgem Santíssima, antes de tudo!

Foram muitos os percursos trilhados para chegar até aqui, mas tenho certeza de que as orações de mainha e de vó envolveram esse meu sonho desde o início. A realização do mestrado começou tímida, com uma mudança total de projeto e uma permanência carregada de novidades e desafios. Agora, com os olhos cheios de “lágrimas correntezas” e com o “coração radiante”, apercebo-me de que sou a primeira graduada da família e a primeira mestra com ambas as formações na rede pública de ensino, da qual tenho muito orgulho de fazer parte. Muitas pessoas, direta ou indiretamente, colaboraram para essa conquista, e eu agradeço imensamente (mesmo que não consiga abranger a todos) aos que, de algum modo, me ajudaram ao longo desta dura caminhada.

À minha orientadora, Profa. Dra. Zenaide Carneiro, agradeço por me ensinar a pesquisar com seu jeito singular, por ser tão cirúrgica nas observações, sugestões, e pela gentileza em atender a mais uma orientação. Tive sorte em ter alguém tão potente ao meu lado.

À Dra. Natália Casagrande Salvador, por me auxiliar com tanto cuidado, pelas palavras de afeto e coragem, por aceitar a coorientação e por ser minhas mãos e meus olhos no Arquivo Histórico Ultramarino.

À Profa. Dra. Alícia Duhá Lose, pela generosidade em enriquecer o meu trabalho com suas contribuições na etapa da edição, em outras seções do trabalho e também pelas excelentes aulas de Paleografia ministradas no âmbito da *Memória e Arte*.

À Profa. Dra. Huda Santiago, por me ajudar desde a época de escrita do anteprojeto, pelo incentivo, pelas aulas, pela leitura cuidadosa na ocasião da qualificação e por ser uma diva inspiradora.

Ao professor Dr. Adilson Silva, pela leitura atenta, pelas valiosas sugestões e críticas apontadas durante a apresentação do projeto no exame de qualificação e na defesa. Sou imensamente grata à sua colaboração, pois suas ponderações contribuíram significativamente para o aprimoramento do trabalho.

À Profa. Dra. Norma Lúcia Almeida, por todos os ensinamentos dentro e fora da sala de aula, nas mobilizações em prol da defesa da universidade pública e pelo apoio na época de escrita do anteprojeto.

Ao PPGEL, especialmente na pessoa do professor Patrício Barreiros, e aos demais professores, pelo conhecimento compartilhado.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos num momento crucial para o desenvolvimento de minha pesquisa.

Aos colegas Isaías Paschoal e Jean Márcio, pela gentileza em me ajudar a resolver questionamentos sempre que solicitados.

Aos amigos Franci, Joithan e Maise por me abrigarem.

Ao professor Eduardo Borges, da UNEB CAMPUS XIV, pela brilhante iniciativa de realizar um curso de extensão sobre possibilidades investigativas em documentos do período colonial, que abriu para mim o caminho dos documentos amparados pelo projeto Resgate Barão do Rio Branco.

Ao CE-DOHS, NELP, PHPB, e ao CEPEDOP por incentivarem a pesquisa explorando documentos históricos e por fomentarem um trabalho em equipe que visa recuperar histórias que precisam ser contadas ou recontadas.

À equipe responsável pelo projeto Resgate Barão do Rio Branco, pelo trabalho excepcional em disponibilizar acervos valiosos e documentos diversos, fortalecendo, difundindo e ampliando as possibilidades de pesquisa.

Ao Arquivo Histórico Ultramarino, pela inestimável gentileza em permitir o acesso aos suportes originais, possibilitando uma análise mais aprofundada da materialidade dos documentos.

À Bruna Carneiro, por ter aceitado o convite de fazer parte da banca de defesa, por ter lido e comentando cuidadosamente cada parte do trabalho. Seus apontamentos foram valiosos e sem dúvidas me colocaram em “degraus acima”. Serei eternamente grata a sua contribuição.

À minha avó Edith e a mainha, pelas palavras de afeto, pela preocupação, pelas orações, pelo apoio e incentivo desde a escolha até o cumprimento de uma trajetória diferente da que elas puderam seguir.

A André, por me abraçar com tanto amor e me apoiar emocionalmente, principalmente nos momentos em que cogitei não seguir adiante.

À minha irmã, a painho, às minhas tias, à minha prima Júlia e a todos os outros familiares, pelo afeto, amor e torcida sem limites.

Agradeço.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo apresentar uma edição semidiplomática e o estudo sócio-histórico de 23 cartas produzidas por seis acadêmicos brasílicos no século XVIII. Do total de autores, três integraram a Academia Brásílica dos Esquecidos — Caetano de Brito e Figueiredo, Joseph da Cunha Cardoso e Sebastião da Rocha Pita — e três foram membros da Academia Brásílica dos Renascidos — Antonio Ferreira Gil, João Ferreira Bittencourt e Sá e Joseph Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello. Trata-se de um *corpus* setecentista custodiado no Arquivo Histórico Ultramarino, no conjunto dos documentos avulsos referentes à Bahia e à Paraíba. Tendo em vista a realização de duas das agendas de pesquisa do Programa para a História do Português Brasileiro (Castilho, 2019): a) o campo histórico-filológico, b) a história social linguística, o estudo empreendido atende à fase atual das pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa da UEFS e visa integrar outras redes de investigação, como o *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*. Os critérios adotados para a edição documental inspiram-se nas diretrizes do Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação Paleográfica do Memória e Arte (Lose, 2017). O estudo delineou, portanto, dois objetivos centrais: (a) produzir uma edição conservadora semidiplomática das cartas, preservando, tanto quanto possível, suas características originais; e (b) analisar de que maneira os fatos históricos da fase colonial setecentista da segunda metade do século influenciaram o português em uso pelos *scriptores* brasílicos nesse contexto. Para tanto, articularam-se teorias e metodologias interdisciplinares e no âmbito da Linguística Histórica, nos termos propostos por Mattos e Silva (2004; 2008; 2001) entre outros. Na agenda a) do campo histórico-filológico, após localizar, organizar e editar o *corpus*, o interpretamos paleograficamente, analisando, por exemplo, a sua materialidade de modo a relacioná-la com a história de produção das cartas (Lose, 2017; Carneiro, 2024 dentre outros); na agenda b) da história social linguística, utilizamos o paradigma indiciário (Ginzburg, 1989; Espada Lima, 2012; Petrucci, 2003; Castillo Gomez, 2003 e outros), situamos os *scriptores* dentro de uma circunstância social, de modo a entendermos as razões da produção e construímos fichas sociobiográficas, a partir de Carneiro (2005). Na busca por uma investigação minimamente coerente sobre o objeto de estudo – as cartas dos acadêmicos brasílicos –, apostamos na micro-história e na História Social da Cultura Escrita como primordiais para tratar dos dados. Desse modo, os manuscritos foram compreendidos como testemunhos materiais e históricos da cultura escrita setecentista. Os resultados obtidos descortinam aspectos da sociedade letrada colonial, especialmente no que se refere às práticas de escrita vinculadas às elites intelectuais brasílicas, além de evidenciarem a relevância da edição semidiplomática para os estudos sobre a história social do português brasileiro. Assim, a pesquisa contribui para a ampliação de *corpora* históricos do século 18 e para a constituição de fontes confiáveis destinadas aos estudos filológicos, histórico-linguísticos e paleográficos, permitindo uma aproximação do português no/do Brasil setecentista.

Palavras-chaves: Academias Brásílicas; Cartas setecentistas; Edição semidiplomática; História Social; Século XVIII.

ABSTRACT

This research aims to present a semi-diplomatic edition and a socio-historical study of twenty-three letters written by six *acadêmicos brasílicos* during the eighteenth century. Of these authors, three belonged to the *Academia Brásílica dos Esquecidos*—Caetano de Brito e Figueiredo, Joseph da Cunha Cardoso, and Sebastião da Rocha Pita—and three were members of the *Academia Brásílica dos Renascidos*—Antonio Ferreira Gil, João Ferreira Bittencourt e Sá, and Joseph Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello. The corpus consists of eighteenth-century manuscripts preserved at the *Arquivo Histórico Ultramarino*, within the collection of *Documentos Avulsos* relating to Bahia and Paraíba. The study is aligned with two of the research agendas proposed by the *Programa para a História do Português Brasileiro* (PHPB) (Castilho, 2019): (a) the historical-philological field and (b) sociohistorical linguistics. It also corresponds to the current stage of research conducted by the *Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa* at the Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) and seeks to contribute to other research networks, such as the *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*. The editorial criteria adopted for the documentary edition were based on the guidelines established by the *Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação Paleográfica do Memória e Arte* (Lose, 2017). Accordingly, the research pursued two main objectives: (a) to produce a conservative semi-diplomatic edition of the letters, preserving their original characteristics as faithfully as possible; and (b) to examine how the historical circumstances of the eighteenth-century colonial period, particularly during its second half, influenced the Portuguese used by the *scriptores* in this context. To accomplish these objectives, interdisciplinary theories and methodologies were articulated within the framework of Historical Linguistics, following the proposals of Mattos e Silva (2001, 2004, 2008), among others. Within agenda (a), after locating, organizing, and editing the corpus, the manuscripts were subjected to a palaeographic interpretation, including an analysis of their materiality in order to relate their physical characteristics to the history of their production (Lose, 2017; Carneiro, 2024, among others). Within agenda (b), the study adopted the *evidential paradigm* (*paradigma indiciário*) (Ginzburg, 1989; Espada Lima, 2012; Petrucci, 2003; Castillo Gómez, 2003, among others), situating the *scriptores* within their social circumstances in order to understand the motivations underlying the production of the letters. Sociobiographical profiles were also constructed based on Carneiro (2005). In pursuing a coherent investigation of the object of study—the letters written by the *acadêmicos brasílicos*—this research adopted Microhistory and the Social History of Written Culture as its principal analytical approaches. Accordingly, the manuscripts were understood as both material and historical testimonies of eighteenth-century written culture. The findings shed light on aspects of colonial literate society, particularly with regard to writing practices associated with the *acadêmicos brasílicos*, while also demonstrating the importance of the semi-diplomatic edition for studies on the social history of Brazilian Portuguese. Finally, this research contributes to the expansion of eighteenth-century historical corpora and to the establishment of reliable sources for philological, historical-linguistic, and palaeographic research, thereby enabling a closer understanding of Portuguese in/of eighteenth-century Brazil.

Keywords: *Academias Brásílicas*; Eighteenth-Century Letters; Semi-Diplomatic Edition; Social History; Eighteenth Century.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Relações entre a Linguística Histórica e a Filologia	32
Figura 2	Distribuição demográfica no Brasil do século XVI-XIX	42
Figura 3	Periodização da história sociolinguística do Brasil	44
Figura 4	Marcação temporal explícita na carta de Caetano de Brito e Figueiredo	83
Figura 5	Marcação temporal explícita na carta de João Ferreira Bittencourt e Sá	84
Figura 6	Marcação topográfica em uma carta de Antonio Ferreira Gil	88
Figura 7	Marcação topográfica em uma carta de Sebastião da Rocha Pita	88
Figura 8	Exemplo de escurecimento das bordas e dobras na carta de João Ferreira Bittencourt e Sá	107
Figura 9	Exemplo de mancha da tinta da escrita do recto que transpassaram o fólio da carta de Caetano de Brito e Figueiredo	108
Figura 10	Recorte do fac-símile da carta de José da Cunha Cardoso: escrita sem traçado de linhas, margens estreitas	108
Figura 11	Recorte do fac-símile da carta de Sebastião da Rocha Pita: escrita em coluna	109
Figura 12	Exemplo de corrosão na carta de Antônio Ferreira Gil	109
Figura 13	Exemplo de perda de suporte na linha da dobra interna na carta de Joseph da Cunha Cardoso	110
Figura 14	Exemplo de oxidação da tinta na penada da assinatura na carta de José da Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello	110
Figura 15	Lançamentos marginais em carta de Caetano de Brito e Figueiredo	111
Figura 16	Códigos representativos dos elementos paleográficos	112
Figura 17	Excerto do documento ABR-AFG-PB-CAR-1757	113
Figura 18	Excerto do documento ABR-AFG-BA-CAR-1744	114
Figura 19	Excerto do documento ABE-CBF-BA-CAR-1721	116
Figura 20	Excerto do documento ABE-CBF-BA-CAR-1726	116
Figura 21	Excerto do documento ABE- JCC -BA-CAR-1719	117
Figura 22	Excerto do documento ABE- JCC -BA-CAR-1722	118
Figura 23	Excerto do documento ABR-JMPCM-BA-CAR-1758-1	119
Figura 24	Excerto do documento ABR-JMPCM-BA-CAR-1758-2	119
Figura 25	Excerto do documento ABR-JMPCM-BA-CAR-1758-1	121
Figura 26	Excerto do documento ABR-JMPCM-BA-CAR-1758-2	121
Figura 27	Excerto do documento ABE-SRP-BA-CAR-1726-1	123
Figura 28	Excerto do documento ABE-SRP-BA-CAR-1726-2	123
Figura 29	Carimbo do selo do Arquivo Histórico Ultramarino: Carta de Joseph da Cunha Cardoso	125

Figura 30	Carimbo/ selo da Biblioteca Nacional de Lisboa	125
Figura 31	Carimbo Arquivo de Marinha e Ultramar B.N.L	125
Figura 32	Imagem de marca d'água presente na carta 4 de AFG	126
Figura 33	Imagem da marca d'água presente na carta 3 de AFG	127
Figura 34	Imagem da marca d'água presente na carta 5 de AFG, capturada com a utilização de mesa de luz	127
Figura 35	Imagem da Marca d'água presente na carta 7 de CBF, capturada com a utilização de mesa de luz	127
Figura 36	Imagem de marca d'água presente na carta 5 de SRP	128
Figura 37	Imagem de marca d'água presente na carta 1 de CBF	129
Figura 38	Exemplo de uso de vírgula (I)	132
Figura 39	Exemplo de uso de vírgula (II)	132
Figura 40	Exemplo de uso de ponto parágrafo ou final	132
Figura 41	Exemplo de uso de ponto e vírgula	133
Figura 42	Exemplo de uso de til (~)	133
Figura 43	Exemplo de uso de travessão duplo (=)	133
Figura 44	Manuscrito 1 ABR-AFG-PB-CAR-1744	160
Figura 45	Manuscrito 2 ABR-AFG-PB-CAR-1744	162
Figura 46	Manuscrito 3 ABR-AFG-PB-CAR- 1757	164
Figura 47	Manuscrito 4 ABR-AFG-PB-CAR-1749	166
Figura 48	Manuscrito 5 ABR-AFG-PB-CAR-1746	168
Figura 49	Manuscrito 6 [Fol. 1r.] ABE-CBF-BA-CAR-1725	170
Figura 50	Manuscrito 6 [Fol. 1v.] ABE-CBF-BA-CAR-1725	171
Figura 51	Manuscrito 7 [fol. 1r.] ABE-CBF-BA-CAR 1719	173
Figura 52	Manuscrito 7 [fol. 1v.] ABE-CBF-BA-CAR 1719	174
Figura 53	Manuscrito 8 [Fol.1r] ABE-CBF-BA-CAR-1725	176
Figura 54	Manuscrito 8 [Fol.1v.] ABE- CBF-BA-CAR-1725	177
Figura 55	Manuscrito 9 ABE- CBF-BA- CAR-1721	179
Figura 56	Manuscrito 10[Fol. 1r] ABE- CBF-BA-CAR-1725	181
Figura 57	Manuscrito 10[Fol. 1v] ABE- CBF-BA-CAR-1725	182
Figura 58	Manuscrito 11 ABE- CBF-BA-CAR-1726	184
Figura 59	Manuscrito 12 ABE- CBF-BA-CAR-1726	186
Figura 60	Manuscrito 13[Fol.1r] ABE- JCC-BA-CAR-1721	188
Figura 61	Manuscrito 13[Fol.1v1] ABE- JCC-BA-CAR-1721	189
Figura 62	Manuscrito 13[Fol.1v2] ABE- JCC-BA-CAR-1721	190

Figura 63	Manuscrito 13[Fol..2r.] ABE- JCC-BA-CAR-1721	191
Figura 64	Manuscrito 13[Fol. 2 v] ABE- JCC-BA-CAR-1721	192
Figura 65	Manuscrito 14 [Fol.1r] ABE- JCC-BA-CAR-1722	195
Figura 66	Manuscrito 14 [Fl.1v] ABE- JCC-BA-CAR-1722	196
Figura 67	Manuscrito 14 [Fol.2r] ABE- JCC-BA-CAR-1722	197
Figura 68	Manuscrito 15 [Fol.1r.] ABR- JFBS-BA-CAR-1766	199
Figura 69	Manuscrito 15 [Fol.1v] ABR- JFBS-BA-CAR-1766	200
Figura 70	Manuscrito 15 [Fol.2r.] ABR- JFBS-BA-CAR-1766	201
Figura 71	Manuscrito 15 [Fl.3r.] ABR- JFBS-BA-CAR-1766	202
Figura 72	Manuscrito 15 [Fl.3v.] ABR- JFBS-BA-CAR-1766	203
Figura 73	Manuscrito 15 [Fol.4r.] ABR- JFBS-BA-CAR-1766	204
Figura 74	Manuscrito 16 ABR- JFBS-BA-CAR-1776	208
Figura 75	Manuscrito 17 [Fl.1r.] ABR- JMPCM-BA-CAR-1758	210
Figura 76	Manuscrito 17 [Fl.1v.] ABR- JMPCM-BA-CAR-1758	211
Figura 77	Manuscrito 17 [Fl. 2r.] ABR- JMPCM-BA- CAR-1758	212
Figura 78	Manuscrito 17 [Fl. 2v.] ABR- JMPCM-BA-CAR- CAR-1758	213
Figura 79	Manuscrito 17 [Fol.3r.] ABR- JMPCM-BA- CAR-1758	214
Figura 80	Manuscrito 18 [Fl.1r] ABR- JMPCM-BA-CAR-1758	217
Figura 81	Manuscrito 18 [Fol.1v.] ABR- JMPCM-BA-CAR-1758	218
Figura 82	Manuscrito 19 [Fol. 1r.] ABE- SRP-BA-CAR-1728	220
Figura 83	Manuscrito 19 [Fol. 1v.] ABE- SRP-BA-CAR-1728	221
Figura 84	Manuscrito 20 ABE- SRP-BA ABE- SRP-BA-CAR-1726	223
Figura 85	Manuscrito 21 ABE- SRP-BA ABE- SRP-BA-CAR-1726	226
Figura 86	Manuscrito 22 ABE- SRP-BA ABE- SRP-BA-CAR-1726	228
Figura 87	Manuscrito 23 [Fol.1r.] ABE- SRP-BA-CAR- 1726	229
Figura 88	Manuscrito 23 [Fol. 1v.] ABE- SRP-BA-CAR-1726	230

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1	A formação dos letrados das Academias Brásílicas	52
Quadro 2	Os sócios da Academia Brásílica dos Esquecidos e suas produções	55
Quadro 3	Os sócios das Academia Brásílica dos Renascidos e suas produções	58
Quadro 4	Distribuição dos documentos por cronologia de escrita	62
Quadro 5	Coleção documental dos Acadêmicos Brásílicos dos Esquecidos	66
Quadro 6	Coleção documental dos Acadêmicos Brásílicos dos Renascidos	66
Quadro 7	Informações sócio biográficas dos scriptores da Academia Brásílica dos Esquecidos	68
Quadro 8	Informações sócio biográficas dos scriptores da Academia Brásílica dos Renascidos	68
Quadro 9	Indicadores sociais no período colonial e imperial (Vilhena, 1969 [1798-1799]) e Mattoso (1922-599)	69
Quadro 10	Ficha biográfica do <i>scriptor</i> Antônio Ferreira Gil	73
Quadro 11	Ficha biográfica do <i>scriptor</i> Caetano de Brito e Figueiredo	74
Quadro 12	Ficha biográfica do <i>scriptor</i> José da Cunha Cardoso	75
Quadro 13	Ficha biográfica do <i>scriptor</i> João Ferreira Bittencourt e Sá	77
Quadro 14	Ficha biográfica do <i>scriptor</i> José Mascarenhas Pacheco de Mello	78
Quadro 15	Ficha biográfica do <i>scriptor</i> Sebastião da Rocha Pita	80
Quadro 16	Levantamento dos remetentes e distribuição das cartas	85
Quadro 17	Síntese do assunto das cartas	98
Quadro 18	Descrição codicológica dos manuscritos	102
Quadro 19	Comparação entre assinaturas de Antonio Ferreira Gil	113
Quadro 20	Comparação grafemática entre a assinatura de Antonio Ferreira Gil e o corpo dos documentos	114
Quadro 21	Comparação grafemática entre a assinatura de Antonio Ferreira Gil e o corpo dos documentos	115
Quadro 22	Comparação entre assinaturas de Caetano de Brito e Figueiredo	115
Quadro 23	Comparação grafemática entre a assinatura de Caetano de Brito e Figueiredo e o corpo dos documentos	116
Quadro 24	Comparação entre assinaturas de José da Cunha Cardoso	117
Quadro 25	Comparação grafemática entre a assinatura de José da Cunha Cardoso e o corpo dos documentos	118
Quadro 26	Comparação entre assinaturas de José Mascarenhas Pacheco de Mello	119
Quadro 27	Comparação grafemática entre a assinatura de José Mascarenhas Pacheco de Mello e o corpo dos documentos	120
Quadro 28	Comparação entre assinaturas de João Ferreira Bittencourt e Sá	120
Quadro 29	Comparação grafemática entre a assinatura de João Ferreira Bittencourt e Sá e o corpo dos documentos	122

Quadro 30	Comparação entre assinaturas de Sebastião da Rocha Pita	122
Quadro 31	Comparação grafemática entre a assinatura de Sebastião da Rocha Pita e o corpo dos documentos	124
Quadro 32	Sigla – representação da palavra pela letra inicial	130
Quadro 33	Síncope – supressão de elementos gráficos no meio da palavra com letra(s) sobreposta(s)	131
Quadro 34	Numeral inicial com letra(s) sobreposta(s)	131
Quadro 35	Apócope – supressão de letra(s) ao final do vocábulo	131
Quadro 36	Descrição <i>scriptográfica</i> das variantes grafemáticas minúsculas de Antonio Ferreira Gil	136
Quadro 37	Descrição <i>scriptográfica</i> das variantes grafemáticas de Caetano de Brito e Figueiredo	138
Quadro 38	Descrição <i>scriptográfica</i> das variantes grafemáticas de João Ferreira Bittencourt e Sá	140
Quadro 39	Descrição <i>scriptográfica</i> das variantes grafemáticas de José da Cunha Cardoso	143
Quadro 40	Descrição <i>scriptográfica</i> das variantes minúsculas grafemáticas de José Mascarenhas Pacheco de Mello	145
Quadro 41	Descrição <i>scriptográfica</i> das variantes grafemáticas de Sebastião da Rocha Pita	148
Quadro 42	Outros aspectos gráficos extraídos cartas dos scriptores brasílicos	152
Quadro 43	Amostragem comparativa de práticas habituais nos modos de dizer em edições semidiplomáticas de cartas setecentistas	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Frequência geral de aplicação da regra de concordância verbal nas normas sociolinguísticas brasileiras	37
-----------------	--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

< >	Representação de grafemas
AB	Academia Brasileira
ABE	Academia Brasileira dos Esquecidos
ABR	Academia Brasileira
AFG	Antonio Ferreira Gil
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
Cx.	Caixa
CBF	Caetano de Brito e Figueiredo
CE-DOHS	<i>Corpus</i> Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão
CEPEDOP	Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação Paleográfica
Cf.	Conferir
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Doc.	Documento
f(s)	fólio (s)
JCC	José da Cunha Cardoso
JFBS	João Ferreira Bittencourt e Sá
JMPCM	José Mascarenhas Pacheco Coelho de Melo
Man.	Manuscrito
NELP	Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa
p.	Página
PB	Português Brasileiro
PHPB	Programa para a História do Português Brasileiro
PROHPOR	Programa para a História da Língua Portuguesa
r.	<i>Recto</i>
SRP	Sebastião da Rocha Pita
TD	Tradição Discursiva
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	22
1.1	DETALHANDO A PROPOSTA DA DISSERTAÇÃO	24
	PARTE 1	
	ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS NO/DO BRASIL	28
2	APRESENTAÇÃO	29
2.1	ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	29
2.1.1	Linguística Histórica <i>stricto sensu</i> , Filologia e Paleografia: uma parceria	31
2.1.2	O Português Brasileiro como “heterogêneo e variável, plural e polarizado”	35
2.1.3	O português no/do Brasil e as vias de Houaiss	37
	PARTE 2	
	NOS BASTIDORES DAS ACADEMIAS BRASÍLICAS: SUJEITOS, ESCRITA E SÓCIO-HISTÓRIA	40
3	APRESENTAÇÃO	41
3.1	O PORTUGUÊS CULTO BRASILEIRO E O SÉCULO XVIII	41
3.1.1	Garimpendo o passado das elites intelectuais e o <i>corpus</i> no âmbito da difusão do PB	46
3.2	DAS ACADEMIAS DE ULTRAMAR AO CONTEXTO BRASILEIRO E OUTRAS ACADEMIAS NO SÉCULO XVIII	50
3.2.1	A Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725): fundação e obras dos participantes	53
3.2.2	A Academia Brasílica dos Renascidos (1759): fundação e obras dos participantes	57
3.3	ENTRE AS FONTES DAS ACADEMIAS BRASÍLICAS: UM ESTUDO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO CULTO NOS SETECENTOS E A SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS	61
3.3.1	As buscas nos arquivos: a coleção documental	64
3.4	OS PERFIS BIOGRÁFICOS DOS SCRIPTORES	66
3.4.1	Os indicadores sociais: classes e ocupações	69
3.4.2	Sobre os <i>scriptores</i> : informações biográficas	70
3.4.2.1	Antônio Ferreira Gil	72
3.4.2.2	Caetano de Brito e Figueiredo	73
3.4.2.3	José da Cunha Cardoso	74
3.4.2.4	João Ferreira Bittencourt e Sá	75
3.4.2.5	José Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello	77

3.4.2.6	Sebastião da Rocha Pita	79
3.5	AS QUESTÕES PALEOGRÁFICAS: UMA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS A PARTIR DE: QUEM? QUANDO? ONDE? COMO? O QUE? PARA QUEM FORAM ESCRITOS ESSES TEXTOS?	81
3.5.1	Que?	82
3.5.2	Quando?	83
3.5.3	Onde?	87
3.5.3.1	A capitania da Bahia setecentista	89
3.5.3.2	A capitania da Paraíba setecentista	92
3.5.4	Como?	94
3.5.5	Para quê/quem foi escrito esse texto?	95
	PARTE 3	96
	MATERIALIDADE DA ESCRITA E A EDIÇÃO DAS CARTAS DOS SÓCIOS DAS ACADEMIAS BAIANAS DOS ESQUECIDOS E DOS RENASCIDOS	
4	APRESENTAÇÃO	97
4.1	ÍNDICE ANALÍTICO	98
4.2	A CARACTERIZAÇÃO DA ESCRITA: A MATERIALIDADE DO <i>CORPUS</i>	101
4.2.1	Análise comparativa dos aspectos tipográficos	111
4.2.1.1	Antonio Ferreira Gil	112
4.2.1.2	Caetano de Brito e Figueiredo	115
4.2.1.3	José da Cunha Cardoso	117
4.2.1.4	José Mascarenhas Pacheco de Mello	118
4.2.1.5	João Ferreira Bittencourt e Sá	120
4.2.1.6	Sebastião da Rocha Pita	122
4.2.2	Carimbos e marcas d'água	125
4.2.3	Abreviaturas	129
4.2.4	Sinais gráficos: pontuação, acentuação e segmentação	132
4.3	ESTABELECIMENTO DOS ALFABETOS	134
4.4	ALGUNS ASPECTOS GRAFOFÔNICOS E OUTROS ASPECTOS GRÁFICOS	150
4.5	TRADIÇÃO DISCURSIVA	153
4.6	CRITÉRIOS PARA A EDIÇÃO DOS DOCUMENTOS	156
4.7	DOCUMENTOS DOS SÓCIOS: A EDIÇÃO	157
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
	REFERÊNCIAS	235

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta uma edição semidiplomática e um estudo sócio-histórico de 23 cartas produzidas entre os anos de 1719 e 1776 por seis acadêmicos brasílicos que integravam as Academias Baianas Setecentistas dos Esquecidos e dos Renascidos. Essas Academias eram entidades literárias formadas principalmente por membros da elite letrada e indivíduos que possuíam elevado poder aquisitivo.

Com o intuito de contribuir para o entendimento de parte da história do português no/do Brasil, este estudo adota um viés teórico interdisciplinar. Para tanto, recorre à Filologia, à Paleografia, à Codicologia, à Edótica e à Diplomática, situando-se, contudo, no campo da Linguística Histórica Sócio-histórica, nos termos propostos por S. Romaine (1985), Mattos e Silva (2008), entre outros.

Além disso, a pesquisa insere-se em uma ampla rede de investigações acadêmicas e está vinculada a importantes projetos de pesquisa, como o *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS) e o Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP), ambos da Universidade Estadual de Feira de Santana; bem como ao *Modus Scribendi* (Grupo de Pesquisas Paleográficas, Filológicas e Históricas), da Universidade Federal da Bahia.

Partiu-se do questionamento: *Quais evidências as cartas editadas revelam sobre o português no/do Brasil setecentista?* À vista deste problema, a investigação fundamenta-se na proposta de Mattos e Silva (2001)¹, que, ao tratar sobre a formação do português brasileiro (PB) no período colonial, defende que o português culto começa a estruturar-se no Brasil em meados do século 18. Nesse contexto de multilinguismo/multidialealismo, os principais agentes linguísticos seriam o português europeu, as línguas gerais indígenas e o chamado português geral brasileiro.

Conforme Mattos e Silva (2001):

o português europeu na sua dialeção diatópica, diastrática, que teria ao longo do período colonial um contingente de 30% da população brasileira; seria esse português europeu, base histórica do português culto brasileiro que começaria a elaborar-se a partir da segunda metade do século 18 (2001, p. 298-299).

Em razão da tentativa de localizar repostas para a indagação central do trabalho, utilizamos o paradigma indiciário proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989), o

¹ Mattos e Silva (1940-2012) foi uma professora baiana e pesquisadora, que contribuiu de forma generosa para a Linguística Histórica e para o ensino de português com ênfase em pesquisas que valorizavam as diversas fases da história da língua. Dentre seus inúmeros trabalhos publicados nacionalmente e internacionalmente, muitas obras ganharam destaque e são leitura obrigatória para os estudiosos do português no/do Brasil.

qual, em linhas gerais é configurado por uma história que se atenta aos indícios. De forma sucinta, aplicamos o paradigma indiciário para buscar vestígios, diretos ou indiretos, presentes no *corpus* que testemunham, de algum modo, o percurso da formação do Português no/do Brasil.

A hipótese levantada neste estudo é a de que as cartas produzidas pelos membros da Academia Brasileira dos Esquecidos e da Academia Brasileira dos Renascidos foram elaboradas em contextos distintos, não podendo ser associadas a uma única política linguística ou a um único acontecimento histórico. Embora redigidas em língua portuguesa e vinculadas a práticas letradas semelhantes, tais correspondências testemunham perspectivas e dinâmicas socioculturais formuladas em diferentes territórios da América portuguesa, especialmente nas capitanias da Bahia e da Paraíba.

Diante disso, considera-se a relevância da amostra documental analisada, tanto por sua localização temporal quanto por sua representatividade histórica e linguística e a importância da aplicação do paradigma indiciário, como um método que nos auxiliará na interpretação dos vestígios, diretos ou indiretos, das possíveis marcas do percurso do Português no/do Brasil e na tentativa de traçar a história dos *scriptores*. Embora o recorte da pesquisa tenha incidido sobre apenas seis membros das academias, tratam-se de personagens que deixaram importantes vestígios documentais acerca de suas trajetórias sociais e intelectuais, o que possibilitou a elaboração de perfis sócio-biográficos.

Cabe destacar, ainda, que a constituição do *corpus* exigiu um levantamento em diferentes arquivos e acervos documentais. Após a análise da extensa lista de membros das academias e dos documentos localizados, optou-se pela seleção de um conjunto documental que permitisse delimitar o universo temático da pesquisa, mantendo uma quantidade manejável de textos, mas suficientemente representativa para a caracterização dos *scriptores* e dos manuscritos analisados.

A dissertação está organizada em três partes. Na *Parte I*, apresentam-se os fundamentos teóricos e metodológicos que orientam a pesquisa, bem como um panorama da formação do português no/do Brasil. A *Parte II* dedica-se às considerações sócio-históricas relacionadas ao contexto de produção das cartas e às Academias Brasileiras setecentistas. Por fim, a *Parte III* aborda os aspectos paleográficos e editoriais do *corpus*, incluindo a descrição dos manuscritos, os critérios de edição adotados e a apresentação das transcrições.

1.1 DETALHANDO A PROPOSTA DA DISSERTAÇÃO

Esta investigação parte de uma edição semidiplomática de um *corpus* representativo do português setecentista, composto por vinte e três cartas. Como fez Barbosa (1999), investigamos o português no/do Brasil, buscando identificar possíveis distinções nos registros escritos, mas não realizamos análise sintática. Nesse viés e tendo em vista o eixo norteador do trabalho, ressaltamos que, além da edição filológica e transcrição dos manuscritos, realizamos um estudo sócio-histórico, descrição paleográfica e codicológica de alguns aspectos observados no *corpus*.

O surgimento da Academia Brasílica dos Esquecidos² (1724-1725) ocorreu a partir da colaboração de sete sócios fundadores que se reuniram na cidade da Bahia (como então Salvador era chamada), durante o reinado de D. João V e a administração do primeiro vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses. Já a Academia Brasílica dos Renascidos constituiu uma nova versão da primeira academia. Fundada por volta de 1759, anos mais tarde, contou com o apoio do conselheiro Ultramarino, José Mascarenhas Pacheco Coelho de Melo, além da participação de dezenas de sócios, mantendo o propósito de dissertar sobre a história eclesiástica, militar, natural e política das colônias brasileiras, por encomenda da Corte.

Diante disso, e dada a relevância³ do século 18, bem como dos documentos que pertencem a ele, para investigarmos sobre a história da Língua Portuguesa, optou-se por editar correspondências enviadas a setores administrativos, uma vez que tais manuscritos constituem importantes testemunhos da cultura escrita setecentista e permitem observar práticas linguísticas, gráficas e discursivas em contextos reais de circulação da escrita. Além disso, por terem sido produzidas por indivíduos vinculados às elites letradas e à administração colonial, essas cartas oferecem dados significativos para a compreensão do português culto brasileiro em sua dimensão sócio-histórica.

A edição, além de propiciar uma aproximação aos dados linguísticos de uma época pretérita, justifica-se também por possibilitar que outras áreas do conhecimento tenham acesso ao conteúdo das cartas de personagens que vivenciaram importantes transformações e marcos

² Na Parte 2 do trabalho apresentamos de forma detalhada possíveis justificativas para os letrados brasílicos terem usado os termos “Esquecidos” e “Renascidos” para nomear as academias.

³ A retomada da Linguística Histórica no Brasil, impulsionada na década de 1990 por projetos como o PROHPOR e o PHPB, consolidou a investigação documental baseada em corpora e abriu caminho para discussões fundamentais sobre modelos de periodização sociolinguística (CASTILHO, 1998; LOBO, 2003; LUCCHESI, 2017). Nesse cenário, o século XVIII destaca-se como divisor de águas: para Mattos e Silva (2004), ele marca a transição do multilinguismo generalizado para o localizado, consolidando o português como língua dominante e fixando traços estruturais determinantes para a diferenciação da vertente brasileira (NOLL, 2008).

sócio-históricos ocorridos ao longo do século XVIII, período particularmente significativo para a consolidação do português no Brasil. Nesse contexto, as reformas pombalinas, a expansão das práticas letradas, o fortalecimento administrativo da Coroa e a crescente difusão da língua portuguesa contribuíram para o desenvolvimento e a implementação da variedade linguística que, posteriormente, se tornaria predominante no território brasileiro.

O percurso inicial da pesquisa surgiu da experiência adquirida por meio das aulas da orientadora deste trabalho, Profa. Dra. Zenaide Carneiro, e do seu incentivo à realização de uma investigação que contemplasse os *corpora* da fase colonial, dialogando também com pesquisas atualmente desenvolvidas⁴ pelo CEDOHS⁵ e Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP)⁶, da Universidade Estadual de Feira De Santana (UEFS), que explora o banco de dados do CE-DOHS. A partir do contato com a plataforma digital e do mapeamento de outros trabalhos já realizados com documentos ali disponíveis, identificou-se a temática dos acadêmicos brasílicos, a qual, por se tratar de um material ainda pouco explorado, foi selecionada para este estudo.

Após a delimitação do recorte temporal, constatou-se, mais uma vez, que a constituição de um *corpus* setecentista envolve diversos desafios, que começam desde a fase da localização dos documentos. A busca em acervos e arquivos que os resguardam constitui um percurso nem sempre linear, frequentemente com poucas pistas que auxiliem na interpretação paleográfica dos manuscritos. Na sequência, demos início ao processo da pesquisa bibliográfica que compõe a base teórica do presente estudo, bem como o processo de leitura e transcrição dos documentos. O processo de transcrição ocorreu de forma sistemática e metódica à luz dos critérios extraídos do Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação Paleográfica (CEPEDOP) do Memória e Arte, coordenado pela Profa. Dra. Alícia Duhá Lose.

No que se refere aos objetivos específicos pretendidos, optamos por:

⁴ Nesse âmbito, configura-se o caráter interdisciplinar do presente trabalho. Lose, Carneiro e Lacerda (2025, p.77) enfatizam que há um diálogo entre a Paleografia, a Filologia e a Linguística Histórica que se intensificou no projeto CE-DOHS/NELP/UEFS, a partir de 2017, na fase 2 (colonial), atendendo aos objetivos do projeto Guarda-Chuva CE-DOHS: um *corpus* para uma caracterização linguístico-gramatical do português na fase colonial e fase pós-colonial, criado em 2010 por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda.

⁵ O Projeto CE-DOHS é coordenado pela Profa. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e pela Profa. Dra. Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda. Atualmente, o banco eletrônico dispõe de um conjunto de documentos datados entre os séculos XVI e XXI, sendo que parte dos documentos está em fase de edição. Já os documentos pertencentes aos séculos XIX e XX estão editados em linguagem XML, disponíveis para consultas e *download*.

⁶ Informações disponíveis em <https://nelp.uefs.br/>. Acesso em jun. 2026.

a) editar semidiplomaticamente as cartas de sócios das Academias Brásílicas dos Renascidos e dos Esquecidos, com vistas a aproximar a escrita histórica dos leitores contemporâneos;

b) contextualizar a história social do *corpus*, a fim de compreender as circunstâncias da escrita das cartas e as pistas que elas oferecem sobre a formação do português no/do Brasil;

c) realizar análise filológica e paleográfica para verificar o grau de habilidade dos *scriptores*, evidenciado nas marcas deixadas no suporte material utilizado em cada documento.

Além disso, decidimos atribuir a condição de *scriptores*⁷ às mãos responsáveis pela escrita do *corpus*. Para isso, foi necessário levantar hipóteses para averiguar, entre outros aspectos, a mecânica da escrita e analisar o perfil caligráfico de cada *scriptor*, comparando os documentos agrupados à luz dos termos também definidos por Lose (2017).

Descrevemos alguns dos caminhos percorridos pelos letrados, trazendo à tona aspectos da relação entre a sociedade da época e os documentos, em diálogo com o método indiciário de Ginzburg (1989) e Espada Lima (2012). Nessa perspectiva, a análise filológica e paleográfica dos manuscritos compreende os documentos como vestígios capazes de revelar dimensões históricas, sociais e linguísticas nem sempre explicitadas diretamente nas fontes. Para isso, recorreremos também às questões propostas por Petrucci (2003).

Os acadêmicos brásílicos desempenharam papel relevante no cenário intelectual do século 18, sobretudo por contribuírem para a consolidação das práticas letradas e para a circulação do conhecimento no contexto colonial brasileiro. Vinculados às Academias Brásílicas dos Esquecidos e dos Renascidos, esses homens letrados participaram da produção e difusão de textos de natureza histórica, literária, administrativa e científica, constituindo importantes testemunhos da cultura escrita setecentista. Além disso, seus manuscritos oferecem subsídios valiosos para os estudos de Filologia e Linguística Histórica, por registrarem usos do português culto em um período significativo para a formação sócio-histórica da língua portuguesa no Brasil.

Com a finalidade de investigar, por exemplo, se as cartas assinadas pertenciam a um único punho, elaborou-se também um quadro *scriptográfico* de cada *scriptor*. Assim, analisou-se o alfabeto, a escrita utilizada em cada documento, bem como o traçado dos grafemas, o conhecimento linguístico e os indícios de habilidade de escrita.

⁷ Para a Filologia moderna as noções de *scriptor*, autor e copista não são iguais. Carneiro (2024, p. 219) explica que autor é “quem cria o texto original e detém o status de “autoridade”. Enquanto *scriptor* é o “escritor” no sentido de quem materializa o texto, mas sem necessariamente alterar ou interpretar o conteúdo, pois realiza o trabalho de transcrever as ideias de outros, seguindo os modelos existentes, sem um papel criativo e apenas reproduzindo o texto tal como foi concebido.” E “o copista é quem copia o texto manualmente.”

Desse modo, a proposta desta dissertação contempla a execução de duas das agendas de pesquisa no âmbito do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), sintetizadas por Lobo (2009) como: a) a histórico-filológica, por meio da constituição de *corpora* diacrônicos de natureza variada, escritos no Brasil a partir do século XVI;

b) a sócio-histórica, dedicada a uma aproximação da história social linguística do Brasil.

PARTE 1**ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE
A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS NO/DO BRASIL**

2 APRESENTAÇÃO

Nas próximas subseções, a partir de 2.1, apresentam-se os pressupostos teórico-metodológicos. Seguidamente, apresentam-se breves considerações sobre alguns dos principais percursos linguísticos do PB culto no/do período setecentista. Em 2.1.2 comenta-se sobre a Linguística Histórica *stricto sensu* e a desejável parceria entre ela, a Filologia e a Paleografia. Em 2.1.3, apresenta-se uma análise da formação do PB, concebido como “heterogêneo e variável, plural e polarizado”, conforme Mattos e Silva (2004). Em 2.1.4, há uma reflexão acerca do português no/do Brasil a partir das vias de análise propostas por Houaiss (1985).

2.1 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Compor amostras representativas de uma época como a setecentista, com o intuito de investigar a sócio história linguística, não é tarefa fácil porque esses documentos representam testemunhos atravessados por fatos socioculturais e históricos. Além disso, as lacunas biográficas e contextuais relativas aos *scriptores* e às circunstâncias de produção e circulação dos manuscritos dificultam o estabelecimento de relações mais precisas entre língua, sociedade e história, tornando a edição documental uma etapa fundamental e, ao mesmo tempo, interpretativamente sensível para os estudos de sócio-história linguística.

Todavia, trata-se de uma preocupação que também vem sendo frequentemente manifestada em trabalhos que investigam fenômenos linguísticos a partir de *corpora* formados por dados representativos para estudos sincrônicos e diacrônicos⁸. É exemplar o trabalho *Para um estudo da formação do Português brasileiro: descrição, representatividade, e potencialidades do corpus colonial do CE-DOHS*, das autoras Cardoso, Carneiro e Lacerda (2021); o artigo de Lose e Santos (2021) intitulado *Uma análise diplomático-paleográfica no Brasil setecentista: quem escreveu os pasquins sediciosos da Conjuração Baiana*, dentre outros.

⁸ Em especial destacamos os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do projeto CE-DOHS, do NELP UEFS, CEPEDOP e do projeto PHPB, que visam minimizar os efeitos lacunares deixados principalmente pelos *corpora* diacrônicos, criam diretrizes arrojadas e inspiram muitas outras pesquisas. Dentre outros trabalhos, ver Lacerda, Carneiro e Santiago (2016); Carneiro e Lacerda (2019) Santiago, Lacerda, Brito e Carneiro (2021).

Antes da delimitação da amostra e da organização do *corpus*, diversos desafios foram enfrentados. Além de meses de levantamento documental, da idealização de um estudo filológico e paleográfico dinâmico, embasado nos termos propostos Lose (2017) visando a contemplar as minúcias de uma documentação ainda pouco explorada, da leitura de obras de referência e da consulta em acervos físicos e digitais, alcançou-se a fase de transcrição das cartas e de constituição dos perfis sociobiográficos.

Após alcançar a caracterização sociobiográfica dos *scriptores*, esta pesquisa situa o *corpus* constituído no âmbito da formação das normas de prestígio do PB, disponibilizando documentação relevante para o estudo da variedade empregada por sócios fundadores das Academias Brasileiras fundadas na Bahia setecentista. Nesse sentido, reside aqui uma das principais contribuições deste trabalho para os estudos voltados ao português no/do Brasil.

Visando, portanto, ao equilíbrio entre o preenchimento das lacunas⁹ deixadas pelas peculiaridades das fontes e a interpretação de dados recolhidos de textos escritos no século XVIII, nesta dissertação buscamos realizar aquilo que Mattos e Silva, inspirada em Labov (1982), indicou como “o bom uso dos maus dados”. Associou-se, assim, o *corpus* da dissertação à periodização da história sociolinguística do Brasil, adotando-se a proposta de periodização¹⁰ de Lucchesi (2017).

Dando continuidade à discussão, comentaremos, a seguir, sobre o viés interdisciplinar do trabalho, a partir da parceria entre a Linguística Histórica, Filologia e Paleografia.

⁹ Paixão de Sousa (2006) discute sobre o problema da *lacunaridade* em pesquisas linguísticas sócio-históricas e defende que: “[...] uma ‘reconstituição’ histórica não se dá como reprodução dos fatos em forma de análise, mas como recomposição de narrativas [...]”, haja vista que essa área “constitui-se, assim, como um fazer historiográfico, no qual é preciso pensar não só o tempo, mas os *tempos do Tempo* – ou seja, onde é preciso que se reconheça analiticamente a *historicidade da própria narrativa em construção*” (grifos da autora)

¹⁰ Nas subseções da Parte 2 do trabalho, alguns tópicos da formação sócio-histórica do PB são mais desenvolvidos, a fim de situar o *corpus* deste estudo no panorama de formação do português no/do Brasil.

2.1.1 Linguística Histórica *stricto sensu*, Filologia e Paleografia: uma parceria

O estudo de documentos antigos é fundamental por diversas razões. No que se refere à história da língua portuguesa no/do Brasil, torna-se primordial recuperar esse percurso por meio de documentação que possibilite compreender os processos de contato linguístico e sociocultural estabelecidos entre portugueses, indígenas e africanos ao longo do período colonial. Nesse sentido, os manuscritos setecentistas constituem importantes testemunhos das dinâmicas de difusão, circulação e consolidação do português em território brasileiro. Daí a importância da Linguística Histórica e da necessidade de pesquisas empíricas sócio-históricas, que investiguem os longos e complexos processos de transformações graduais e contínuas pelos quais as línguas passam ao longo do tempo.

Ao passo em que é um suporte indispensável para compreendermos tanto as mudanças estruturais¹¹, decorrentes do fator cronológico, quanto a história social da língua, Mattos e Silva (2008) propõe duas vertentes para a Linguística Histórica: a concepção *lato sensu*¹² e a concepção que nos interessa mais diretamente, a *stricto sensu*, pois essa “se debruça sobre o que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo e nos contextos em que tais línguas são usadas” (Mattos e Silva, 2008, p.9).

Nesse ínterim, e em meio ao crescimento dos estudos que buscavam descrever e explicar as variações e mudanças linguísticas ocorridas ao longo do tempo, surgiu, na década de 1980, a Sociolinguística, que passou a dialogar com a Linguística Histórica. Desse diálogo emerge a Sociolinguística Histórica¹³, atuando em parceria com a Filologia e com a Crítica Textual. Para Maia (2012, p. 537):

[...] a actividade filológica como análise crítica de textos que visa a sua reconstrução e edição, a Filologia está intimamente associada à Linguística: ela possui um conjunto de recursos interpretativos e explicativos que a Linguística Histórica não pode e não deve desprezar.

Para Mattos e Silva (2008), em uma discussão que envolve a sócio-história linguística, é crucial incluir, sobretudo, fatores extralinguísticos na análise de dados (escritos ou orais) que

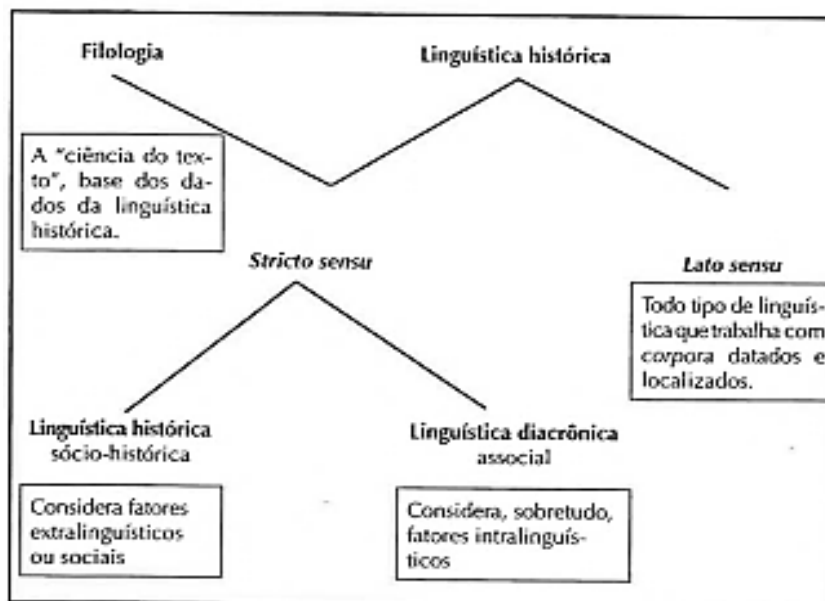
¹¹ Para Faraco (2006) “Em outras palavras, as línguas humanas não constituem realidades estáticas; ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo.” (Faraco, 2006, p. 14).

¹² Engloba todas as pesquisas que discutam questões linguísticas com base em dados datados e localizados.

¹³ Inicialmente, é cunhado o nome de Linguística Sócio-História pela precursora Suzanne Romaine (2009 [1982]) em seu livro *Socio-historical linguistics: its status and methodology* (2009 [1982]). Para não confundir o leitor, afirmamos que, neste trabalho, entendemos as acepções de Sociolinguística Histórica e Linguística Sócio-Histórica como equivalentes, porque ambas se ocupam do estudo das mudanças ao longo da história de uma língua, considerando a Linguística Histórica como um macrocampo que as acolhe.

variam ao longo do tempo. Vejamos, a seguir, na Figura 1, uma sintetização elaborada por Mattos e Silva (2008) que reitera a relação entre a Linguística Histórica e a Filologia.

Figura 1 - Relações entre a Linguística Histórica e a Filologia



Fonte: extraído de Mattos e Silva (2008, p. 10).

Nessa direção, Maia (2012, p. 540) especifica que a relação¹⁴ entre a Sociolinguística Histórica e a Filologia é ainda mais intrínseca. Segundo ela:

[...] o filólogo que pretenda estabelecer uma edição deve possuir boa formação linguística e sólidos conhecimentos da língua e da sua história, a fim de saber tratar as variantes linguísticas oferecidas pelo texto. Se a língua é variável em qualquer momento da sua trajetória no tempo, o editor não pode, na sua transcrição, desprezar a variação manifestada no texto, devendo, também na questão do desdobramento de abreviaturas, ter presente a variação que a língua da época podia apresentar em qualquer nível linguístico. Para que esse texto possa vir a servir de fonte para o estudo e conhecimento da história da língua, a edição deve reflectir fielmente a variação linguística presente no manuscrito, uma vez que actualmente no estudo histórico da língua não é possível deixar de considerar os seus efeitos.

Assim, no caso específico do período setecentista, é indiscutível que diversos acontecimentos históricos contribuíram para moldar a língua utilizada na época. Daí a relevância de se tentar reconstruir o perfil social de quem escreve os textos, observando os

¹⁴ Cf. a discussão sobre a parceria entre Linguística Histórica e Filologia feita por Lose (2017) e Lose e Souza (2022).

papéis sociais ocupados pelos *scriptores*, as hierarquias sociais vigentes e, conforme defende Gimeno (1982, p. 184-185):

[...] la lingüística histórica que intenta construir una teoría global para explicar la naturaliza del cambio que há ocurrido en el tempo, la Sociolingüística Histórica se ocupa tanto de los fundamentos generales e históricos del cambio, como de la comprensión y explicación de procesos de cambio concretos a partir de las correlaciones entre factores lingüísticos y Sociales. (Gimeno, 1983 apud Conde Silvestre, 2007, p. 34)¹⁵

Por isso, valorizamos a sócio-história dos textos, realizando uma análise abrangente que parte da proposta de fornecer edições filológicas de documentos avaliados paleográfica e diplomaticamente, ampliando a compreensão de diversos aspectos referentes à história do Brasil, inclusive linguísticos.

Para organizar e analisar as fontes documentais de forma adequada, reconhecemos que o “diálogo” entre a Linguística Histórica e a Filologia¹⁶ precisa ocorrer de maneira complementar, uma vez que a investigação histórico-linguística depende diretamente do estabelecimento criterioso e da interpretação material dos documentos. Mattos e Silva (2008) considera a Filologia como “a ciência do texto” enquanto Maia (2012, p. 539) reforça que se trata “como análise crítica de textos que visa a sua reconstrução e edição, a Filologia¹⁷ está intimamente associada à Linguística”.

Tomando por base as pesquisas desenvolvidas no âmbito do CE-DOHS fase 2 e do NELP/UEFS, compreende-se que o diálogo entre Filologia e Linguística Histórica constitui uma etapa indispensável para os estudos sobre a história do PB, uma vez que “descrições linguísticas de base empírica” dependem diretamente de um “rigoroso tratamento paleográfico-filológico” das fontes históricas, conforme destacam Lacerda, Lose e Carneiro (2025). Nessa perspectiva, os manuscritos deixam de ser concebidos apenas como suportes materiais e passam a ser compreendidos como testemunhos linguísticos, sociais e culturais, cuja edição,

¹⁵ “[...] a linguística histórica tenta construir uma teoria global para explicar a natureza da mudança que ocorreu ao longo do tempo, enquanto a sociolinguística histórica lida tanto com os fundamentos gerais e históricos da mudança, quanto com a compreensão e explicação de processos concretos de mudança com base nas correlações entre fatores linguísticos e sociais.” (Gimeno, 1983 apud Conde Silvestre, 2007, p. 34, tradução nossa)

¹⁶ Não aprofundaremos, com ampla discussão, o conceito de Filologia, mas assumimos o caráter filológico do trabalho, pois conforme defende Lose (2017, p. 80) “o texto é objeto da filologia e seu objetivo é preparar, com base em critérios mais ou menos conservadores, a depender do público-alvo, uma edição confiável que poderá ser usada como base para que outros profissionais acessem o conteúdo dos textos ali presentes.”

¹⁷ Por se tratar de um termo de sentido polissêmico, ressalta-se que o uso da palavra Filologia neste trabalho segue a perspectiva destacada em Lose e Souza (2020, p. 13) “[...] utilizaremos a palavra Filologia como Crítica Textual, tendo em atenção que se trata de um conjunto de operações teóricas e práticas que se interessam pela compreensão do texto na história que o forjou. Assim, interessa à Filologia tanto as práticas de edição que objetivam a retomada do texto lendo o contexto de partida e de chegada do texto, quanto os gestos teórico-críticos que tencionam enfrentar questões hermenêuticas e críticas”.

contextualização e interpretação possibilitam reconstruir, ainda que por aproximação, a história social do português no Brasil.

Da mesma forma, a presente dissertação, não dispensa as diretrizes propostas pela Paleografia, entendida por Lose (no prelo) como uma ciência autônoma, ainda que fortemente interdisciplinar, que se dedica não apenas à decodificação dos textos manuscritos, mas à sua análise e compreensão global, analisando materialidades, agentes e ambientes de escrita, interpretando sistemas gráficos utilizados na transmissão da escrita ao longo do tempo. Seu objeto específico é a escrita manuscrita enquanto forma visual e histórica, com atenção às suas variações formais, funcionais e contextuais. Como ciência independente, a Paleografia possui seus próprios métodos, critérios e terminologia, distinguindo-se de áreas afins como a Diplomática, a Codicologia¹⁸ ou a Filologia, embora com elas dialogue constantemente.

Para a construção desta dissertação, também lançamos mão da Diplomática que, conforme Lose (no prelo), é a ciência que estuda os documentos em sua dimensão interna, formal e funcional, com o objetivo de estabelecer sua autenticidade, tipologia e contexto de produção. Enquanto ciência independente, a Diplomática possui objeto próprio – o documento em sua estrutura interna e função jurídica, administrativa ou social –, além de métodos rigorosos de análise crítica, capazes de revelar sua gênese, transmissão e valor probatório.

Nessa perspectiva, é cabível inferir que o desenvolvimento de um trabalho elaborado a partir da parceria entre os campos do saber mencionados garante um estudo mais criterioso, que reconhece as diversas possibilidades de investigação do material redigido há centenas de anos. Uma das agendas do PHPB, contemplada no presente estudo, comprova essa assertiva. De acordo com Carneiro, Cardoso e Lose (2025):

É sempre necessário, e desejável, que os materiais para exploração de dados linguísticos, na Linguística Histórica, recebam os tratamentos diplomático, paleográfico e filológico com o devido rigor científico, além de ser realizado, tanto quanto possível, controle sócio-histórico rígido, de modo que os estudos linguísticos realizados com esses *corpora* tenham confiabilidade. Isso porque a confiabilidade dos dados depende da autenticidade dos materiais. (Carneiro, Cardoso e Lose, 2025, p. 82).

¹⁸ Segundo Cambraia (2005, p.26): “Para o crítico textual, a Codicologia é de grande relevância pois fornece informações que permitem compreender algumas das razões pelas quais os textos se modificam no processo de sua transmissão”. Embora Lose e Mazzoni (2020, p.132) expliquem que “a rigor, não possamos usar o termo Codicologia para documentos manuscritos a partir do século XV”, decidimos tomar por empréstimo e fazer o uso dela, pois possui itens que nos auxiliam a entender sobre particularidades da produção escrita das cartas.

Assume-se, nesta pesquisa, o elo entre Linguística Histórica, Filologia e Paleografia, compreendendo-se que a investigação de dados linguísticos pretéritos depende diretamente da constituição, leitura, interpretação e estabelecimento criterioso das fontes manuscritas. Nesse diálogo interdisciplinar, a Filologia e a Paleografia fornecem os instrumentos necessários para a localização, descrição material, decifração e edição dos documentos, enquanto a Linguística Histórica possibilita a interpretação dos fenômenos linguísticos registrados nessas fontes, permitindo compreender aspectos da história social do PB.

Assim, conforme destaca Maia (2012), os materiais necessários ao trabalho da Linguística Histórica, sobretudo quando voltados à observação da língua em épocas pretéritas, somente se tornam satisfatoriamente acessíveis a partir de uma sólida infraestrutura filológica. É nesse horizonte teórico-metodológico que se insere a edição semidiplomática das cartas dos acadêmicos brasílicos Esquecidos e Renascidos.

A seguir, voltamo-nos a analisar a realidade sociolinguística setecentista partindo da configuração social da época em questão.

2.1.2 O Português Brasileiro como “heterogêneo e variável, plural e polarizado”

Na obra *Ensaio Para Uma Sócio-História Do Português Brasileiro*, Mattos e Silva (2004) argumenta que os estudos sociolinguísticos no Brasil reúnem fatores sócio-históricos, demográficos e linguísticos do passado e do presente com o objetivo de explicitar os processos ocorridos que interagiram – e ainda interagem – na constituição do português que falamos. Segundo a autora:

[...] a reconstrução histórica do português brasileiro se movimentará tanto na recuperação da história social linguística do Brasil, e aí teremos de estar necessariamente ancilares à historiografia sobre o Brasil, palmilhando, certamente, os caminhos da *ars interpretandi*; palmilharemos também os caminhos da sociolinguística histórica ou sócio-história linguística, tentando – o que é difícil e muito difícil para o passado – a correlação entre fatores extralinguísticos e linguísticos, e ainda palmilharemos os caminhos previstos por teorias de mudança intralinguística, quer sejam segundo os modelos teóricos explicativos e considerados científicos da teoria da gramática de orientação chomskyana, quer sejam outros caminhos interpretativos que outras vertentes da linguística nos possam fornecer, mesmo que considerados hoje não-científicos, porque meramente descritivos. (Mattos e Silva, 2004, p. 54).

Dessa forma, a sócio-história linguística do PB não desconsidera os estudos que se baseiam na Sociolinguística Variacionista, mas amplia essa perspectiva, ao incorporar uma análise que também considere fatores históricos e sociais. Tal abordagem permite descrever a

história da língua focalizando as mudanças linguísticas ocorridas no sistema do PB e os contextos sociais em que essas mudanças se inserem.

Nesse sentido, o que se observa é o encaixamento da dimensão social nos estudos linguísticos, o que possibilita explicar os fatos sociais nos quais se situam essas mudanças, efetivando o que Mattos e Silva (2004) define como uma aproximação ao passado linguístico.

Lucchesi (2015, p. 22) destaca que a divisão da língua falada no Brasil espelha a própria formação socioeconômica do país. Para o autor, as raízes dessa clivagem linguística são mais profundas e remontam os primórdios da história nacional, estando diretamente relacionadas ao sistema escravocrata que estruturou a sociedade colonial.

[...] durante quatro séculos, um terço da população do Brasil, formada por senhores europeus, implementou um projeto colonial baseado na escravidão da população autóctone e dos povos africanos. Essa violenta divisão original da sociedade brasileira deu ensejo a um fosso linguístico entre a língua do colonizador e as centenas de línguas faladas por indígenas e africanos. (Lucchesi, 2015, p. 22-23).

Lucchesi (2015) apresenta, ainda, uma visão panorâmica da realidade sociolinguística do Brasil, articulando a constituição do PB à polarização entre a norma utilizada pela elite letrada, por um lado, e a norma empregada pela maior parcela da população, por outro:

[...] o conceito de norma sociolinguística é [...] proposto para capturar o fato de que a oposição sociolinguística entre as classes sociais não se dá apenas em função da diferença no comportamento linguístico dos seus membros, mas igualmente em função da maneira pela qual esses membros avaliam os diversos usos da língua e de como as mudanças linguísticas se propagam em cada segmento social. Assim, a proposição de uma divisão axial entre uma norma culta, das classes mais altas, e uma norma popular, das classes mais baixas, assentaria teoricamente na consideração desses três parâmetros. Ainda dentro de uma visão social da língua, a estrutura sociolinguística deve ser vista sempre como a resultante de uma rede de correlações que se estende da infraestrutura socioeconômica à superestrutura político-ideológica. É com esse enquadramento que é desenvolvida a concepção da polarização sociolinguística da sociedade brasileira [apresentada no livro]. (Lucchesi, 2015, p. 33-34).

Diante do exposto e da discussão que Lucchesi (2015) sustenta na obra *Língua Sociedade Partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*, pode-se analisar a realidade sociolinguística brasileira não apenas a partir do conceito de norma, mas, também, por meio de dois conjuntos principais: os processos de variação e mudança que distinguem norma culta e norma popular e os processos de variação e mudança que constituem a polarização sociolinguística da sociedade brasileira.

No que se refere ao primeiro parâmetro (i) a frequência de uso das variantes linguísticas (aplicação ou não da regra de concordância verbal), que pode ser conferida na tabela a seguir:

Tabela 1 - Frequência geral de aplicação da regra de concordância verbal nas normas sociolinguísticas brasileiras

Norma sociolinguística	Frequência geral de aplicação da regra
Norma urbana culta	95%
Norma urbana média	80%
Norma urbana baixa	65%
Norma popular urbana	50%
Norma popular rurbana	35%
Norma popular rural	20%

Fonte: extraído e adaptado de Lucchesi, 2015, p. 253.

No segundo parâmetro, Lucchesi (2015, p. 253) observa que a ausência de estudos que focalizem a reação subjetiva dos falantes diante das variantes linguísticas constitui uma das maiores lacunas da pesquisa sociolinguística no Brasil. Já em relação ao terceiro parâmetro, o autor argumenta que, nas variedades associadas à norma culta e às normas médias, predomina um cenário de variação estável, enquanto nas variedades associadas às camadas populares observa-se frequentemente um processo de mudança em curso, especialmente no que diz respeito à aplicação da regra de concordância verbal.

Nesse sentido, a constituição do *corpus* analisado nesta pesquisa também se relaciona com a compreensão da história do português no/do Brasil como um processo marcado pela heterogeneidade linguística e social. Conforme apontam estudos da sócio-história do português brasileiro, a formação dessa variedade ocorreu em um contexto caracterizado pela convivência de diferentes grupos sociais e linguísticos, o que resultou em um cenário linguístico heterogêneo, variável, plural e socialmente polarizado. Considerando esse quadro, as cartas produzidas pelos integrantes das Academias Brasileiras dos Esquecidos e dos Renascidos adquirem especial relevância, pois foram escritas por indivíduos pertencentes às elites letradas da administração colonial.

Dessa forma, os manuscritos analisados registram práticas de escrita associadas à variedade culta do período, permitindo observar uma das vertentes da complexa configuração sociolinguística do português no Brasil setecentista.

2.1.3 O português no/do Brasil e as vias de Houaiss

A quantidade de estudos sobre a história do português no/do Brasil tem crescido significativamente nas últimas décadas. No entanto, durante muito tempo essa temática foi abordada a partir de perspectivas controversas, pois tratavam-se de análises que circunscreviam a história da língua portuguesa a considerações que, segundo Lobo (1994), variavam “desde a

afirmação de sua autonomia enquanto sistema linguístico até a defesa da tese contrária, que sustenta seu caráter conservador e unitário” (Lobo, 1994, p. 9).

Nesse contexto, em decorrência da insatisfação com os rumos que o cenário das investigações linguísticas estava tomando o filólogo e lexicógrafo Antonio Houaiss (1985) apresentou uma discussão inovadora por meio do ensaio *O português no Brasil*.

Nessa obra, considerada um clássico para os estudos da língua portuguesa no país, Houaiss (1985) realiza um panorama das pesquisas desenvolvidas até então e propõe uma reflexão crítica acerca da história linguística do Brasil. Segundo o autor, os pesquisadores ainda não haviam cumprido os requisitos metodológicos necessários para a elaboração de uma história da língua portuguesa em solo brasileiro, uma vez que muitas das pesquisas realizadas estavam pautadas em perspectivas estruturalistas, privilegiando análises sincrônicas.

Do ponto de vista do filólogo, para que fosse possível uma nova configuração do cenário científico da Linguística e para que a reconstituição da história linguística do Brasil pudesse ser realizada de maneira consistente, quatro vias de investigação deveriam ser seguidas. Conforme Houaiss (1985):

1. do levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos languageiros havidos a partir (e mesmo antes, para com os indígenas e negros) dos inícios da colonização, levantamento já em curso assistemático desde os historiadores dos meados do século XIX para cá; 2. o mapeamento confiável da dialectologia brasileira a exemplo do que sonhou Antenor Nascentes e realizou parcialmente Nelson Rossi com seus colaboradores – mapeamento do qual, pelas igualdades unitárias e globalizantes, será possível “recapitular” o processo passado que terá gerado o presente descrito por essa dialectologia; 3. o incremento da dialectologia vertical em tantos quanto possíveis grandes centros urbanos e focos rurais antigos, a fim de se poder ver a interinfluência entre o rural e o urbano na transmissão adquirida e induzida; 4. a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias, não numa leitura estética, que se vem tentando algo em vão, nem histórico-externa, nem sociológica, nem demográfica, nem demopsicológica, nem antropológica, nem política, mas essencialmente lingüística – que depois será um componente relevante das “histórias” parciais acima aludidas, cuja conjunção nos possa dar uma história – analítica e sintética – de que já nesta altura tanto necessitamos. Tudo isso parecerá algo mítico ou irrelevante para os que – metódica e filosofantemente – acham que só é história o que sobrenada e sobrevive do passado nos presentes. Ainda que fora assim, porém, o “presente” e os “presentes” brasileiros são tão carentes de compreensibilidade e inteligibilidade, que se pode querer penetrá-lo: e a via não é outra, senão a reconstrução dos passados. (Houaiss, 1985, p.127-128).

Essas vias apontadas por Houaiss (1985) indicam caminhos metodológicos relevantes para a compreensão da formação do português no/do Brasil, pois enfatizam a importância da investigação histórica baseada em dados empíricos, tanto da língua falada quanto da língua

escrita. São, portanto, bases fundamentais para os estudos sobre a história do português brasileiro. Todavia, desde o lançamento desse ensaio até a atualidade, importantes reformulações teóricas e metodológicas foram realizadas por inúmeros pesquisadores.

Se, inicialmente, as discussões concentravam-se sobretudo nas vias de formação e difusão da língua portuguesa no Brasil, as pesquisas posteriores ampliaram as interpretações, ao incorporar perspectivas voltadas à variação, ao debate sobre o distanciamento da norma padrão tradicional, não como meros estudos descritivos, mas como forma de combater a discriminação social baseada no uso da língua, à mudança linguística, à constituição sócio-histórica do português brasileiro como um sistema linguístico autônomo, etc.

Nesse percurso, dentre outros importantes trabalhos¹⁹ destacam-se os de Fernando Tarallo (1983)²⁰, Ataliba de Castilho, Lobo (2006)²¹ e Charlotte Galves, Mary Kato e Ian Roberts (2019),²² especialmente no campo da sintaxe histórica, bem como as investigações desenvolvidas no âmbito do PHPB, NELP/UEFS e do CE-DOHS. As mais recentes pesquisas destes centros vêm priorizando a constituição de *corpora* regionais, com ênfase na constituição de *corpora* históricos, na edição filológica de manuscritos e no controle sócio-histórico das fontes documentais o que contribuiu para consolidar documentos históricos como testemunhos vivos e centrais das práticas linguísticas, sociais e culturais que moldaram o português brasileiro.

¹⁹ Muitos desses trabalhos estão publicados em *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* (ROBERTS; KATO, 1993), importante obra no campo da Linguística Histórica que inaugurou a análise diacrônica sistemática da sintaxe nacional.

²⁰ Cf. *Tempos Linguísticos* (TARALLO, 1990).

²¹ Cf. *História do Português Brasileiro* (2018).

²² Cf. *Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica* (GALVES; KATO; ROBERTS, 2019).

PARTE 2
NOS BASTIDORES DAS ACADEMIAS BRASÍLICAS: SUJEITOS, ESCRITA E
SÓCIO-HISTÓRIA

3 APRESENTAÇÃO

A seguir, no item 3.1, discute-se brevemente sobre o português brasileiro culto no/do século XVIII, com base em Mattos e Silva (2004). Mais especificamente, em 3.1.1, abordam-se elites intelectuais e o *corpus* no âmbito da difusão do português brasileiro. Em 3.2, tem-se um panorama acerca das academias de ultramar e de outras academias que foram fundadas no século XVIII.

Resume-se sobre a fundação da Academia Brasílica dos Esquecidos, no item 3.2.1. Já em 3.2.2, trata-se da fundação da Academiados Renascidos. Mais adiante, em 3.3, apresenta-se a importância do *corpus* para estudo do português brasileiro culto setecentista. Em 3.3.1 descreve-se a busca nos arquivos, bem como faz-se uma síntese da coleção documental, ao passo que em 3.6 trata-se dos perfis biográficos dos *scriptores*.

Esses perfis são destrinchados na seção 3.4, quando são expostos os indicadores sociais, as classes das quais os *scriptores* faziam parte e suas respectivas ocupações. Em 3.5, respondem-se aos questionamentos de Petrucci (2003), e em 3.6 encerra-se a Parte II com o modelo de ficha adaptado de Carneiro (2005), utilizado para a descrição biográfica dos *scriptores*.

3.1 O PORTUGUÊS CULTO BRASILEIRO E O SÉCULO XVIII

Compreender a história do português no/do Brasil implica reconhecer que sua formação não resultou de um processo linguístico homogêneo, mas de uma complexa dinâmica social marcada pela heterogeneidade, pela variabilidade e por profundas assimetrias no acesso às práticas de letramento. Trata-se de uma problemática que contém questões relacionadas tanto aos aspectos sociais e históricos da fase colonial no processo de implementação da língua até as questões identitárias e demográficas de falantes, pois, como nos diz Mattos e Silva (2004), “a história das línguas passa necessariamente pela história demográfica de seus falantes” (Mattos e Silva, 2004, p.17).

Nesse sentido, estudos desenvolvidos no âmbito da sócio-história do PB têm destacado que a formatação atual da língua portuguesa no Brasil resulta do multilinguismo existente no território, associado a fatores históricos fundamentais que contribuíram para a formação linguística do Brasil. Esses fatores são:

- A. a demografia histórica do Brasil do século XVI ao XIX;
- B. a mobilidade populacional dos africanos e afrodescendentes no Brasil Colonial e pós-colonial;
- C. a escolarização ou sua ausência do século XVI ao XIX;

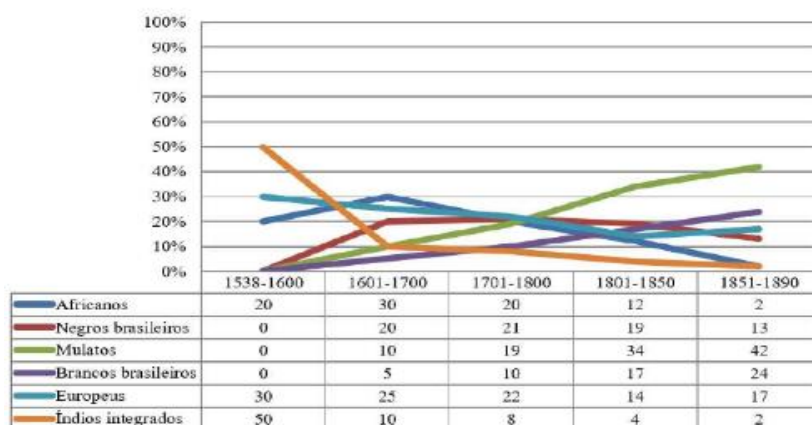
D. as reconfigurações socioculturais, políticas e linguísticas ao longo do século XIX (Mattos e Silva, 2004, p.125).

No que se refere ao fator A, Mattos e Silva (2004) destaca que a história das línguas está diretamente relacionada à história demográfica dos falantes e enfatiza sobre os aspectos étnico-demográficos da população brasileira. Os dados analisados pela autora indicam que, durante o período colonial e pós-colonial, predominavam populações não brancas, que representavam aproximadamente 70% da população, enquanto a população branca correspondia a cerca de 30%.

Contudo, é importante ressaltar que o pioneiro na correlação entre configurações linguísticas e configurações étnico-demográficas foi Antônio Houaiss. Além dele, Mussa²³(1991) também realizou um estudo minucioso a partir de dados históricos provenientes de diferentes fontes, como o censo de Anchieta (1583), os censos de 1850 e 1890, além de obras como *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, de Hasenbalg (1979), e *Situação das pesquisas acerca do tráfico em Portugal*, de Carreira (1981).

Essas pesquisas reforçam a ideia de que, nesse período, havia uma parcela minoritária de falantes da língua do colonizador, em contraste com uma grande diversidade linguística presente no território. A seguir, na Figura 2, elaborada por Mussa (1991), evidencia-se o fato de que os brancos eram minoria.

Figura 2 – Distribuição demográfica no Brasil do século XVI-XIX



Fonte: Adaptado de Mussa (1991); extraído de Lemos (2023, p.29).

Ao observarmos o gráfico adaptado de Mussa (1991), é perceptível a elevação do percentual de negros e mulatos no Brasil até o século XVII. Contudo, é preciso considerar que

²³ Os dados apresentados por Mussa (1991) podem ser complementados com as informações do site IBGE: 500 anos (<https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento.html>), que divulga um panorama da ocupação do território brasileiro.

essa reconfiguração demográfica também decorre da escravidão e consequente dizimação indígena, ocorrida em meados do século XVII e, posteriormente, no século XVIII, com a descoberta das minas auríferas, que atraiu massas populacionais de Portugal, de outras capitanias e demandou novas levas de africanos escravizados. Além disso, no século XIX, houve a transferência da sede da monarquia portuguesa.

Com relação ao fator B, a autora recorre ao estudo de Mattoso (1990 [1979]) e considera que a população africana e afrodescendente permaneceu majoritária até a metade do século XIX e foi “uma das bases do português brasileiro popular ou vernáculo” (Mattos e Silva, 2004, p. 127).

Para tratar do fator C, (escolarização), Mattos e Silva (2004) ressalta o trabalho de Houaiss (1985), a partir de dados extraídos do final do século XVIII, segundo os quais apenas 0,5% da população do Brasil era letrada. No entanto, houve uma ampliação desse número entre 1890 e 1920, em decorrência da expansão da escolarização e, por isso, no século XX tem-se cerca de 25% de letrados, com um agravante no que se refere à quantidade de pessoas que chegaram ao nível superior: apenas 10%. Esses dados permitem, ainda, refletir que a precarização do ensino foi mais uma marca, entre outras, na trajetória formativa do PB.

O fator D diz respeito às reconfigurações socioculturais, políticas e linguísticas ao longo do século XIX e, para a autora:

Do ponto de vista linguístico, pode-se dizer que havia, ao longo do Brasil colonial, um multi/bilinguismo generalizado, principalmente entre a população africana e afro-descendente e a lusitana e luso-descendente, reduzidas, certamente, a certas comunidades as línguas indígenas. No século XIX, se pode dizer que o multi/bilinguismo se torna localizado, caracterizando certas áreas brasileiras, mas já com outra configuração: as línguas dos imigrantes no Sudeste/Sul e as línguas indígenas, principalmente, no Centro-oeste e na Amazônia, onde se concentraram os indígenas remanescentes. (Mattos e Silva, 2004, p. 132).

Em meio a esse panorama repleto de antecedentes históricos, insere-se a formação do Português no/do Brasil e Mattos e Silva (2004) correlaciona os quatro fatores (detalhados anteriormente) ao desenvolvimento da polarização linguística do Português Brasileiro, tal qual surge e transita entre as vertentes²⁴ do português culto e popular e caracterizam fundamentos que vão de encontro ao multilinguismo. Segundo Carneiro, Cardoso e Lacerda (2021):

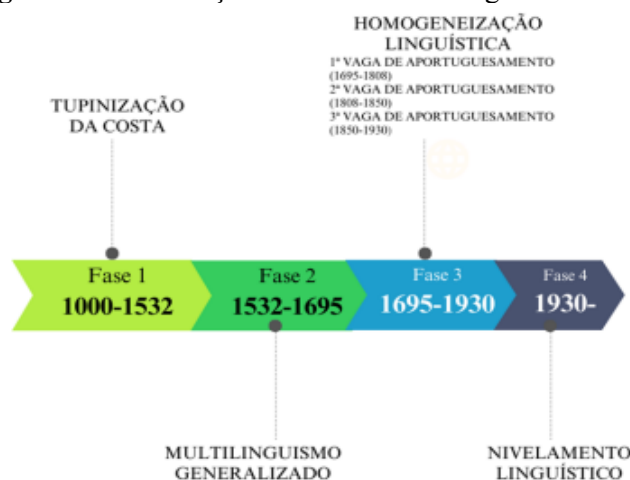
²⁴De acordo com Mattos e Silva (2004), enquanto a vertente culta contempla as variedades prestigiadas e teve como antecedente histórico o português europeu, a vertente popular teve protagonismo nas línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro. É importante ressaltar que quem fazia uso acentuado do português geral brasileiro eram os africanos e seus descendentes, pois esses eram obrigados a aprender, na oralidade como segunda língua ou ao mesmo tempo que aprendiam a primeira língua, o português, e tudo isso em meio a um

A língua portuguesa foi, por mais de dois séculos, preterida, frente às demais línguas generalizadas no contexto colonial. Esse multilinguismo, em meados do século XVIII, foi visto como negativo para a integração da colônia com a metrópole, fazendo com que Marquês de Pombal decretasse, em 1758, o uso e ensino obrigatório da língua portuguesa. (Carneiro, Cardoso e Lacerda, 2021, p. 335)

Mattos e Silva (2004) aponta tal período como o início da “virada” linguística do português, que gera reflexos até os dias atuais, além de ser a ocasião em que “o multilinguismo menos ou mais generalizado, a depender da conjuntura histórica local nos séculos anteriores, localiza-se e abre, então, o seu caminho o português brasileiro” (Mattos e Silva, 2004, p. 20). Trata-se, portanto, de um marco, um divisor na implementação da língua portuguesa no/do Brasil e, por isso, é importante frisar que a elite que aparece escrevendo nas cartas que compõem o *corpus* são homens que ocuparam os mais altos postos administrativos brasileiros, sobretudo gente branca, e constituem-se de quatro *scriptores* portugueses com diplomas que certificavam suas formações e dois brasileiros que se deslocaram para estudar em faculdades ou universidades no exterior, sobretudo em Coimbra.

O diagrama feito por Carneiro (2024), com base em Dante Lucchesi (2017), ilustra, de maneira clara, a proposta do autor sobre as fases da periodização da história sociolinguística do Brasil.

Figura 3 - Periodização da história sociolinguística do Brasil



Fonte: adaptado de Lucchesi (2017); extraído de Carneiro (2024, p.49).

processo de transmissão linguística irregular, a partir do *input* dos colonos portugueses com os quais tinham mais contato, e os falantes da baixa classe.

Com isso, cabe discutir a situação educacional do Brasil setecentista e aspectos que também colaboram para a relevância da investigação acerca de cartas que não foram escritas apenas por mãos brasileiras, mas que foram remetidas a partir daqui, no emblemático período do século XVIII, especialmente em sua segunda metade.

As atividades pedagógicas nas terras brasileiras até então vinham sendo pensadas a partir de um projeto dito “civilizatório”, no qual os religiosos jesuítas realizavam um trabalho missionário cuja função principal era a “civilização” indígena, iniciada pela extirpação das línguas de origem, fossem elas indígenas ou gerais. Contudo, com o incentivo do Marquês de Pombal, os jesuítas foram expulsos, e políticas linguísticas foram promulgadas. Pombal reconduziu a realidade educacional do Brasil Colônia por meio da Reforma Pombalina e da criação das escolas régias. Em seu artigo *Português brasileiro: raízes e trajetórias*, Mattos e Silva (1993) esclarece que:

Em 1757, com o Marquês de Pombal, se define explicitamente para o Brasil uma política linguística e cultural que fez mudar de rumo a trajetória que poderia ter levado o Brasil a ser uma nação de língua majoritária indígena, já que os dados históricos informam que uma língua geral de base indígena ultrapassara de muito as reduções jesuíticas e se estabelecia como língua familiar no Brasil eminentemente rural de então. O Marquês define o português como língua da colônia, consequentemente obriga o seu uso na documentação oficial e implementa o ensino leigo no Brasil, antes restrito à Companhia de Jesus, que foi expulsa do Brasil. (Mattos e Silva, 1993, p.70).

Em suma²⁵, embora a administração portuguesa tenha demonstrado uma aparente preocupação com a escolarização, os índices de analfabetismo no Brasil eram elevados. Com uma população de 4.600.000 indivíduos, o índice de analfabetos era de 80% entre a população livre, ou de 86% quando consideradas as mulheres; e, entre a população escrava, o índice de analfabetos era de 99,9% (Boris Fausto, 1994, p. 137 *apud* Mattos e Silva; Souza, 2005, p. 2). Mesmo com a imposição das políticas pombalinas a maioria dos habitantes permaneceu analfabeta, pois o alcance da política de escolarização e de ensino da língua portuguesa foi mínimo. Em resumo, as práticas pedagógicas eram especialmente direcionadas aos que descendiam de famílias abastadas e isso perdurou por um longo período. Tudo isso confirma o fato de que o processo educacional no Brasil foi tardio, e essa defasagem no ensino inevitavelmente deixou vestígios na língua.

²⁵ Essa ação de Pombal se tornou mais um dentre os vários fatores extralinguísticos que também impactaram negativamente para a diversidade linguística daquela época. E isto não significa dizer que a política pombalina não teve importância para o sistema de ensino da América portuguesa, mas a sua dimensão afetou o sistema como um todo.

Concomitantemente a esses acontecimentos, muitos outros fatos históricos foram preponderantes para a linguagem falada e escrita nas capitanias. A vinda de imigrantes de outros países para o Brasil, a concentração populacional no interior do país em busca de terras produtivas e de escravos, o desenvolvimento da economia e diversas invasões territoriais trouxeram miscigenação étnica, linguística e cultural. A adoção de uma língua oficial também denota uma estratégia de controle por parte daqueles que detinham o poder político e administrativo e, ao mesmo tempo, uma forma de sobrevivência dos que foram “dominados”, pois esses também precisavam se adaptar. Sob o mesmo prisma, Mattos e Silva (1988) conclui que:

Cedo o português tende a predominar na comunicação interétnica, e, em certos casos, intertribal, em detrimento das línguas indígenas. A necessidade de aprender português surge durante o contacto intermitente, ao começar a participação do índio no sistema econômico regional, quer como fornecedor de mão de obra esporádica quer de produtos florestais ou agrícolas; mas é durante o contacto permanente que essa necessidade se torna compulsiva, sendo exigência para o próprio sobreviver do grupo em sua qualidade de etnia dominada. (Mattos e Silva, 1988, p. 39).

À luz dessas considerações, compreender a história do português no Brasil implica reconhecer a complexidade sociolinguística que marcou sua formação, caracterizada pela convivência de diferentes práticas linguísticas e por profundas desigualdades sociais no acesso à escrita e à escolarização, bem como a imposição da língua portuguesa frente as demais línguas existentes no contexto colonial.

3.1.1 Garimpando o passado das elites intelectuais e o *corpus* no âmbito da difusão do PB

Para compreender a dinâmica de formação das variedades do português brasileiro (PB), torna-se imprescindível recorrer ao desenho demográfico²⁶ do Brasil colonial. Os dados extraídos do estudo de Mussa (1991) revelam, por exemplo, que a maior parcela de indivíduos que viveu ao longo do período colonial nas terras brasileiras não tinha o português como primeira língua, embora muitos desses indivíduos tenham sido responsáveis por difundir ²⁷o português na colônia.

²⁶ Cf. Mussa (1991).

²⁷ Como visto, outro aspecto que se destaca se refere ao crescimento, paulatino, do número de brancos nascidos no Brasil e de mulatos, enquanto o contingente de africanos, europeus recém-chegados e indígenas tende a diminuir ao longo do tempo.

Considerando as fases do período colonial, conforme a síntese de Carneiro (2024)²⁸ e a periodização sociolinguística também discutida por Lucchesi (2017), crê-se que o *corpus* estudado foi produzido na terceira fase. Tal ocasião, caracteriza-se pelo desenvolvimento da “homogeneização linguística”²⁹. Sobre este aspecto, Mattos e Silva (2004, p. 50) destaca “[...] que, na segunda metade do século XVIII, a língua de colonização se tornou hegemônica e oficial, para dar conta da interrelação entre sócio-história e história linguística na constituição do português brasileiro heterogêneo, plural e polarizado.”

Nesse contexto de representação das faces³⁰ do PB culto no século XVIII, marcado sobretudo pela diversidade linguística, Mattos e Silva (2004) defende que a língua do colonizador apresentava variabilidade interna e que suas variedades foram adquiridas, em muitos casos, por meio de processos de transmissão linguística irregular³¹. Esse processo ocorre em um cenário, inicialmente, caracterizado por multilinguismo generalizado, que, ao longo do tempo e em função de múltiplos fatores históricos, converte-se em um multilinguismo mais localizado. Mattos e Silva (2004) também sugere que o PB se organizou a partir de vertentes³², resultantes das interações entre grupos sociais diversos.

Desse modo, as breves considerações sobre a formação do PB apresentadas nas seções anteriores auxiliam no objetivo de situar a coleção documental aqui analisada, bem como seus *scriptores*, no cenário linguístico de implementação da língua no Brasil.

Nesse sentido, os indicadores sociais da Bahia setecentista, organizados por Vilhena (1969 [1798-1799])³³ em um *ranking* composto por sete categorias sociais, contribuem para compreender que os sócios fundadores das Academias Brasileiras integravam os estratos mais elevados da hierarquia social baiana do século XVIII. Tal inserção evidencia não apenas o prestígio social desses indivíduos, mas também seu acesso aos circuitos de letramento, à cultura escrita e às práticas intelectuais características das elites coloniais.

Inseriam-se, majoritariamente, entre magistrados, funcionários da administração fazendária e membros da corporação militar. Tratavam-se, além disso, de homens brancos

²⁸ Cf. O diagrama extraído de Carneiro (2024, p. 49) e utilizado na presente dissertação.

²⁹ Lucchesi (2017, p. 357) também reforça que este é o momento da “virada no sentido da homogeneização da realidade sociolinguística brasileira, o início do efetivo processo que vai restringir o multilinguismo a pequenos nichos bem localizados.”

³⁰ Cf. Ribeiro (2002).

³¹ Destacamos o trabalho de Lucchesi e Baxter (2009).

³² Lucchesi (2015) realizou uma discussão aprofundada sobre a configuração polarizada do PB.

³³ Cf. o quadro dos Indicadores Sociais no Período Colonial na subseção 3.6.

letrados³⁴, detentores de cargos administrativos, prestígio político e recursos econômicos. Situando-os no desenho sociolinguístico apresentado por Mussa (1991), esses indivíduos inserem-se na parcela minoritária da população que adquiriu o português por meio de processos de transmissão linguística regular, tendo como *input* disponível para aquisição variedades do português mais próximas dos modelos europeus. Isso se explica pelo fato de que cinco dos *scriptores* são portugueses e apenas um é brasileiro.

Reconhece-se, portanto, que o *corpus* desta dissertação é representativo de uma variedade prestigiada do português, associada às elites letradas da sociedade colonial. Para entender minimamente as evidências que ele fornece, buscou-se inspiração nos parâmetros investigativos das agendas de pesquisa inspiradas no âmbito do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB).

Nesse contexto, urge salientar o elo do PHPB com o Centro de Estudos de Documentos Históricos (CE-DOHS). Trata-se de um valioso trabalho coletivo de equipes que, entre outros objetivos, busca amenizar as lacunas existentes na história do português brasileiro, além de incentivar investigações³⁵ interdisciplinares.

O PHPB³⁶ contém agendas de pesquisa consolidadas, com atividades que somam quase três décadas as quais oferecem boas ferramentas para investigações que visam à compreensão da formação do PB. Segundo Castilho (2023):

Desde sua criação, o PHPB foi se consolidando como um projeto nacional, desenvolvendo as seguintes agendas de trabalho: a) *Corpus* diacrônico; b) História social; c) Mudança gramatical; d) Linguística diacrônica do texto; e) Tradições discursivas; f) Semântica diacrônica; g) História do léxico. Nos primeiros 10 anos, as atividades se concentraram na organização do *corpus* diacrônico e na mudança gramatical, a partir de perspectivas teóricas mais sócio funcionais ou formais. Com a ampliação das equipes e a necessidade de consolidar os resultados do projeto, novas temáticas foram incorporadas ao Projeto (Castilho, 2023, p. 4).

³⁴ Para informações mais detalhadas sobre os *scriptores* conferir a subseção 3.8 com as fichas biográficas.

³⁵ O trabalho atualmente desenvolvido pelo CE-DOHS também possui ligação com a perspectiva da linha de pesquisa instituída em 2009 no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). De acordo com Moreno (2019), Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, Klebson Oliveira, Tânia Conceição Freire Lobo, Emília Helena Portella Monteiro de Souza, dentre outros, encontraram na renovada paleografia italiana e nas propostas da equipe de trabalho da Universidad de Alcalá de Henares, pois estes concluíram que “além das práticas, os discursos e representações, que se manifestam a partir de nossas apreensões, também podem nos aproximar de uma História da Cultura Escrita no Brasil.”(Moreno, 2019, p.35)

³⁶ Professores e pesquisadores como Clarinda Maia (Universidade de Coimbra), Rosa Virgínia Mattos e Silva (Universidade Federal da Bahia), Ataliba de Castilho (Universidade de São Paulo), Mary Kato e Fernando Tarallo (Universidade de Campinas), figuram entre os pioneiros do projeto.

Já o CE-DOHS³⁷ constitui-se atualmente como um grupo de pesquisa credenciado junto ao CNPq e validado pela UEFS. Além de ser considerado um centro de referência em Linguística Histórica no semiárido baiano, abriga um conjunto de dados *on-line* composto por dois grandes acervos de manuscritos, que, somados, chegam a quase cinco mil documentos³⁸. Essas coleções de arquivos da plataforma CE-DOHS é uma iniciativa da professora Ilza Ribeiro e funciona em parceria com o Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP)³⁹.

Em relação ao estudo da Bahia setecentista e à investigação da história social do português brasileiro a partir de documentação colonial no âmbito do CE-DOHS, do NELP/UEFS e do PHPB, destacamos a tese de Santos (2025) *O Borrador de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco (1749-1759): estudos sócio-histórico, codicológico-diplomático, paleográfico e edição filológica*; a dissertação de Brito (2024) intitulada *Pelas mãos de Comissários do Santo Ofício na Bahia setecentista: edição semidiplomática e estudo do artigo definido diante de pronome possessivo pré-nominal* e a tese de Santos (2024) *Entre linhas e testemunhos: edição semidiplomática de manuscritos de comissários baianos do Santo Ofício e estudo descritivo de argumentos dativos*.

Essas pesquisas, desenvolvidas em articulação com o PHPB e sob forte influência dos estudos de Rosa Virgínia Mattos e Silva e do PROHPOR/UFBA, vêm consolidando a Bahia como um dos principais centros de investigação em Linguística Histórica no Brasil. Além disso, dialogam com áreas como a Paleografia, a Filologia, a Sociolinguística Histórica e História da Cultura escrita. De acordo com Carneiro, Lacerda e Lose (2025):

O trabalho de constituição desse *corpus* colonial do CE-DOHS, a nosso ver, representa, junto ao PHPB, um avanço de sua agenda de *corpus* diacrônico, tanto em razão da ampliação do banco de textos – procurando cobrir etapas da periodização da história sociolinguística do Brasil – como em razão do diálogo, com maior grau de maturidade, com a Diplomática, a Paleografia e a Filologia. Carneiro, Lacerda e Lose (2025, p. 88).

Em virtude da significativa articulação entre o PHPB, o CE-DOHS e o NELP, consolidou-se uma importante fonte de dados de acesso gratuito, fundamental para a constituição de *corpora* destinados aos estudos linguísticos e a pesquisas de diferentes áreas interessadas em documentação histórica. Além disso, essa parceria fortalece o diálogo entre

³⁷ Marquilhas e Hendrickx (2016) discorrem sobre “Avanços nas Humanidades Digitais” e citam, entre os projetos de *corpora* históricos reconhecidos internacionalmente, o CE-DOHS (p. 21). O capítulo faz parte do livro *Manual de Linguística Portuguesa*, organizado pelas professoras Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho. Também é importante destacar que o projeto conta com o apoio financeiro da FAPESB, CAPES e CNPq.

³⁸ Todas as informações apresentadas sobre o CE-DOHS foram extraídas do site oficial do projeto.

³⁹ Cf. a linha do tempo do NELP em: <https://nelp.uefs.br/>. Acesso em jun.2026.

pesquisadores, professores e discentes, ampliando as possibilidades de investigação e de difusão do conhecimento acerca da história do português brasileiro.

3.2 DAS ACADEMIAS DE ULTRAMAR AO CONTEXTO BRASILEIRO E OUTRAS ACADEMIAS NO SÉCULO XVIII

De acordo com Mortati (2023), no século XVIII, no Brasil-Colônia, existiram várias agremiações literárias intituladas “academias”, que apresentavam características diversificadas. As pessoas que faziam parte dessas academias eram “contempladoras dos saberes de um tempo em que a história ainda não desfrutava do status de disciplina; as academias converteram a individualidade do labor erudito em atividade coletiva” (Dias, 2010, p. 18). Nesse tipo de organização intelectual, instigava-se a coexistência de posicionamentos, em uma época em que a figura dos investigadores solitários ainda era mais valorizada.

Nesse movimento, as redes de intelectuais foram gradualmente institucionalizando-se em academias estruturadas de maneira semelhante, desde o leste europeu até a Península Ibérica (Dias, 2010, p.18). A esse respeito, Mortati (2023) esclarece:

Em 06.05.1736, foi fundada a Academia dos Felizes, pelo governador Gomes Freire de Andrade, a qual durou até 1740 e publicou poucos trabalhos. E, em 1752, a Academia dos Seletos, que realizou apenas uma sessão, em 30 de janeiro daquele ano, em louvor de Gomes Freire de Andrade e produziu relatório volumoso publicado em Lisboa, em 1754, com o título de Júbilos da América. Outras academias foram fundadas no século XVIII. (Mortati, 2023, p. 33).

O processo de criação de diversas academias ao longo do período setecentista leva-nos a refletir que, mesmo quando possuíam curta duração, tratava-se de iniciativas que caracterizaram um fenômeno cultural marcante em momentos importantes da vida pública e intelectual dos grandes centros da Colônia. No entanto, esse movimento esteve circunscrito a um contexto histórico particular, uma vez que Portugal e seus representantes atravessavam transformações significativas em diversos setores da sociedade.

O contexto intelectual de Portugal e seus domínios naqueles tempos era representado por uma reviravolta cultural, um momento de ruptura com determinadas orientações filosóficas e sentimentos religiosos que contradiziam as tendências até então vigentes. Para além de um forte sentimento regalista, onde a ingerência do rei em assuntos eclesiásticos ia ganhando mais terreno, o impacto da ciência moderna vinha fazendo-se sentir em Portugal desde a segunda metade do século XVII juntamente com um novo sentimento religioso de sabor marcadamente platonicizante e crítico da tradição tomístico-aristotélica propagada não só pelos padres da Companhia de Jesus como também pelos dominicanos que compunham as fileiras da

Inquisição portuguesa. Novos projetos filosófico-teológicos despontavam no panorama cultural português. (Leite, 2020, p. 155).

Após o Tratado de Utreque⁴⁰ delineou-se uma nova perspectiva na Europa, marcada pela hegemonia inglesa, francesa e austríaca (Coutinho, 2007). Em meio a esse cenário, D. João V assumiu o trono e, com o objetivo de fortalecer a posição de Portugal no cenário internacional, comprometeu-se a desenvolver uma política de neutralidade por meio de iniciativas diplomáticas⁴¹.

Diante disso, o rei incumbiu importantes figuras da sociedade colonial incluindo membros da elite da primeira metade do século XVIII da tarefa de organizar uma historiografia que, do ponto de vista da administração, contribuísse para o desenvolvimento do eixo intelectual do reino⁴².

Mediante o florescimento das academias literárias, percebeu-se a viabilidade de o “erudito (ou o douto) conquistar um lugar explícito na sociedade” (Mota, 2003, p. 45), fenômeno que também ocorria de maneira semelhante em outros países. Por meio de atividades e reuniões coletivas, as redes de intelectuais discutiam temáticas diversas e, assim, os acadêmicos produziam conhecimento compartilhando mutuamente os saberes adquiridos ao longo de suas formações e experiências.

Nesse panorama, Kantor (2002)⁴³ apresenta, em sua tese, uma discussão sobre a vocação historiográfica na América portuguesa durante os Setecentos, a partir da Academia Brasílica dos Esquecidos e da Academia Brasílica dos Renascidos. A extensa análise realizada pela autora evidencia que a historiografia produzida pelos acadêmicos brasílicos configura um campo de reflexão intelectual que testemunha experiências da colonização sob diversos vieses, além de constituir uma fonte valiosa para a compreensão das especificidades luso-americanas no Período das Luzes.

⁴⁰ O Tratado de Utrecht (1713-1715) redefiniu as fronteiras da América Portuguesa ao fixar o rio Oiapoque como o limite norte com a Guiana Francesa e devolver a Colônia do Sacramento ao domínio lusitano. Trata-se, portanto de um marco diplomático que foi essencial para consolidar a soberania de Portugal sobre a bacia amazônica e anular os limites obsoletos de Tordesilhas, projetando a cartografia moderna do Brasil (SILVA; SOUZA, 2023).

⁴¹ Com isso, fosse em Portugal, outros locais ou nas terras brasileiras, também se deu abertura para as ideias, livros e outros itens advindos do estrangeiro, o que configurou um movimento intelectual Portugal a fora e fortaleceu-se devido às práticas de mecenato exercidas pelo Estado, a partir de então.

⁴² Ressaltamos que o movimento academicista vigorou no Brasil com apoio da administração portuguesa.

⁴³ A pesquisa realizada por Kantor (2002, p. 4) é fruto de uma árdua seleção de fontes documentais que atestam as “dinâmicas sociais e políticas subjacentes ao processo de formação da historiografia acadêmica luso-americana Setecentista” (Kantor, 2002). Um dos questionamentos principais do seu trabalho está na demarcação causada pelo surgimento das duas academias brasílicas e como elas não se limitavam às fronteiras políticas desenhadas pelo Império português.

Convém afirmar, portanto, que o processo de formação da Academia Brasileira dos Esquecidos (ABE) e da Academia Brasileira dos Renascidos (ABR) ocorreu em um contexto de dependência política do Brasil em relação a Portugal. À época da fundação das duas academias, tanto a Capitania da Paraíba quanto a Capitania da Bahia já estavam sob domínio português. Trata-se de uma conjuntura histórica complexa, marcada por acontecimentos relevantes que possivelmente se refletem nos manuscritos que compõem o *corpus* desta dissertação.

Os sócios fundadores dessas academias pertenciam à elite intelectual da época, pois “uma parcela significativa dos Acadêmicos Esquecidos e Renascidos dispunha das mercês de propriedades de ofícios nas provedorias, cartórios, câmaras e secretarias de governo” (Kantor, 2004, p. 62). Além de integrarem classes sociais prestigiadas, possuíam formação acadêmica sólida.

A seguir, apresenta-se, no Quadro 1, um quadro-síntese sobre a formação dos letrados das Academias Brasileiras, extraído de Silva, Moraes e Nascimento (2010).

Quadro 1 - A formação dos letrados das Academias Brasileiras

Formação Origem	Direito	Teologia	Filosofia	Artes	Cânones	Medicina	Instituto	Escolástica	Letras
Coimbra	15	15	2	1	5	98	6	-	-
Évora	-	2	-	1	-	-	-	-	-
Porto	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Colégio dos jesuítas	-	2	3	1	-	-	-	2	2
Congregação Oratório (PE)	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Espanha	1	1	-	1	-	-	-	-	-
Sem indicação sobre formação superior: 155									
Indicação da formação superior sem local: 12									

Fonte: extraído de Silva; Moraes; Nascimento (2010).

Assim, de modo geral, pode-se afirmar que movimento academicista⁴⁴ no Brasil setecentista ocorreu de forma bastante ampla. Além das influências artísticas, fatores ideológicos e políticos fomentaram-se ideais que partiam não somente da sociedade, mas também dos setores administrativos da Corte, e a orientação ocorria a partir de uma nova direção cultural.

Todavia, ao longo da execução do projeto das AB, os literatos brasílicos não restringiram suas produções apenas ao que lhes era solicitado pela Coroa Portuguesa. Produziram, ainda, outros gêneros textuais, como poemas, discursos, sermões, orações, críticas, cartas, ensaios, polêmicas, obras literárias, entre outros.

Para Kantor (2004, p. 193) há um projeto de elaboração da história envolto nos escritos das academias. Segundo a autora, os membros da ABR faziam clara distinção entre “memória” e “história”; já para os membros da ABE, havia “um projeto historiográfico [...] que contemplou a preparação de quatro dissertações sobre a História Política, Eclesiástica, Natural e Militar”.

Considerando que a criação das academias no espaço colonial esteve vinculada a políticas culturais do Reino português, os textos produzidos por seus integrantes podem ser lidos, também, como manifestações de práticas discursivas associadas à administração e à cultura letrada do Império. Nas entrelinhas desses documentos, observam-se elementos que revelam a circulação de redes administrativas, a busca por legitimação intelectual e social por parte das elites coloniais e a tentativa de aproximação simbólica com os modelos culturais metropolitanos. Nesse sentido, as cartas analisadas não apenas registram práticas de escrita do período, mas, igualmente, refletem dinâmicas de poder, sociabilidade e produção de saber que marcaram a vida intelectual da América Portuguesa no século XVIII.

3.2.1 A Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725): fundação e obras dos participantes

Para José Aderaldo Castello (1969, v. 1, t. 1, p. 16), uma academia é uma “associação cultural com objetivos, organização e atuação temporariamente ilimitada, fixados em estatutos próprios”. Segundo esse critério, destaca-se que a Academia Brasílica dos Esquecidos foi a primeira organização desse tipo instituída no Brasil colonial e, conforme defende Pinto (2022,

⁴⁴ Para Pessoti (2009, p. 48), “a academia se resignificava e de centro de produção intelectual atrelado aos interesses régios de manutenção da soberania se configurava em local de sociabilidade intelectual das elites locais”.

p. 75), “representou uma extensão, em território colonial, do empreendimento português iniciado com a Academia Real da História Portuguesa, criada em 1720 e que durou até 1736”.

Assim, a Academia Brasília dos Esquecidos foi fundada em uma conjuntura marcada pelas hierarquias sociais do período colonial brasileiro. Nessa mesma ocasião, Salvador, além de ser cidade portuária, ocupava posição estratégica nas rotas comerciais, sendo também a capital do Brasil.

[...] fundada em 25 de abril de 1724 em Salvador, sob os auspícios do Vice-Rei D. Vasco Fernandes Cesar de Meneses, tinha como objetivo principal o estudo da história do Brasil. Entretanto, suas atividades não desfrutaram de longevidade suficiente a essa empreitada, cerrou suas portas em 4 de fevereiro de 1725. (Dias, 2010, p.19)

Nesse sentido, apesar de sua curta duração, a ABE constituiu um movimento bem estruturado, que respeitou os padrões das academias letradas e definiu previamente objetivos gerais e específicos, atribuindo a cada sócio fundador uma função particular.

Ao todo, foram convocados pelo vice-rei sete acadêmicos, que se tornaram os sócios principais da instituição. Contudo, desses sete, apenas quatro ficaram responsáveis pela elaboração da história brasileira, dividida em quatro partes. De acordo com Pinto (2022, p. 77), a parte natural ficou sob responsabilidade de Caetano de Brito Figueiredo; a militar foi confiada a Inácio Barbosa Machado; a eclesiástica foi atribuída a Gonçalo Soares da Franca e a política coube a Luís de Siqueira da Gama.

Conforme observa Pinto (2022, p. 73), essa Academia desempenhou importante papel no desenvolvimento das atividades intelectuais na colônia portuguesa, que viria, um século mais tarde, a tornar-se um país independente: o Brasil.

No âmbito dessa ação coletiva, outro aspecto que merece destaque – registrado na obra de Castello (1969–1971) – é o fato de que os acadêmicos adotaram pseudônimos,⁴⁵ conforme a tradição das academias letradas. Assim, o padre Gonçalo Soares da Franca denominou-se “Obsequioso”; o desembargador Caetano de Brito Figueiredo adotou o pseudônimo “Nubiloso”; o desembargador Luís de Siqueira da Gama passou a chamar-se “Ocupado”; o juiz de fora Inácio Barbosa Machado assumiu o pseudônimo “Laborioso”; o coronel Sebastião da Rocha Pita ficou conhecido como “Vago”; o capitão João de Brito e Lima adotou “Infeliz”; e José da Cunha Cardoso assumiu o pseudônimo “Venturoso”.

⁴⁵ Pinto (2022) também frisa em seu artigo “*Academia Brasília dos Esquecidos: história e literatura*” sobre este aspecto.

Além dos textos historiográficos encomendados aos sócios letrados, também era recorrente a produção de composições poéticas, elaboradas a partir de temas previamente estabelecidos ou escolhidos pelos próprios acadêmicos. Parte significativa dessa produção foi posteriormente estudada⁴⁶ por José Aderaldo Castello (1921–2011).

Segundo Pinto (2022), Castello reuniu as produções acadêmicas dos membros das Academias Brasília em códices publicados entre 1969 e 1971. Com base nessa obra, elaboramos um quadro-resumo com algumas das produções dos *scriptores* da ABE cujas cartas foram editadas nesta dissertação.

Quadro 2 - Os sócios fundadores da Academia Brasília dos Esquecidos e suas produções

NOME DO SÓCIO	OBRAS DO SCRIPTOR	GÊNERO
Caetano de Brito e Figueiredo	Diário Panegírico;	Poema
	Aplausos natalícios com que a cidade da Bahia celebrou a notícia do Felice primogênito do excelentíssimo senhor Dom Antônio de Noronha.	Poema
	Diário Panerigíco	Poema
José da Cunha Cardoso	Conferência de 10 de setembro	Soneto
	Em louvor do Presidente, o Padre Manuel Cerqueira Leal;	Poema
	Conferência de 24 de Setembro Laudatur Sapientissimus Praseses et Canonicus doctoralis Dominus Ignatius de Azevedo hoc	Epigrama
	Romance Heróico	Poema
	Conferência de 24 de Setembro- Segundo Assunto Foi o segundo assunto uma dama que chegando à janela a ver o seu amante com os raios do sol não pôde ver.	Décima
Sebastião da Rocha Pita	Alcançou Trauma vitória, e não chegando a triunfar dela lhe levantou o sucessor Adriano uma Estátua; pergunta-se de donde lhe resultou maior glória, se da vitória, ou da Estátua.	Soneto
	Perdendo uma Senhora um grande bem, trazia muito na memória esquecer a perda dele.	Soneto
	Pegando fogo na Casa em que se fabrica a pólvora, entrou nela a extingui-lo o Excelentíssimo Senhor Vi-Rei Vasco César ade Meneses; perigo de que livrou a Virgem Santíssima Mãe de Deus.	Terceto

Fonte: elaborado pela autora.

O nome escolhido para a primeira edição da agremiação dos literatos brasílicos também constitui um elemento significativo, pois admite diferentes interpretações. Há quem argumente que os sócios fundadores da ABE, apesar de inspirados nas diretrizes da Academia Real da História Portuguesa, estariam insatisfeitos por não terem sido convocados para participar dessa instituição.

⁴⁶ Visando preencher as lacunas sobre diversas temáticas extraídas da prática historiográfica, Castello (1921–2011). pesquisou profundamente o movimento academicista, conseguindo reunir éditos e inéditos da Academia Brasília dos Esquecidos e, também, dos Renascidos.

Nesse sentido, Castro (1999) sustenta que o termo “Esquecidos” expressaria certo sentimento de inconformidade em relação à metrópole, enquanto Pedrosa (2003, p. 21) afirma que:

A autodenominação de esquecidos provavelmente provém do fato de que nenhum letrado colonial fora chamado para compor os quadros da Academia de História Portuguesa. Os acadêmicos se consideravam abandonados pela metrópole, consideravam que seus talentos intelectuais deveriam receber uma maior atenção da Corte. (Pedrosa, 2003, p. 21).

Outra interpretação sobre essa denominação parte da análise do lema escolhido pelos acadêmicos brasílicos: *Sol oriens in Occiduo* (“O sol nascendo no Oriente”). A partir dessa metáfora, apresenta-se uma leitura distinta da proposta por Castro (1999) e Pedrosa (2003).

De acordo com Pinto (2022), se o sol nasce no Oriente – e, metaforicamente, a luz do conhecimento provinha da Europa –, o lema *Sol oriens in Occiduo*⁴⁷ poderia ser interpretado como a proposta de irradiar ideias em sentido inverso, ou seja, do Brasil para a Europa.

No que diz respeito ao funcionamento das atividades da ABE, Kantor (2004) relata que cada sessão acadêmica era aberta por um discurso do presidente, escolhido por seu antecessor. O funcionamento das reuniões é apresentado por Pinto (2022):

Ficou assentado que as reuniões seriam quinzenais, realizadas no palácio do vice-rei, e que, para cada conferência, seriam dados dois argumentos ou assuntos – um heroico, o outro lírico –, para estímulo da produção poética. Apenas a primeira conferência, que foi marcada para a tarde de 23 de abril de 1724, domingo seguinte ao da Páscoa daquele ano, não teve os dois assuntos arbitrariamente determinados, pois os temas desse dia seriam necessariamente o elogio do vice-rei e a criação da própria Academia. (Pinto, 2022, p. 81).

Com base nessas informações, e em continuidade à investigação, buscamos dados relativos à duração das atividades da Academia Brásilica dos Esquecidos. Leite (2020, p. 159) informa que a instituição “durou 18 sessões ou conferências, sendo a primeira realizada em 23 de abril de 1724 e a última em 4 de fevereiro de 1725”.

Assim, ao confrontar a data da primeira sessão com a da última conferência, observa-se que o período efetivo de funcionamento da Academia não ultrapassou um ano. Ainda assim, quando se consideram os códices que reúnem a produção acadêmica elaborada no âmbito da instituição posteriormente organizados e publicados por José Aderaldo Castello bem como as cartas atualmente custodiadas no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, disponíveis por meio do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, constata-se a existência de um acervo documental expressivo.

⁴⁷ A expressão latina “*Sol oriens*” também pode significar “*nascer do sol*”.

Esse conjunto de fontes demonstra que, apesar de sua curta duração, a Academia Brasileira dos Esquecidos produziu de maneira significativa e sistemática, contribuindo para a ampliação da vida cultural na América Portuguesa:

Os códices originais da Academia Brasileira dos Esquecidos, que Varnhagen julgava perdidos, guardam-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, podendo-se por eles restaurar o trabalho literário, assaz volumoso (em três tomos manuscritos) do grêmio, que funcionou de 7 de março de 1724 a 4 de fevereiro de 1725, em 18 sessões formais, ou “outeiros”. Fora dos códices, há Dissertações Acadêmicas e Históricas nas quais se trata da História Natural das cousas do Brasil (pelo Des. Chanceler Caetano de Brito e Figueiredo), 69 fls.; Exercícios de Marte (por Inácio Barbosa Machado), 82 fls.; e Dissertações da História Eclesiástica do Brasil (pelo Padre Gonçalo Soares da Franca), 79 fls., códices Alcobacenses, Biblioteca Nacional de Lisboa (Inventário, IV, 295-298, Lisboa, 1932); e Dissertações Altercadas e refutadas para melhor averiguação da verdade na História do Brasil (Luís de Siqueira da Gama), Inventário, V, 370. (Calmon, 1949, p. 52).

Imersos nessa perspectiva das obras que foram concebidas, é inegável que a Academia Brasileira dos Esquecidos pertenceu ao período colonial e desempenhou importante papel na ampliação da vida sociocultural na América Portuguesa, tanto no que se refere à sistematização da história da colônia por meio das produções escritas quanto ao incentivo à atividade poética, à erudição e ao pragmatismo intelectual.

Para Borges (2016), a Academia Brasileira dos Esquecidos alcançou uma autonomia e uma força simbólica consideráveis para a América Portuguesa dentro daquele contexto sócio-histórico, pois

O espaço de sociabilidade representado pela Academia Brasileira dos Esquecidos criou um ambiente que motivou aos indivíduos da Colônia, a se verem a partir de suas próprias características político-sociais, gerando força suficiente para estimular a produção de uma obra historiográfica com valor e dimensão da escrita. (Borges, 2016, p. 113).

A seguir, apresenta-se brevemente a segunda edição das Academias Brasileiras, desta vez denominada Academia Brasileira dos Renascidos (1759). Na próxima subseção, descrevem-se, de forma sucinta, o processo de fundação dessa academia e algumas obras produzidas por seus participantes.

3.2.2 A Academia Brasileira Dos Renascidos (1759): fundação e obras dos participantes

A Academia Brasileira dos Renascidos surgiu 34 anos após o encerramento das atividades da Academia Brasileira dos Esquecidos. Kantor (2002, p. 95) afirma que, desde a interrupção das conferências em 1725 até a criação da ABR, em junho de 1759, outras

academias temporárias e sem estatutos formais foram organizadas na América Portuguesa, entre elas a Academia dos Felizes (Rio de Janeiro, 1736–1740), a Academia Militar (Rio de Janeiro, 1740) e a Academia dos Seletos (1752). No entanto, nenhuma delas possuía um projeto historiográfico definido.

Com esse intervalo temporal, foi somente em 1759 que a instituição foi retomada, agora com maior amadurecimento intelectual e novos moldes organizacionais, sob o patrocínio do desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, mantendo-se, contudo, o objetivo de servir aos interesses da Coroa Portuguesa. De acordo com Dias (2010, p. 19), o foco principal da nova academia era “editar a História Eclesiástica e Secular, Geográfica e Natural, Política e Militar da América Portuguesa”.

Assim como ocorreu com a produção da Academia Brasília dos Esquecidos, José Aderaldo Castello também reuniu as produções acadêmicas dos membros da Academia Brasília dos Renascidos em códices publicados entre 1969 e 1971. A seguir, apresenta-se um quadro-resumo com algumas das produções dos *scriptores* da ABR cujas cartas são editadas nesta dissertação, elaborado com base na obra de Castello (1969–1971).

Quadro 3 - Os sócios fundadores das Academia Brasília dos Renascidos e suas produções

NOME DO SÓCIO	OBRAS DO <i>SCRIPTOR</i>	GÊNERO
Antonio Ferreira Gil	Relação panegírica das honras funerais, que às memórias do muito alto, e muito poderoso Senhor Rei Fidelíssimo D. João V consagrou a cidade da Bahia, Corte da América Portuguesa	Obra literária
João Ferreira Bittencourt e Sá	Relação panegírica das honras funerais, que às memórias do muito alto, e muito poderoso Senhor Rei Fidelíssimo D. João V consagrou a cidade da Bahia, Corte da América Portuguesa	Obra literária
Joseph Mascarenhas Pacheco Coelho de Melo	História Geográfica de Portugal	Estudo
	Oração latina sobre o método dos estudos da Jurisprudência	Oração

Fonte: elaborado pela autora.

Kantor (2004) informa a data e o local em que a Academia Brasília dos Renascidos foi criada, além de apresentar uma descrição sobre a ocupação social dos membros que participaram do evento de inauguração da nova agremiação literária. De acordo com a autora:

Em 6 de junho de 1759, no salão do convento dos Carmelitas Calçados da cidade de São Salvador Baía de Todos os Santos, reuniram-se clérigos diocesanos e religiosos das mais diversas ordens regulares, senhores de engenho, mercadores de escravos, açúcar e tabaco, magistrados, militares e servidores públicos, para fundar a Academia Brasília dos Renascidos, com estatutos próprios, selo, projeto editorial em língua portuguesa e latim, e um corpo acadêmico com mais de 40 membros (ampliado para 140 em poucos meses). (Kantor, 2004, p. 1).

Nesse ambiente de expansão do movimento academicista, observa-se, também, um aumento significativo no número de participantes envolvidos nas atividades da Academia Brasília dos Renascidos. Entretanto, o número exato de membros não é consensual entre os estudiosos. Borges (2016, p. 112), por exemplo, afirma que esse número “certamente ultrapassou 100 participantes, entre numerários e supranumerários”.

Outro aspecto relevante relacionado ao funcionamento da ABR refere-se ao contexto político-social da segunda metade do século XVIII, período marcado pela criação da Academia Brasília dos Renascidos e pelas reformas pombalinas no mundo luso-brasileiro. As políticas implementadas pelo Marquês de Pombal reduziram significativamente a influência da Companhia de Jesus nas colônias americanas, repercutindo diretamente no ambiente educacional e intelectual da época. Nesse cenário, a fundação da ABR associa-se ao fortalecimento das práticas letradas e à valorização do conhecimento erudito alinhado aos interesses da Coroa portuguesa.

Além disso, a criação da Academia dos Renascidos tinha, de acordo com Kantor (2002), “uma dimensão pragmática”, com declarações e elogios hiperbólicos e universalistas, com pautas retóricas que remetiam às formações humanistas e a um recrutamento de párocos, que passariam a “ocupar o lugar dos missionários jesuítas nas vilas indígenas recém-instituídas, com as tarefas de aplicar inquéritos e de instruir os moradores no exercício político e militar das mesmas vilas” (Kantor, 2002, p. 200). Isto é, além dos moldes europeus, havia tendência à manutenção das ordens do Antigo Regime.

Imersos na perspectiva de retomada da escrita da história da América Portuguesa, as Academias e, em especial, a dos Renascidos, reservavam segundo Dias (2010, p. 20), “fôlego ao enaltecimento de natalícios régios”; havia, portanto, a prática de homenagear os mecenas. Corroborando com Borges (2022), vejamos quem eram os letrados que geriram essa edição da AB:

O grupo responsável por dirigir a instituição teve a seguinte composição: presidente, José Mascarenhas Pacheco Pereira de Mello, censores, Dr. João Borges de Barros, João Ferreira Bittencourt e Sá, Frei Ignácio Sá e Nasareth e o Dr. José Pires de Carvalho e Albuquerque; secretário, Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco; e o vice-secretário, Bernadino Marquez de Almeida e Arnizau. (Borges, 2022, p. 207).

Essa disposição dos sócios gerentes apontados por Borges (2022), remete ao contexto que configurava uma trajetória social ascendente dentro do Antigo Regime na Bahia Colonial. Partindo dessa observação e ao verificar a listagem do autor, percebemos também que eram pessoas influentes, e alguns até ocuparam bancos na Universidade de Coimbra, o que representa maior amadurecimento intelectual na segunda versão da academia. Com relação à quantidade de sócios, não há unanimidade entre os estudiosos quanto a esse aspecto; Borges (2016, p. 115) indica que cerca de 40 membros se fizeram presentes na primeira reunião, dentre eles “22 religiosos, 07 militares e 5 magistrados”. E, paulatinamente, outros participantes também foram sendo agregados.

Outro fato marcante dentro do funcionamento da ABR está no viés político-social que circunscrevia a época em que ela foi fundada. Na tentativa de centralização de seu poder, o Marquês de Pombal desejava estabelecer, nas terras luso-brasileiras, uma política que não tinha espaço para os membros da Companhia de Jesus, mas apresentava vastas tendências manipuladoras:

As provisões acadêmicas deviam ser distribuídas com muita parcimônia; recomendava o estatuto: “e este honrado título não se dará às pessoas que se suspeite o querem somente honorário; mas sim com muita parcimônia e madura reflexão, e somente aquelas que se julgar verdadeiramente aplicadas, e querem empregar-se nas fadigas literárias a que se sujeitam todos os colegas desta nobilíssima sociedade (Estatutos *apud* Kantor, 2004, p. 194).

Dessa forma, a Academia Brasílica dos Renascidos sofreu influência direta da política pombalina na América Portuguesa. Entretanto, esse contexto também refletia transformações mais amplas associadas ao clima intelectual do século XVIII, marcado pela circulação de ideias vinculadas ao Iluminismo europeu.

Segundo Beline, Silva e Carlos (2016, p. 125), os estatutos das academias constituíam não apenas um documento cultural, mas também um instrumento político, pois serviam para orientar as ações da elite letrada e reforçar a autoridade tanto do monarca quanto de seus ministros.

Assim, as academias de letrados brasílicos no período setecentista representam fenômenos complexos e heterogêneos, nos quais se entrelaçam interesses culturais, políticos e administrativos. Compreender essas dinâmicas exige observar como essas instituições se

organizavam e quais eram suas funções no contexto colonial, aspecto que será aprofundado na subseção seguinte.

3.3 ENTRE AS FONTES DAS ACADEMIAS BRASÍLICAS: UM ESTUDO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO CULTO NOS SETECENTOS E A SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS

O *corpus* da presente dissertação apresenta diversas características que podem ser analisadas a partir de diferentes perspectivas. Ao investigá-lo, torna-se evidente que seus significados também são condicionados pelo contexto de produção, pelas formas de circulação dos textos e pelas dinâmicas históricas, políticas e discursivas que atravessam esses documentos. Considerar tais aspectos é fundamental.

As elites letradas que atuaram nas Academias Brásílicas baianas reuniram-se em torno de um objetivo comum: produzir textos sobre temas diversos e contribuir para a construção de um saber erudito na América Portuguesa. À vista disso, conforme observa Castillo Gómez (2021):

[...] cada época y cada sociedad pueden ser mejor conocidas y evaluadas según el uso que hacen de la herramienta escrita. La distribución social de las capacidades de escritura y lectura, y las funciones que se asignan en cada momento a los productos escritos de diversas tipologías son también elementos que contribuyen a un mejor conocimiento de una sociedade. (Castillo Gómez, 2021, p. 9).⁴⁸

Nesse contexto, ressalta-se que o advento da escrita constitui um marco histórico-social responsável por profundas transformações culturais e econômicas. Para Barreiros (2017, p. 390), “é quase impossível mencionar um aspecto das sociedades modernas que não tenha alguma interferência da escrita”.

Assim, destaca-se também a relevância da História da Cultura Escrita como campo de investigação complementar à história social do português brasileiro, bem como o diálogo com outras áreas do conhecimento. A esse respeito, Mattos e Silva (2004) afirma:

[...] pelos que fazem história social – ou numa perspectiva antropológica ou numa perspectiva da chamada nova história, que não se reporta apenas aos grandes acontecimentos, mas a evidências de vários aspectos do cotidiano dos diversificados agentes da história – pode-se levantar indícios que permitam

⁴⁸ “[...] cada época e cada sociedade por ser mais bem conhecida e avaliada pelo uso que fazem da ferramenta escrita, pelo modo através do qual proporcionam a distribuição social da capacidade de escrever e ler, das funções que atribuem de tempos em tempos aos produtos escritos e as suas diversas tipologias.” (Castillo Gómez, 2021, p.9). (tradução nossa).

fundamentar uma aproximação à história social da linguagem. [...]. (Mattos e Silva, 2004, p. 70).

No índice analítico apresentado na *Parte III* desta dissertação reúnem-se, entre outros dados, informações detalhadas sobre o local de produção das cartas (onde), a datação cronológica (quando) e a finalidade dos documentos (para quê), acompanhadas de uma síntese do conteúdo abordado em cada texto.

Com base nesses dados, extraídos das cartas dos *scriptores*, elaborou-se o quadro a seguir, no qual se apresenta a distribuição das cartas segundo o período de produção.

Quadro 4 - Distribuição dos documentos por cronologia de escrita

PERÍODO	ANO/DÉCADA	QUANTIDADE DE MANUSCRITOS
Primeira metade do século 18 (1701-1750)	1719-1749	18
Segunda metade do século 18 (1751-1800)	1757-1776	5
Total		23 documentos

Fonte: elaborado pela autora.

O quadro apresentado permite observar que a maior parte das cartas editadas foi produzida na primeira metade do século XVIII, enquanto cinco manuscritos datam da segunda metade desse século.

Além dessas correspondências, a elite letrada produziu uma historiografia brasílica relevante, inaugurando debates sobre diferentes aspectos da sociedade colonial. Ao rememorar e registrar acontecimentos da colônia, esses indivíduos letrados que dominavam a escrita e participavam das Academias Brasileiras⁴⁹, contaram com o apoio de setores administrativos e contribuíram para a construção de determinadas representações sobre a realidade colonial.

Desse modo, o estudo das academias brasílicas mostra-se particularmente relevante para a compreensão da vertente culta⁵⁰ do PB no período setecentista. Analisar os aspectos intrínsecos e extrínsecos do *corpus*, bem como o contexto de produção das cartas e as informações sociobiográficas dos *scriptores*, significa valorizar a perspectiva sócio-histórica e reconhecer que o português no/do Brasil nesse período deve ser investigado de forma ampla e contextualizada.

⁴⁹ Circunscritas em uma época na qual fazer parte de uma agremiação literária era, de acordo com Borges (2016), um sinônimo de prestígio, legitimidade e de distinção social, as Academias Brasileiras carregam o valor de um lugar destinado ao saber. Além disso, representam também uma extensão de um dos projetos político-culturais lançado pela Coroa Portuguesa com alusão à escrita da história do império português.

⁵⁰ De acordo com Mattos e Silva (2001), a vertente popular é fruto do contato linguístico intenso entre povos e línguas distintas e isso designou o contexto multilíngue brasileiro, mas a influência do português clássico também é marcante e é situada por Galves (2007, p. 521), em meados de 1500 a 1800.

Não é objetivo desta dissertação aprofundar a discussão sobre qual teria sido o acontecimento histórico mais decisivo para a implementação da língua portuguesa no território brasileiro. Contudo, essa breve contextualização é necessária para possibilitar uma interpretação mais consistente das cartas analisadas.

De acordo com Gonçalves (2020, p. 584), “a escrita apresenta, ao longo do tempo, mudanças vinculadas aos seus suportes, aos seus produtores, aos seus leitores e aos seus aspectos estruturais e discursivos”. Assim, acredita-se que a análise dos manuscritos produzidos por intelectuais associados às Academias Brasileiras pode revelar elementos importantes relacionados aos discursos, às práticas culturais e aos debates intelectuais do período.

Embora existam outros documentos relevantes, optou-se por constituir o *corpus* com manuscritos produzidos por sócios fundadores das Academias Brasileiras dos Esquecidos e dos Renascidos, por se tratar de um material altamente representativo da variedade culta, ainda pouco explorado nos estudos linguísticos, filológicos e paleográficos.

Além disso, o *corpus* apresenta caráter inovador, pois permite a reconstrução da ficha biográfica de todos os *scriptores* brasileiros e portugueses, constituindo, assim, um conjunto documental confiável para investigações sobre as bases sociolinguísticas do português brasileiro.

Com o objetivo de valorizar os diferentes elementos que compõem o *corpus* setecentista e de articular aspectos históricos e filológicos com rigor⁵¹, recorreu-se também a reflexões metodológicas propostas por Paschoal (2024), que identifica sete problemas teórico-metodológicos enfrentados em pesquisas com documentação histórica. Três desses problemas também se fizeram presentes nesta investigação:

d) A questão da autenticidade, em razão das possíveis tentativas de o escritor emular a norma vigente no momento da produção do texto. Além disso, há o problema das cópias, que afetam a escrita original do documento e podem culminar em erros analíticos; e) A autoria, no que tange ao discernimento entre o documento ser autógrafo (escrito pelo autor intelectual) ou apógrafo (escrito por um amanuense); f) Quanto à validade social e histórica, que implica na complexidade em (re)construir informações sobre a trajetória individual do escrevente e, com base nela, interpretar os dados de variação e mudança da língua fornecidos pelos textos; (Paschoal, 2024, p. 39-40).

Diante desses desafios, buscou-se adotar uma abordagem interdisciplinar, recorrendo a diferentes áreas do conhecimento para melhor compreender o movimento academicista no

⁵¹ Mattos e Silva (2008, p. 15) explica que “[...] não se pode nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para a análise histórico-diacrônica: a edição tem de ter sido feita com rigor filológico e com o objetivo claro.”

Brasil e as informações sócio-históricas que o *corpus* pode revelar. Com as palavras de Carneiro, Lacerda e Lose (2025, p. 91), trata-se de um “cruzamento de olhares e cruzamento de perspectivas que estão sempre sob o escopo teórico-metodológico da Paleografia e da Filologia, entendido como condição *sine qua non* para a formação de *corpora* em Linguística Histórica e no âmbito do PHPB.”

O recorte que, em especial interessou à pesquisa se situa em um período de transição do português, entre a primeira e a segunda metade do século 18. Além disso, no tocante à importância do português de setecentos corrobora-se com a perspectiva de Castro (2013) quando ele defende que faltam ainda, estudos suficientes que nos permitam demarcar seriamente o português desta fase.

Assim, o *corpus* desta pesquisa é composto por fontes documentais não literárias⁵² produzidas por *scriptores* portugueses e brasileiros pertencentes à elite letrada, inseridas no contexto da administração portuguesa no período colonial. Documentos dessa natureza podem contribuir significativamente para a compreensão dos aspectos sócio-históricos e linguísticos da vertente culta do português no/do Brasil.

3.3.1 As buscas nos arquivos: a coleção documental

O gênero epistolar era utilizado no século XVIII com diversas finalidades, fato que intensificou sua produção e contribuiu para a diversificação das espécies⁵³ documentais. De acordo com Gonçalves (2020):

A significativa produção de documentação histórica na Bahia Colonial se justifica pela necessidade de se fazer circular informações sobre as demandas sociais, políticas, eclesiásticas e militares da colônia, com o fim de possibilitar aos seus leitores –às autoridades e às instituições –o conhecimento das realidades e as demandas desses espaços colonizados[...] (Gonçalves, 2020, p. 585).

Essas informações podem ser observadas nas temáticas presentes nas correspondências trocadas entre os acadêmicos brasílicos e a administração colonial. Por meio da análise filológica, aliada ao aporte teórico das Tradições Discursivas⁵⁴, foi possível identificar alguns componentes linguísticos e expressões recorrentes nos documentos editados, como o uso de

⁵² Barbosa (1999) distingue documentos literários de documentos não literários e vai de encontro às discussões tradicionais sobre as nomenclaturas dadas aos tipos de texto enquadrando a carta como um “gênero epistolar”.

⁵³ Espécie documental é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas (Camargo; Bellotto, 1996).

⁵⁴ “As Tradições Discursivas são resultantes do processo de mudança diacrônica de certas modalidades textuais que apresentam determinados elementos linguísticos identificados cronologicamente e contextualmente” (Gonçalves, 2020, p. 586).

pronomes de tratamento, fórmulas de saudação e expressões que indicam expectativa de resposta ou concessão de benefícios, elementos que também contribuem para caracterizar os *scriptores* no âmbito institucional.

Considera-se ainda que “dispor de fontes primárias e ter acesso a elas constitui um diferencial em muitas pesquisas” (Lose, 2018, p. 24)⁵⁵. Contudo, a localização desse tipo de material nem sempre corresponde a uma investigação linear ou simples.

Após diversas buscas em acervos digitais, foi possível reunir inicialmente, por meio do site do Projeto Resgate Barão do Rio Branco⁵⁶, um conjunto significativo de documentos pertinentes ao objetivo desta pesquisa. Posteriormente, realizou-se também consulta *in loco* aos documentos originais no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

O Arquivo Histórico (AHU)⁵⁷, é um arquivo estatal e um serviço da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, aberto ao público, que abriga mais de 16 quilômetros lineares de documentação, datada do final do século XVI até 1975. Situado em Lisboa, Portugal, o arquivo conserva um expressivo acervo documental de relevância histórica, reunindo manuscritos e registros originais em diferentes suportes, vinculados às atividades administrativas do Estado português e de seus domínios ultramarinos.

No que se refere às tipologias textuais selecionadas, optou-se pela análise de cartas, por se tratar de documentos que permitem identificar indícios indiretos acerca das mudanças linguísticas do português no/do Brasil setecentista. As 23 cartas que compõem o *corpus* desta dissertação integram a escrita burocrático-administrativa, e foram produzidos e assinados por seis integrantes das Academias Brásílicas.

Nos quadros apresentados a seguir, realizou-se a identificação dos documentos de acordo com as proposições de Bellotto (2008). Na primeira coluna, indica-se a autoria (quem); na segunda, o ano de produção (quando); na terceira, a quantidade e a espécie documental (o quê); na quarta, o local de produção (onde); e, na quinta, o destinatário (para quem).

⁵⁵ De acordo com Lose (2018), são fontes primárias documentos originais, contemporâneos ao evento ou período ao qual se referem, enquanto as fontes secundárias seriam documentos indiretos elaborados a partir da análise das fontes e dados primários.

⁵⁶ O Projeto Resgate está inserido no Projeto Memória do Brasil, com aprovação do Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem e, conforme Lobo (2009) aponta, surgiu em 1995 com o propósito de reunir documentação concernente ao período anterior à independência do Brasil que estavam espalhadas além-mar, sobretudo em Portugal, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), e disponibilizá-las digitalmente para uma consulta pública.

⁵⁷ Informações mais detalhadas disponíveis em: <https://ahu.dglab.gov.pt/>. Acesso em jun. 2026.

Quadro 5 - Coleção documental dos Acadêmicos Brasileiros dos Esquecidos

ATRIBUÍDO A	QUANDO	QUANTIDADE E ESPÉCIE DOCUMENTAL	ONDE	PARA QUEM
Caetano de Brito e Figueiredo	1721	1 carta	Bahia	Rei D. João V
Caetano de Brito e Figueiredo	1725	4 cartas	Bahia	Rei D. João V
Caetano de Brito e Figueiredo	1726	2 cartas	Bahia	Rei D. João V
Joseph da Cunha Cardoso	1719	1 cartas	Bahia	Rei D. João V
Joseph da Cunha Cardoso	1722	1 cartas	Bahia	Rei D. João V
Sebastião da Rocha Pita	1726	5 cartas	Bahia	Rei D. João V

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 6 - Coleção documental dos Acadêmicos Brasileiros dos Renascidos

ATRIBUÍDO A	QUANDO	QUANTIDADE E ESPÉCIE DOCUMENTAL	ONDE	PARA QUEM
Antonio Ferreira Gil	1744	1 carta	Paraíba	Rei D. João V
Antonio Ferreira Gil	1757	1 carta	Bahia	D. José
Antonio Ferreira Gil	1746	1 carta	Paraíba	Rei D. João V
Antonio Ferreira Gil	1749	1 carta	Paraíba	Rei D. João V
Joseph Mascarenhas Pacheco de Mello	1776	3 cartas	Bahia	Thomé Joaquim
João Ferreira Bittencourt e Sá	1766	1 carta	Bahia	Rei D. José
João Ferreira Bittencourt e Sá	1759	1 carta	Bahia	Rei D. João V

Fonte: elaborado pela autora.

3.4 OS PERFIS BIOGRÁFICOS DOS *SCRIPTORES*

Para a construção do perfil biográfico dos *scriptores*, fez-se necessário levantar dados em teses, dissertações e plataformas digitais, com o objetivo de reunir e sistematizar informações sobre os sócios fundadores das Academias Brasileiras dos Esquecidos (ABE) e dos Renascidos (ABR). Após esse levantamento, os dados foram catalogados em fichas, conforme o modelo apresentado a seguir, adaptado de Carneiro (2005):

REMETENTE**DADOS PESSOAIS****Nome (conforme a carta):****Nome completo:****Filiação:****Avós paternos/maternos:****Naturalidade:****Nacionalidade:****Data de nascimento:****Data de falecimento:****Idade do remetente (quando da escrita da carta):****Estado civil:****Instituição de ensino:****Profissão por formação:****Principais atividades:****Títulos:****Observações:****Fontes:**

Fonte: Carneiro, 2005.

O preenchimento dessa ficha contempla diferentes informações capazes de revelar aspectos relevantes sobre cada um dos *scriptores*. O campo “nome (conforme a carta)” preserva a forma como o remetente se identifica no documento, enquanto o campo “nome completo” tem por finalidade confirmar ou ampliar essa informação, quando necessário.

Os campos seguintes referem-se à filiação e à ascendência familiar, contribuindo para confirmar vínculos de parentesco, nacionalidade e, eventualmente, esclarecer dúvidas em casos de homonímia. A informação referente ao estado civil também pode auxiliar nesse processo de identificação.

A ficha inclui, ainda, dados relativos à naturalidade e à nacionalidade dos remetentes, bem como informações cronológicas registradas nos campos “data de nascimento”, “data de falecimento” e “idade do remetente” (quando da produção do documento).

As informações que indicam o grau de escolaridade, a formação e a inserção social dos *scriptores* estão registradas nos campos “instituição de ensino”, “profissão por formação”, “principais atividades” e “títulos”.

No campo “observações”, registraram-se, sempre que possível, informações adicionais capazes de complementar, confirmar ou esclarecer quaisquer dos dados presentes na ficha. Por fim, são indicadas as “fontes” utilizadas para a obtenção das informações relativas a cada remetente.

As informações levantadas a partir das informações contidas nas cartas e em outras fontes contribuem para a compreensão de aspectos relevantes da história social dos *scriptores* e do contexto de produção dos documentos analisados. Com base nesses dados, elaboraram-se dois quadros-resumo contendo informações sociobiográficas dos *scriptores*, organizados de

modo a facilitar a visualização de suas trajetórias sociais e intelectuais. Esses quadros sintetizam os dados reunidos nas fichas biográficas completas dos *scriptores* das Academias Brásilicas dos Esquecidos e dos Renascidos, apresentadas mais adiante.

Quadro 7 - Informações sócio biográficas dos *scriptores* da Academia Brásilica dos Esquecidos

<i>Scriptor</i>	Ano de nascimento	Naturalidade	Moradia	Formação acadêmica	Quantidade de documentos
Caetano de Brito e Figueiredo	1671	Lisboa	Bahia	Canônes	7
Joseph da Cunha Cardoso	Não localizamos	Alhandra	Bahia	Desembargador	2
Sebastião da Rocha Pita	1660	Salvador	Bahia	Mestre em Artes e bacharel em Canônes	5

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 8 - Informações sócio biográficas dos *scriptores* da Academia Brásilica dos Renascidos

<i>Scriptor</i>	Ano de nascimento	Naturalidade	Moradia	Formação acadêmica	Quantidade de documentos
Caetano de Brito e Figueiredo	1671	Lisboa	Bahia	Canônes	7
Joseph da Cunha Cardoso	Não localizamos	Alhandra	Bahia	Desembargador	2
Sebastião da Rocha Pita	1660	Salvador	Bahia	Mestre em Artes e bacharel em Canônes	5

Fonte: elaborado pela autora.

A análise das informações reunidas nos quadros permite observar que os *scriptores* que compõem o *corpus* pertenciam, em sua maioria, a setores socialmente privilegiados da sociedade colonial. Eram indivíduos vinculados à administração portuguesa, às instituições eclesiásticas ou às redes intelectuais da época, muitos dos quais possuíam formação acadêmica obtida em centros de ensino europeus, especialmente na Universidade de Coimbra. Considerando que não havia universidade nas terras brasileiras, esses são dados relevantes, pois representam o padrão da época, demonstrando que não era algo excepcional.

Esse perfil evidencia a inserção desses *scriptores* nas elites letradas do período setecentista, aspecto que contribui para compreender a natureza culta da escrita presente nos manuscritos analisados, ajuda a compreender as condições de produção dos documentos e reforça a relevância do *corpus* para o estudo da história social do português no/do Brasil.

3.4.1 Os indicadores sociais: classes e ocupações

Faz-se indispensável observar que, nas fichas dos *scriptores*, a maioria dos remetentes obteve formação em faculdades do exterior e exercia múltiplas profissões ligadas à administração pública, que podiam ser cumulativas. Dentre as profissões, há: chanceleres, ministros, juízes, ouvidores, embaixadores etc. De acordo com Kantor (2004, p. 162), “uma parcela significativa dos acadêmicos dispunha das mercês de propriedade de ofícios nas provedorias, cartórios, câmaras, secretaria de governo”. Esse dado atesta que os membros numerários ou supranumerários eram pessoas que podiam ser enquadradas como membros da elite.

Para a investigação das classes sociais às quais cada remetente pertencia, tentamos, no Quadro 9, a seguir, realizar uma adaptação da proposta de Mattoso (1992, p. 598–599), desenvolvida sobre Salvador no século XIX, com os agrupamentos feitos a partir da proposta de Vilhena (1969 [1798–1799]) para o século XVIII. A autora, tendo por base outros indicadores, estabelece quatro grupos principais, a partir dos sete grupos propostos por Vilhena. A distribuição dos remetentes por classes consta no Quadro 9, a seguir:

Quadro 9 - Indicadores sociais no período colonial e imperial (Vilhena, 1969 [1798-1799]) e Mattoso (1922-599)

Vilhena século 18 (Bahia)	Kátia Mattoso século 19 (Bahia, Salvador)	<i>Scriptors</i> da ABE	<i>Scriptors</i> da ABR
1. Magistrados e funcionários das finanças. 2. Corporação eclesiástica	1. Rendas acima de 1.000.000,00 de réis, Altos funcionários graduados da administração real: Governador geral, chanceler, desembargadores do tribunal da Relação. Ouvidor geral do crime, Ouvidor geral do cível. Tesoureiro geral da Real Junta de Arrecadação da Real Fazenda. Secretário do estado e do Governo. Intendente geral do ouro, intendente da Marinha e provedor da Alfândega.	X	X
	Oficiais de patentes mais elevadas (coronéis, tenentes-coronéis, sargentos-mores).	X	X
	O alto clero secular (arcebispos e membros do alto clero)		
	Grandes negociantes		
	Grandes proprietários de terras	X	X
3. Corporação militar 4. Corpo de comerciantes	Rendas acima de 500.000,00 réis Funcionários de nível médio: Juízes de primeira instância, tabeliães, almoxarifes do Arsenal, diretores da Casa da Moeda, entre outros.	X	X
	Oficiais de nível médio: Capitães, tenentes e suboficiais.		
	Membros do baixo clero:		

	Párocos, vigários e capelães de confrarias religiosas.		
	Lojistas: representantes de casas portuguesas, distribuidores de mercadorias importadas por negociantes baianos e intermediários.		
	Proprietários rurais: produtores de cana, tabaco e alimentos		
	Profissionais liberais: advogados, médicos diplomados de origem social elevada.		
	Pessoas que vivem de rendas (rendas de aposentadoria, aluguéis e de escravos, mestre-artesão em ofícios nobres.		
5. 'Povo nobre'	3. rendas que não ultrapassavam de 500.000 réis		
6. Povos artesãos	Funcionários públicos e militares de baixo escalão (sangradores, barbeiros, pilotos de barco e outros), artesãos, comerciantes de frutas, doces e outros.		
7. Escravos	4. Grupos marginalizados (escravos, vagabundos, mendigos, prostitutas)		

Fonte: adaptado de Vilhena (1969[1798-1799]).

Como se vê no Quadro 9, os remetentes da ABE são oriundos, em sua maioria, da classe mais alta ou da classe imediatamente inferior, mas, sobretudo, constituem uma classe alta letrada. Com relação aos *scriptores* da ABR, a situação é semelhante e, novamente, os membros se enquadram dentro do grupo da alta classe letrada. Nenhum dos membros estudados, até onde se pôde apurar, representa as classes 6 e 7 de Vilhena. Este aspecto, reforça o padrão da classe alta letrada da época. Trata-se, portanto, de um quadro que nos permite visualizar, de forma sintética, aspectos relevantes das trajetórias sociais, intelectuais e institucionais desses indivíduos.

3.4.2 Sobre os *scriptores*: informações biográficas

Todos os seis membros das AB investigados foram figuras importantes no contexto do Império colonial português do século 18, pois fizeram parte da nova geração de intelectuais que ganhou espaço no reinado de D. João V. Ocupavam mais de um cargo público, eram bacharéis em ciências jurídicas, advogados, juízes, promotores, delegados, coletores de impostos, entre outros além de muitos terem tido formação⁵⁸ em nível superior realizada no exterior. O que reforça o caráter culto da escrita analisada. Ressaltamos, ainda, que se trata de dados breves, pois as fontes são escassas.

Embora apresentem trajetórias individuais distintas, os *scriptores* que compõem o *corpus* desta pesquisa compartilham características sociais e institucionais que permitem compreendê-los como integrantes de um mesmo universo sociocultural. Em sua maioria, eram

⁵⁸ Mas esse fato não assegura que todos eles possuíam boas habilidades de escrita. E, talvez por isso, não localizamos manuscritos autógrafos de boa parte dos sócios. Ressaltamos, ainda, que a afirmação anterior não indica que descartamos a possibilidade de se encontrarem testemunhos em outras instituições.

indivíduos vinculados à administração colonial ou a instituições religiosas e intelectuais, dotados de elevado grau de escolarização e inseridos nas redes letradas da América Portuguesa.

A participação desses *scriptores* nas Academias Brasílicas evidencia a existência de espaços de sociabilidade intelectual nos quais circulavam práticas discursivas associadas à cultura erudita do período. Dessa forma, os manuscritos analisados podem ser compreendidos não apenas como produções individuais, mas também como manifestações da escrita de um grupo social específico, representativo das elites letradas que atuavam no Brasil setecentista. A seguir, apresenta-se uma sucinta biografia de cada um dos seis sócios selecionados.⁵⁹

⁵⁹ Com o intuito de padronizar e aproximar a grafia dos nomes dos *scriptores* à ortografia do português brasileiro na fase atual, optamos (exceto para os que não há necessidade) por usar no corpo do texto as seguintes variações: *Antônio Ferreira Gil* no lugar de *Antonio Ferreira Gil*; *José da Cunha Cardoso* no lugar de *Joseph da Cunha Cardoso*; *José Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello* ao invés de *Joseph Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello*; e *Sebastião da Rocha Pita* no lugar de *Sebastiam da Rocha Pita*.

3.4.2.1 Antônio Ferreira Gil

Embora tenha ocupado o cargo de ouvidor-geral da comarca da Paraíba, pouco se sabe sobre a história de vida de Antônio Ferreira Gil. Assim como a maioria dos nossos *scriptores*, ele foi membro da ABR e possui muitas informações vinculadas ao serviço que exercia, tais como pedidos à Coroa Portuguesa, informes sobre atitudes que tomou em determinadas situações, pagamentos, cobranças e outras ações, sempre em cumprimento de suas funções profissionais.

Quanto à sua biografia, não encontramos a data de nascimento e, por consequência, não é possível estimar sua idade quando escreveu as cartas que compõem o *corpus* deste trabalho. Moraes (2010) salienta que Antônio Ferreira Gil nasceu em Lisboa e, portanto, possui nacionalidade portuguesa. Outras informações, como estado civil e filiação, também não foram localizadas, conforme se observa em sua ficha biográfica.

No tocante aos cargos que ocupou, de acordo com dados levantados por Moraes (2010), além de ouvidor em outra capitania, Gil foi Desembargador dos Agravos da Bahia e, nessa mesma ocasião, tornou-se acadêmico supranumerário da Academia dos Renascidos, incumbido de dissertar sobre a origem do primeiro europeu que descobriu o Novo Mundo e aportou no Brasil.

Quadro 10 - Ficha biográfica do *scriptor* Antônio Ferreira Gil

DADOS PESSOAIS	
Nome (conforme a carta): Antonio Ferreira Gil	
Nome completo: Antônio Ferreira Gil	
Filiação: Filho legítimo de Manoel Ferreira Gil natural do Pragal, Almada, casado com Domingas da Conceição natural de Sesimbra.	
Avós paternos/maternos: Avô paterno Antonio Ferreira, filho de Sebastião Ferreira e Leonor Pereira e avô paterna Lourença Rodrigues filha de Francisco Rodrigues e Paula Avô e Avó do lado materno também constam do doc. e são de Coimbra e Sesimbra (respectivamente).	
Naturalidade: Santa Maria Magdalena, Lisboa, Portugal	Nacionalidade: Português
Data de nascimento:	Data de falecimento:
Idade do remetente (quando da escrita das cartas):	
Estado civil:	
Instituição de ensino: Coimbra	
Profissão por formação: Desembargador	
Principais atividades: Ouvidor geral da Paraíba, Ouvidor geral cível da comarca da Bahia	
Títulos: Bacharel em Cânones.	
Observações:	
(1) Não foram localizados registros que atestassem informações sobre a data de nascimento e o estado civil desse <i>scriptor</i> . Em decorrência disso, não inferimos a idade dele a partir da data de escrita das cartas.	
Fontes: COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. <i>Enciclopédia de literatura brasileira</i> . Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v. ISBN 8526007238.	
MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. <i>Guia de fontes primárias sobre Acadêmicos Esquecidos e Renascidos (1724/1759)</i> . Coimbra, Portugal: Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2010.	
PROCESSO DE LEITURA DO BACHAREL ANTÔNIO FERREIRA GIL. Disponível em: < https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/aaa69257faf84d2cbfbel67701ed51db >. Acesso em 10 de nov. de 2025.	

Fonte: elaborado por Brandão; Dantas a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

3.4.2.2 Caetano de Brito e Figueiredo

Moraes (2010) utiliza dados provenientes das documentações presentes no Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Geral de Coimbra. Segundo essas informações, Caetano de Brito e Figueiredo era filho de um escrivão da Fazenda do Infantado, Manoel Soares de Brito, e de D. Ana Maria de Figueiredo.

Nascido em Lisboa em 4 de janeiro de 1671, faleceu por volta de 1732. De acordo com Gomes (2008), Figueiredo veio ao Brasil para atuar como desembargador da Relação da Bahia. Nesse período, exerceu também funções no governo civil junto ao arcebispo de São Salvador.

Orientando-nos por sua data de nascimento, é possível inferir que, à época da escrita das cartas, Figueiredo tinha entre 48 e 55 anos. Formou-se na Universidade de Coimbra e dedicou-

se à atividade literária. Demais informações localizadas podem ser conferidas a seguir, em sua ficha biográfica, exposta no Quadro 11.

Quadro 11 - Ficha biográfica do *scriptor* Caetano de Brito de Figueiredo

DADOS PESSOAIS	
Nome (conforme a carta): Caetano de Brito de Figueiredo	
Nome completo: Caetano de Brito de Figueiredo	
Filiação: Manoel Soares de Brito e D. Ana Maria de Figueiredo	
Avós paternos/maternos:	
Naturalidade: Lisboa	Nacionalidade: Portugal
Data de nascimento: 04/01/1671	Data de falecimento: 17/10/1732
Idade do remetente (quando da escrita das cartas): Entre 48 e 55 anos	
Estado civil:	
Instituição de ensino: Faculdade de Leis e Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra	
Profissão por formação: Desembargador	
Principais atividades: poeta, prosador, governador interino, serviu como juiz de fora de Óbidos e de Silves, como ouvidor de Faro, vereador da Câmara de Lisboa e nomeado cavaleiro da Ordem de Cristo, desembargador da relação da Bahia.	
Títulos: Bacharel em Cânones.	
Observações:	
Não foram localizados registros que atestassem informações sobre os avós e sobre o estado civil desse <i>scriptor</i> .	
Fontes: COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. <i>Enciclopédia de literatura brasileira</i> . Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v. ISBN 8526007238.	
MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. <i>Guia de fontes primárias sobre Acadêmicos Esquecidos e Renascidos (1724/1759)</i> . Coimbra, Portugal: Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2010.	

Fonte: elaborado por Brandão; Dantas a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

3.4.2.3 José da Cunha Cardoso

José da Cunha Cardoso era, conforme os dados reunidos por Moraes (2010), filho de José da Cunha Feio e teria nacionalidade portuguesa, pois nasceu em Alhandra. Ainda de acordo com tais dados, extraídos de Moraes (2010) a partir de pesquisas que ele realizou em documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Cardoso foi Desembargador e Juiz de Fora de Porto Alegre por volta de 1725.

Seu nome consta nos Estatutos da Academia Brasílica dos Esquecidos como presidente e, de acordo com a obra *O Movimento Academicista no Brasil: 1641-1820/22*, publicada por José Aderaldo de Castello (1974), Cardoso também assinava com o pseudônimo “Venturoso”.

Não localizamos informações que representem a data ou ano de nascimento de Cardoso, mas infere-se que ele pode ter nascido entre o final do século XVII ou no início do século XVIII.

Diante dessa lacuna, não foi possível inferir sua idade na ocasião em que remeteu as cartas que também estão no nosso *corpus*.

Cardoso teve uma vida fortemente atrelada ao serviço da Coroa. Na ficha biográfica elaborada com base em Carneiro (2005), temos outras poucas informações sobre este *scriptor*.

Quadro 12 - Ficha biográfica do *scriptor* José da Cunha Cardoso

DADOS PESSOAIS	
Nome (conforme a carta): Joseph da Cunha Cardoso	
Nome completo: José da Cunha Cardoso	
Filiação: Joseph da Cunha Feio Cardoso	
Avós paternos/maternos:	
Naturalidade: Alhandra	Nacionalidade: Portugal
Data de nascimento: XVII	Data de falecimento: XVIII
Idade do remetente (quando da escrita da carta):	
Estado civil:	
Instituição de ensino: Universidade de Coimbra	
Profissão por formação: Desembargador	
Principais atividades: Poeta, secretário da Academia Brasílica dos Esquecidos, Juiz de Fora de Porto Alegre.	
Títulos:	
Observações:	
(1) Foi também fundador, censor e primeiro presidente da Academia Brasílica dos Esquecidos.	
(2) Não se tem notícia sobre o estado civil, ou sobre seus avós.	
Fontes:	
MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. <i>Guia de fontes primárias sobre Acadêmicos Esquecidos e Renascidos (1724/1759)</i> . Coimbra, Portugal: Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2010.	

Fonte: : elaborado por Brandão; Dantas a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

3.4.2.4 João Ferreira Bittencourt e Sá

Ao que nos parece, João Ferreira Bittencourt e Sá era membro de uma família abastada que, de acordo com Silva (2020), possuía presença no Brasil Colônia desde o século XVII, por volta de 1685, com a vinda do cavalheiro fidalgo da Casa Real, da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício, Félix Bittencourt e Sá, para a Bahia.

Foi desembargador da Relação e Juiz de Fora para toda a província nas décadas de 1750 e 1760, e é mencionado na lista de desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia na época de sua fundação, no ano de 1700. Estabeleceu-se em Camamu, comarca de Ilhéus, em meados do século XVIII. Supervisionou a expulsão dos padres jesuítas das propriedades de Ilhéus, Porto Seguro e Camamu. Ribeiro (2001, p. 42) aponta que “após o cumprimento da expulsão dos

padres jesuítas, o juiz de fora e outros membros de sua família, como sua irmã, D. Franscica Antonia Xavier de Bittencourt e Sá, e seu cunhado tenente Bernadino Cardoso, transferiram-se para a cidade de Caeté, em Minas Gerais”. Todavia, após a remoção dos jesuítas, Sá passou a controlar grande parte das antigas posses jesuíticas na comarca de Ilhéus.

É possível afirmar, conforme Ribeiro (2001) que, após instalar-se em outra capitania nas terras brasílicas juntamente com sua irmã e cunhado, Sá adquiriu uma propriedade nas proximidades de Camamu, local onde havia o engenho Acaraí, com alambiques, escravos e cacau. Com isso, a família de Bittencourt e Sá tornou-se ainda mais afortunada e controladora das antigas terras jesuíticas em torno das vilas de Camamu, Barra do Rio de Contas e São Jorge dos Ilhéus, estrategicamente espalhadas pelo litoral, sudoeste baiano e do local onde eles exploravam ouro.

João Ferreira Bittencourt e Sá não somente adquiriu terras das antigas sesmarias, como também investiu na produção de algodão e madeiras, integrando, assim, uma elite na época. Além disso, também foi vereador da Bahia.

Apesar de termos localizado todas as informações anteriores sobre a família de Sá, não sabemos ao certo qual o ano de nascimento deste *scriptor*, por isso, preferimos não arriscar na inferência da idade que ele possuía à época da escrita das cartas que constam no nosso *corpus*.

Quadro 13 - Ficha biográfica do *scriptor* João Ferreira Bittencourt e Sá

DADOS PESSOAIS	
Nome: João Ferreira Bittencourt e Sá	
Nome completo: João Ferreira Bittencourt e Sá	
Filiação:	
Avós paternos/maternos:	
Naturalidade: Caeté	Nacionalidade: brasileira
Data de nascimento:	Data de falecimento:
Idade do remetente (quando da escrita da carta):	
Estado civil:	
Instituição de ensino:	
Profissão por formação: Desembargador da Relação e Juiz de fora	
Principais atividades:	
Títulos:	
Observações:	
(1) A família de Sá e Albuquerque foi dona de abastados engenhos. Faziam parte da aristocracia rural do açúcar. Na nobreza titular familiar consta, Lourenço de Sá e Albuquerque (1797,02/12/ 1897, Recife, PE) (2) Aplicou lições de História sagrada e profana. (3) Foi Acadêmico supranumerário da Academia Real e Mestre de História Eclesiástica na Academia Brasileira dos Renascidos.	
Nas fontes consultadas a data de falecimento é desconhecida, a filiação e nomes de avós não constam e o estado civil também não. Fontes: COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. <i>Enciclopédia de literatura brasileira</i> . Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v. ISBN 8526007238. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. <i>Diccionario Bibliographico Brasileiro</i> . Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. 7 v. MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. <i>Guia de fontes primárias sobre Acadêmicos Esquecidos e Renascidos (1724/1759)</i> . Coimbra, Portugal: Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2010.	

Fonte: elaborado por Brandão; Dantas a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

3.4.2.5 José Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello

O fidalgo José Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello nasceu em 1720 em Portugal, mais especificamente na cidade de Faro, no Algarve. Assim como os demais sócios fundadores das AB, ele ocupou diversos cargos; foi conselheiro régio, escritor e desembargador. Segundo os dados de Moraes (2010), Mello é filho de João Pacheco Pereira de Vasconcelos.

Com informações que apontam que seu nascimento ocorreu em 25 de junho de 1720, Mello faleceu em 1760. Pela datação das cartas, infere-se que ele tinha 38 anos quando as escreveu e já havia se graduado pelas Universidades de Valladolid e Salamanca, tornando-se Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, em 1754.

Em consulta ao BNP, Arquivo Distrital de Évora, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e ao Arquivo Histórico Ultramarino, Moraes (2010) traça um levantamento constituído de variados tipos documentais possivelmente produzidos por Joseph Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello, o que demonstra suas constantes demandas e frequentes atendimentos aos pedidos da Coroa.

De acordo com as fontes consultadas, Mello contribuiu fortemente para a elaboração dos estatutos, incluindo reflexões sobre para que o Conselho aprovasse, e distribuiu temas para elaboração dos discursos que eram proferidos ao longo das seções nas quais os membros se juntavam. Contudo, ao compararmos as assinaturas presentes em suas cartas, surge o questionamento sobre ele possivelmente não assinar todas as cartas que escrevia, ou não escrever todos os manuscritos que assinava.

Quadro 14 - Ficha biográfica do *scriptor* José Mascarenhas Pacheco de Mello

DADOS PESSOAIS	
Nome (conforme a carta): Joseph Mascarenhas Pacheco de Mello	
Nome completo: José Mascarenhas Pacheco de Mello	
Filiação: Manuel Pacheco Pereira e Ana Maria Mascarenhas de Mello	
Avós paternos/maternos:	
Naturalidade: Lisboa	Nacionalidade: Portugal
Data de nascimento:	Data de falecimento:
Idade do remetente (quando da escrita da carta):	
Estado civil:	
Instituição de ensino: Universidade de Valladolid e Universidade de Coimbra	
Profissão por formação: Doutor em direito civil	
Principais atividades: Conselheiro do Conselho Ultramarino, fidalgo da Casa Real	
Títulos: Chanceler da Relação do Rio de Janeiro,	
Observações:	
(1) Não foram encontradas fontes que revelem quem foram seus avós, ou a data de nascimento.	
(2) Não foram encontradas fontes que revelam o estado civil deste <i>scriptor</i> .	
Fontes: Castello (1969-1971); COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. <i>Enciclopédia de literatura brasileira</i> . Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v. ISBN 8526007238.	
MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. <i>Guia de fontes primárias sobre Acadêmicos Esquecidos e Renascidos (1724/1759)</i> . Coimbra, Portugal: Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2010.	

Fonte: elaborado por Brandão; Dantas a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

3.4.2.6 Sebastião da Rocha Pita

Nascido em 3 de maio de 1660, na Bahia, após construir família, Sebastião da Rocha Pita residiu em uma fazenda situada às margens do Rio Paraguaçu, na cidade de Cachoeira, mas também há registros de que ele viveu e esteve a serviço da administração da época em outros locais da Bahia. Faleceu no dia 2 de novembro de 1738, aos 78 anos de idade. Foi uma figura pública e cidadão ilustre do século XVIII. Atuou como senhor de engenho, militar, advogado, historiador e poeta brasileiro. De acordo com Pinto (2022), códices reunidos por Castello (1969, 1971) e, conforme a tese de Oliveira (2020), nota-se que a trajetória individual deste *scriptor* uma origem familiar privilegiada, ascensão e ações de alguém que ocupava um lugar social de destaque.

Oliveira (2020) busca traçar um perfil biográfico de Rocha Pita enquanto analisa suas relações com a sociedade da época, sobretudo no que tange à sua influente atuação política como membro do Senado da Câmara de Salvador entre os anos de 1687 e 1727. Assim, sabe-se que Rocha Pita era filho de João Velho Gondim e de D. Brites da Rocha Pita e, segundo Pinto (2022, p. 74), estudou no colégio dos jesuítas, na cidade da Bahia, graduando-se mestre em artes aos dezesseis anos de idade. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde obteve o grau de bacharel em Cânones.

Ainda de acordo com Pinto (2022, p.74), Rocha Pita “casou-se com Ana Cavalcanti de Albuquerque Aragão, com quem teve três filhos”. Foi coronel do regimento privilegiado de ordenanças, título atribuído, na época, a pessoas importantes pelo respeito social, pela fortuna e pela ascendência. Além de também ter sido fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo, acadêmico supranumerário da Academia Real de História Portuguesa e membro da Academia Brasileira dos Renascidos. Trabalhou como soldado e, de 29 de abril de 1738 até 20 de março de 1745, permaneceu no posto de alferes da guarnição.

José Aderaldo de Castello (1969-1971) publicou éditos e inéditos da Academia Brasileira dos Esquecidos em uma obra intitulada: *O movimento academicista do Brasil: 1641-1820/22*. Um dos aspectos que chama atenção é a numerosa produção de Rocha Pita. Nos quatro primeiros tomos do primeiro volume, há muitos poemas, cinquenta e seis sonetos, cinco romances – um deles escrito em castelhano – poemas em décimas, tercetos, uma *Oração do Acadêmico Vago Sebastião da Rocha Pita Presidindo na Academia Brasileira*, dentre outros. O mencionado *scriptor*, poeta, político e historiador foi um dos sócios fundadores da ABE.

Rocha Pita teve uma vida fortemente atrelada a uma rede de sociabilidade que incluía outros integrantes da nobreza e, em decorrência dessa influência e de suas posses, tornou-se

representante dos produtores de açúcar na Câmara. Como servidor da Coroa, procedeu perante diversas demandas solicitadas pelo Rei e, ainda, foi eleito vereador do Senado da Câmara por seis vezes. Outras informações podem ser conferidas em sua ficha biográfica.

Quadro 15 - Ficha biográfica do *scriptor* Sebastião da Rocha Pita

DADOS PESSOAIS	
Nome (conforme a carta): Sebastiam da Rocha Pita	
Nome completo: Sebastião da Rocha Pita	
Filiação: João Velho Gondim e Brites da Rocha Pita	
Avô materno: João da Rocha Pita	
Naturalidade: Bahia	Nacionalidade: Brasil
Data de nascimento: 03/05/1660	Data de falecimento: 02/11/ 1738
Idade do remetente (quando da escrita da carta): Entre 56 e 71 anos	
Estado civil: Casado	
Instituição de ensino: Colégio dos jesuítas da Bahia, Universidade de Coimbra	
Profissão por formação: Mestre em artes no colégio dos jesuítas da Bahia, bacharel em cânones pela Universidade de Coimbra	
Principais atividades: coronel, político, cavaleiro da Ordem de Cristo, membro da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725), membro da Academia Brasileira de Letras, advogado, historiador, poeta.	
Títulos: Coronel do regimento privilegiado de ordenanças, cronista mor do Rei de Portugal, fidalgo da casa real, cavaleiro da ordem de Cristo e vereador em Salvador.	
Observações: (1) Foi também Acadêmico de Província da Real Academia da História Portuguesa e figura entre os Acadêmicos Esquecidos do Brasil, onde exerceu a função de presidente na segunda conferência e figura entre os sete fundadores.	
	
<i>Sebastiam da Rocha Pita</i>	
Fontes:	
COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. <i>Enciclopédia de literatura brasileira</i> . Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v. ISBN 8526007238.	
MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. <i>Guia de fontes primárias sobre Acadêmicos Esquecidos e Renascidos (1724/1759)</i> . Coimbra, Portugal: Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2010.	

Fonte: elaborado por Brandão; Dantas partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

3.5 AS QUESTÕES PALEOGRÁFICAS: UMA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS A PARTIR DE: QUEM? QUANDO? ONDE? COMO? O QUE? PARA QUEM FORAM ESCRITOS ESSES TEXTOS?

A Paleografia é uma ciência que possui inúmeras metodologias e teorias que valorizam e resgatam fontes documentais, dando-nos, entre outras coisas, o acesso a referências representativas da língua, da história cultural, social e política de épocas pretéritas e da contemporaneidade. Por isso, diversos tópicos e desdobramentos podem ser encontrados a partir de uma análise paleográfica estratégica, que valorize os detalhes da “micro- história” dos manuscritos.

Nessa perspectiva, a metodologia utilizada na nossa investigação fundamenta-se no trabalho de Ginzburg. Considerado como um dos fundadores da micro-história, Ginzburg desenvolveu esse gênero historiográfico em que se faz o “recorte de objeto em escala microscópica, mas explorando tal objeto à exaustão, de modo a desvendar o universo de uma sociedade para além do próprio protagonista do estudo” (Coelho, 2014, p. 3).

Nessa empreitada, também valemo-nos das contribuições de Petrucci (2003)⁶⁰ e consultamos o clássico *La scienza de la escritura: primera lección de paleografía*, para interrogar os textos quanto a: quando e onde foram escritos; como foram escritos; quais técnicas e recursos materiais foram utilizados; quem os produziu; quais os níveis de alfabetismo de seus produtores; e qual o ambiente sociocultural em que o seu *scriptor* está inserido.

De outro ponto de vista, sabe-se que a *História da Cultura Escrita* não se restringe aos passos investigativos propostos por Petrucci (2003), e outras etapas que tenham constituído a trajetória dos manuscritos também podem ser identificadas e até descritas nos estudos de cunho linguístico, conforme defende Moreno (2019) em sua tese:

[...] para alcançarmos um entendimento de uma história da escrita em nosso país, precisamos discutir e interpretar elementos antropológicos, sociológicos, demográficos, discursivos, estéticos e políticos que circunscrevem sua realidade, pois, dessa maneira, seremos capaz de delinear os perfis dos que escrevem e dos que não escrevem, buscando apontar quais condicionantes sócio-políticos e econômicos, por exemplo, podem explicar quais elementos contribuíram para que determinando contingente pudesse acessar o universo da escrita e da leitura na história do Brasil. (Moreno, 2019, p. 34).

⁶⁰ Armando Petrucci (2003) desenvolveu um valioso trabalho na Paleografia italiana e é considerado um expoente do ramo. Sendo assim, é possível refletir como ocorreu a dinâmica do processo de escrita dos acadêmicos brasileiros setecentistas em parte de suas cartas, situando os manuscritos em sua sócio-história.

Nessa direção, pode-se observar a extensão de parâmetros para investigar as fontes escritas. Mas, como é proposto por Petrucci (2003, p. 8), o que representa o método do presente trabalho, têm-se, então, as seguintes questões:

- 1) O QUE? Em que consiste o texto escrito que se deve transferir para o código gráfico que nos é habitual, através da dupla operação de leitura e transcrição? [isto é, a edição a ser feita].
- 2) QUANDO? Época em o texto em si foi escrito no testemunho que estamos estudando.
- 3) ONDE? Zona ou lugar em que se levou a cabo a obra de transcrição.
- 4) COMO? Com que técnicas, com que instrumentos, sobre que materiais, segundo que modelos foi escrito esse texto?
- 5) QUEM O REALIZOU? A que ambiente sociocultural pertence o executor e qual era em seu tempo e ambiente a difusão social da escrita.
- 6) PARA QUE FOI ESCRITO ESSE TEXTO? Qual era a finalidade específica desse testemunho em particular e, além disso, qual podia ser sua época e em seu lugar de produção a finalidade ideológica e social de escrever (Petrucci, 2003 [2002], p. 8).

Com todo esse aparato, torna-se possível um entendimento melhor, não apenas do conteúdo presente nas cartas, mas também do cenário utilizado para a escrita, incluindo algumas das relações político-sociais setecentistas, de quem eram os personagens *scriptores* das cartas, dentre outros dados relevantes que podem ser obtidos. A seguir, a partir das questões propostas por Petrucci (2003), apresentam-se os materiais consultados para a análise.

3.5.1 Que?

O *corpus* utilizado nesta pesquisa é constituído de 23 cartas, reunidas e editadas pela autora⁶¹. Os critérios adotados para a edição semidiplomática foram elaborados a partir das normas para transcrição de documentos, baseadas nos critérios do Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação Paleográfica (CEPEDOP).

Todos os textos analisados são avulsos do Brasil e estão sob custódia do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).⁶² Estão disponíveis para consulta no acervo em Lisboa e *on-line* no site do Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Com relação ao processo de transcrição, extraíram-se as imagens fotografadas das versões originais dos manuscritos, em consulta realizada diretamente no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

⁶¹ Para a revisão das transcrições contou-se com a colaboração da Dra. Natália Casagrande Salvador e da Profa. Dra. Alicia Duhá Lose.

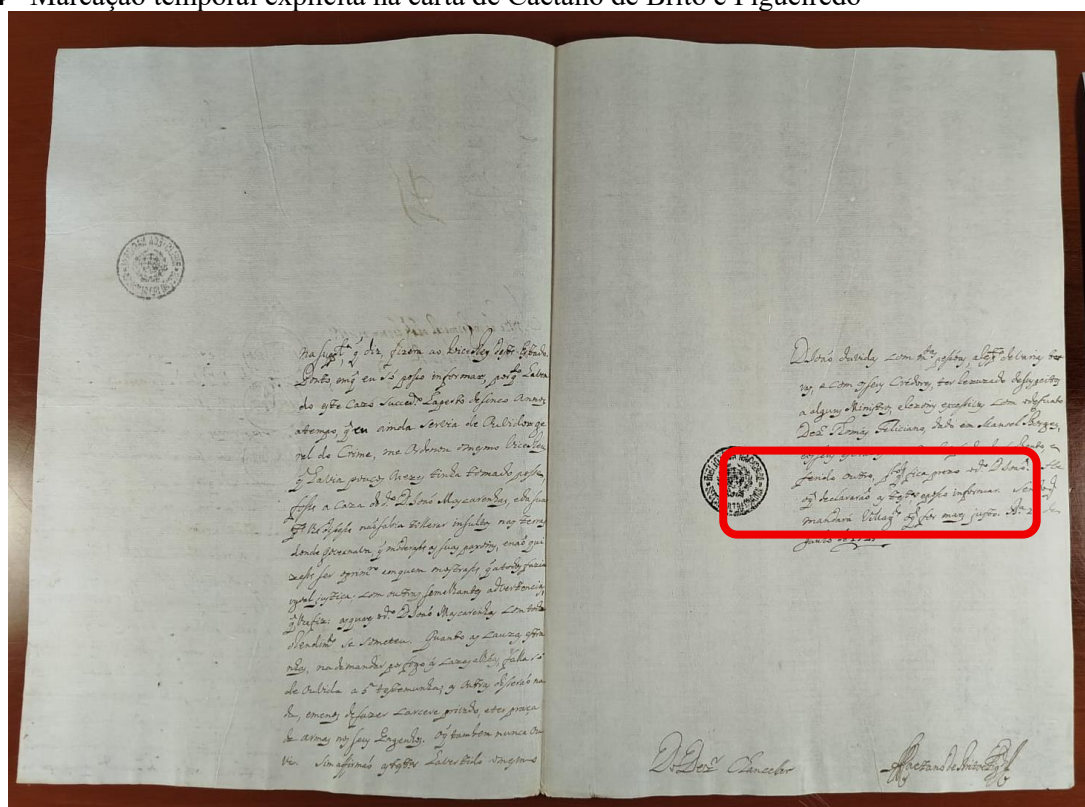
⁶² Segundo Fachin (2006, p. 9), criado em 1642, pelo rei D. João IV, o Conselho Ultramarino nasceu da necessidade de sanar os inconvenientes que se seguiam ao serviço real no governo das Índias e dos demais territórios ultramarinos. Essa instituição foi responsável pela produção de documentos que constituem a memória de cinco séculos da administração portuguesa sobre as colônias. Nele, encontra-se todo tipo de documentação sobre os negócios ultramarinos tratados na época.

Os assuntos das cartas, em geral, variam entre temáticas associadas aos enfrentamentos dos problemas relativos à atividade da rotina de cada *scriptor* nos cargos que ocupavam estando a serviço da Coroa. Além de informes, recomendações, comentar sobre queixas dos moradores e outras eventualidades.

3.5.2 Quando?

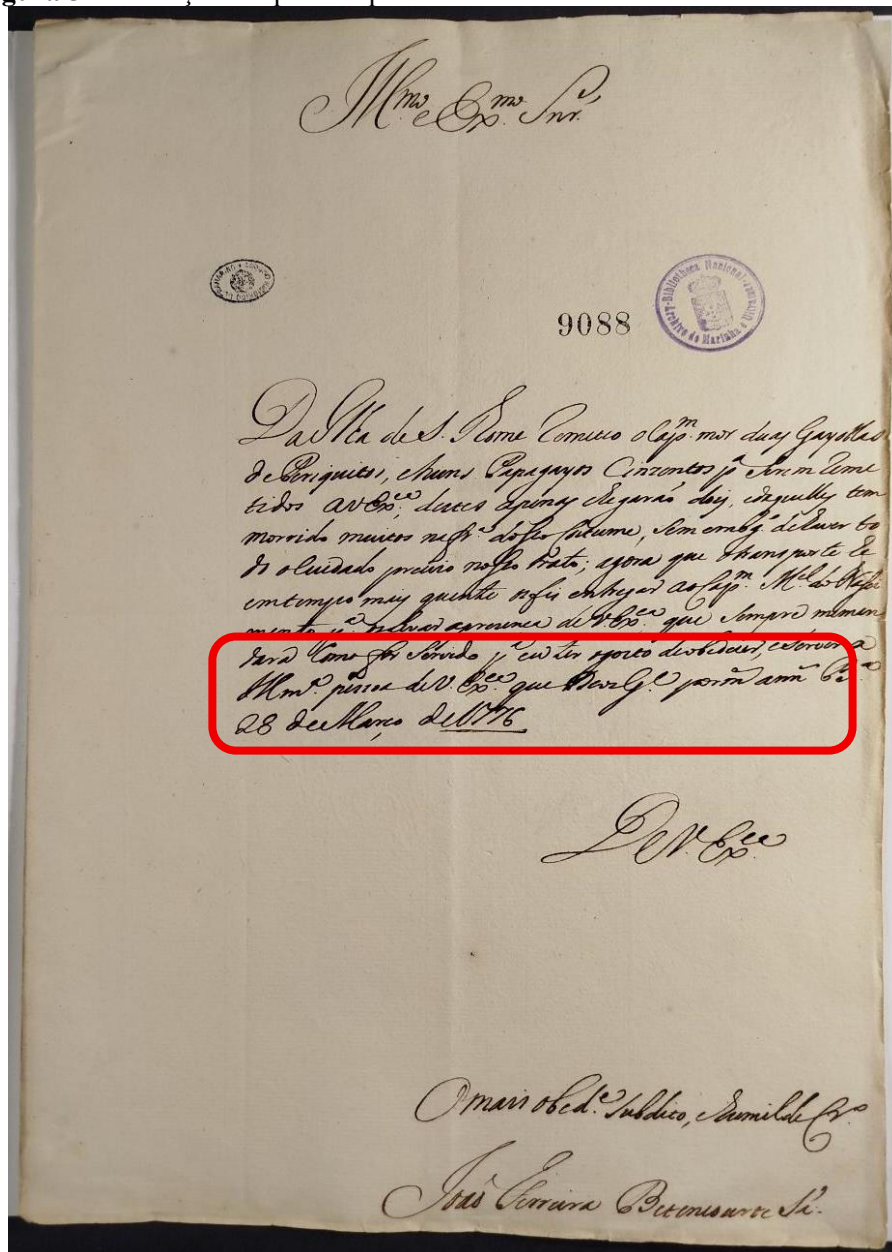
As cartas selecionadas foram escritas ao longo do século XVIII, mais precisamente entre os anos de 1719 e 1776. Mas, considerando que todos os *scriptores* passaram um período estudando fora do Brasil, e nem todos são de origem brasileira, não conseguimos definir ao certo quanto tempo cada um passou nos estados em que remeteram as cartas. Apesar disso, pode-se localizar a datação e local de envio das cartas, no corpo de todas elas, conforme as Figuras 4 e 5, abaixo.

Figura 4 - Marcação temporal explícita na carta de Caetano de Brito e Figueiredo



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) / Foto: Salvador/UFGM.

Figura 5 - Marcação temporal explícita na carta de João Ferreira Bittencourt e Sá



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) / Foto: Salvador/UFGM.

A seguir, no Quadro apresenta-se a distribuição das cartas considerando a datação extraída de todo o *corpus*:

Quadro 16 - Levantamento dos remetentes e distribuição das cartas

REMETENTE (nome conforme a carta)	DADOS SOBRE A NATURALIDADE (OU NACIONALIDADE), IDADE E OCUPAÇÃO PRINCIPAL OU DE MAIOR DESTAQUE	DÉCADA/ANO DA ESCRITA	LOCAL DE ESCRITA	QUANTIDADE DE CARTAS	TIPO DE ESCRITA
Antonio Ferreira Gil	Português, nasceu em Lisboa. Doutor em cânones. Ouvidor geral da Paraíba e Ouvidor geral cível na Bahia.	02 de outubro de 1744	Paraíba	1	Culta
		30 de agosto de 1744	Paraíba	1	Culta
		16 de dezembro de 1757	Bahia	1	Culta
		30 de abril de 1749	Paraíba	1	Culta
		23 de abril de 1746	Paraíba	1	Culta
Caetano de Brito e Figueiredo	Português, nasceu em Lisboa em 1671. Doutor em direito. Desembargador da relação da Bahia.	21 de março de 1721	Bahia	1	Culta
		27 de junho de 1725	Bahia	1	Culta
		10 de julho de 1725	Bahia	1	Culta
		28 de julho de 1726	Bahia	1	Culta
		28 de junho de 1725	Bahia	1	Culta
		23 de setembro de 1719	Bahia	1	Culta
		27 de julho de 1726	Bahia	1	Culta
José da Cunha Cardoso	Português, nasceu em Alhandra. Formou-se em cânones. Desembargador e juiz de fora de Porto Alegre. Não há informações sobre a sua data de nascimento.	20 de setembro de 1719	Bahia	1	Culta
		28 de agosto de 1722	Bahia	1	Culta
João Ferreira Bittencourt e Sá	Português, nasceu por volta de 1670. Juiz de fora do cível e vereador da Bahia.	28 de julho de 1766	Bahia	1	Culta
		28 de março de 1776	Bahia	1	Culta

José Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello	Português, nasceu em 1720. Fidalgo, desembargador, conselheiro régio e escritor.	23 de dezembro de 1758	Bahia	1	Culta
		23 de dezembro de 1758	Bahia	1	Culta
Sebastião da Rocha Pita	Brasileiro, nascido em 2 de novembro de 1738, em Salvador, Bahia. Foi advogado, historiador e poeta luso-brasileiro.	18 de agosto de 1726	Bahia	5	Culta

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota-se que entre os anos de escrita das cartas há uma variação⁶³ de membro para membro. Em geral, o local, a data, a saudação inicial, o corpo do texto, a despedida e a assinatura estão sempre presentes. Essas características permitem identificar o perfil sociocultural do remetente em sua relação com o destinatário; além disso, recorreram-se a fontes secundárias para complementar as informações⁶⁴.

3.5.3 Onde?

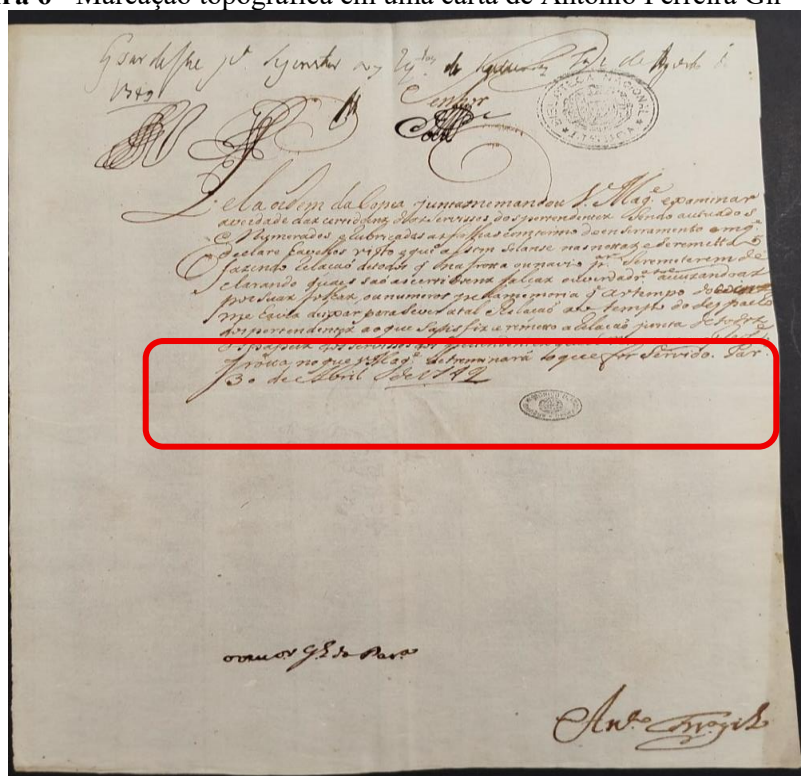
Bahia e Paraíba são os dois espaços usados pelos seis *scriptores* das AB para a escrita das vinte e três cartas que compõem o *corpus*. A questão demográfica torna-se relevante para esta pesquisa porque os documentos que compõem o *corpus* foram produzidos e remetidos de diferentes espaços da América portuguesa, territórios marcados por dinâmicas populacionais, sociais e culturais distintas ao longo do século XVIII.

Essa localização geográfica foi indicada pelos remetentes por meio de um apontamento que é sempre feito ao fim das mensagens, comprovando o local de onde as cartas foram remetidas. Tal informação pode ser constatada em todos os manuscritos, como se observa nas Figuras 6 e 7. Na sequência, discutimos de forma concisa sobre a demografia e a economia das duas capitanias indicadas como locais de envio das cartas da elite letrada.

⁶³ No caso das de Sebastião da Rocha Pita todas foram remetidas do mesmo ano. Dentro do conjunto de manuscritos de cada *scriptor* algumas delas estão datadas em meses e anos que se repetem.

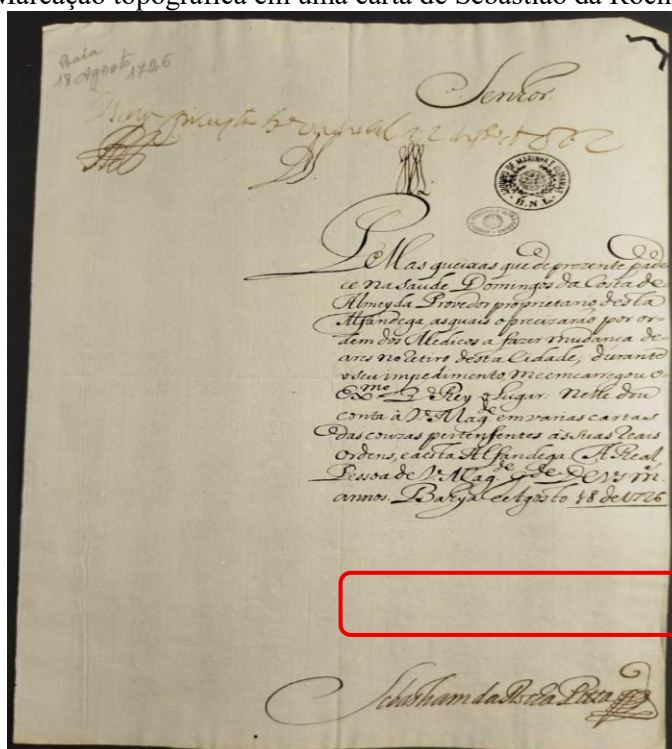
⁶⁴ Todas encontram-se referenciadas ao final das fichas biográficas de cada *scriptor*.

Figura 6 - Marcação topográfica em uma carta de Antonio Ferreira Gil



Fonte: Extraído do Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFMG.

Figura 7 - Marcação topográfica em uma carta de Sebastião da Rocha Pita



Fonte: Extraído do Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFMG.

Considerar os aspectos demográficos permite compreender de que modo a circulação de portugueses, africanos, indígenas e grupos mestiços, bem como os diferentes níveis de urbanização, letramento e organização administrativa dessas capitanias, interferiram nas práticas de escrita e na difusão do português em contexto colonial. Assim, a demografia constitui um importante elemento para a interpretação sócio-histórica do *corpus* e para a compreensão das condições de formação do português no/do Brasil.

Na sequência, apresenta-se, ainda que de maneira breve, alguns aspectos relacionados à história demográfica da Bahia e da Paraíba setecentistas, considerando sua relevância para a contextualização histórica dos manuscritos analisados.

3.5.3.1 A capitania da Bahia setecentista

A história da capitania da Bahia envolve concentração de poder, institucionalização cultural e consolidação de um território marcado pela expansão das bases comerciais de Portugal. Após a criação do sistema administrativo de capitanias hereditárias, e em troca de privilégios, as capitanias eram doadas aos donatários, que detinham a posse vitalícia dos territórios, mas, ainda assim, precisavam pagar tributos aos funcionários régios e responder à Coroa, que, de alguma forma, mantinha-se presente.

No caso da capitania da Bahia, foi em 1536 que as terras foram doadas a Francisco Pereira Coutinho, com o povoado de Vila Velha e o plantio de cana-de-açúcar. A partir de então, tornou-se cobiçada por estrangeiros devido ao potencial açucareiro. Somente após a morte de Coutinho a Coroa decidiu promover uma centralização do poder colonial em torno da capitania, mantendo sob seu controle uma empreitada civilizatória (cf. Carneiro, 2024) nesse território promissor.

Os funcionários régios não foram extintos, mas, nessa ocasião, para que a centralização metropolitana fosse efetivada, chegou Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral. Consequentemente, a “formação” do local foi planejada e surgiu, por exemplo, a Cidade Alta, que concentrava as estruturas políticas e administrativas e as residências da elite, e a Cidade Baixa, onde se localizavam os armazéns, o porto e as moradias mais simples.

Nesse contexto, a cidade tornou-se um importante polo comercial. Impulsionada pelo crescimento da atividade açucareira, pela importação de escravizados e por possuir localização privilegiada, favorecia estrategicamente a comercialização de outros produtos lusitanos. Com o processo de urbanização e a formação de freguesias, a capitania da Bahia cresceu e se

desenvolveu rapidamente. De acordo com Schwartz (1988, p. 34), a capital “tornou-se um dos mais atrativos portos comerciais da colônia”.

Embora essa ascensão tenha ocorrido, é necessário considerar que a configuração do território baiano desenvolvida entre os séculos XVII e XVIII carrega diversas particularidades do Brasil colonial e, ao mesmo tempo, uma dinâmica que refletia a metrópole, reforçando o poder régio e fazendo do território mais um integrante do universo cultural português — não como simples extensão de Portugal, mas como representação concreta do imaginário português sobre a colônia.

No tocante à demografia baiana setecentista, é sabido que o primeiro censo demográfico foi realizado apenas em 1872. Dados anteriores a esse período só podem ser estimados a partir de inferências baseadas, por exemplo, em fontes indiretas, relatórios eclesiásticos (batismos, casamentos etc.), dados portuários relacionados ao tráfico de escravizados, entre outros. Entre os pesquisadores que se dedicam ao estudo da Bahia setecentista, não há consenso quanto às estimativas populacionais da época.

Diante desse cenário, reconhecemos que, embora seja impossível localizar com exatidão dados que representem a demografia da Bahia no período setecentista, esse é um aspecto fundamental para compreender as dinâmicas que (re)configuraram o PB no período em questão. Mattoso (1983) afirma ter sido Salvador o grande centro colonial, no qual se reuniam as riquezas produzidas na colônia. Segundo Krause (2018, p. 73):

[...] em 1681, o desembargador sindicante Sebastião Cardoso de Sampaio estimava a população soteropolitana em 3 mil vizinhos (qualquer coisa em torno de 18 mil habitantes) e, em 1706, um levantamento eclesiástico apontou 4.296 fogos e 21.601 “almas de confissão”, indicando uma população total em torno de 27 mil, mais de quatro vezes superior à existente um século antes. Uma vez que a proporção entre livres e escravos não deve ter se alterado significativamente entre 1706 e 1718, para quando se possui o primeiro levantamento populacional mais preciso, a população escrava devia representar metade do total, e certamente uma parcela crescente dos livres era composta por forros e seus descendentes.

Em 1759, realizou-se um levantamento populacional a mando do governador-geral da capitania. De acordo com os dados localizados, havia “40.263 pessoas em Salvador, 72.833 no Recôncavo e 215.142 em toda a capitania” (Schwartz, 1988, p. 87); contudo, esse levantamento excluía indígenas, clérigos, seus serviçais, crianças com menos de sete anos e escravizados. Krause (2018) explica que o crescimento demográfico vertiginoso deveu-se, sobretudo, ao caráter de “fronteira aberta” da América Portuguesa, ao estímulo à migração europeia, ao tráfico negreiro transatlântico e ao despovoamento indígena, vítima de doenças, guerras e da catequização europeia.

Diante do exposto, e de acordo com Krause (2018), presume-se que, a partir dos Seiscentos, a taxa de crescimento da população soteropolitana foi superior à registrada no Velho Mundo, sendo superada apenas por Lisboa e, em outros territórios colonizados por Portugal, como Goa, na Índia, onde a demografia decresceu em razão da crise econômica.

É válido salientar que o eixo central da economia baiana no período setecentista envolvia a produção agrícola em larga escala, sobretudo da cana-de-açúcar, desenvolvida por meio do trabalho escravo. Havia o cultivo de outras lavouras, mas, visando a aproveitar as condições favoráveis à produção açucareira, a Coroa ordenou ao governador-geral Tomé de Sousa a construção de um engenho régio, posteriormente arrendado a particulares. Esses indícios demonstram a intenção administrativa de transformar a capitania em um importante centro açucareiro e assemelhá-la a Pernambuco (Schwartz, 1988). Segundo Krause (2018), os engenhos:

[...] funcionavam não somente como unidades de produção, mas também núcleos populacionais, devido à grande quantidade de pessoas a ele ligadas: escravos, assalariados, agregados e lavradores, muitos com suas famílias; centros políticos, em razão do poder concedido pela posse da terra em sociedades de Antigo Regime; e até religiosos, devido as suas capelas. Consequentemente, construir um engenho, assumindo o título de senhor, implicava muito mais do que um cálculo racional entre a possibilidade de lucros superiores e a certeza de maiores despesas, tendo significados potenciais no status social, na preeminência política e até nas oportunidades matrimoniais da família em questão (Krause, 2018, p. 76-77).

Observa-se que, embora a renda estivesse concentrada principalmente nas fazendas do Recôncavo, a economia baiana começou a se desenvolver inicialmente no eixo rural, mas, com o acelerado crescimento populacional e a intensificação das atividades do porto de Salvador, essa dinâmica foi sendo modificada. Augel (1975, p. 11–12) trata da vinda da família real, da abertura dos portos ao comércio internacional e da severa fiscalização das importações e exportações, que, no plano econômico, já representavam imposições ao liberalismo.

Diante dessas transformações, Krause (2017, p. 133) aponta a ocorrência de uma crise açucareira na Bahia em 1688, resultante de diversos fatores, sobretudo da descoberta do ouro e do diamante em Minas Gerais. Anos mais tarde, com o intuito de contornar a crise, o Recôncavo investiu fortemente na produção de fumo, que, segundo Krause (2018), constituiu “uma fonte de imensos lucros para a Coroa e uma alternativa para aqueles que desejavam adentrar na produção para exportação ou fugir dos problemas enfrentados pela economia açucareira” (Krause, 2018, p. 89).

Destarte, diversos outros acontecimentos e reformas marcantes reorganizaram a economia e a administração setecentista, e foi em meio a esse cenário de mudanças econômicas que as Academias Brásicas dos Esquecidos e dos Renascidos foram criadas.

3.5.3.2 A capitania da Paraíba setecentista

Antes da chegada dos portugueses ao território paraibano, a região era habitada pelos povos originários, principalmente os tabajaras e potiguaras. Esse fato fez com que a conquista do território passasse por um processo difícil e demorado. Após a rebelião de Tracunhaém, em 1534, o rei de Portugal desmembrou Itamaracá, dando formação à capitania do Rio Paraíba. Contudo, a fundação da capitania da Paraíba remonta ao ano de 1585.

De acordo com Silveira (2000), a Paraíba⁶⁵ estabeleceu-se como uma das mais importantes capitanias do período colonial brasileiro por várias razões: a alta qualidade do pau-brasil encontrado em suas terras, a lavoura açucareira, a luta contra a invasão dos holandeses e, até mesmo, a resistência dos povos originários que a habitavam antes de ser “conquistada”.

Como as demais capitanias do Norte, a capitania da Paraíba foi dominada pelos holandeses, e a luta contra esse domínio afetou a produção açucareira, causando prejuízos tão intensos que, segundo o governador João Fernandes Vieira, não ficou pedra sobre pedra.⁶⁶ Anos mais tarde, a Coroa portuguesa retomou a administração do território, mas vinculou a capitania da Paraíba à capitania de Pernambuco. De acordo com Paiva (2015), como estratégia de reestruturação do local, ocuparam-se territórios do interior e investiu-se em outras atividades econômicas, como a pecuária e a comercialização de derivados do couro; contudo, em decorrência do pertencimento a outra capitania, tudo continuava limitado.

Paiva (2015, p. 208) complementa:

Somente no ano de 1799 recuperava a Paraíba a sua autonomia. As centenas de fôlios que denunciavam a necessidade da manutenção de uma autonomia a Pernambuco parecem não ter sido suficientes para determinar a decisão real pela mesma. Nesse sentido, foi recomendado ao governador da Paraíba nomeado em 1797, Fernando Delgado Freire de Castilho (1797–1802), um conjunto de informações relativas a esse espaço. Tratava-se de uma espécie de inventário da capitania, um levantamento atualizado da situação

⁶⁵ A Paraíba, juntamente com Pernambuco, Rio Grande e Ceará formavam, durante o período colonial, o conjunto das capitanias do Norte do Estado do Brasil. Capitanias do Norte (Brasil) in J. V. Serrão, M. Motta e S. M. Miranda (dirs), e Dicionário da Terra e do Território no Império Português, Lisboa, CEHC-IUL, 2014. Disponível em: <http://edittip.net/2014/02/04/capitanias-do-norte>. Acesso em :10 nov. 2025.

⁶⁶ Arquivo Histórico Ultramarino [AHU], Conselho Ultramarino, Paraíba, Cx. 1, doc. 37 (Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. João IV, sobre o requerimento do mestre de campo João Fernandes Vieira, solicitando mandar declarar com que título e soldo hão de governar a Paraíba. Lisboa, 08 de janeiro de 1655).

econômica, fiscal, política, militar e geográfica da Paraíba. Entravam nessa ordem de fatores como produção econômica, valores de exportação, importação e preços dos produtos, número de companhias militares, extração e classificação das madeiras, fortalezas, administração da justiça, limites do território, cidades e vilas existentes e população.

Pode-se perceber que os desdobramentos sociopolíticos delineados na capitania da Paraíba revelam mais um denso processo da fase colonial setecentista. Logo, até que a constituição da capitania ocorresse de maneira mais efetiva, foi necessário ir ao encontro dos setores administrativos para defender que nesse local havia uma população capaz de realizar atividades produtivas de forma autônoma.

Com relação à demografia paraibana na fase colonial setecentista, assim como ocorre com a capitania da Bahia, é complexo sistematizar os dados demográficos, sobretudo nesse período, pois, conforme nos diz Paiva (2015, p. 209), somente a partir da segunda metade do século XVIII iniciou-se um levantamento estatístico da Paraíba, atendendo aos pedidos da Coroa. Ainda de acordo com a referida autora, mapas da população foram intencionalmente elaborados para retratar o quadro populacional, mas essa questão demográfica da Paraíba ainda foi pouco explorada. Além disso,

Os mapas de população estão divididos nas seguintes categorias: mapas de habitantes, mapas de casamentos, nascimentos e óbitos, mapas das ocupações dos habitantes e mapas das moléstias previstas e não previstas. Eles encontram-se disponíveis para cada freguesia e vila, assim como para toda a capitania. (Paiva, 2015, p. 209).

A partir dos mapas elaborados em anos consecutivos e de outras fontes estatísticas sintetizadas por Paiva (2015), como, por exemplo, a *Memória Estatística do Império do Brasil*, pode-se verificar que houve evolução populacional na capitania da Paraíba a partir de 1808, acompanhando a tendência das demais capitanias das terras brasileiras, que continham, nessa ocasião, possivelmente 240 milhões de habitantes ao total, enquanto a população da capitania da Paraíba correspondia a quase 4% desse total.⁶⁷

O fato é que as fontes também revelam que as povoações da capitania da Paraíba aumentaram com a criação de vilas e freguesias ao longo dos séculos. Consequentemente, a zona demográfica ocupada no período colonial apresenta porcentagem menor se comparada ao período imperial. Assim,

⁶⁷ Os dados apresentados por Paiva (2015), também foram calculados a partir de um quadro resumo apresentado pelo governador e capitão general de Pernambuco, extraído das relações dos párocos no ano de 1782.

Uma população em crescimento, composta predominantemente por brancos e mulatos livres e apresentando uma população cativa formada, em sua grande maioria, por pretos. Esse é o breve perfil que por ora pode ser coletado dos dados apresentados. No que diz respeito à razão de sexos, que expressa a relação entre homens e mulheres, os resultados mostram que há um decréscimo desse indicador, denotando-se a progressiva tendência para um equilíbrio na razão entre os sexos. (Paiva, 2015, p. 219).

Nessa ocasião, os indígenas que, no começo do estabelecimento da capitania, eram maioria compunham, nesse momento, um grupo consideravelmente reduzido. Outrossim, destacamos que o primeiro núcleo de povoamento desse território centrou-se em Nossa Senhora das Neves, que, posteriormente, após diversas denominações, firmou-se com o nome de capitania da Paraíba. Com o passar dos anos, as disputas políticas continuaram, e a economia da capitania foi outro aspecto marcante que, aos poucos, foi sendo remodelado.

Nesse cenário demográfico situam-se temporalmente cinco das cartas que compõem o *corpus* deste estudo. Os manuscritos de Antônio Ferreira Gil foram todos remetidos da capitania da Paraíba, local onde ele atuou como ouvidor-geral.

Assim como ocorreu em outras capitanias, a economia da Paraíba no período setecentista prosperou inicialmente por meio da negociação advinda da produção açucareira. Todavia, foi por meio da interiorização que outra estratégia econômica foi pensada, e a implementação da pecuária possibilitou uma nova dinâmica comercial.

3.5.4 Como?

O gênero textual predominante é o da correspondência administrativa. Todos os documentos foram compostos em bifólios de papel de tapo e escritos com pena de ave e tinta⁶⁸ que variam conforme o documento e seguindo modelos caligráficos vigentes no período.

Em geral, esses documentos contêm, como conteúdo principal, notícias, solicitações de providências do setor administrativo sobre aspectos que envolviam os cidadãos comuns, além de comunicações, cobranças salariais ou combinações acerca de determinadas atitudes realizadas no exercício dos cargos e funções a serviço da Coroa.

⁶⁸ No Quadro 18, *Descrição codicológica dos manuscritos*, indicamos os possíveis tipos de tinta usados em cada documento. Contudo, todas as afirmações são correspondentes aos que pôde ser percebido nos textos onde se encontram fisicamente. Reconhecemos a importância de uma análise química para uma melhor garantia e, apesar de não a termos realizado aqui, esta poderá ocorrer em uma futura investigação.

3.5.5 Para quê/quem foi escrito esse texto?

As cartas que compõem o *corpus*, em geral, foram endereçadas à administração portuguesa, ao rei D. João V, mas também há cartas enviadas a D. José e ao fidalgo Tomé de Sousa (governador-geral do Brasil).

Conforme avançamos na interpretação, identificamos que, talvez, o principal intuito dos *scriptores* fosse noticiar ou solicitar providências da Coroa em questões das capitanias. Por outro lado, o fato de os sócios das AB fazerem parte de uma rede intelectual colonial e possuírem a possibilidade de comunicação direta com postos hierarquicamente superiores conferia-lhes distinção e prestígio social, mais uma vez, assegurados.

PARTE 3

MATERIALIDADE DA ESCRITA E A EDIÇÃO DAS CARTAS DOS SÓCIOS DAS ACADEMIAS BAIANAS DOS ESQUECIDOS E DOS RENASCIDOS

4 APRESENTAÇÃO

Nesta terceira parte, apresenta-se, em 4.1 o índice analítico com um breve resumo sobre o conteúdo das correspondências, incluindo a data de emissão, os remetentes e os destinatários de cada uma delas.

Em 4.2, comenta-se sobre a materialidade extraída do *corpus*. A seguir, em 4.2.1, realizamos uma análise comparativa das variantes grafemáticas das assinaturas e dos textos das cartas de cada *scriptor*. Ainda no que tange aos aspectos materiais, em 4.2.2, inserem-se os carimbos e marcas d'água, enquanto em 4.2.3, têm-se as abreviaturas. No item seguinte, em 4.2.4, os sinais de gráficos.

Mais adiante, em 4.3, apresentam-se os quadros *scriptográficos* e, em 3.4, alguns aspectos grafofônicos e outros aspectos gráficos. Nas seções 3.5, 3.6 e 3.7, discute-se, brevemente, sobre Tradição discursiva e, em seguida, constam os critérios utilizados na edição realizada e a apresentação dos fac-símiles e das respectivas transcrições.

Por fim, encerramos a dissertação com a exposição das Considerações Finais, seguidas das Referências utilizadas.

4.1 ÍNDICE ANALÍTICO

Para que se possa ter uma ideia do assunto de cada uma das cartas da coleção documental, elaboramos o Quadro 17.

Quadro 17 - Síntese do assunto das cartas

Manuscrito/Tipo documental	<i>Scriptor.</i> Localização e datação. Destinatário.	Assunto
Manuscrito 1 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Antônio Ferreira Gil Local e data: Paraíba 02 de Outubro de 1744 Para: <i>D. João V</i>	Informe ao Rei sobre sua posse e o estado de tranquilidade na capitania, após a nomeação de João Lobo Lacerda para o cargo de Capitão Mor.
Manuscrito 2 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Antônio Ferreira Gil Local e data: Paraíba 30 de agosto de 1744 Para: <i>D. João V</i>	Informe sobre a provisão Real, autorizando dar uma ordem aos moradores de Igaraçu, a qual deveria ser dada pelo ouvidor de Pernambuco por estar em correição naquela localidade.
Manuscrito 3 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Antônio Ferreira Gil Local e data: Baía[Bahia] 16 de dezembro de 1717 Para: D. José	Informe para D. José sobre o parecer acerca da doação de Pedro Antonio Gonçalves Rego.
Manuscrito 4 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Antônio Ferreira Gil Local e data: Paraíba 30 de abril de 1749 Para: <i>D. João V</i>	Informe sobre a ordem que recebeu para numerar registrar e rubricar todos os papéis de serviços dos pretendentes, a fim de se evitar falsificações das certidões de serviços.
Manuscrito 5 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Antônio Ferreira Gil Local e data: Paraíba 23 de abril de 1746 Para: <i>D. João V</i>	Informe sobre os requerimentos e averiguações que foram remetidos para as a capitanias do Rio Grande e Itamaracá.
Manuscrito 6 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Caetano Brito de Figueiredo Local e data: BAÍA 27 de junho de 1725[Bahia] Para: D. João V	Informe ao Rei D. João V sobre o procedimento de Dom João Mascarenhas, que foi acusado de espancar e ferir a José da Rocha por este ter “tratado” com a escrava mulata do mesmo Dom João Mascarenhas.
Manuscrito 7 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Caetano Brito de Figueiredo Local e data: Baía 28 de junho de 1725[Bahia] Para: D. João V	Informe ao Rei sobre arrematação das rendas da Chancelaria.
Manuscrito 8 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Caetano Brito de Figueiredo	Informe ao Rei sobre a necessidade da redução do número de solicitadores de causas dos auditórios da cidade da Bahia.

	Local e data: Baía 21 de março de 1721[Bahia] Para: O rei D. João V	
Manuscrito 9 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Caetano Brito de Figueiredo Local e data: Baía 21 de março de 1721[Bahia] Para: O rei D. João V	Informe ao Rei sobre as queixas contra o provedor-mor da Fazenda Real Luís Lopes Pegado Serpa
Manuscrito 10 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Caetano Brito de Figueiredo Local e data: Baía 10 de julho de 1725 [Bahia] Para: O rei D. João V	Informe ao Rei sobre as dificuldades de se colher depoimentos das testemunhas para instruir a queixa feita por José Martins do Vale contra D João de Mascarenhas, por este ter usurpado as suas terras.
Manuscrito 11 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Caetano Brito de Figueiredo Local e data: Baía 28 de julho de 1726 [Bahia] Para: O rei D. João V	Informe ao Rei sobre a ajuda de custo dada pela Fazenda Real desta cidade ao proprietário do ofício de escrivão da vara de meirinho, Antônio Gomes de Araújo.
Manuscrito 12 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Caetano Brito de Figueiredo Local e data: Baía 27 de julho de 1726[Bahia] Para: O rei D. João V	Resposta à provisão de 15 de Janeiro de 1725 pela qual se estranha que os desembargadores da Relação tenham suspenso o ouvidor da comarca de Sergipe, Manuel Meneses Falcato.
Manuscrito 13 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Joseph da Cunha Cardoso Local e data: Bahia 20 de setembro de 1719 Para: O rei D. João V	Informe ao Rei sobre a queixa que fez o vigário da freguesia de Nossa Senhora do Pilar contra os religiosos carmelitas da mesma freguesia.
Manuscrito 14 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Joseph da Cunha Cardoso Local e data: Bahia 28 de agosto de 1722 [Bahia] Para: O rei D. João V	Informe de que Gonçalves de Távora realizou uma petição para poder renunciar ao ofício de aferidor dos pesos do ferro da cidade da Bahia ao favor de quem case com a sua filha chamada de Rosa Maria da Encarnação.
Manuscrito 15 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> João Ferreira Bittencourt e Sá Local e data: Baía Baía 28 de março de 1776 [Bahia] Para: D. José	Informe para D. José remetendo o traslado das contas, que escreveu e das respostas que recebeu dos intendentos e ministros e mais oficiais daquela capitania, bem como do traslado da conferencia do Ouro da Casa da Moeda.
Manuscrito 16 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> João Ferreira Bittencourt e Sá Local e data: Baía Baía 28 de março de 1776 [Bahia] Para: Martinho de Melo e Castro De: João Ferreira Bittencourt e Sá	Informe para Martinho de Melo e Castro sobre ter recebido a remessa de periquitos e papagaios cinzentos que havia recebido da ilha de São Tomé.
Manuscrito 17 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> José Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello	Informe para Thomé Joaquim da C. Corte Real em que se refere a venda dos vinhos da companhia do Alto Douro, á criação da vigararias, aos Jesuítas, á produção dos engenhos d'assucar, etc...

	Local e data: BAÍA 23 de dezembro de 1758 [BAHIA] Para: Thomé Joaquim	
Manuscrito 18 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> José Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello Local e data: BAÍA 23 de dezembro de 1758 [BAHIA] Para: Thomé Joaquim	Carta de meros cumprimentos para Thomé Joaquim da C. Corte Real .
Manuscrito 19 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Sebastião da Rocha Pita Local e data: Baía 18 de agosto de 1726[Bahia] Para: O rei D. João V	Informe sobre as propinas na arrematação dos contratos da alfândega.
Manuscrito 20 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Sebastião da Rocha Pita Local e data: Baía 18 de Agosto de 1726[Bahia] Para: O rei D. João V	Informe sobre a relação dos navios estrangeiros que entraram neste porto.
Manuscrito 21 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Sebastião da Rocha Pita Local e data: Baía 18 de Agosto de 1726 [Bahia] Para: O rei D. João V	Informe sobre as cartas de guias que despacharam para o Rio de Janeiro
Manuscrito 22 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Sebastião da Rocha Pita Local e data: Baía 18 de agosto de 1726 [Bahia] Para: O rei D. João V	Informe sobre ter assumido o posto de provedor-mor da alfândega da Bahia em lugar de Domingos da Costa de Almeyda.
Manuscrito 23 Tipo documental: Carta	<i>Scriptor:</i> Sebastião da Rocha Pita Local e data: Bahia 18 de Agosto de 1727 Para: O rei D. João V	Comunicado sobre o desvio na rota da galera por invocação Nossa Senhora de Oliveira e Santo Antônio de que é mestre Valentim Rodrigues da Costa que se dirigia para a Costa da Mina.

Fonte: elaborado pela autora, com base em Santos (2024).

4.2 A CARACTERIZAÇÃO DA ESCRITA: A MATERIALIDADE DO *CORPUS*

De acordo com Gonçalves (2023), “não apenas o conteúdo entintado nos documentos nos fornece informações históricas, sociais, artísticas e culturais: o estudo do suporte — no caso, o papel — também pode ajudar a desvelar questões complexas que vão além do conteúdo escrito e pintado no manuscrito”. Partindo dessa perspectiva, e a partir da consulta *in loco* ao Arquivo Histórico Ultramarino, realizamos uma análise da materialidade dos manuscritos.

Nessa análise, identificamos muitos aspectos que podem ser considerados extrínsecos ou intrínsecos por determinadas teorias; no entanto, preferimos adotar a perspectiva utilizada por Carneiro (2024, p.78), fundamentada no trabalho de Souza *et al.* (2018), segundo a qual a análise paleográfica evidencia a impossibilidade de uma separação absoluta entre aspectos extrínsecos e intrínsecos dos documentos:

Não conseguimos mais produzir no âmbito da história da leitura e da escrita, das transmissões textuais sem considerar a dimensão subjetiva, histórica, cultural, material dos sujeitos que elaboraram textos e os legaram para a contemporaneidade. Mais que decifração dos sistemas de escrita, a Paleografia hoje é leitura de mundo. (Souza *et al.*, 2018, p. 78).

Além disso, de acordo com Cunha (2004), “[...] um manuscrito só é plenamente aproveitável depois de ‘caracterizado’, de sofrer um exame minucioso do ponto de vista codicológico e diplomático”. Após analisar cada carta, considerando também aspectos da materialidade identificáveis nesses documentos, apresentamos um estudo filológico que descreve, de maneira breve, porém detalhada, os aspectos codicológicos⁶⁹ e paleográficos de um conjunto composto por vinte e três manuscritos setecentistas, escritos por mãos hábeis.

Conforme delimitado por essas autoras, acreditamos que extrair a materialidade dos textos consiste em:

[...] tecer considerações acerca dos aspectos materiais dos manuscritos, estado de conservação, origem e conteúdo; além de determinar uma adaptação estimada daqueles não datados e verificar se há anotações tardias feitas por terceiros, sendo possível oferecer aos pesquisadores, que não tiveram contato com os originais, um retrato fiel dos manuscritos. (Batista; Sousa, 2021, p.428).

⁶⁹ Destacamos os estudos de Cambraia (2005), Silva (2022), entre outros.

Assim, para o estudo codicológico, serão apresentadas fichas que reúnem informações relativas aos manuscritos enquanto objetos físicos⁷⁰, contemplando aspectos como dimensões, estado de conservação, presença de marcas ou danos e outras características físicas observáveis nos manuscritos e outros aspectos relevantes. Dentro dos limites exigidos para a elaboração do presente trabalho, serão elencadas algumas das ocorrências mais comuns extraídas das cartas, acompanhadas de imagens retiradas dos próprios manuscritos.

Para tanto, adaptamos o guia básico de descrição codicológica proposto por Cambraia (2005, p. 28) e apresentamos as informações levantadas em fichas descritivas, preenchidas a partir de consultas diretas aos manuscritos originais. A apresentação da análise dos manuscritos segue a mesma ordem dos documentos editados, e o código de identificação corresponde àquele indicado na parte superior dos fac-símiles apresentados na seção de edição.

A seguir, apresentam-se as fichas de descrição codicológica dos manuscritos analisados, organizadas conforme a sequência dos documentos editados.

Quadro 18 - Descrição codicológica dos manuscritos

Identificação das cartas	Descrição dos aspectos codicológicos
ABR-AFG-PB-CAR-1744	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_014, Cx. 13, D.1063 Datação: 02/10/1744 Lugar de Origem: Paraíba Autor: Antonio Ferreira Gil Dimensão da mancha principal: 65 mm X 90mm Composição: documento contendo bifólio rasgado, medindo 304mm X 205 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito só no <i>recto</i> com tinta metaloácida. Contém tinta vazada no verso com alguns danos no suporte original que não comprometem a leitura do texto. Foi dobrado três vezes e contém anotação em grafite na margem superior esquerda. O documento está em um bom estado de conservação.
ABR-AFG-PB-CAR-1744	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_014, Cx. 12, D.1041 Datação: 30/08/1744 Lugar de Origem: Paraíba Autor: Antonio Ferreira Gil Dimensão da mancha principal: 130 mm X 160 mm Composição: documento contendo bifólio rasgado, medindo 302mm X 210 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito só no <i>recto</i> com tinta metaloácida. Contém leve escurecimento das bordas e canto superior direito dobrado, incluindo outros indícios discretos de dobras. O documento está em um bom estado de conservação

⁷⁰ De acordo com Lara e Fachin (2021, p. 51) “Aspectos materiais do suporte e da escrita, bem como a autoria e o contexto em que foi produzido, são tão importantes para seus significados quanto sua circulação e transmissão. Os textos têm muitas vidas.”

ABR-AFG-PB-CAR-1757	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 135, D.10451 Datação: 16/12/1757 Lugar de Origem: Bahia Autor: Antonio Ferreira Gil Dimensão da mancha principal: 190 mm X 180 mm Composição: documento contendo bifólio frente e verso, medindo 309 mm X 430 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito só no <i>recto</i> com tinta possivelmente orgânica. Contém perda de suporte na margem central direita; muita sujidade na dobra central do bifólio, outras marcas de dobra da carta; um dos selos ovais está pela metade e o outro apagado por terem usado pouca tinta. O documento está em um bom estado de conservação.
ABR-AFG-PB-CAR-1749	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_003, Cx. 11, D.995 Datação: 30/04/1749 Lugar de Origem: Paraíba Autor: Antonio Ferreira Gil Dimensão da mancha principal: 120 mm X 160 mm Composição: infólio, medindo 350 mm X 211 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito só no <i>recto</i> com tinta possivelmente orgânica. Contém escurecimento das bordas por exposição à luz e marcas de dobra. O documento está em um bom estado de conservação.
ABR-AFG-PB-CAR-1746	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_014, Cx. 14, D.1148 Datação: 23/04/1746 Lugar de Origem: Paraíba Autor: Antonio Ferreira Gil Dimensão da mancha principal: 110 mm X 110 mm Composição: bifólio com folhas avulsas internamente, medindo 306 mm X 420 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito só no <i>recto</i> com tinta orgânica. Contém sujidade na dobra central. O documento está em um bom estado de conservação.
ABE-CBF-BA-CAR-1725	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 22, D.2038 Datação: 27/06/1725 Lugar de Origem: Bahia Autor: Caetano de Brito e Figueiredo Dimensão da mancha: 105 mm X 178 mm Composição: bifólio, frente, verso e frente, medindo 302 mm X 420 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito só no <i>recto</i> com tinta orgânica. Contém danos inexpressivos e anotação em grafite na margem superior esquerda do primeiro fólio. O documento está em um bom estado de conservação.
ABE-CBF-BA-CAR-1719	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 12, D.1060 Datação: 23/09/1719 Lugar de Origem: Bahia Autor: Caetano de Brito e Figueiredo Dimensão da mancha principal: 214 mm X 105 mm (frente) 105 mm X 105 mm (verso) Composição: uma folha avulsa, bifólio cortado, medindo 304 mm X 210 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito no <i>recto</i> e no verso com tinta metaloácida. Contém escurecimento do papel especialmente nas bordas, tinta vazada no verso, marcas de dobra e uma folha avulsa solitária na capilha.

	O documento está em um bom estado de conservação.
ABE-CBF-BA-CAR-1725	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 22, D.2042 Datação: 28/06/1725 Lugar de Origem: Bahia Autor: Caetano de Brito e Figueiredo Dimensão da mancha principal: 195 mm X 110 mm Composição: um bifólio, medindo 304 mm X 420 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito no <i>recto</i> e no verso com tinta orgânica, contém perda de suporte no centro do bifólio em decorrência de infestação (mas esta não impede leitura). Também há marcas de dobras e anotações em grafite. O documento está em um bom estado de conservação.
ABE-CBF-BA-CAR-1721	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 14, D.1232 Datação: 21/03/1721 Lugar de Origem: Bahia Autor: Caetano de Brito e Figueiredo Dimensão da mancha principal: 107 mm X 95 mm Composição: um bifólio, medindo 423 mm X 301 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito no <i>recto</i> com tinta metaloácida. Contém margens amassadas e rasgo na margem no segundo fólio; um furo discreto feito por xilófago no canto inferior interno do primeiro fólio e a coloração deste também está mais amarelada em comparação com as demais. Em geral, está em um bom estado de conservação.
ABE-CBF-BA-CAR-1725	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 23, D.2064 Datação: 10/07/1725 Lugar de Origem: Bahia Autor: Caetano de Brito e Figueiredo Dimensão da mancha principal: 185 mm X 93 mm Composição: um bifólio cortado, medindo 304 mm X 212 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito no <i>recto</i> e no verso com tinta orgânica. Contém leve escurecimento da borda inferior. Em geral, está em um bom estado de conservação.
ABE-CBF-BA-CAR-1726	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 23, D.2476 Datação: 28/07/1726 Lugar de Origem: Bahia Autor: Caetano de Brito e Figueiredo Dimensão da mancha principal: 100 mm X 110 mm Composição: um bifólio, medindo 304 mm X 212 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito no <i>recto</i> e no verso com tinta orgânica. Contém escurecimento e amassado nas bordas, em especial à margem interna. Em geral, está em um bom estado de conservação.
ABE-CBF-BA-CAR-1726	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_003, Cx. 4, D.369 Datação: 27/07/1726 Lugar de Origem: Bahia Autor: Caetano de Brito e Figueiredo Dimensão da mancha principal: 110 mm X 110 mm Composição: um bifólio cortado, medindo 306 mm X 416 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito no <i>recto</i> com tinta orgânica, contém furo pequeno causado por infestação de xilófago na margem inferior e no canto

	superior direito do f.1; amassado na dobra central; amassado na borda superior direita; desgaste das fibras na dobra interna da fl.2 Está em estado de conservação razoável. Apesar de muitos danos, nenhum deles impede a leitura.
ABE-JCC-BA-CAR-1719	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 12, D.1052 Datação: 20/09/1719 Lugar de Origem: Bahia Autor: José da Cunha Cardoso Dimensão da mancha principal: 210 mm X 110 mm Composição: caderno com dois bifólios Características materiais: Escrito no <i>recto</i> e no verso com tinta orgânica, contém dobras e escurecimento das bordas; perda de suporte no eixo central do último bifólio.
ABE-JCC-BA-CAR-1722	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 15, D.1339 Datação: 26/08/1722 Lugar de Origem: Bahia Autor: José da Cunha Cardoso Dimensão da mancha principal: 150 mm X 140 mm Composição: bifólio, medindo 303 mm X 411 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito no <i>recto</i> e no verso com tinta orgânica. Contém manchas de tinta vazadas no verso, dobras, papel amassado e escurecido na borda inferior.
ABR-JFBS-BA-CAR-1766	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 157, D.11958 Datação: 28/07/1766 Lugar de Origem: Bahia Autor: João Ferreira Bittencourt e Sá Dimensão da mancha principal: 215 mm X 112 mm Composição: dois bifólios, medindo 346 mm X 450 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito no <i>recto</i> e no verso com tinta metaloácida. Fólios levemente amassados e margens escurecidas, perda de suporte na dobra central e leve nas margens; marcas de dobra da carta; pontinhos escurecidos no papel. Nenhum dano no suporte impede a leitura.
ABR-JFBS-BA-CAR-1776	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 49, D.9088 Datação: 28/03/1776 Lugar de Origem: Bahia Autor: João Ferreira Bittencourt e Sá Dimensão da mancha principal: 105 mm X 168 mm Composição: dois bifólios, medindo 343 mm X 445 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito no <i>recto</i> e no verso com tinta metaloácida. Contém marcas de dobra da carta; bifólios unidos por prendedor metálico sem danos ao suporte; carimbo úmido nas duas folhas com a numeração 9088 e 9089. Nenhum dano no suporte impede a leitura.
ABR-JMPCM-BA-CAR-1758	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 21, D.3924 Datação: 23/12/1758 Lugar de Origem: Bahia Autor: José Mascarenhas Pacheco Coelho de Melo Dimensão da mancha principal: 270 mm X 180 mm Composição: um bifólio e uma folha avulsa medindo 352 mm X 221 mm na dimensão total do papel.

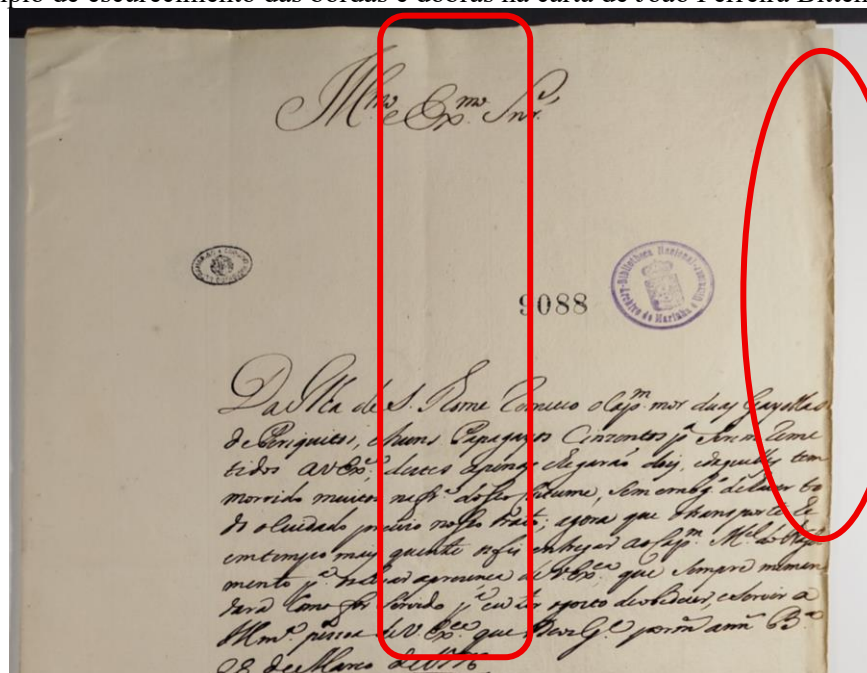
	Características materiais: escrito no <i>recto</i> e no verso com tinta metaloácida, escurecimento das bordas; perda de suporte com prejuízo à leitura na margem inferior da última folha; perda de suporte por oxidação da tinta na penada da assinatura, também na última folha.
ABR-JMPCM-BA-CAR-1758	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 21, D.3925. Datação: 23/12/1758 Lugar de Origem: Bahia Autor: José Mascarenhas Pacheco Coelho de Melo Dimensão da mancha principal: 340 mm X 180 mm Composição: um bifólio, medindo 355 mm X 440 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito no <i>recto</i> e no verso com tinta metaloácida. Contém amassados, rasgos e escurecimento nas bordas; tinta vazou no verso; duas marcas de costura no interior do f. 2. Nenhum dano no suporte impede a leitura do texto.
ABR-SRP-BA-CAR-1726	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 28, D.2523. Datação: 18/08/1726 Lugar de Origem: Bahia Autor: Sebastião da Rocha Pita Dimensão da mancha principal: 235 mm X 126 mm Composição: bifólio, medindo 309 mm X 428 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito no <i>recto</i> e no verso com tinta metaloácida. Contém um buraco de xilófago na margem inferior de ambas as folhas. Leve escurecimento da margem esquerda f.1, Tinta vazada no verso; registro a lápis na margem superior esquerda do primeiro fôlio Mas, nenhum dano no suporte impede a leitura do texto.
ABR-SRP-BA-CAR-1726	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 28, D.2524. Datação: 18/08/1726 Lugar de Origem: Bahia Autor: Sebastião da Rocha Pita Dimensão da mancha principal: 120 mm X 130 mm Composição: folha avulsa, medindo 308 mm X 209 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito no <i>recto</i> com tinta metaloácida. Contém um buraco de xilófago na margem inferior, pequena perda de suporte no canto superior direito reto; amassado inexpressivo nas bordas e marcas de dobras, mas nenhum dano no suporte impede a leitura do texto.
ABR-SRP-BA-CAR-1726	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 28, D.2525. Datação: 18/08/1726 Lugar de Origem: Bahia Autor: Sebastião da Rocha Pita Dimensão da mancha principal: 160 mm X 116 mm Composição: folha avulsa, medindo 308 mm X 209 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito no <i>recto</i> com tinta metaloácida. Contém perda de suporte por infestação xilófaga no canto superior direito reto e no centro da margem inferior, mancha de tinta na margem direita e marcas de dobras. Mas, nenhum dano no suporte impede a leitura do texto.
ABR-SRP-BA-CAR-1726	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 28, D.2526. Datação: 18/08/1726 Lugar de Origem: Bahia Autor: Sebastião da Rocha Pita Dimensão da mancha principal: 228 mm X 114 mm

	Composição: bifólio, medindo 424 mm X 309 mm na dimensão total do papel. Características materiais: escrito apenas no <i>recto</i> com tinta metaloácida. Contém perda de suporte por xilófago no canto superior direito.
ABR-SRP-BA-CAR-1726	Referência do arquivo: AHU_ACL_CU_005, Cx. 28, D.2527. Datação: 18/08/1726 Lugar de Origem: Bahia Autor: Sebastião da Rocha Pita Dimensão da mancha principal: 228 mm X 114 mm Composição: bifólio, medindo 424 mm X 309 mm na dimensão total do papel. Características materiais: Escrito no <i>recto</i> e no verso com tinta metaloácida. Contém bordas amassadas, mancha de tinta na margem superior direita.

Fonte: elaborado pela autora.

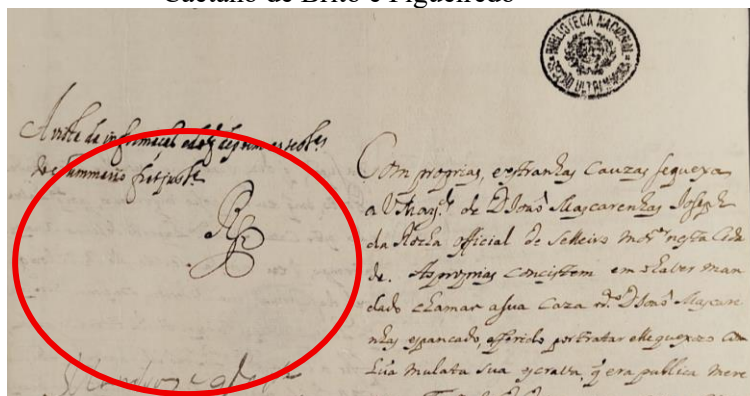
Conforme pode ser visto no Quadro 18, os aspectos materiais são diversos e variam conforme cada carta. Na Figura 8, apresentamos um exemplo de marca de dobra do fólio. A Figura 9, por sua vez, contém um fac-símile com manchas da tinta da escrita do *recto* que transpassaram o fólio. Ambas as características são comuns nos bifólios analisados.

Figura 8 - Exemplo de escurecimento das bordas e dobras na carta de João Ferreira Bittencourt e Sá



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

Figura 9 - Exemplo de mancha da tinta da escrita do *recto* que transpassaram o fôlio da carta de Caetano de Brito e Figueiredo

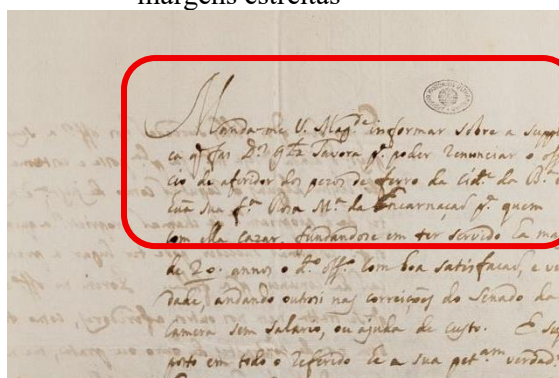


Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

No tocante à numeração dos fôlios, não há indicativos de numeração nos originais. Além disso, não existem traçados nas margens direita e esquerda; contudo, observa-se uma ordenação uniforme em cada conjunto de cartas dos *scriptores*. Em geral, o tamanho dos grafemas é homogêneo, e observa-se espaçamento regular entre palavras e linhas, delimitado de maneira uniforme. As margens esquerdas apresentam-se mais largas em comparação ao lado direito das páginas, mantendo o padrão habitual de outros manuscritos da época com escrita em colunas. Esse aspecto evidencia o domínio linguístico dos *scriptores* e proporciona maior facilidade na leitura dos textos.

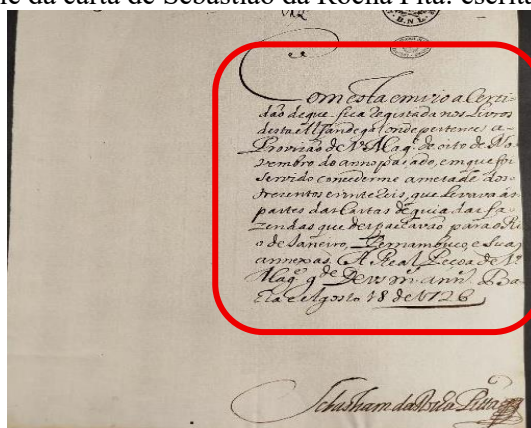
Trata-se, portanto, de uma escrita regular, ornamentada e encadeada, possivelmente produzida por um único punho, responsável pelo texto principal das cartas analisadas. Este aspecto pode ser visualizado nas Figuras 10 e 11, a seguir.

Figura 10 - Recorte do fac-símile da carta de José da Cunha Cardoso: escrita sem traçado de linhas, margens estreitas



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

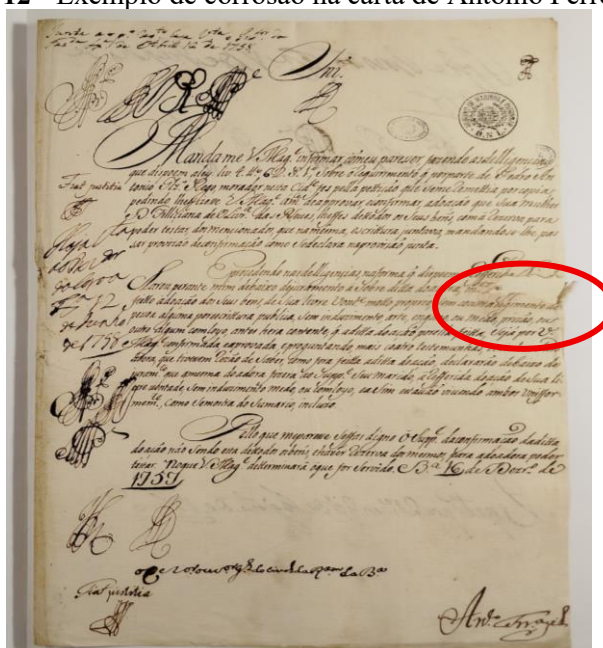
Figura 11 - Recorte do fac-símile da carta de Sebastião da Rocha Pita: escrita em coluna



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/Foto: Salvador/UFGM.

Como se observa nas figuras acima, José da Cunha Cardoso e Sebastião da Rocha Pita escreveram em coluna utilizando linhas imaginárias⁷¹. Conforme mencionado na descrição codicológica, de modo geral, não se registram no *corpus* irregularidades significativas nem danos expressivos por desgaste. Exceto em uma carta de Antônio Ferreira Gil, na qual se verifica, nas duas primeiras linhas do segundo parágrafo, perda do suporte causada por xilófagos. Na Figura 12, é possível observar essa perda de suporte na parte central à direita do fólio. Embora se trate de um fenômeno comum em documentos antigos, ele impede a leitura do trecho correspondente e configura um obstáculo à plena compreensão do contexto da carta.

Figura 12 - Exemplo de corrosão na carta de Antônio Ferreira Gil

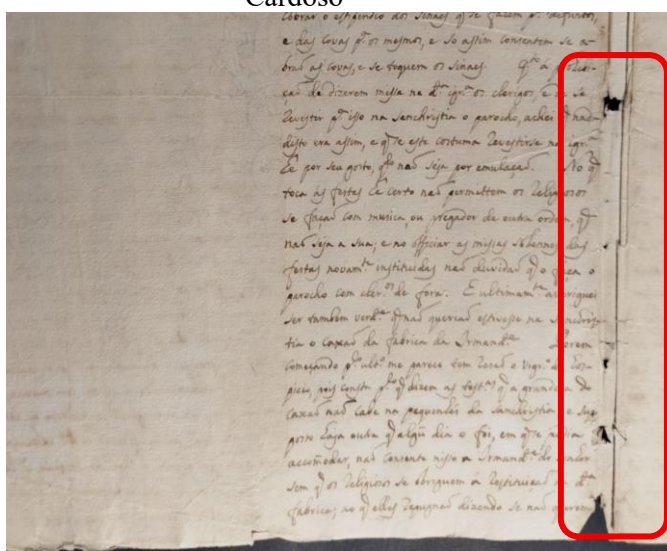


Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

⁷¹ Julgamos que essa uniformidade na escrita é um fator positivo para o processo de leitura e transcrição dos manuscritos.

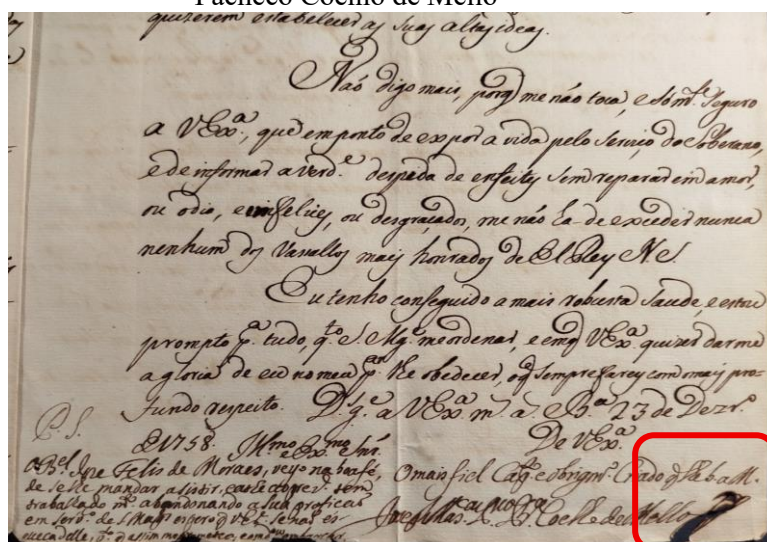
A seguir, apresentam-se dois exemplos de danos que não comprometem a leitura do texto. Na Figura 13, extraída de uma carta de José da Cunha Cardoso, observa-se perda de suporte na linha da dobra interna do documento, possivelmente causada pelo uso de algum objeto empregado para prender os fólhos. Já na Figura 14, evidencia-se um caso de provável oxidação da tinta na penada da assinatura, extraído da carta de José Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello.

Figura 13 - Exemplo de perda de suporte na linha da dobra interna na carta de Joseph da Cunha Cardoso



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

Figura 14 - Exemplo de oxidação da tinta na penada da assinatura na carta de José da Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello

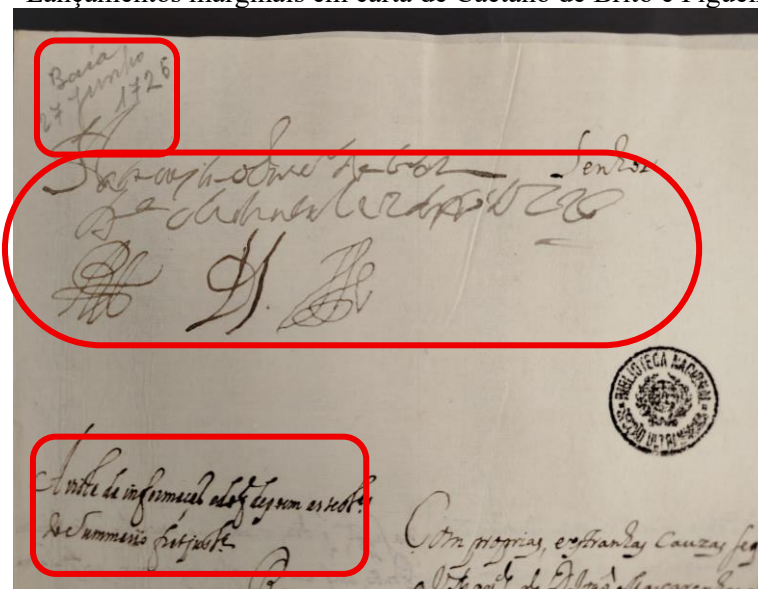


Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

Outro aspecto comum no suporte são os lançamentos marginais. Optou-se por analisar prioritariamente a escrita principal das cartas; contudo, a título de amostragem, convém

apresentar esse elemento recorrente nos manuscritos, que apresenta traçado extremamente diverso, desordenado e aparentemente apressado, nem sempre passível de decodificação. Vejamos a Figura 15.

Figura 15 - Lançamentos marginais em carta de Caetano de Brito e Figueiredo



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

Em síntese, todos os documentos apresentaram um estado de conservação relativamente uniforme em relação aos fólhos. De modo geral, os suportes originais apresentam boa nitidez e conservação, embora, em alguns trechos dos manuscritos, a tonalidade apresente-se mais clara. Por outro lado, o traçado mais intenso confere ao papel regiões de tonalidade mais escura. Todos os documentos utilizam folhas de papel sem pautas, com variações quanto à coloração – predominando tons de bege, havendo casos em que apenas um fólio apresenta tonalidade mais amarelada. O instrumento de escrita empregado parece ter sido uniforme, consistindo em penas de ave, com variações apenas no tipo de tinta utilizada.

4.2.1 Análise comparativa dos aspectos tipográficos

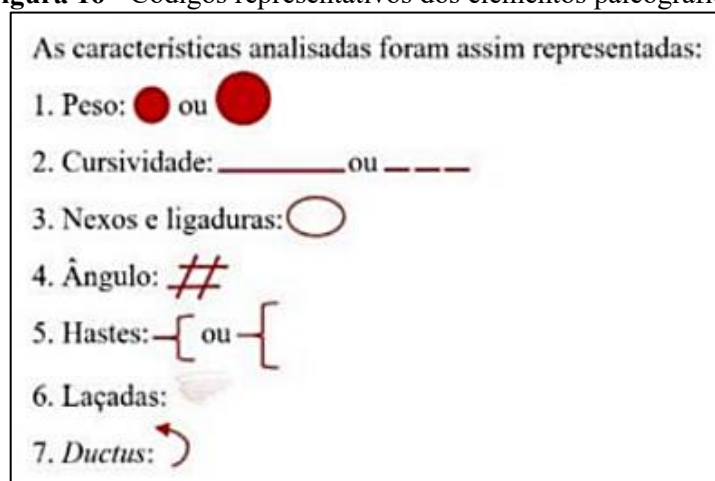
Os textos dos 23 manuscritos pertencem ao tipo documental “carta de informe”. De acordo com Santos (2016, p. 63), em essência, tratam-se de cartas produzidas por mãos hábeis, na acepção do termo cunhado por Marquilhas (1998), o que implica que o texto foi escrito por indivíduos letrados. Considerando que os *scriptores* analisados eram intelectuais da época, evidencia-se o domínio da escrita pelo modo como o ofício é manifestado.

Com o objetivo de caracterizar a escrita dos seis *scriptores*, adotaram-se os parâmetros de análise paleográfica delineados por Lose e Santos (2021), comparando trechos do manuscrito com a assinatura de seu possível autor. A seguir, apresentam-se os procedimentos adotados:

[...] caracterizando-as paleograficamente, identificando ângulos (inclinação), módulos (tamanho do corpo da letra), hastes/laçadas (traços que se alongam para cima ou para baixo na sequência do módulo), ductos (o caminho percorrido pela mão do *scriptor* ao traçar as letras), pesos (pressão posta pela mão no instrumento de escrita sobre o suporte para fazer o traçado), e nexos e ligaduras ou cursividade (sequência de traços sem levantar a mão do suporte). (Lose; Santos, 2021, p. 173-174).

Além disso, optou-se por empregar o conjunto de códigos propostos por Lose e Santos (2021) para representar os elementos paleográficos utilizados na caracterização da morfologia da escrita, conforme demonstrado na Figura 16, a seguir.

Figura 16 - Códigos representativos dos elementos paleográficos



Fonte: extraído de Lose e Santos (2021).

A seguir, apresenta-se a análise paleográfica dos manuscritos produzidos pelos *scriptores* que compõem o *corpus*, com base na comparação ⁷²entre assinaturas e trechos do corpo textual das cartas.

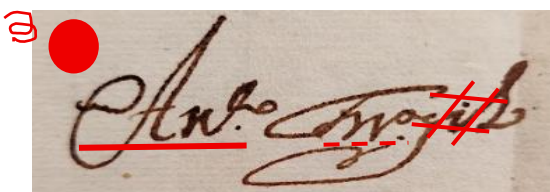
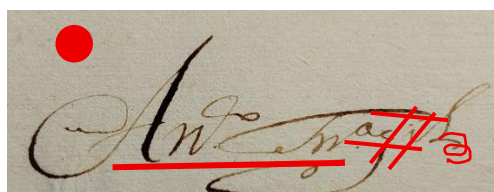
4.2.1.1 Antonio Ferreira Gil

No cotejo dos manuscritos do *scriptor* Antonio Ferreira Gil, encontramos cinco documentos. Todos eles da espécie documental carta. Dois deles datados do ano de 1744, o terceiro datado em 1746, o quarto datado em 1749 e o quinto datado em 1757. Um deles está localizado geograficamente na capitania da Bahia, e os demais na capitania da Paraíba.

⁷² Todos os quadros comparativos das assinaturas e dos trechos das cartas foram elaborados com base no trabalho de Paschoal (2024).

Inicialmente, confrontamos a sua assinatura presente nesses, identificada, no ato da edição semidiplomática, através dos códigos ABR-AFG-PB-CAR-1744 e ABR-AFG-PB-CAR-1757.

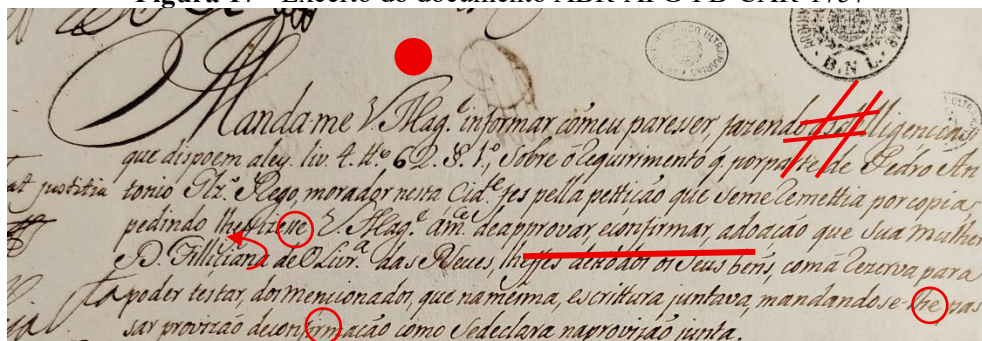
Quadro 19 - Comparação entre assinaturas de Antonio Ferreira Gil

Assinatura de Antonio Ferreira Gil na carta ABR-AFG-PB-CAR-1757	Assinatura de Antonio Ferreira Gil na carta ABR-AFG-PB-CAR-1744
	

Fonte: elaborado pela autora, com base em Paschoal (2024) / Foto: Salvador/UFGM.

Vê-se, no Quadro 19, uma diferença de 13 anos entre as datas de escrita das cartas das quais extraímos as assinaturas. Nelas, é possível perceber bastante similaridade entre o formato da grafia, com uma leve diferença entre os pesos, possivelmente provocada pela pressão posta pela mão no instrumento de escrita sobre o suporte para fazer o traçado dos módulos. O grau alto de cursividade é semelhante e justificado pela linearidade da escrita, pelo ângulo e pelo *ductus* das letras, levemente voltado à direita. Ao final da última letra, em ambas as assinaturas, também há uma pequena laçada, mas estas divergem, com traços que, no documento de 1757, estão para cima, enquanto, no documento de 1744, estão para baixo. Mas a caligrafia presente no corpo dos textos das mensagens faz-nos levantar a hipótese de que quem escreveu talvez não tenha sido a mesma mão que assinou a carta. A seguir, mostram-se excertos extraídos das referidas cartas para análise da autoria.

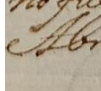
Figura 17 - Excerto do documento ABR-AFG-PB-CAR-1757



Fonte: elaborado pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

Confrontamos, a seguir, o fragmento acima com excerto do documento de 1744, atribuído a Antonio Ferreira Gil, para vermos as diferenças.

Quadro 21 - Comparação grafemática entre a assinatura de Antonio Ferreira Gil e o corpo dos documentos

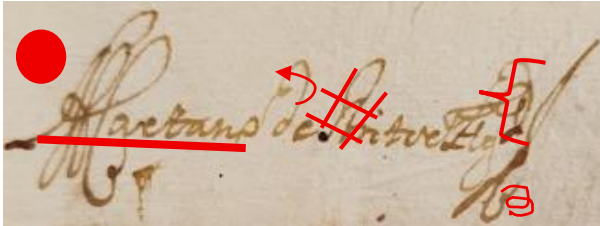
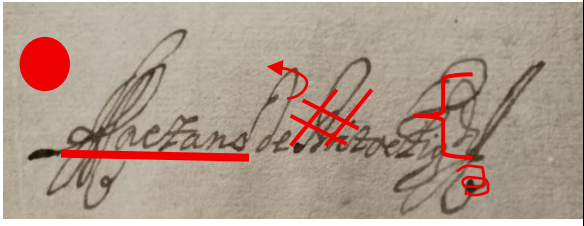
ASSINATURA	ABR-AFG-BA-CAR-1744	ABR-AFG-BA-CAR-1749	COMENTÁRIO
			Morfologia diversa entre o grafema <A> em posição inicial da assinatura e o do corpo dos manuscritos e com ângulo sempre à direita.

Fonte: elaborado pela autora, com base em Paschoal (2024).

4.2.1.2 Caetano de Brito e Figueiredo

Do sócio Caetano de Brito e Figueiredo dispomos de sete documentos, também da espécie documental carta, todos remetidos da Bahia. Uma delas está datada de setembro de 1719, dois estão datados de junho de 1725, outros dois de julho de 1726, e uma de março de 1721. Os documentos são identificados como ABE-CBF-BA-CAR-1719 e ABE-CBF-BA-CAR-1726. Observemos, inicialmente, a assinatura presente neles.

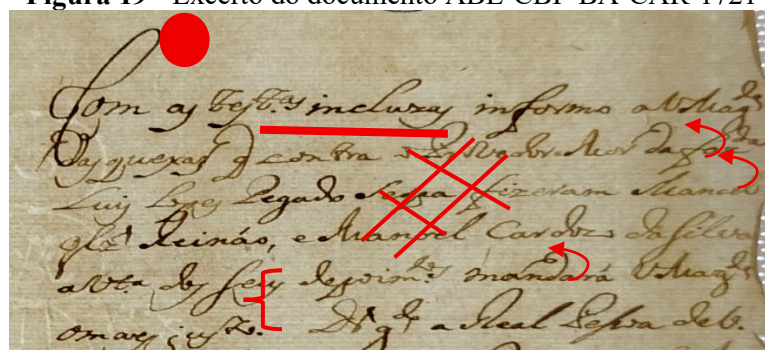
Quadro 22 - Comparação entre assinaturas de Caetano de Brito e Figueiredo

Assinatura de Caetano de Brito e Figueiredo na carta ABE-CBF-BA-CAR-1726	Assinatura de Caetano de Brito e Figueiredo na carta ABE-CBF-BA-CAR-1719
	

Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

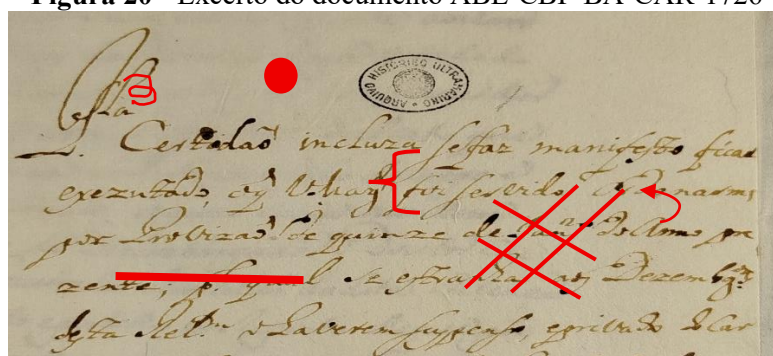
É possível notar as similaridades entre as assinaturas, sendo o peso da escrita a única exceção – traços mais leves no documento de 1719 e mais marcados no de 1726. As semelhanças, por sua vez, manifestam-se no alto grau de cursividade, na escrita com ângulo à direita e na laçada ao final da escrita. Há, ainda, hastes longas, com o traço direcionando-se à letra anterior, e uma laçada ao final.

Figura 19 - Excerto do documento ABE-CBF-BA-CAR-1721



Fonte: elaborado pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

Figura 20 - Excerto do documento ABE-CBF-BA-CAR-1726

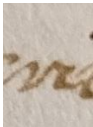
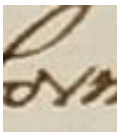
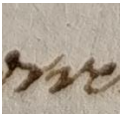


Fonte: elaborado pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

Verificamos uma escrita de peso leve, que se mostra ainda mais leve no segundo excerto, talvez, devido à porosidade do papel. O *scriptor* apresenta traçados finos e maior cursividade se comparado aos seus demais documentos. O ângulo está voltado para a direita, com *ductus* à esquerda. Com base nos aspectos informados, atestamos que a coleção documental de Caetano de Brito e Figueiredo é autógrafo.

Quadro 23 - Comparação grafemática entre a assinatura de Caetano de Brito e Figueiredo e o corpo dos documentos

ASSINATURA	ABE-CBF-BA-CAR-1726	ABE-CBF-BA-CAR-1725	ABE-CBF-BA-CAR-1721	ABE-CBF-BA-CAR-1719	COMENTÁRIO
					Ductus do grafema <d> em posição inicial sempre em direção à esquerda.
					Grafema <e> em posição medial semelhante em todos os casos, mas com ponto de ataque mais longo ou mais curto.

					Grafema <r> em posição medial semelhante ao <v>.
---	---	---	---	--	--

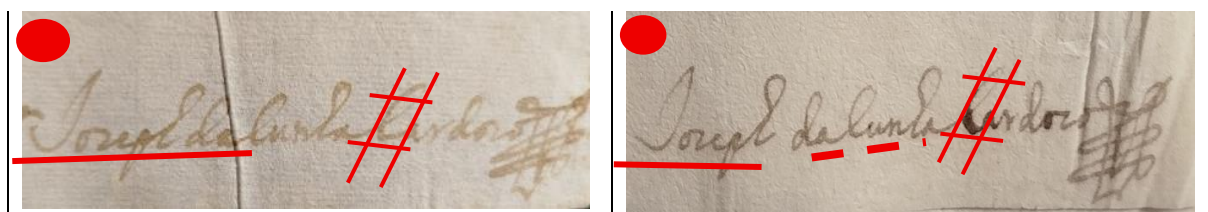
Fonte: elaborado pela autora, com base em Paschoal (2024).

4.2.1.3 José da Cunha Cardoso

Do *scriptor* José da Cunha Cardoso encontramos dois documentos, ambos da espécie documental carta e com localização geográfica na Bahia. Um datado de agosto de 1722 e o outro de setembro de 1719. Os documentos estão identificados como ABE-JCC-BA-CAR-1719 e ABE-JCC-BA-CAR-1722. A seguir, apresentam-se as assinaturas.

Quadro 24 - Comparação entre assinaturas de José da Cunha Cardoso

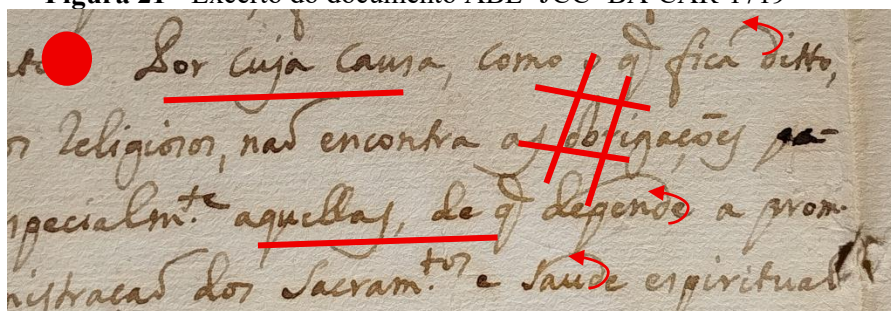
José da Cunha Cardoso na carta ABE-JCC-BA-CAR-1722 José da Cunha Cardoso na carta ABE-JCC-BA-CAR-1719



Fonte: elaborado pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

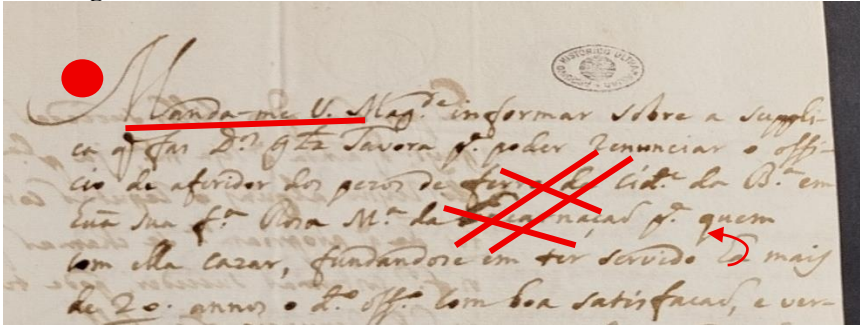
O peso das assinaturas de José da Cunha Cardoso é leve e apresenta escrita com ângulo levemente inclinado para a direita. O traçado do módulo é semelhante em ambos os exemplos, mas a cursividade da letra é média e aparenta ter sido escrita ligeiramente acelerada nos dois exemplos exibidos.

Figura 21 - Excerto do documento ABE- JCC -BA-CAR-1719



Fonte: elaborado pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

Figura 22 - Excerto do documento ABE- JCC -BA-CAR-1722



Fonte: elaborado pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

Assim como nas assinaturas extraídas das cartas do *scriptor* José da Cunha Cardoso, nota-se, nos trechos do corpo dos documentos, uma escrita de peso leve, que se mostra ainda mais leve no segundo excerto, talvez em razão da porosidade do papel ou da tinta utilizada no instrumento de escrita. O *scriptor* apresenta traçados finos e maior cursividade, se comparado aos outros documentos. O ângulo está para a direita, com *ductus* à esquerda. Com base nos aspectos observados, atestamos que estes documentos são autógrafos.

Quadro 25 - Comparação grafemática entre a assinatura de José da Cunha Cardoso e o corpo dos documentos

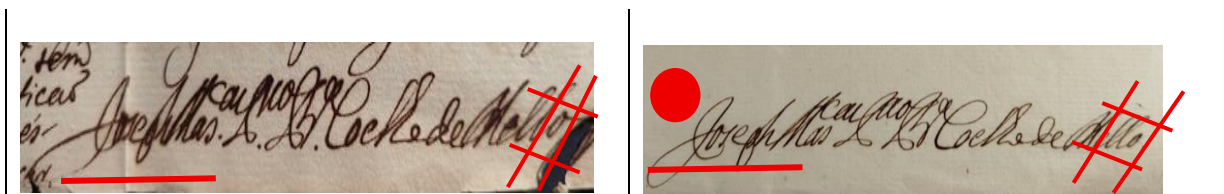
ASSINATURA	ABE- JCC -BA-CAR-1719	ABE- JCC-BA-CAR-1722	COMENTÁRIO
			Ângulo do grafema <d> em posição inicial em sempre em direção à direita.
	Não há ocorrências		Grafema <h> em posição medial com semelhança ao <l>.
			Grafema <p> em posição final na assinatura e em posição inicial se assemelham ao <q> .

Fonte: elaborado pela autora, com base em Paschoal (2024).

4.2.1.4 José Mascarenhas Pacheco de Mello

Do acadêmico José Mascarenhas Pacheco de Mello localizamos dois documentos, ambos da espécie documental carta, com localização geográfica na Bahia. Além disso, os documentos apresentam os seguintes códigos de identificação: ABR-JMPCM-BA-CAR-1758-1 e ABR-JMPCM-BA-CAR-1758-2. A seguir, no Quadro 26, as assinaturas do *scriptor*.

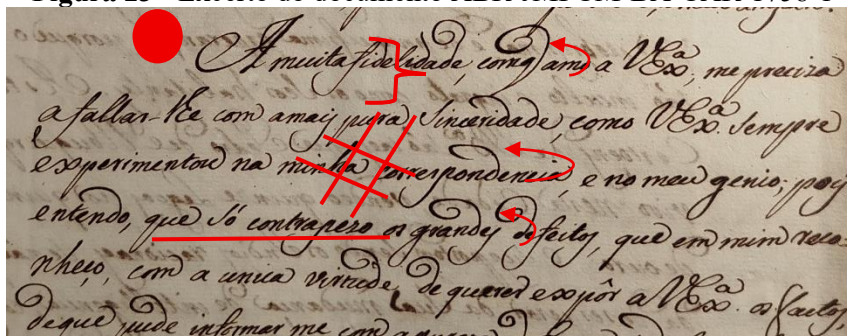
Quadro 26 - Comparação entre assinaturas de José Mascarenhas Pacheco de Mello
Assinatura de José Mascarenhas Pacheco de Mello na carta ABR-JMPCM-BA-CAR-1758-1. Assinatura de José Mascarenhas Pacheco de Mello na carta ABR-JMPCM-BA-CAR-1758-2.



Fonte: elaborado pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

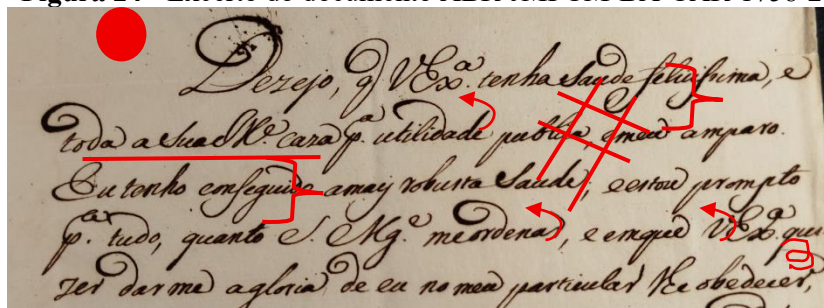
Ao observarmos os aspectos gráficos dos excertos dos documentos de José Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello identificamos que a divergência está no peso da grafia, possivelmente ocasionado pela quantidade de tinta que havia no instrumento da escrita ou maior porosidade do suporte. Quanto aos demais aspectos, a angulação é à direita, tem cursividade mediana, o *ductus* é pela esquerda, as hastes médias direcionam-se à letra anterior e as ligaduras seguem o perfil da escrita de *scriptores* cultos.⁷³

Figura 23 - Excerto do documento ABR-JMPCM-BA-CAR-1758-1



Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

Figura 24 - Excerto do documento ABR-JMPCM-BA-CAR-1758-2



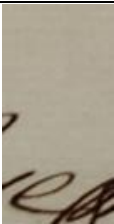
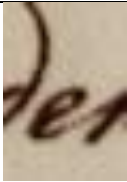
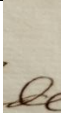
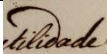
Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

José Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello contém uma caligrafia cursiva de peso médio que chama atenção pelas laçadas das letras e pelas hastes médias. No corpo do texto da

⁷³ Conforme defende Barbosa (2003), não é possível definir com precisão o conceito de indivíduo “culto” no século XVIII, contudo o autor argumenta que “se um dado redator previamente identificado como informante culto deixa seu texto, ainda que de circulação privada, mais formal, por aproximar determinadas marcas textuais daquelas usadas no modelo de norma culta objetiva de seu período histórico (Barbosa, 2003, p. 29)”, pode-se considerá-lo como indivíduo “culto”.

sua coleção documental, também verificamos ângulo para direita e *ductos* para a esquerda. Embora no primeiro excerto os módulos possuam um tamanho menor, consideramos que os documentos foram escritos pela mesma mão que os assinou, isto é, pelo *scriptor* José Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello. A seguir, mais uma comparação grafemática.

Quadro 27 - Comparação grafemática entre a assinatura de José Mascarenhas Pacheco de Mello e o corpo dos documentos

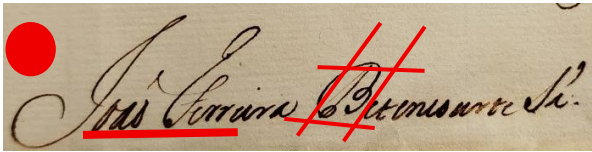
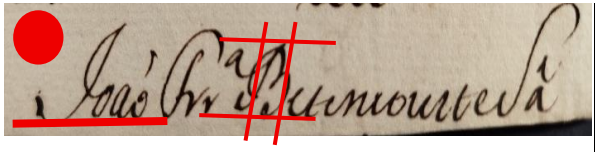
ASSINATURA	ABR-JFBS-BA-CAR-1766-1	ABR-JFBS-BA-CAR-1766-2	COMENTÁRIO
			Morfologia diversa entre o grafema <e> em posição medial na assinatura e o do corpo dos manuscritos.
			Morfologia diversa entre o grafema <d> em posição medial na assinatura e o do corpo dos manuscritos.

Fonte: elaborado pela autora, com base em Paschoal (2024).

4.2.1.5 João Ferreira Bittencourt e Sá

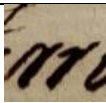
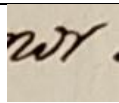
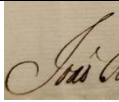
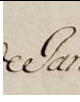
De João Ferreira Bittencourt e Sá localizamos dois documentos, ambos da espécie documental carta, com localização geográfica na Bahia. O primeiro está datado de julho de 1766, e o segundo, de março de 1776. Respectivamente, os documentos apresentam os seguintes códigos de identificação: ABR-JFBS-BA-CAR-1766-1 e ABR-JFBS-BA-CAR-1776-2.

Quadro 28 - Comparação entre assinaturas de João Ferreira Bittencourt e Sá

Assinatura de João Ferreira Bittencourt e Sá na carta ABR-JFBS-BA-CAR-1766-1	Assinatura de João Ferreira Bittencourt e Sá na carta ABR-JFBS-BA-CAR-1776-2
	

Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

Quadro 29 - Comparação grafemática entre a assinatura de João Ferreira Bittencourt e Sá e o corpo dos documentos

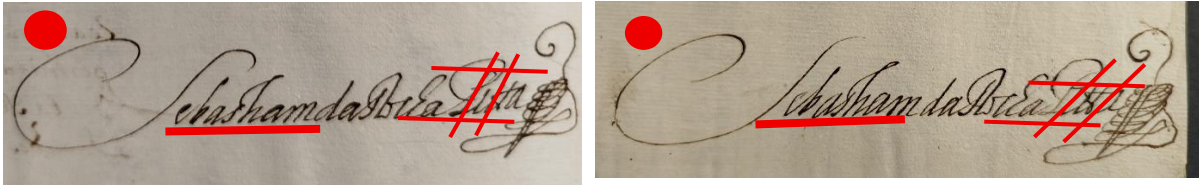
ASSINATURA	ABR-JFBS-BA-CAR-1766-1	ABR-JFBS-BA-CAR-1766-2	COMENTÁRIO
			O grafema<r>em posição inicial, medial ou final se assemelha ao <v>.
		Não há ocorrências	Verificamos que o grafema <j> em posição capitular se assemelha ao <i> maiúsculo.

Fonte: elaborado pela autora, com base em Paschoal (2024).

4.2.1.6 Sebastião da Rocha Pita

De Sebastião da Rocha Pita, foram identificados cinco documentos, todos da espécie documental carta. Todos foram remetidos da Bahia e, coincidentemente, no mesmo ano; por esse motivo, inserimos a numeração de 1 a 5 ao final do código de identificação de cada carta. Os códigos são os seguintes: ABE-SRP-BA-CAR-1726-1, ABE-SRP-BA-CAR-1726-2, ABE-SRP-BA-CAR-1726-3, ABE-SRP-BA-CAR-1726-4 e ABE-SRP-BA-CAR-1726-5. No Quadro 30, apresenta-se a assinatura do referido *scriptor*.

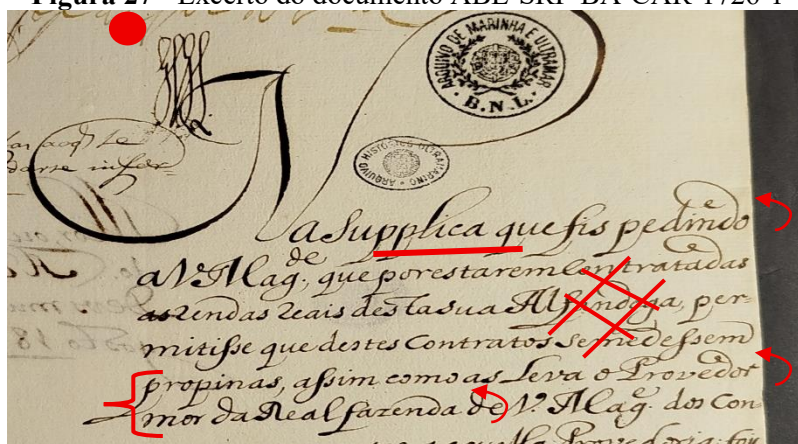
Quadro 30 - Comparação entre assinaturas de Sebastião da Rocha Pita
Assinatura de Sebastião da Rocha Pita na carta ABE-SRP-BA-CAR-1726-1 Assinatura de Sebastião da Rocha Pita na carta ABE-SRP-BA-CAR-1726-2



Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

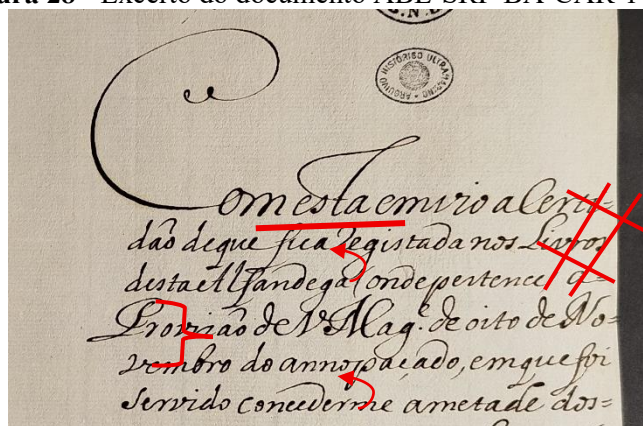
No cotejo das cartas ABE-SRP-BA-CAR-1726-1 e ABE-SRP-BA-CAR-1726-2, observa-se uma morfologia semelhante quanto ao tamanho, ao traçado do módulo e aos nexos e ligaduras entre as letras. O caminho percorrido pelo *scriptor* ao traçar as letras, isto é, o *ductus*, mostra-se ligeiramente mais acelerado no documento ABE-SRP-BA-CAR-1726-2, possivelmente em função do peso da escrita; ainda assim, em ambos os casos, há inclinação para a direita. Observa-se, ainda, o uso de letras capitulares com tamanho homogêneo.

Figura 27 - Excerto do documento ABE-SRP-BA-CAR-1726-1



Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

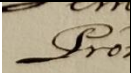
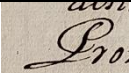
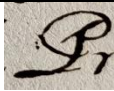
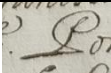
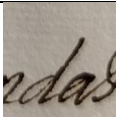
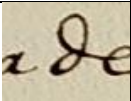
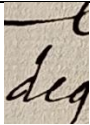
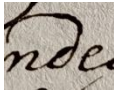
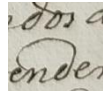
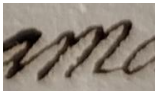
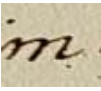
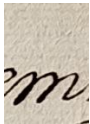
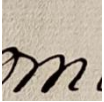
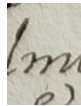
Figura 28 - Excerto do documento ABE-SRP-BA-CAR-1726-2



Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

Ao compararmos os trechos das cartas de Sebastião da Rocha Pita, não identificamos divergências significativas entre os aspectos gráficos analisados em sua coleção documental. Com *ductus* à esquerda e ângulo inclinado à direita, nota-se que o peso da grafia é semelhante e que as hastes médias se direcionam à letra anterior. As ligaduras e os nexos ocorrem predominantemente entre letras, e não entre palavras. Esses mesmos elementos também são verificados nos demais conjuntos autógrafos do *corpus*.

Quadro 31 - Comparação grafemática entre a assinatura de Sebastião da Rocha Pita e o corpo dos documentos

ASSINATURA	ABE-SRP-BA-CAR-1726-1	ABE-SRP-BA-CAR-1726-2	ABE-SRP-BA-CAR-1726-3	ABE-SRP-BA-CAR-1726-4	ABE-SRP-BA-CAR-1726-5	COMENTÁRIO
						O grafema <p> em posição inicial contém morfologia semelhante em todas as cartas e nas assinaturas.
						O grafema <d> possui morfologia diversa a depender da posição.
						Apenas com ponto de ataque mais longo quando o peso é maior, o grafema <m> em posição final mantém-se semelhante.

Fonte: elaborado pela autora, com base em Paschoal (2024).

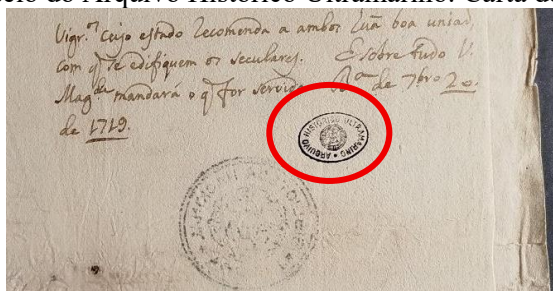
A análise paleográfica do *corpus* revela que a escrita setecentista não se reduz a um padrão homogêneo, mas se configura como um espaço de variação controlada. Traços de mãos hábeis predominam, como alta cursividade, inclinação à direita e encadeamento entre letras, mas, ainda assim, foi possível identificar algumas discrepâncias entre assinaturas e corpos textuais, especialmente no peso, no *ductus* e nos módulos. Desse modo, mais do que descrever

formas gráficas, os dados evidenciam práticas de produção textual autênticas, nas quais a escrita afirma-se, simultaneamente, como técnica letrada e prática social.

4.2.2 Carimbos e marcas d'água

Os carimbos são usados com frequência nos documentos e, “tal como o próprio texto, expressam atitudes, pensamentos e simbologias específicas de cada época e sociedade” (Almada, 2010, p. 40). A seguir, na Figura 39, apresenta-se um recorte de uma das cartas de Sebastião da Rocha Pita e, assim como em quase todos os demais documentos da coleção analisada, observa-se a presença do carimbo do selo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU):

Figura 29 - Carimbo do selo do Arquivo Histórico Ultramarino: Carta de Joseph da Cunha Cardoso



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

Outros carimbos, também recorrentes nas cartas dos acadêmicos brasileiros, são o carimbo da Biblioteca Nacional de Lisboa e o Carimbo Arquivo de Marinha e Ultramar B.N.L, como demonstrado na Figura 30 e na Figura 31.

Figura 30 - Carimbo/ selo da Biblioteca Nacional de Lisboa



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

Figura 31 - Carimbo Arquivo de Marinha e Ultramar B.N.L



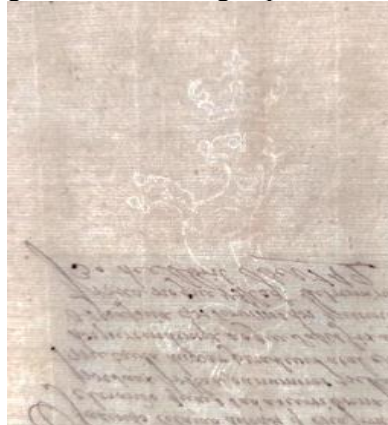
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

Para além dos carimbos, as marcas d'água constituem outro elemento fundamental para a análise da materialidade dos documentos, sobretudo no que se refere à identificação da origem e da qualidade do papel. De modo geral, sua presença está associada aos fabricantes do suporte e às práticas de produção papeleira, além de funcionar como mecanismo de segurança contra falsificações. Conforme destaca Gonçalves (2023), o desenho da marca d'água era formado a partir de figuras moldadas em latão e entrelaçadas na malha dos moldes, frequentemente representando brasões, símbolos régios e elementos da natureza.

[...] O desenho da marca d'água era formado a partir de uma figura moldada em latão posteriormente entrelaçada nos fios da malha dos moldes, como um bordado. As pequenas esculturas em latão normalmente representavam brasões, símbolos relacionados à realeza e elementos da natureza. (Gonçalves, p. 2023).

No *corpus* analisado, a variedade⁷⁴ de marcas d'água chama atenção, ainda que esse elemento não esteja presente na totalidade das cartas. Entre os exemplos identificados, destacam-se figuras de medalhão central, brasão de armas com coroa e cruz, círculos sobrepostos com cruz no círculo superior e outros. Tais marcas podem fornecer indícios relevantes acerca da procedência dos papéis utilizados, além de corroborar a datação atribuída aos documentos. Na Figura 32, nota-se a presença de uma marca com motivos heráldicos e ornamentais, aparentemente compostos por um escudo coroadado envolvido por elementos decorativos dispostos simetricamente, contudo não foi possível indicar com precisão qual a origem do fabricante ou da oficina papeleira.

Figura 32 - Imagem de marca d'água presente na carta 4 de AFG



Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

⁷⁴ De acordo com Gonçalves (2023, p. 9): “[...] Embora existam várias tipologias de marcas, é mais comum observar nos papéis do século XVIII uma presença maior de marcas d'água, contramarcas e marcas d'água complementares”.

A marca d'água com a figura do cavalo rampante coroado, exibida na figura anterior, foi analisada e catalogada por Gonçalves (2021) em pesquisa sobre marcas d'água do fundo da Casa dos Contos do APM, em Belo Horizonte, pelo banco de dados do site *Berstein – The Memory of Paper*.⁷⁵ Após a elaboração de um estudo comparativo, Gonçalves (2021) concluiu que esta é uma marca d'água, possivelmente, de origem italiana.

A Figura 33, a seguir, foi extraída de uma das cartas da coleção documental de Antonio Ferreira Gil. Trata-se de uma marca d'água que apresenta configuração figurativa, composta, aparentemente, por um escudo coroado envolvido por elementos ornamentais.

Figura 33 - Imagem da marca d'água presente na carta 3 de AFG



Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

Figura 34 - Imagem da marca d'água presente na carta 5 de AFG, capturada com a utilização de mesa de luz



Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

A Figura 35, a seguir, possivelmente é uma variação do brasão de Gênova. De acordo com Gonçalves (2023):

⁷⁵ O banco *The Memory of Paper*, foi usado pela primeira vez em pesquisa Linguística por Carneiro (2024) em sua tese.

O brasão de armas do Estado de Gênova foi a inspiração para a criação de diversas filigranas utilizadas para gerar as marcas d'água, sendo a mais comum e amplamente copiada por fabricantes franceses aquela que apresenta três círculos alinhados verticalmente. O brasão da República de Gênova apresenta, ao centro, um escudo com a cruz vermelha de São Jorge, santo padroeiro desde o século VII, quando tropas bizantinas construíram uma igreja na cidade em devoção a ele. Ladeando a cruz central há dois grifos, adicionados ao brasão no final da Idade Média. Acima da cruz há uma coroa e, abaixo, uma tarja com os dizeres “*Libertas*”. Uma variação do brasão de armas de Gênova apresenta a imagem da cabeça do deus romano Jano (Grimal, 2018) acima da coroa, porém nem sempre ela é representada. (Gonçalves, 2023, p.30).

Como se pode observar, apresenta, além das formas circulares, os três elementos principais que fazem parte do brasão: a cruz central, os dois grifos laterais e a coroa na porção superior.

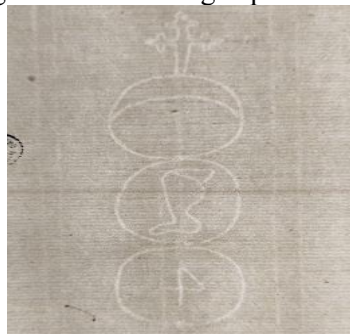
Figura 35 - Imagem da Marca d'água presente na carta 7 de CBF, capturada com a utilização de mesa de luz



Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

A Figura 36⁷⁶ e a Figura 37 contêm alguns elementos semelhantes aos da marca d'água anterior, no entanto, na parte superior das formas circulares há uma cruz e os desenhos de dentro das formas também são diferentes.

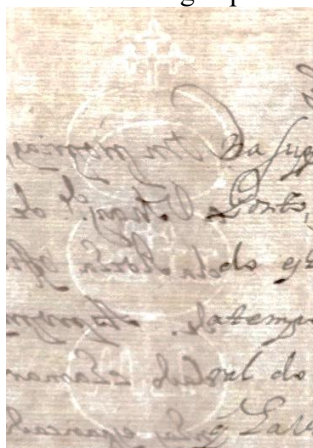
Figura 36 - Imagem de marca d'água presente na carta 5 de SRP



Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

⁷⁶ Nas fontes consultadas, não localizamos qual a entidade corporativa que fabricou o papel usado nos documentos que contêm estas marcas d'água da Figura 36 e da Figura 37.

Figura 37 - Imagem de marca d'água presente na carta 1 de CBF



Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

Uma vez que as cartas dos letrados brasílicos foram remetidas a instâncias oficiais e hoje se encontram custodiadas no Arquivo Histórico Ultramarino, crê-se que a lista de carimbos e marcas d'água apresentadas nesta subseção não constituem apenas aspectos materiais da documentação, mas, também, vestígios das práticas burocráticas, dos circuitos de comunicação e da cultura escrita que caracterizaram a América portuguesa setecentista. Além de fornecerem subsídios para a verificação da autenticidade documental e para a reconstrução dos contextos históricos em que esses escritos foram produzidos e posteriormente arquivados.

4.2.3 Abreviaturas

Consoante Sobral (2007, p. 10), o ato de abreviar é uma forma de “representar as palavras por sinais e alguns elementos gráficos”. Com o intuito de fazer uma descrição dos tipos de abreviaturas usados pelos letrados das Academias Brasílicas dos Esquecidos e dos Renascidos nos documentos em questão, observamos abreviaturas⁷⁷ convencionadas ou habituais, com base na classificação de Spina (1977).

Para Spina (1977, p. 44-49), as abreviaturas podem ser classificadas como: a) sigla – representação da palavra pela letra inicial; b) síncope – supressão de elementos gráficos no meio da palavra, com letra(s) sobreposta(s); c) numeral inicial com letra(s) sobreposta(s); d) apócope – supressão de letra(s) ao final do vocábulo.

⁷⁷ Megale, Toledo Neto e Fachin (2015, p. 27) apontam que “a origem do sistema abreviativo se encontra em um tipo de escrita muito praticada na Roma antiga, a taquigraia, do grego tachys (= rápido) e graphein (= escrever), é um tipo de escrita desenvolvida para ser tão rápida quanto a fala, já que o costume era transcrever os discursos proferidos ao vivo”.

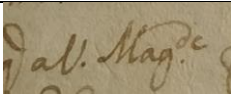
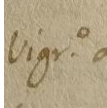
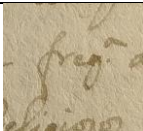
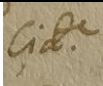
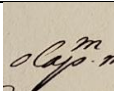
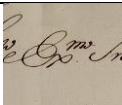
A seguir, apresentamos, a título de amostragem, alguns exemplos das abreviaturas encontradas, com desenvolvimento e sem desenvolvimento (em itálico), conforme a norma atual e com base na apresentação elaborada por Carneiro (2024). No entanto, convém frisar que, na edição, todas as abreviaturas foram desdobradas.

Quadro 32 - Sigla – representação da palavra pela letra inicial

DOCUMENTO	REGISTRO	DESDOBRAMENTO
(AHU_ACL_CU_005, Cx. 12, doc.1052)		<i>Padre</i>
(AHU_ACL_CU_005, Cx. 12, doc.1052)		<i>Vossa</i>
(AHU_ACL_CU_005, Cx. 12, doc.1052)		<i>Nossa</i>
(AHU_ACL_CU_005, Cx. 12, doc.1052)		<i>Que</i>

Fonte: elaborado pela autora, com base em Carneiro 2024.

Quadro 33 - Síncope – supressão de elementos gráficos no meio da palavra com letra(s) sobreposta(s)

DOCUMENTO	REGISTRO	DESDOBRAMENTO
(AHU_ACL_CU_005, Cx. 12, doc.1052)		Vossa Magestade
(AHU_ACL_CU_005, Cx. 12, doc.1052)		Vigario
(AHU_ACL_CU_005, Cx. 12, doc.1052)		Freguesia
(AHU_ACL_CU_005, Cx. 12, doc.1052)		Cidade
(AHU_ACL_, Cx. 49 Doc. 9088- 9089)		Capitam
(AHU_ACL_, Cx. 49 Doc. 9088- 9089)		Ilustríssimo
(AHU_ACL_, Cx. 49 Doc. 9088- 9089)		Excelentíssimo

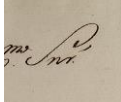
Fonte: elaborado pela autora, com base em Carneiro 2024.

Quadro 34 - Numeral inicial com letra(s) sobreposta(s)

DOCUMENTO	REGISTRO
(AHU_ACL_, Cx.157, D. 11958)	
(AHU_ACL_, Cx.157, D. 11958)	
(AHU_ACL_, Cx.157, D. 11958)	
(AHU_ACL_, Cx.157, D. 11958)	

Fonte: elaborado pela autora, com base em Carneiro 2024.

Quadro 35 - Apócope – supressão de letra(s) ao final do vocábulo

DOCUMENTO	REGISTRO	DESDOBRAMENTO
(AHU_ACL_, Cx. 49 Doc. 9088- 9089)		Senhor

Fonte: elaborado pela autora, com base em Carneiro 2024.

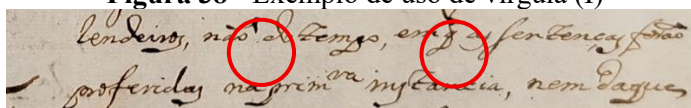
Para Lose *et al.* (2009) “entender as abreviaturas é uma das chaves para desvendar os segredos dos manuscritos antigos” e, embora não tenha sido realizada uma análise exaustiva da produtividade de abreviaturas entre cada *scriptor* na presente dissertação, compreendemos esse elemento como algo importante para o estudo linguístico.

4.2.4 Sinais gráficos: pontuação, acentuação e segmentação

Mais do que marcas auxiliares, os sinais gráficos constituem vestígios das práticas letradas que organizam, estruturam e dão forma à escrita. A análise dos sinais gráficos presentes nos manuscritos evidencia um conjunto de práticas escriturais que envolvem não apenas a pontuação, mas, também, a acentuação e a segmentação das palavras no espaço da linha.

A partir do levantamento de ocorrências, identificaram-se diferentes sinais empregados pelos *scriptores*, com variação quanto à frequência e à função, a depender da mão responsável pela escrita. Contudo, todos eles fazem o uso dos seguintes sinais gráficos: vírgula, ponto parágrafo ou ponto final, ponto-e-vírgula e outros sinais, que aparecem com mais ou menos frequência, a depender do remetente. Retrutam-se alguns exemplos nas figuras a seguir.

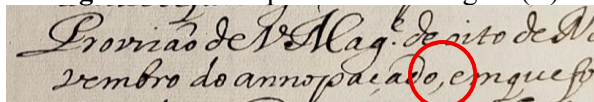
Figura 38 - Exemplo de uso de vírgula (I)



Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

rendeiros, não do tempo, em que as sentenças fora| proferidas na primeira instancia, nem da que,| (AHU_ACL_CU_005, Cx. 12, D.1060- F1, R. L.9)

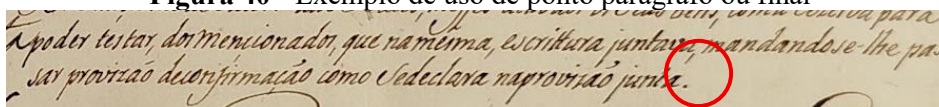
Figura 39 - Exemplo de uso de vírgula (II)



Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

Provisão de Vossa Magestade de oito de No=|vembro do anno paçado, em que foi(AHU_ACL_CU_005, Cx. 28 Doc. 2525- F, 1, R. L.9)

Figura 40 - Exemplo de uso de ponto parágrafo ou final

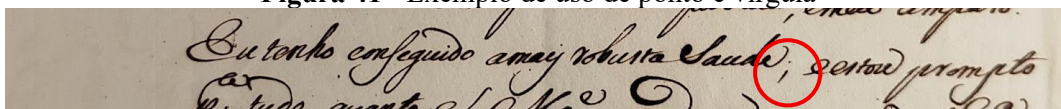


Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

poder testar, dos mençionados, que na mesma, escriptura juntava, mandandose-lhe pas

sar provizão de confirmação como se declara na provizaõ junta. (AHU_ACL_CU_005, Cx. 135, D. 10451- F.1, R. L.)

Figura 41 - Exemplo de uso de ponto e vírgula

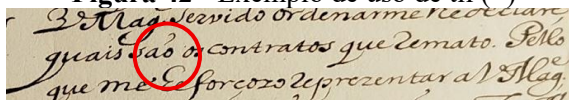


Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

Eu tenho conseguido a maes robusta saúde; e estou prompto| (AHU_ACL_CU_005, Cx. 21 Doc.3925)

Quanto a outros sinais de pontuação, destacamos a presença do travessão duplo (=), til (~).

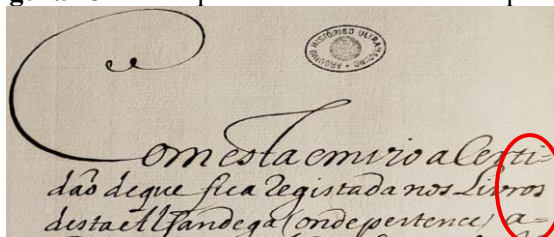
Figura 42 - Exemplo de uso de til (~)



Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

quais são os contratos queremato. Pello| (AHU_ACL_CU_005, Cx. 28 Doc. 2523- F1, R. L9)

Figura 43 - Exemplo de uso de travessão duplo (=)



Fonte: elaborada pela autora/ Foto: Salvador/UFGM.

Com esta envio a certi= | dão de que registada nos Livros| (AHU_ACL_CU_005, Cx. 28 Doc. 2525- F1, R. L1)

Como visto na Figura 43, no que concerne à segmentação gráfica, verifica-se que a divisão silábica ao final da linha é sistematicamente representada com duplo hífen (=), indicando a continuidade do vocábulo na linha subsequente, como no excerto. Tal recurso evidencia estratégias de organização do espaço gráfico e de adaptação da escrita às condições materiais do suporte.

Quanto aos sinais de acentuação, observa-se a presença de diferentes diacríticos. Bacelar (1783) explica que existiam três acentos que indicavam que a vogal era longuíssima ou aguda (´), breve (˘) e longa ou circunflexa (^). Acioli (2003) também salienta que o acento circunflexo e o acento agudo poderiam indicar a sílaba tônica, e que o acento agudo, em alguns contextos, também indicava crase ou funcionava como apóstrofo após uma sílaba tônica. Desse

modo, nos manuscritos em questão, encontram-se os seguintes diacríticos, exemplificados adiante:

a) ~ (til) - nasalização de vogais, como em:

[...] ocaziaõ compondo ao quexozo *dito* Dom João dan| [...]

[...] dolhe huã de sujas camizas para vestir. o *que* uniformes| [...]

[...] juraraõ as testemunhas incluzas, que tambem declararãõ| [...]

[...] vi. Sim affirmaõ as testemunhass haver tido omesmo| [...]

b) , (cedilha) – soteposta ao c ante de a e o, indicando o fonema /s/, como em:

[...] igoal justiça; com outras semelhantes adverteências| [...]

[...] da, em menos de fazer carcere privado, eter praça| [...]

c) ´ (agudo)

[...]só dependem examinar com verdade que| [...]

d) ^ (circunflexo)

[...] çado, em que emviey a *Vossa Magestade* a=| [...]

[...] anno, não vieraõ outros athê⁷⁸ o pre=| [...]

[...] pella inobservância della sobre a feitura dos pelouros que na *Vossa* de Igarassû| [...]

4.3 ESTABELECIMENTO DOS ALFABETOS

A descrição das variantes grafemáticas das mãos que redigiram as cartas constitui etapa fundamental para a leitura e a transcrição dos manuscritos. De acordo com Fachin (2008):

O estabelecimento de um alfabeto representa etapa essencial para leitura e transcrição satisfatória de qualquer manuscrito, principalmente quando se trata de grafia de difícil decifração. Trata-se de atividade que requer critério e paciência na coleta e distribuição de cada uma das letras. Nesse processo, é necessário se habituar ao tipo de escrita, há emprego de letras deformadas, trechos apagados, abreviaturas de diversos tipos, borrões e um vocabulário, muitas vezes, desconhecido. (Fachin, 2008, p.45).

⁷⁸ Acima da letra “e” ‘há um traço que se assemelha ao diacrítico “^”.

A partir dessa ótica, foi realizada a sistematização da execução caligráfica dos grafemas utilizados pelos *scriptores*, as flutuações gráficas e outros aspectos que, de acordo com Lose *et al.* (2009, p.47), são fatores que constituem fatos linguísticos.

Cabe destacar que o *corpus* analisado é composto por cartas produzidas por seis punhos distintos, o que implica variação significativa nas formas gráficas. Além disso, o número de documentos atribuídos a cada *scriptor* é desigual. Nesse contexto, a elaboração de quadros scriptográficos, embora constitua uma etapa morosa, mostrou-se fundamental para assegurar maior precisão na leitura e para auxiliar na identificação e fixação das grafias, inclusive daquelas de mais difícil decodificação.

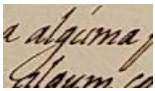
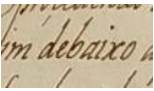
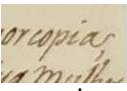
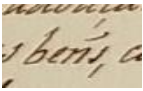
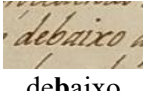
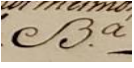
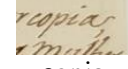
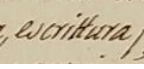
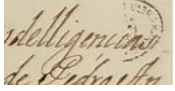
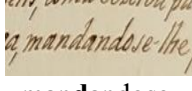
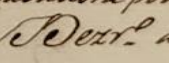
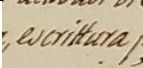
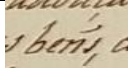
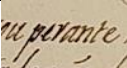
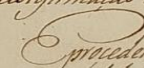
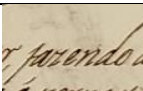
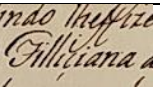
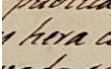
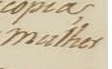
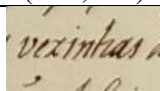
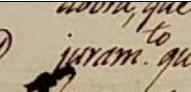
Para a construção ⁷⁹dos alfabetos, optou-se por organizá-los por autoria, e não por documento. Assim, foram cotejados todos os manuscritos de cada *scriptor*, com o objetivo de identificar diferentes realizações gráficas de uma mesma letra. No tratamento das imagens, utilizou-se recurso de edição limitado ao ajuste de nitidez e brilho, preservando-se as características originais dos manuscritos.

Os quadros foram estruturados em cinco colunas: a primeira apresenta a letra em análise, de A a Z; da segunda à quarta, dispõem-se os recortes dos grafemas minúsculos em posição inicial, medial e final, acompanhados de sua localização no manuscrito (fólio e linha) e da transcrição da palavra, com destaque da letra em negrito; na quinta coluna, apresenta-se o grafema maiúsculo, com imagem contextualizada, indicação da palavra de origem e sua respectiva transcrição. Nos casos em que determinada letra não foi identificada, registra-se a indicação “não há ocorrências”.

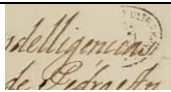
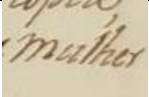
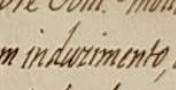
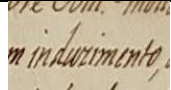
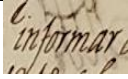
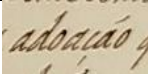
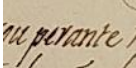
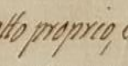
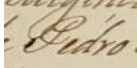
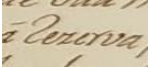
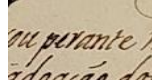
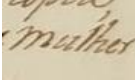
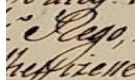
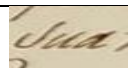
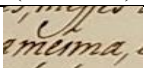
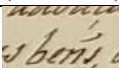
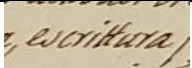
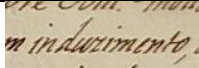
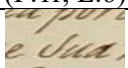
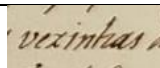
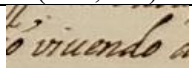
Ressalta-se, por fim, que essa descrição possui caráter interpretativo e, como tal, não está isenta de limitações inerentes ao processo de análise paleográfica. Ainda assim, constitui instrumento fundamental para a compreensão das práticas gráficas dos *scriptores* e para a realização de uma edição filologicamente consistente. Vejamos, a seguir, os quadros elaborados a partir da caligrafia dos *scriptores* e das formas típicas das letras que compõem os manuscritos autógrafos.

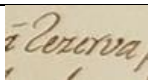
⁷⁹ Cabe destacar que os quadros scriptográficos elaborados pela autora foram fundamentados em trabalhos anteriores de pesquisadores do NELP UEFS e do CE-DOHS, como, por exemplo, Silva (2021).

Quadro 36 - Descrição *scriptográfica* das variantes grafemáticas de Antônio Ferreira Gil⁸⁰

GRAFEMA	Minúsculas			Maiúsculas
	Inicial	Medial	Final	
<a>	 alguma (F.1r, L. 11)	 debaixo (F.1r, L.9)	 copia (F.1r, L.3)	 An (F.1r, L.2)
	 bens (F.1r, L.5)	 debaixo (F.1r, L.9)	Não há ocorrências	 Bahia (F.1r, L.20)
<c>	 copia (F.1r, L.3)	 escritura (F.1r, L.6)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<d>	 delligenças (F.1r, L.1)	 mandandose- lhe (F.1r, L.6)	Não há ocorrências	 Dezembro (F.1r, L.20)
<e>	 escritura (F.1r, L.6)	 bens (F.1r, L.5)	 perante (F.1r, L.9)	 E (F.1r, L.8)
<f>	 fazendo (F.1r, L.1)	 refferida (F.1r, L. 8)	Não há ocorrências	 Filliciana (F.1r, L.5)
<g>	Não há ocorrências	 delligenças (F.1r, L.1)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<h>	 hora (F.1r, L.12)	 mulher (F.1r, L.4)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<i>	 informar (F.1r, L.1)	 vezinhos (F.1r, L.13)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<j>	 juramento (F.1r, L. 15)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências

⁸⁰ Todos os exemplos das variantes grafemáticas maiúsculas e minúsculas de Antonio Ferreira Gil foram extraídas da carta cujo código referência é AHU_ACL_CU_005, Cx. 135, D. 10451.

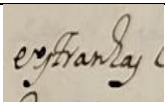
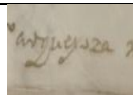
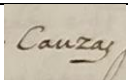
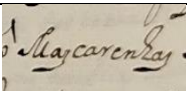
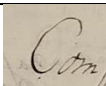
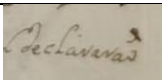
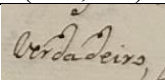
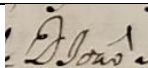
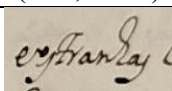
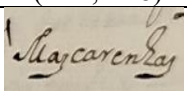
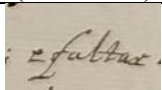
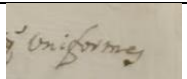
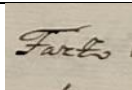
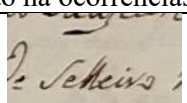
<k>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<l>	Não há ocorrências	 delligenças (F.1r, L. 1)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<m>	 mulher (F.1r, L.4)	 induzimento (F.1r, L.16)	Não há ocorrências	 Manda-me (F. 1r, L. 1)
<n>	 nas: F.1r, L.8	 induzimento: F.1r, L.16	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<o>	Não há ocorrências	 informar (F.1r, L.2)	 doação (F.1r, L.4)	Não há ocorrências
<p>	 perante: (F.1r, L.9)	 proprio (F.1r, L.10)	Não há ocorrências	 Pedro (F. 1r, L. 18)
<q>	 que (F.1r, L.4)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<r>	 rezerva (F.1r, L.5)	 perante: (F.1r, L.9)	 mulher: (F.1r, L.4)	 Rego (F.1r, L. 3)
<s>	 sua (F.1r, L.4)	 mesma (F.1r, L.6)	 bens (F.1r, L.5)	Não há ocorrências
<t>	Não há ocorrências	 escrittura (F.1r, L.6)	 induzimento (F.1r, L.16)	Não há ocorrências
<u>	Não há ocorrências	 sua (F.1r, L.4)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<v>	 vezinhos (F.1r, L.13)	 vivendo (F.1r, L.16)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<w>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências

<x>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<y>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<z>	Não há ocorrências	 rezerva (F.1r, L.5)	Não há ocorrências	Não há ocorrências

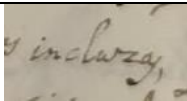
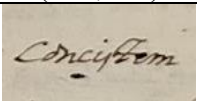
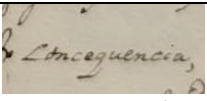
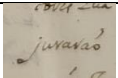
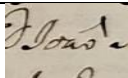
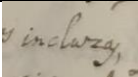
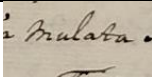
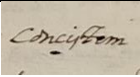
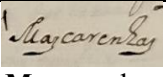
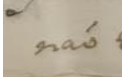
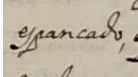
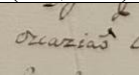
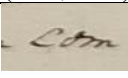
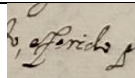
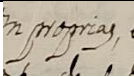
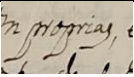
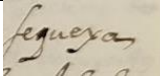
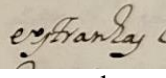
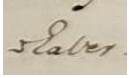
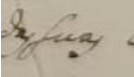
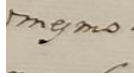
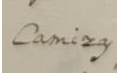
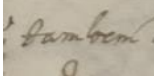
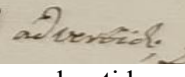
Fonte: elaborado pela autora.

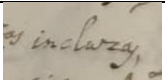
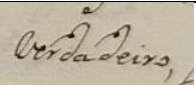
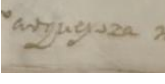
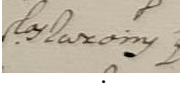
Avaliando a ficha scriptográfica de Antonio Ferreira Gil, observa-se uma boa execução em todas as cartas analisadas e grande semelhança entre o formato dos módulos. A ocorrência de ligaduras dá-se entre letras, não havendo ligaduras entre palavras.

Quadro 37 - Descrição *scriptográfica* das variantes grafemáticas de Caetano de Brito e Figueiredo⁸¹

	Minúsculas			Maiúsculas
GRAFEMA	Inicial	Medial	Final	Inicial
<a>	 a (F. 1r, L. 2)	 estranhas (F. 1r, L. 1)	 queixoza (F.1r, L.18)	Não há ocorrências
	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<c>	 cauzas (F.1r, L. 1)	 Mascarenhas (F.1r, L.2)	Não há ocorrências	 Com (F.1r, L. 1)
<d>	 declararaõ (F.1r, L. 17)	 verdadeiro (F.1r, L. 8)	Não há ocorrências	 D. João (F.1r, L. 2)
<e>	 estranhas (F.1r, L. 1)	 Mascarenhas (F.1r, L.2)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<f>	 faltar (F.1r, L. 10)	 uniformes (F.1r, L.16)	Não há ocorrências	 Facto (F.1r, L.8)
<g>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<h>	Não há ocorrências	 Seheirs	Não há ocorrências	Não há ocorrências

⁸¹ Todos os exemplos das variantes grafemáticas maiúsculas e minúsculas de Caetano de Brito e Figueiredo foram extraídas da carta cujo código referência é AHU_ACL_CU_005,Cx.22, D.2038

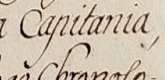
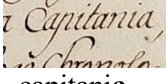
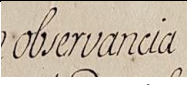
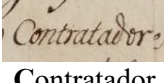
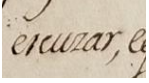
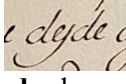
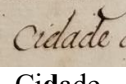
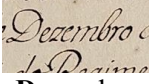
		selheiro (F.1r, L.3)		
<i>	 inclusas (F.1r, L. 17)	 concistem (F.1r, L. 4)	 consequencia (F.1r, L. 14)	Não há ocorrências
<j>	 juraraõ: (F.1r, L.17)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	 João (F.1r, L.2)
<k>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<l>	Não há ocorrências	 incluzas (F.1r, L.17)	 Official (F.1r, L.3)	Não há ocorrências
<m>	 mulata: (F.1r, L. 7)	Não há ocorrências	 concistem (F.1r, L. 4)	 Mascarenhas (F.1r, L.2)
<n>	 naõ (F.1r, L.18)	 espancado (F.1r, L. 6)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<o>	 ocaziaõ (F.1r, L.7)	 com: (F.1r, L. 8)	 aferido (F.1r, L. 6)	Não há ocorrências
<p>	 proprias (F.1r, L.1)	 proprias (F.1r, L.1)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<q>	 quexas (F.1r, L.1)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<r>	Não há ocorrências	 estranhas (F.1r, L. 1)	 haver (F.1r, L. 4)	Não há ocorrências
<s>	 suas (F.1r, L. 16)	 mesmo (F.1r, L. 16)	 camizas (F.1r, L. 16)	Não há ocorrências
<t>	 tambem (F.1r, L. 16)	 advertido (F.1r, L. 9)	Não há ocorrências	Não há ocorrências

<u>	Não há ocorrências	 incluzas: F.1r, L. 1	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<v>	 verdadeiro (F.1r, L. 8)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<w>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<x>	Não há ocorrências	 quexoza (F.1r, L.18)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<y>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<z>	Não há ocorrências	 razoins (F.1r, L. 12)	Não há ocorrências	Não há ocorrências

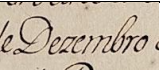
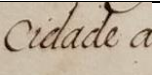
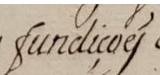
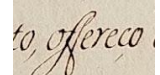
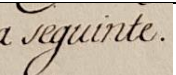
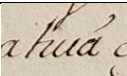
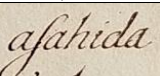
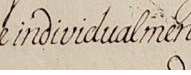
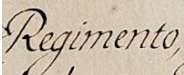
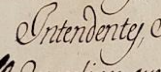
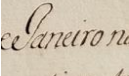
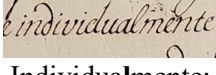
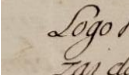
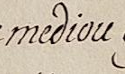
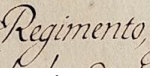
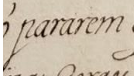
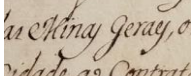
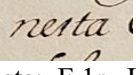
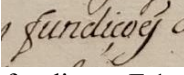
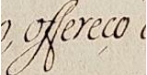
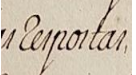
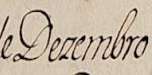
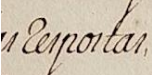
Fonte: elaborado pela autora.

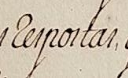
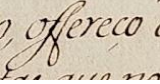
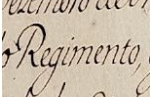
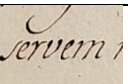
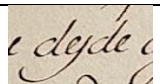
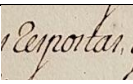
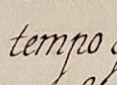
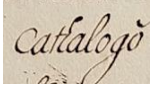
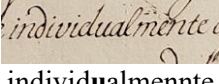
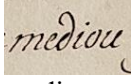
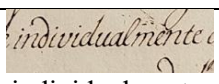
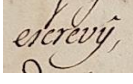
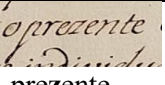
Ao construir o perfil caligráfico de Caetano de Brito e Figueiredo, foi possível perceber um formato cursivo, por vezes mais aligeirado, elaborado de forma semelhante em todas as cartas do *scriptor*. Observa-se elegância e ordenação das letras, com hastes longas e mais desenhadas, especialmente nos grafemas maiúsculos.

Quadro 38 - Descrição *scriptográfica* das variantes grafemáticas de João⁸² Ferreira Bittencourt e Sá

	Minúsculas			Maiúsculas
GRAFEMA	Inicial	Medial	Final	
<a>	 até (F.1r, L.6)	 capitania (F.1r, L.9)	 capitania (F.1r, L. 9)	Não há ocorrências
	Não há ocorrências	 observancia (F.1r, L. 1)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<c>	 Contratador (F.1r,L.20)	 excuzar (F.1r, L. 17)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<d>	 desde (F. 2v, L.5)	 Cidade (F.1r, L.20)	Não há ocorrências	 Dezembro (F.1r, L. 2)

⁸² Todos os exemplos que compõem os perfis *scriptográficos* de João Ferreira Bittencourt foram extraídos da carta cujo código de referência do arquivo é: AHU _ ACL _ CU _005, Cx 157, D. 11958.

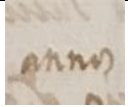
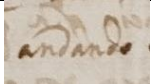
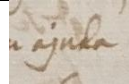
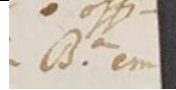
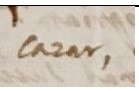
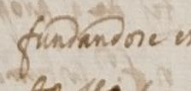
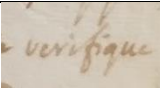
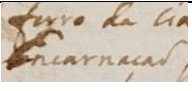
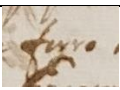
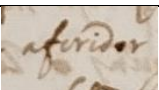
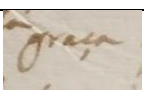
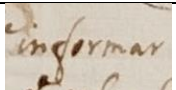
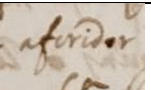
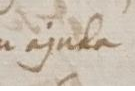
<e>	 expedição (F.1r, L.6)	 Dezembro (F.1r, L.2)	 Cidade (F. 1r, L. 20)	 Em (F. 1r, L. 1)
<f>	 fundições (F.1r, L. 19)	 offereço (F.1r, L.3)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<g>	Não há ocorrências	 seguinte F.1r, L. 14	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<h>	 huã (F.3r, L. 1)	 sahida (F.1r, L. 5)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<i>	 individualment e (F.1r, L. 11)	 Regimento (F.1r, L. 3)	Não há ocorrências	 Intendente (F.1r, L. 8)
<j>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	 Janeiro (F.1r, L. 15)
<k>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<l>	Não há ocorrências	 Individualmente: (F.1r, L. 11)	Não há ocorrências	 Logo (F.1r, L. 18)
<m>	 mediou (F.1r, L. 5)	 Regimento (F.1r, L. 3)	 pararem (F.1r, L. 18)	 Minas Gerais (F.1r, L.19)
<n>	 nesta: F.1r, L. 9	 fundições:F.1r, L.19	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<o>	 offereço (F.1r, L. 3)	 Respostas (F.1r, L. 7)	 Dezembro (F.1r, L. 2)	Não há ocorrências
<p>	 pela (F.1r, L. 13)	 Respostas (F.1r, L. 7)	Não há ocorrências	Não há ocorrências

<q>	 que (F.1r, L. 4)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<r>	 respostas (F.1r, L. 7)	 offereço (F.1r, L. 3)	Não há ocorrências	 Regimento (F.1r, L. 3)
<s>	 servem: F.1r, L. 9	 desde: F. 2v, L.5	 respostas (F.1r, L. 7)	Não há ocorrências
<t>	 tempo (F.1r, L. 5)	 cathalogo (F.1r, L. 10)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<u>	Não há ocorrências	 individualmennte (F.1r, L. 11)	 mediou (F.1r, L. 5)	Não há ocorrências
<v>	Não há ocorrências	 individualmente: (F.1r, L. 11)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<w>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<x>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<y>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	 escrevy (F.1r, L. 7)	Não há ocorrências
<z>	Não há ocorrências	 presente (F. 1r, L.10)	Não há ocorrências	Não há ocorrências

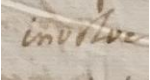
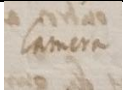
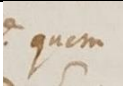
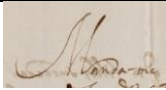
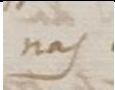
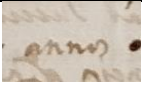
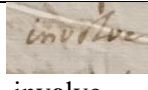
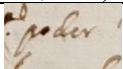
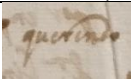
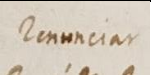
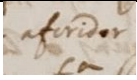
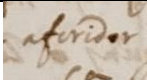
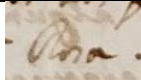
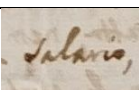
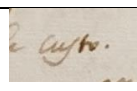
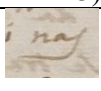
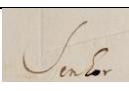
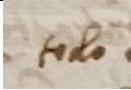
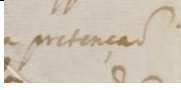
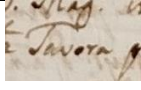
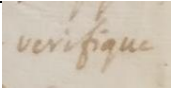
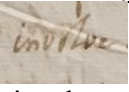
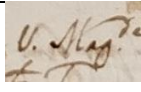
Fonte: elaborado pela autora.

Ao organizar as variantes grafemáticas de João Ferreira Bittencourt e Sá nos perfis caligráficos expostos no Quadro 38, também se observa uma caligrafia cursiva e levemente inclinada, com traçado mais fino em relação aos demais *scriptores*. Consta-se uma escrita padronizada, com módulos elegantes, realizados com desenvoltura regular. O referido *scriptor* faz uso das fronteiras entre as palavras, e as letras maiúsculas apresentam traçado mais trabalhado e angulação significativamente maior em comparação com as minúsculas.

Quadro 39 - Descrição *scriptográfica* das variantes grafemáticas minúsculas de Joseph da⁸³ Cunha Cardoso

GRAFEMA	Minúsculas			Maiúsculas
	Inicial	Medial	Final	
<a>	 annos (F.1r, L. 7)	 andando (F.1r,L. 7)	 ajuda (F.1r, L. 9)	Não há ocorrências
	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	 Bahia : : F.2 v, L. 8
<c>	 cazar (F.1r, L. 5)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<d>	 do (F.1r, L.7)	 fundandose (F.1v, L.5)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<e>	 ella (F.1r, L.5)	 aferidor (F.1r,L.3)	 verifique (F.1r, L. 13)	 Encarnação : : F.1 r, L. 4
<f>	 ferro (F.1r, L. 3)	 aferidor (F.1r,L.3)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<g>	 graça (F.1r, L. 12)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<h>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<i>	 informar (F.1r, L. 1)	 aferidor (F.1r,L.3)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<j>	Não há ocorrências	 ajuda (F.1r, L.9)	Não há ocorrências	Não há ocorrências

⁸³ Todos os exemplos que compõem os perfis *scriptográficos* de Joseph da Cunha Cardoso foram extraídos da carta cujo código de referência do arquivo é: AHU_ ACL_CU_005, Cx.15, D. 1339.

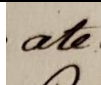
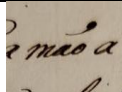
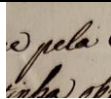
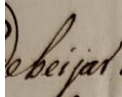
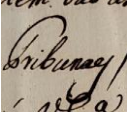
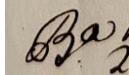
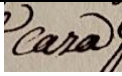
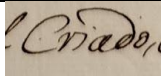
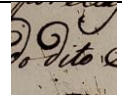
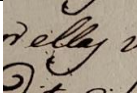
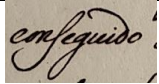
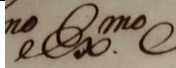
<k>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<l>	Não há ocorrências	 involve (F.1r, L. 11)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<m>	Não há ocorrências	 Camera (F.1r, L. 8)	 quem: (F.1r, L.4)	 Manda-me: F.1 r, L. 1
<n>	 nas (F.1r, L. 7)	 annos (F.1r, L. 6)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<o>	 ou (F.1r, L. 8)	 involve (F.1r, L. 11)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<p>	 poder (F.1r, L. 2)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<q>	 querendo (F.1r, L. 13)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<r>	 renunciar (F.1r, L.2)	 aferidor (F.1r. 3)	 aferidor (F.1r. L.3)	 Rosa: F.1 r, L. 4
<s>	 salario (F.1r, L. 8)	 custo (F.1r, L. 8)	 nas (F.1r, L. 7)	 Senhor: F.1 r, L. 1
<t>	 todo (F.1r, L.10)	 pretensão (F.1r, L. 11)	Não há ocorrências	 Tavora: F.1 r, L.2
<u>	Não há ocorrências	 sua (F.2v, L. 12)	 ou (F.2v, L. 8)	Não há ocorrências
<v>	 verifique (F.1r, L. 13)	 involve (F.1r, L. 11)	Não há ocorrências	 Vossa Magestade: F.1 r, L. 1

<w>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<x>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<y>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<z>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências

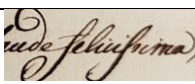
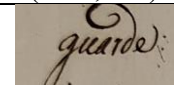
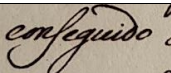
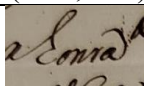
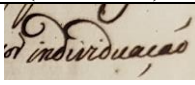
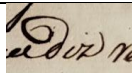
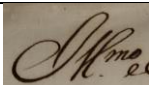
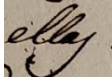
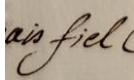
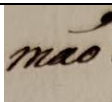
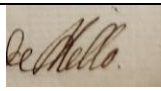
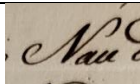
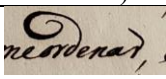
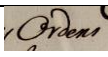
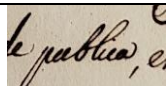
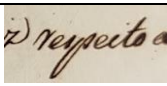
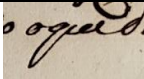
Fonte: elaborado pela autora.

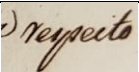
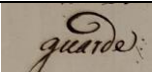
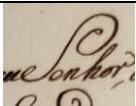
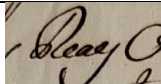
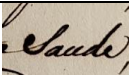
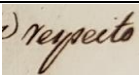
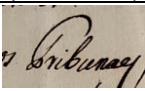
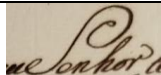
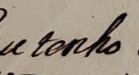
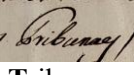
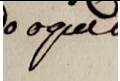
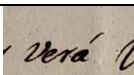
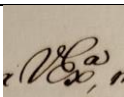
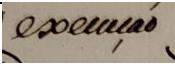
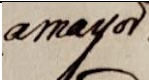
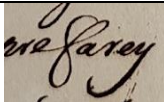
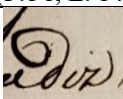
Ao organizar as variantes grafemáticas de José da Cunha Cardoso nos perfis caligráficos acima, observa-se uma caligrafia cursiva com inclinação à direita. O traçado é fino, apresentando escrita padronizada e desenvoltura regular. O referido *scriptor* também faz uso das fronteiras entre as palavras, e as letras maiúsculas apresentam traçado mais elaborado em comparação com as minúsculas.

Quadro 40 - Descrição *scriptográfica* das variantes minúsculas grafemáticas de José⁸⁴ Mascarenhas Pacheco de Mello

	Minúsculas			Maiúsculas
GRAFEMA	Inicial	Medial	Final	
<a>	 até (F.1 r, L. 3)	 mão (F.1 r, L. 1)	 pela (F.1 r, L. 2)	Não há ocorrências
	 beijar (F.1 r, L. 1)	 Tribunaes (F.1 r, L. 1)	Não há ocorrências	 Bahia: (F.1 r, L.16)
<c>	 caza (F.1 r, L. 10)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	 Criado (F.1 r, L. 19)
<d>	 dito (F.1 r, L. 8)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	 Dezejo (F.1 r, L. 9)
<e>	 ellas (F.1 r, L. 7)	 conseguido (F.1 r, L. 11)	 ate (F.1 r, L. 3)	 Excelentíssimo (F.1 r, L. 1)

⁸⁴ Todos os exemplos que, compõem os perfis *scriptográficos* de Caetano de Brito e Figueiredo foram extraídos da carta cujo código de referência do arquivo é: AHU_ACL_CU_Cx,21, D. 3925.

<f>	 felicilissima (F.1 r, L.9)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<g>	 garde (F.1 r, L. 5)	 conseguido (F.1 r, L.11)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<h>	 honra (F.1 r, L. 2)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<i>	 individação (F.1 r, L. 6)	 diz (F.1 r, L. 7)	Não há ocorrências	 Ilustrissimo (F.1 r, L. 1)
<j>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	 Joseph (F.1 r, L. 19)
<k>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<l>	Não há ocorrências	 ellas: (F.1 r, L. 7)	 fiel: (F.1 r, L. 18)	Não há ocorrências
<m>	 mão (F.1 r, L. 1)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	 Mello (F.1 r, L. 21)
<n>	 no (F.1 r, L 13)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	 Nau (F.1 r, L. 2)
<o>	 ordenar (F.1 r, L.12)	Não há ocorrências	 Dezejo (F.1 r, L. 9)	 Ordens (F.1 r, L. 4)
<p>	 publica (F.1 r, L. 10)	 respeito (F.1 r, L. 7)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<q>	 que (F.1 v, L. 9)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências

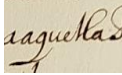
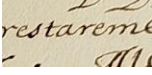
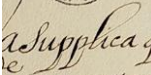
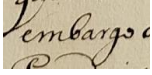
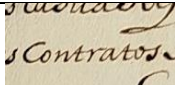
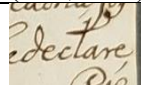
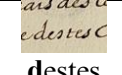
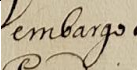
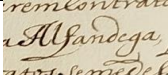
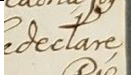
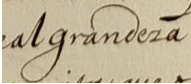
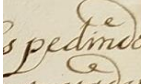
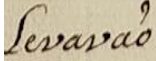
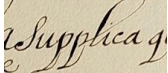
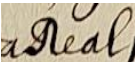
<r>	 respeito (F.1 r, L. 7)	 garde (F.1 r, L. 5)	 Senhor (F.1 r, L. 2)	 Reaes (F.1 r, L. 4)
<s>	 saude (F.1 r, L. 9)	 respeito (F.1 r, L. 7)	 Tribunaes (F.1 r, L. 6)	 Senhor (F.1 r, L. 1)
<t>	 tenho (F.1 r, L. 6)	 utilidade (F.1 r, L. 10)	Não há ocorrências	 Tribunaes (F.1 r, L. 6)
<u>	 Utilidade (F.1 r, L. 10)	 que (F.1 r, L. 7)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<v>	 verá (F.1 r, L. 5)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	 Vossa Excelência (F.1 r, L. 9)
<w>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<x>	 execução (F.1 r, L. 4)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<y>	Não há ocorrências	 mayor (F.1 r, L. 6)	 farey (F.1 r, L. 14)	Não há ocorrências
<z>	Não há ocorrências	 Dezejo (F.1 r, L. 9)	 diz (F.1 r, L. 7)	Não há ocorrências

Fonte: elaborado pela autora.

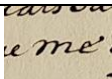
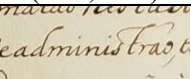
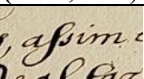
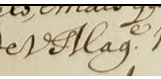
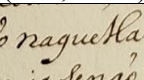
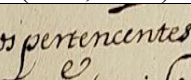
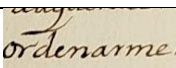
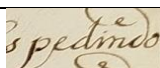
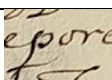
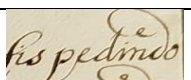
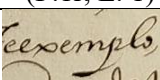
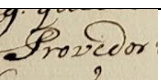
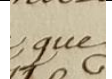
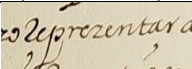
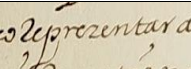
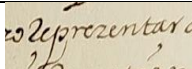
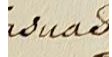
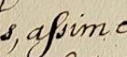
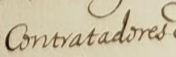
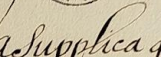
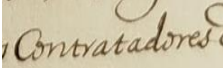
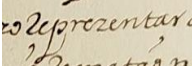
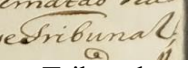
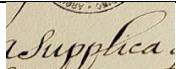
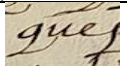
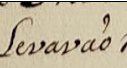
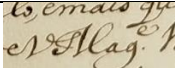
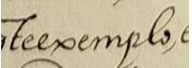
Ao organizar as variantes grafemáticas de José Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello nos perfis caligráficos estabelecidos no Quadro 40, observa-se uma caligrafia cursiva, contínua e firme. O traçado varia somente quando há excesso de tinta, com escrita padronizada e desenvoltura regular. O referido *scriptor* também utiliza fronteiras entre as palavras, e as letras maiúsculas apresentam traçado muito bem trabalhado e elegante em comparação com as minúsculas.

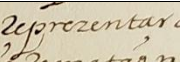
A seguir, no Quadro 41, a configuração da mão de Sebastião da Rocha Pita.

Quadro 41 - Descrição *scriptográfica* das variantes grafemáticas minúsculas de Sebastião⁸⁵ da Rocha Pita

Minúsculas				Maiúsculas
GRAFEMA	Inicial	Medial	Final	
<a>	 aquellas (F.1r, L. 7)	 estarem (F.1r, L.2)	 supplica (F.1r, L.1)	 Alfandega (F.1r, L.26)
	Não há ocorrências	 embargo (F.1r, L.17)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<c>	 contratos (F.1r, L.4)	 declare (F.1r, L.8)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<d>	 destes (F.1r, L. 4)	 pedindo (F.1r, L.1)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<e>	 embargo (F.1r, L.17)	 Alfandega (F.1r, L. 3)	 declare (F.1r, L.8)	Não há ocorrências
<f>	 Fazenda (F.1r, L.6)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<g>	 grandeza (F.1r, L.24)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<h>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<i>	Não há ocorrências	 pedindo (F.1r, L. 1)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<j>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<k>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<l>	 Levava Levava	 supplica	 leal	Não há ocorrências

⁸⁵ Todos os exemplos que compõem os perfis *scriptográficos* de Sebastião da Rocha Pita foram extraídos da carta cujo código de referência do arquivo é: AHU _ ACL _ CU _ 005, Cx,28, D. 2523.

	(F.1r, L. 19)	Supplica (F.1r, L. 1)	Real (F.1r, L. 6)	
<m>	 Me (F.1r, L. 11)	 administração (F.1r, L.14)	 assim (F.1r, L. 5)	 Magestade (F.2v, L.1)
<n>	 Naquela (F.1r, L. 19)	 pertencentes (F.1r, L. 8)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<o>	 ordenar-me (F.1r, L.8)	Não há ocorrências	 pedindo (F.1r, L. 1)	Não há ocorrências
<p>	 por (F.1r, L. 8)	 pedindo (F.1r, L. 1)	 exemplo (F.1r, L. 22)	 Provedor (F.2 v, L. 15)
<q>	 Que (F.1r, L. 22)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<r>	 representar: (F.1r, L.11)	 representar (F.1r, L.11)	 representar (F.1r, L.11)	 Real (F.1 r, L.6)
<s>	 sua (F.1r, L.3)	 assim (F.1r, L.5)	 Contratadores (F.1r, L. 25)	 Supplica (F.1r, L.1)
<t>	Não há ocorrências	 Contratadores (F.1r, L. 25)	 representar (F.1r, L.11)	 Tribunal (F.1 r, L. 21)
<u>	 Supplica (F.1r, L.1)	 que (F.1r, L.2)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<v>	Não há ocorrências	 levava (F.1r, L.19)	Não há ocorrências	 Vossa Magestade (F.1 r, L. 20)
<w>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<x>	 Exemplo (F.1r, L.23)	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências
<y>	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências	Não há ocorrências

<z>	Não há ocorrências	 representar (F.1r, L.11)	Não há ocorrências	Não há ocorrências
-----	--------------------	--	--------------------	--------------------

Fonte: elaborado pela autora.

O perfil scriptográfico de Sebastião da Rocha Pita demonstram, quanto aos elementos morfológicos, bastante regularidade, com inclinação controlada. Ao comparar as cartas da coleção documental deste *scriptor*, não foram identificadas variações excepcionais.

Pelo que foi exposto nos quadros dos alfabetos de cada *scriptor*, além da edição e da análise dos grafemas por eles utilizados, constata-se que há, predominantemente o emprego da forma cursiva ⁸⁶, de leitura mais fácil, em comparação ao estilo utilizado na escrita de séculos anteriores por exemplo.

4.4 ALGUNS ASPECTOS GRAFOFÔNICOS E OUTROS ASPECTOS GRÁFICOS

A análise diacrônica constitui um instrumento fundamental para o acompanhamento das transformações linguísticas ao longo do tempo. No âmbito dos estudos sobre a história do português⁸⁷, a investigação de elementos grafofônicos revela-se particularmente produtiva, na medida em que possibilita, conforme sugere Mattos e Silva (2008), “ouvir o inaudível”, ao captar, na materialidade escrita, indícios da realização oral da língua. Tais fenômenos, ao refletirem traços da oralidade, configuram-se, portanto, como vias privilegiadas de acesso à dinâmica histórica do sistema linguístico.

O *corpus* desta dissertação, embora representativo do português culto⁸⁸, foi produzido durante o período de implementação da Reforma Pombalina, momento em que a escrita ainda não se encontrava plenamente normatizada. Nesse contexto, observa-se a recorrência de traços associados à oralidade da língua portuguesa da época. Como destaca Santiago (2019, p. 40), “a depender do período histórico, marcas específicas podem ser consideradas”. Ademais, Barbosa

⁸⁶ É sabido que a escrita cursiva é proveniente da escrita humanística, que de acordo com Acioli (1994) teve destaque no período renascentista, no século XV.

⁸⁷ De acordo com Lucchesi (2012, p. 254), “deslinda-se um processo histórico que relaciona a simplificação morfológica da fala popular brasileira com o contato linguístico massivo e radical engendrado pela estrutura social da colonização do Brasil.”

⁸⁸ Silva (2021) e Santiago (2019), dentre outras fontes consultadas que se ocuparam dos aspectos grafofônicos extraídos de fontes documentais, exploraram amostras do português popular, não localizamos casos que consideraram amostras do português culto. A carência de referências representou um desafio nesta etapa do trabalho.

(1999), ao analisar índices grafofonéticos em cartas comerciais do século XVIII, aponta a etimologização como uma das marcas de prestígio mais evidentes desse período.

A análise das cartas dos *scriptores* brasílicos evidencia a ocorrência de variações não uniformemente distribuídas no *corpus*, manifestando-se com diferentes graus de intensidade nos documentos. Sem a pretensão de realizar uma abordagem quantitativa, identificaram-se, no corpo principal dos manuscritos, aspectos grafofônicos e grafemáticos recorrentes, os quais são aqui apresentados de forma sintética, sem excluir a possibilidade de ocorrência de outros não contemplados nesta análise.

Com base em critérios adaptados de Santiago (2012), organizam-se, a seguir, os principais aspectos identificados nas cartas dos seis *scriptores*. Diferentemente do que se observa em cartas de inábeis, nas quais certos fenômenos são mais frequentes, as produções da elite letrada apresentam um discurso mais normatizado, não sendo registradas ocorrências de fenômenos como rotacismo ou aférese. Ainda assim, foram identificados os seguintes aspectos:

- a) Elevação de vogais médias postônicas e pretônicas: *quasi* por quase (CBF); *racionaes* por racionais (JMPCM), emportancia por importância (SRP)
- b) Síncope: *direiro* por dinheiro (SRP)
- c) Prótese: *adilatados* por dilatados
- d) Ditongação: *cousas* por coisas (JCC)
- e) Rotacismo: não localizamos
- f) Metátese: *pertendem* (JMPCM)
- g) Abaixamento de vogal: *devisaõ* (AFG)

Quadro 42 - Outros aspectos gráficos extraídos cartas dos *scriptores* brasileiros

<ph> latinismo	
Exemplos	
fazer (CBF) physico (JFBS)	
Representação da nasalidade	
Exemplos	
comũ (AFG) q̃ (AFG) q̃ (CBF) ẽste (CBF) Ûa (JCC) mãõ (CBF) naõ (CBF) Cõ (JMPCM) comũ (JMPCM)	
Dobras de consoante	
Exemplos	
Dobras sem valor fonético fonética <mm> ~ <n> ~<ss> ~<s> <ff>~<f>	ffazer (AFG) officio (CBF)
S longa parecida com f	
Exemplos	
~<f> ~<S> ~	fendo (AFG) fendo (CBF) fempre (JFBS) feja (JFBS) Aslím (JFBS) ferviço (JFBS) ferviço (JMPCM) afsim (JMPCM) fempre (JMPCM)

Fonte: Elaborado pela autora.

Como se observa no quadro anteriormente apresentado, destacam-se fenômenos gráficos de caráter mais geral, recorrentes na escrita produzida por mãos hábeis, tais como o uso frequente de abreviações, a presença de dobras consonantais frequentemente associadas à recuperação de formas etimológicas —, bem como o emprego do sinal gráfico til para a marcação da nasalidade, entre outros.

Embora não se tenha procedido, no âmbito deste estudo, a um levantamento exaustivo e quantitativamente orientado das ocorrências, os dados analisados oferecem evidências significativas da produtividade desses fenômenos no *corpus*. Ademais, considera-se que investigações futuras, ancoradas em abordagens mais sistemáticas, poderão aprofundar a compreensão desses aspectos, especialmente tendo em vista o potencial analítico da coleção documental da elite letrada, que se revela particularmente promissora para esse tipo de investigação.

4.5 TRADIÇÃO DISCURSIVA

As cartas, assim como os requerimentos, configuram-se como espécies documentais amplamente utilizadas no período setecentista brasileiro, desempenhando papel central nas práticas de comunicação escrita da época. Nesse contexto, o estudo descritivo das estruturas formulaicas associadas às tradições discursivas⁸⁹ presentes nas cartas dos acadêmicos brasílicos revela-se relevante. Conforme assinala Marquilhas (2000), tal abordagem contribui para o desenvolvimento de uma “sensibilidade para o facto de os textos terem uma materialidade e uma sobrevivência (a tradição) ao longo da qual muitas coisas podem acontecer” (Marquilhas, 2000, p. 35), evidenciando a historicidade das formas discursivas.

Para além de sua dimensão estritamente linguística, a leitura dos manuscritos possibilita a identificação de aspectos discursivos que se articulam a práticas socioculturais mais amplas. Nas cartas analisadas, observam-se estratégias retóricas vinculadas às normas de deferência características da cultura política do Antigo Regime, bem como marcas de erudição que sinalizam a preocupação dos autores em legitimar sua autoridade intelectual. Ademais, os documentos registram diferentes formas de representação do espaço colonial, evidenciando modos específicos de apreensão e descrição da realidade da América Portuguesa.

Tais elementos indicam que a escrita epistolar, no período em questão, não se restringia a uma função meramente comunicativa ou administrativa, mas constituía uma prática social complexa, inserida em redes de poder, sociabilidade e produção de saber. Nessa perspectiva, as tradições discursivas⁹⁰ operam como mecanismos de estabilização e transmissão de formas textuais, ao mesmo tempo em que permitem variações e adaptações conforme os contextos de produção.

No Quadro 43⁹¹, a seguir, apresenta-se um levantamento de uma das variações observadas nas estruturas das tradições discursivas registradas nas cartas dos ABE e ABR do século XVIII, as quais se manifestam de maneira relativamente homogênea no *corpus*. Ao todo,

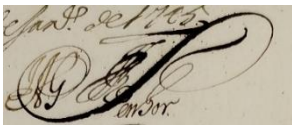
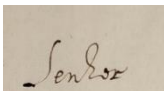
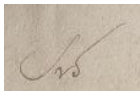
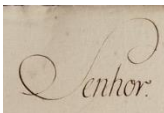
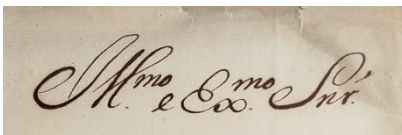
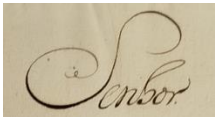
⁸⁹ Cf. GOMES, V. S.; ZAVAM, A. S.; JUNGBLUTH, K. (2020) Tradição discursiva e historicidade da língua e do texto.

⁹⁰ Entende-se por tradições discursivas a “[...] repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire signo próprio” (Kabatek, 2006, p. 7).

⁹¹ O quadro está organizado em quatro colunas: a primeira indica de qual parte da carta extraímos os exemplos exibidos; a segunda coluna contém a estrutura linguística da expressão; a terceira coluna contém o recorte do fac-símile e acima deste, inserimos a identificação do manuscrito conforme Índice analítico apresentado no começo da Parte 3 da dissertação; a quarta coluna contém as estruturas linguísticas transcritas com a referência do AHU.

são seis exemplos, cada um extraído de uma carta distinta, representativa da escrita de cada *scriptor*.

Quadro 43 - Amostragem comparativa de práticas habituais nos modos de dizer em edições semidiplomáticas de cartas setecentistas

PARTE DA CARTA	ESTRUTURA LINGÜÍSTICA DE FÓRMULA TEXTUAL RECORRENTE	IMAGEM DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS EM CARTAS DO SÉCULO XVIII	EDIÇÃO ⁹² DAS EXPRESSÕES RECORRENTES NAS CARTAS DO SÉCULO XVIII
PROTOCOLO INICIAL	PRONOME DE TRATAMENTO	AFG- Man. 1 	Senhor (AHU_ACL_CU_014, Cx. 13, D.1063)
		CBF- Man. 6 	Senhor (AHU_ACL_CU_005, Cx. 22, D. 2038)
		JCC- Man. 13 	Senhor (AHU_ACL_CU_005, Cx. 12, D.1052)
		JFBS- Man. 15 	Senhor (AHU_ACL_CU_005, Cx. 157, D.11958)
		JMPCM- Man. 17 	Illustrissimo e Excelentissimo Senhor (AHU_ACL_CU_005, Cx. 21, D.3924.1)
		SRP-Man. 19 	Senhor (AHU_ACL_CU_005, Cx. 28, D.2523)

Fonte: elaborado pela autora adaptado de Gonçalves (2020).

⁹² Na apresentação de excertos da edição das cartas as letras que aparecem com grifo itálico, remetem ao desdobramento das abreviaturas.

A partir da análise comparativa, observamos que, no protocolo inicial das cartas, foi utilizado quantitativamente um pronome de tratamento bastante recorrente: “Senhor”, o que reitera seu aspecto qualiquantitativo, por meio da repetição da evocação. Apenas o *scriptor* JMPCM, usa além do pronome “Senhor” outros pronomes de tratamento para marcar formalidade antes da unidade lexical “Senhor”. JMPCM usou os termos “Ilustríssimo e “Excelentíssimo”.

Vale lembrar que “Senhor” é uma das tradições sociodiscursivas que ainda é muito frequente no português brasileiro, ainda que “atualmente seu uso tenha mais relevância estilística, com ênfase na tradição social, do que relevância gramatical”, conforme enfatiza Gonçalves (2020, p. 593).

Logo, nota-se que há dimensões de TD que vão desde os elementos constitutivos de um texto ao gênero como um todo, ocorrendo uma evocação comunicativa que repete certas formas textuais. Outras duas marcas que aparecem de forma menos igualitária, mas são tão frequentes quanto o uso do pronome de tratamento, são representadas pela datação e pelas assinaturas. No caso dos textos que editamos, elas só aparecem ao final, mas são antecedidas de protocolos finais que variam muito de *scriptor* para *scriptor* e, por isso, optamos por não as comparar como fizemos com as expressões iniciais de tratamento.

Em geral, as cartas editadas apresentam a seguinte estrutura:

- a) protocolo inicial –pronome de tratamento, “Senhor” ou “*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor*”;
- b) texto com narração- fundamentando o informe ou pedido que está sendo realizado naquela carta;
- c) protocolo final, normalmente: “Sendo *que* mandará *Vossa Magestade* o *que* for maes justo.” Ou, “*Vossa Magestade* mandará o maes *conveniente* a seu Real serviço” antecedendo o local de envio da carta e da datação com números sublinhados;
- d) a assinatura do *scriptor* é apresentada ao final do texto.

São essas partes da carta que abarcam os modos tradicionais do dizer e as inserem em um conjunto de tradições internas ao gênero. Nessa perspectiva, conclui-se que as expressões formulaicas na estrutura composicional da carta editadas interligam-se diretamente tanto ao propósito ou finalidade comunicativa que o remetente quer atingir quanto ao grau de intimidade estabelecido entre o *scriptor* e o destinatário.

4.6 CRITÉRIOS PARA A EDIÇÃO DOS DOCUMENTOS

De acordo com Lose (2017), “atribuir somente o nome de semidiplomática a uma edição não esclarece muita coisa sobre os critérios nela utilizados”. Assim, a seguir, apresentamos os critérios por nós estabelecidos – baseados nos critérios do Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação Paleográfica (CEPEDOP)⁹³ – e que foram pensados de modo a contemplar não apenas estudiosos da Linguística Histórica, mas também profissionais de outras áreas, uma vez que as edições são realizadas justamente para dar acesso e colocar em circulação os textos editados, diminuindo as barreiras impostas pelo acesso, pela decodificação da escrita, pela interpretação e desenvolvimento de abreviaturas e pelo estabelecimento das fronteiras entre palavras. São eles:

- a) não foi obedecida a disposição das linhas de texto conforme os documentos originais.
- b) Nas edições, o espaçamento usado entre as linhas é simples.
- c) A pontuação original será rigorosamente mantida e as indicações de mudança de linha serão indicadas com | (barra vertical).
- d) As inserções marginais foram suprimidas.
- e) A indicação do fôlio será feita na parte superior da transcrição e, quando houver mudança de fôlio, indicá-las-emos no corpo da mensagem principal com a indicação de *recto* ou *verso* usando o seguinte: [fol. 1r]; [fol. 1v]; [fol. 2r]; [fol. 2v]; [fol. 3r]; [fol. 3v] etc. A indicação dos escritos que começam no verso de outro documento, por conseguinte, é estabelecida a partir da indicação [fol. nv].
- f) O emprego de maiúsculas e minúsculas é mantido como no original.
- g) A grafia dos documentos originais foi mantida na íntegra, mesmo nos casos evidentes de lapso do *scriptor*.
- h) Considerando a peculiaridade linguística desses documentos, a acentuação foi indicada pelo seu valor fonético e ortográfico e não pelo desenho do traçado (p. ex. Jozê foi transcrito como Jozé).
- i) Quando acentuado com função de sílaba tônica, o y foi representado com o caractere ý
- j) As abreviaturas foram desenvolvidas, sempre que possível sua decodificação, apresentando-se as partes omitidas no original em itálico.
- k) As abreviaturas que não puderem ser identificadas, foram mantidas conforme se encontram no original.

⁹³ Para mais informações consultar: <https://www.memoriaarte.com.br/> Acesso em: 20 out. 2025.

- l) Foram respeitadas as fronteiras entre palavras, separando-se o que está unido no original e unindo-se o que está separado conforme a vigência da norma gramatical atual.
- m) Foi utilizado o hífen para indicação de partição silábica em caso em que este aparece, independentemente se for simples ou com hífen duplo (=).
- n) Os pronomes clíticos foram mantidos unidos ou separados conforme se encontram no original.
- o) Os danos no suporte que impossibilitam a leitura foram indicados como [...].
- p) A impossibilidade de leitura por falta de compreensão do escrito foi indicada por [†].
- q) As leituras feitas a partir de conjecturas foram indicadas entre colchetes [].
- r) Os escritos rasurados foram indicados com a(s) palavra(s) transcritas tachada(s): ~~rasurado~~.
- s) Os escritos na entrelinha superior foram inseridos na linha correspondente e indicados da seguinte forma: [↑palavra].
- t) As palavras ou números sublinhados foram mantidos sublinhados na edição.

Ancorada nos critérios anteriormente delineados, a presente edição buscou contemplar, com o máximo de rigor possível, as minúcias textuais dos documentos analisados. Considera-se que a opção pela edição semidiplomática permitiu evidenciar aspectos relevantes da escrita, da organização textual e da materialidade dos registros, configurando-se como um instrumento fundamental para a investigação das circunstâncias históricas e socioculturais que incidiram sobre a produção escrita dos acadêmicos brasílicos, tanto em sua atuação na sociedade colonial quanto em sua inserção nas academias.

4.7 DOCUMENTOS DOS SÓCIOS: A EDIÇÃO

De acordo com Borges e Souza (2012, p. 33), a edição fac-similar “é a reprodução fotográfica, transferindo-se a imagem do documento para o meio digital, ou convertendo a imagem ou sinal dialógico para o código digital, realizando-se a digitalização dos textos”. Para Lose (2017, p.17), esse tipo de edição é considerado de baixo nível de mediações, se faz por meio de fotografias, da escanerização do texto sendo que as interferências são previamente estabelecidas, permitindo que as características linguísticas e ortográficas sejam mantidas.

É importante ressaltar que a edição⁹⁴ escolhida segue as normas apresentadas na subseção anterior. Mattos e Silva (2008, p. 15) explica que “[...] não se pode nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para a análise histórico-diacrônica: a edição tem de ter sido feita com rigor filológico e com o objetivo claro de servir a estudos linguísticos”. Após o acesso aos suportes originais, foi possível organizar e elaborar informações complementares, as quais foram inseridas em notas de rodapé após as transcrições, preservando-se ao máximo a autenticidade⁹⁵ dos manuscritos.

A seguir, apresentamos as edições fac-similar e semidiplomática dos manuscritos dos AB. Primeiramente, analisamos as cartas de Antônio Ferreira Gil, escritas apenas no *recto* de cada folha, totalizando seis fólios. Na sequência, apresentamos as cartas de Caetano de Brito e Figueiredo: as três primeiras e a quinta carta têm escrita distribuída nos dois lados do suporte, enquanto a quarta, a sexta e a sétima carta têm escrita apenas no *recto* do fólio. Depois, constam duas cartas de José da Cunha Cardoso, ambas com escrita nos dois lados do suporte; a primeira contém dois fólios, e a segunda, apenas um. Em seguida, temos duas cartas de João Ferreira Bittencourt e Sá: a primeira contém dois fólios com escrita nos dois lados do suporte, e a segunda, apenas um fólio, com escrita apenas no *recto*. Exploramos ainda duas cartas de Joseph Mascarenhas Pacheco de Mello, contendo um fólio cada. Por fim, discutimos cinco cartas de Sebastião da Rocha Pita, todas de apenas um fólio; a primeira e a quinta carta têm escrita distribuída nos dois lados do fólio, enquanto as demais possuem escrita apenas em um lado do suporte original.

Todas as fontes utilizadas na presente pesquisa encontram-se fisicamente no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, Portugal. O acesso a elas foi inicialmente possibilitado pelos microfilmes disponibilizados pelo projeto Resgate Barão do Rio Branco, que permite sua consulta plena, gratuita e instantânea, por meio do *site* da Biblioteca Nacional Digital.

Após a verificação inicial do potencial das fontes selecionadas, foi realizada uma análise mais detalhada a partir de digitalizações em cores, encomendadas exclusivamente para esta pesquisa. Com maior resolução e detalhamento do que os microfilmes, essas imagens permitiram avançar na análise aprofundada das cartas. Além das imagens em cores, extraídas

⁹⁴ Após apresentação da imagem extraída dos originais, decidimos inserir em notas de rodapé outras duas formas acesso aos manuscritos. A primeira delas é o link da pasta do *Google Drive* organizada pela autora com todos os arquivos em PDF. O segundo link dá acesso ao manuscrito no site do Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

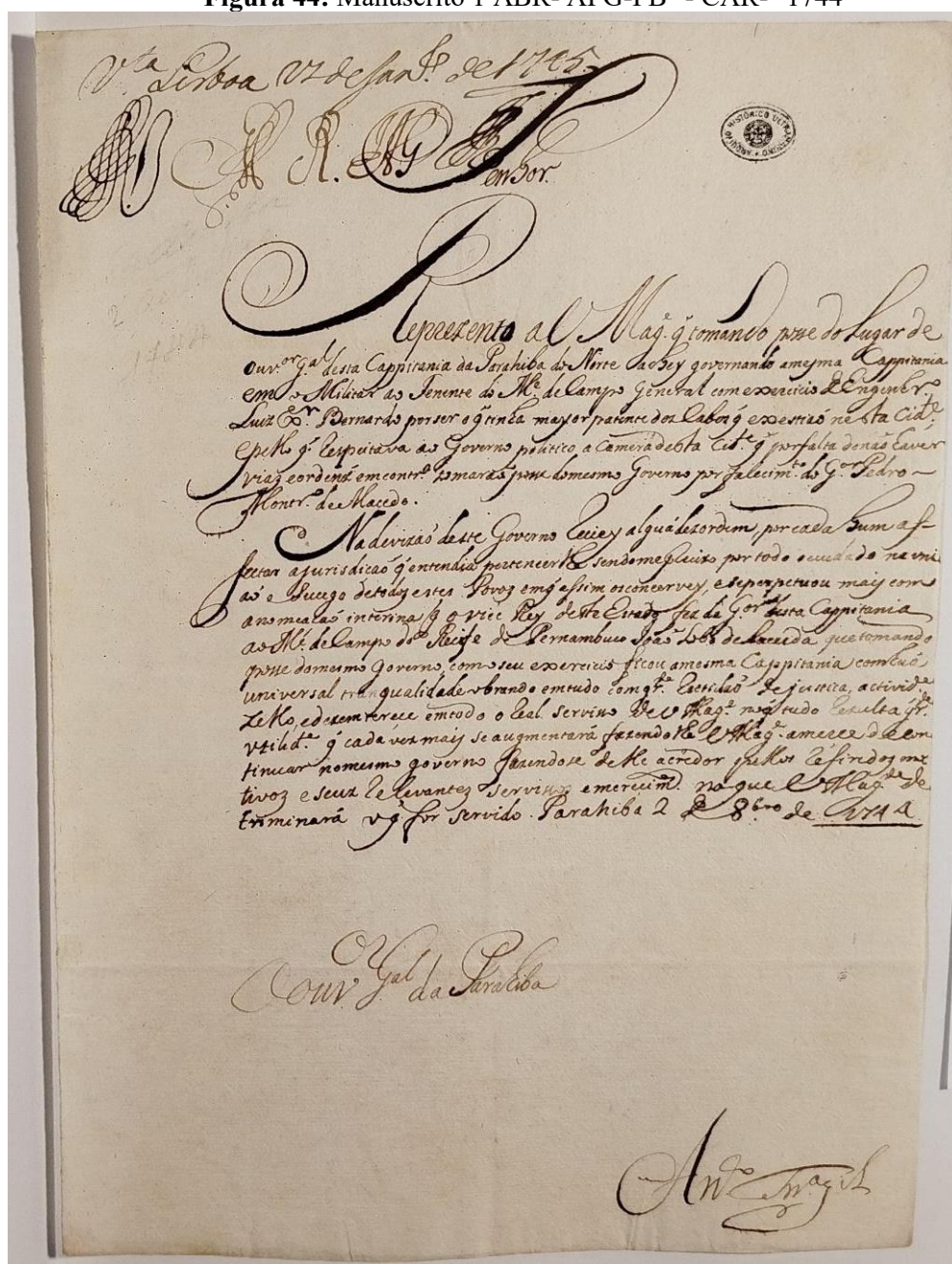
⁹⁵ De acordo com Maia (2012) [s]ob o ponto de vista qualitativo, a autenticidade é uma exigência decisiva: se se pretende utilizar os materiais para o estudo de história da língua, as edições devem satisfazer as necessidades de uma linguística histórica empírica e, por esse motivo, devem reflectir fielmente as características linguísticas dos manuscritos, uma vez que nelas se reflectem as marcas da variação da língua da época (Maia, 2012, p. 538).

dos originais, incluímos nas notas de rodapé o link do *site* do Projeto Resgate para acesso às fontes em PDF e o link da pasta organizada pela autora no Google drive, bem como informações adicionais sobre todos os documentos que compõem os *corpora*. Os critérios adotados para a edição das fontes estão descritos na seção anterior deste trabalho.

Para a identificação dos documentos neste trabalho, utilizamos os seguintes parâmetros: iniciamos com a palavra “Manuscrito” e em seguida a numeração de 1-23, depois há a sigla da academia correspondente a cada *scriptor*, sendo ABE para a Academia Brasílica dos Esquecidos e ABR para a Academia Brasílica dos Renascidos; na sequência, inserimos as letras iniciais do nome completo dos *scriptores*; depois, a sigla da capitania na qual o documento foi localizado: PARAÍBA (PB) ou BAHIA (BA); em seguida, a tipologia documental: carta (CAR); por último, o ano em que o documento foi escrito.

Portanto, seguem os documentos editados.

Figura 44: Manuscrito 1 ABR- AFG-PB⁹⁶- CAR-⁹⁷1744⁹⁸



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFMG.

⁹⁶ Código do manuscrito no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU): AHU ACL CU 014, Cx.13, D. 1063.

⁹⁷ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o PDF na pasta organizada pela autora disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link ou acessar diretamente no site do projeto Resgate Barão do Rio Branco: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=014_PB&pesq=antonio%20ferreira%20gil%20&hf=resgate.bn.gov.br&pagfis=8469 Acesso em 21 de setembro de 2025.

⁹⁸ Carta do Desembargador e Procurador Geral da Relação Antônio Ferreira Gil para o Rei D João V sobre a sua posse e o estado de tranquilidade na capitania, após a nomeação de João Lobo Lacerda para o cargo de capitão-mor.

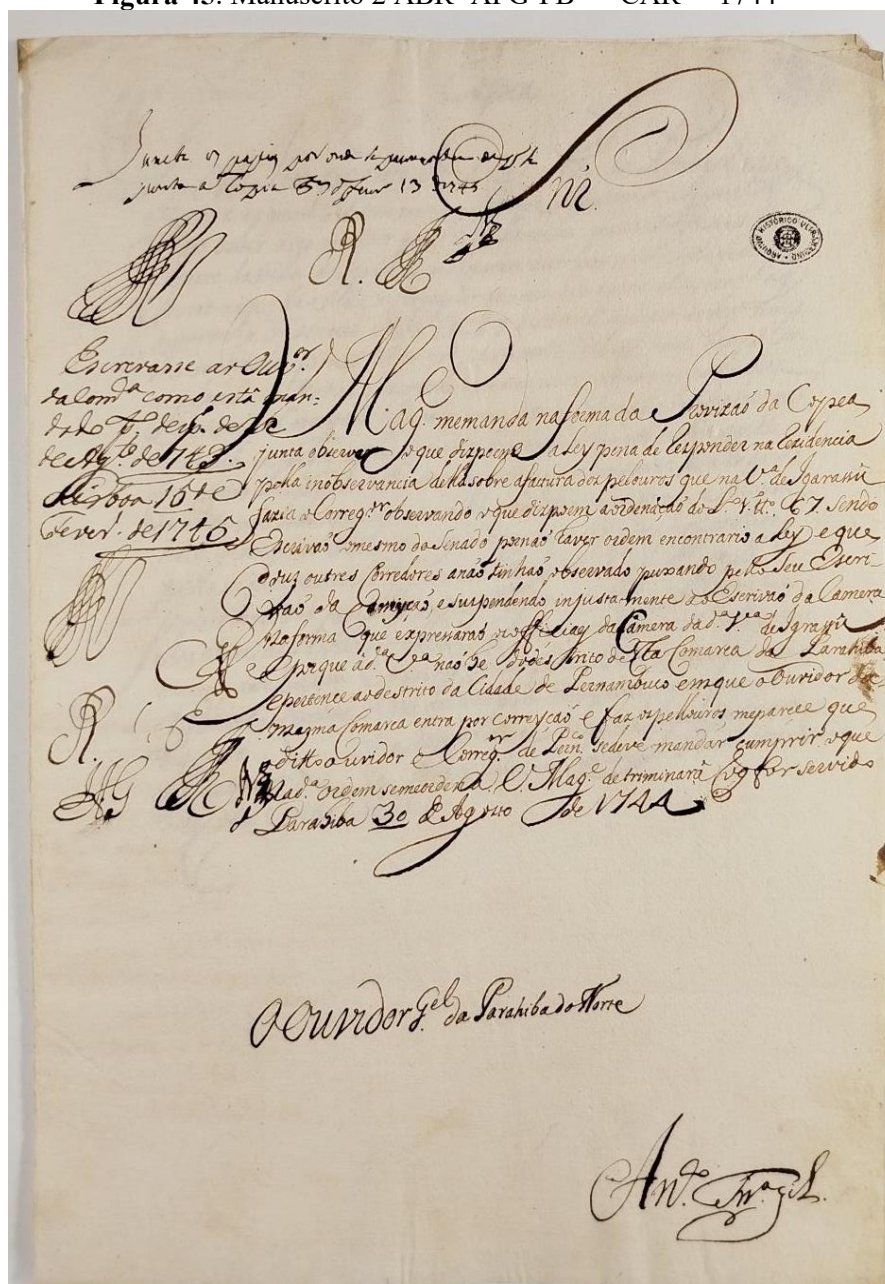
[Fólio 1r.]

Senhor. ⁹⁹ | Reprezento a *Vossa Magestade* que tomando posse do lugar de | ouvidor Geral desta Cappitania da Parahiba do Norte achei governando a mesma Cappitania | em o Militar ao Tenente do *Mestre* de Campo General com exercício de Engenheiro | Luiz xavier Bernardo por ser o *que* tinha mayor patente dos Cabos *que* exerssiao nesta cidade; | e pello *que* Respeitava ao Governo politico a camera desta cidade que por falta de não haver | viaz e ordenz¹⁰⁰~m contrario tomaraõ posse do mesmo Governo por falecimento do Governador Pedro- | Monteiro de Macedo. | Na devizaõ deste Governo Reciey alguã dezordem, por cada hum as= | seitar a jurisdição *que* entendia pertencerlhe sendome preciso por todo o cuidado na vni | aõ e sucego de todoz estes Povoiz em *que* assim os concerverey, e se perpetuou mais com a nomeação interina *que* o vice Rey deste Estado fez de Governador desta Cappitania | ao *Mestre* de Campo do Recife de Pernambuco Ioaõ Lobo de Lacerda que tomando | posse do mesmo Governo, com o seu exercicio ficou a mesma Cappitania com huã | universal tranquillidade obrando em tudo com grande Rectidaõ de justica, actividade | zello, e dezemtereçe em todo o Real servisso de *Vossa Magestade* no *que* tudo Rezulta grande | vtilidade *que* cada vez mais se augmentará fazendolhe *Vossa Magestade* a merçe de con | tinuar no mesmo governo fazendose delle a credor pellos Referidoz mo | tivoz e seuz Relevantez servissos e mereçimentos no *que* *Vossa Magestade* de | treminará o *que* for servido. Parahiba 2 de outubro de 1744. | O ouvidor Geral da Parahiba | Antonio Ferreira gil

⁹⁹ Há o carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino. E esta carta possui um bifólio rasgado e aparenta ter sido dobrada com 3x. Na margem superior esquerda há vestígios de uma anotação em grafite que foi apagada.

¹⁰⁰ Há um diacrítico que se assemelha ao “~” acima da letra z, mas não há caractere especial que possamos usar para representá-lo, por isso o inserimos ao lado do “z”

Figura 45: Manuscrito 2 ABR- AFG-PB¹⁰¹- CAR¹⁰²-1744 ¹⁰³



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFMG.

¹⁰¹ Código do documento no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU): AHU_ACL_CU_014, Cx. 12, D. 1041.

¹⁰² Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link ou acessar diretamente no site do projeto Resgate Barão do Rio Branco: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=014_PB&pesq=antonio%20ferreira%20gil%20&hf=resgate.bn.gov.br&pagfis=8365 Acesso em 25 de outubro de 2025.

¹⁰³ Carta do Desembargador e Procurador Geral da Relação Antônio Ferreira Gil ao rei D. João V sobre a provisão Real, autorizando dar uma ordem aos moradores de Igarau, a qual deveria ser dada pelo ouvidor de Pernambuco por estar em correição naquela localidade.

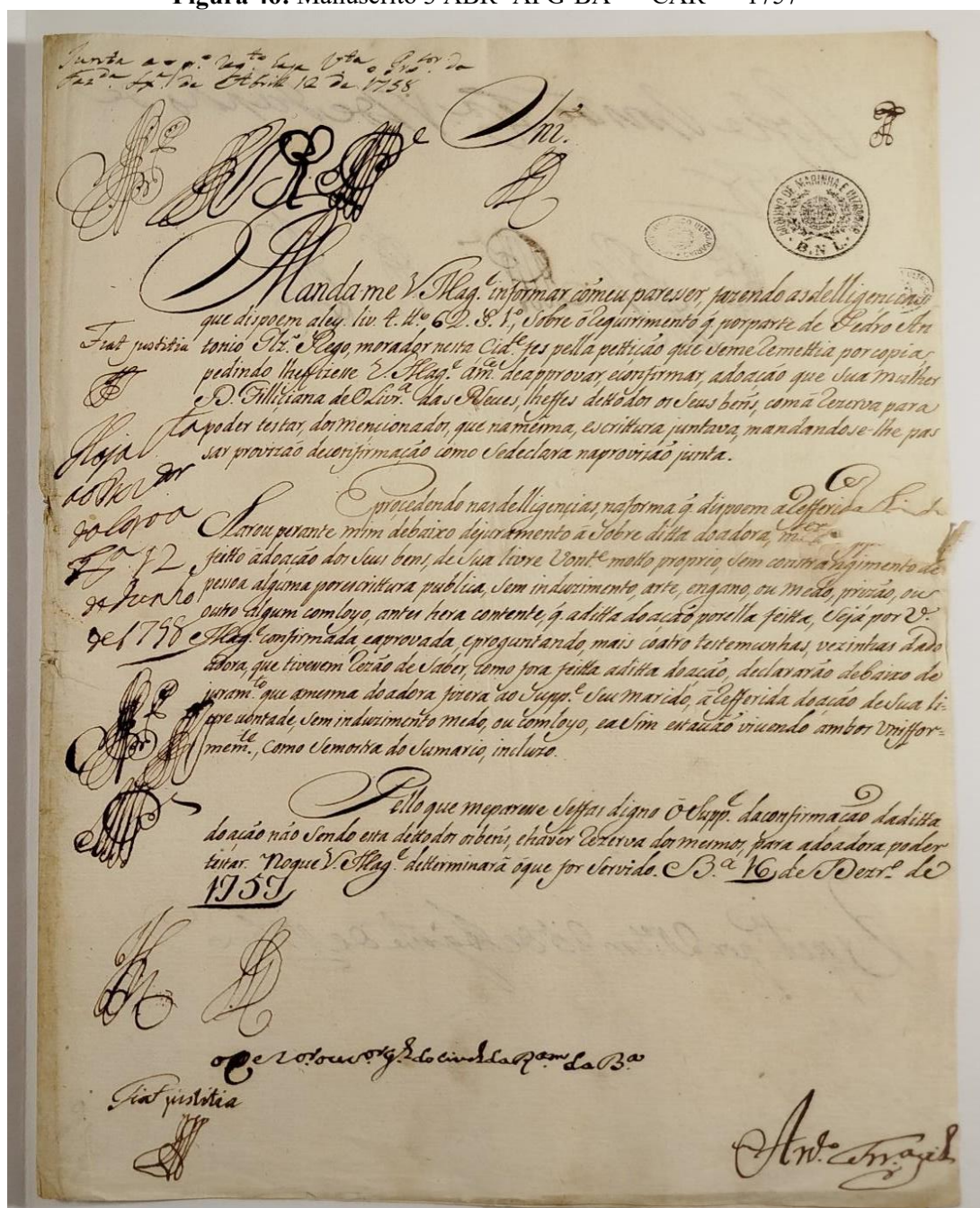
[Fólio 1r.]

Senhor¹⁰⁴ | *Vossa Magestade* me manda na forma da Provizaõ da Copea | junta observar o que dizpoem a Ley pena de Responder na Rezidencia | pella inobservancia della sobre a factura dos pelouros que na Vila de Igarassú | fazia o Corregedor observando o que dizpoem a ordenação do Livro 1º *titulo* 67 sendo | Escrivão o mesmo do senado por não haver ordem en contrario a Ley e que | douz outres Corredores a não tinhaõ observado puxando pello seu Escri-|vão da Comyçaõ, e suspendendo injustamente ao Escrivão da Camera | na forma que expressaraõ os offiçiaes da Camera da dita Vila de Igrassú | e porque a dita Vila não he do destrito desta Comarca da Parahiba¹⁰⁵ | e pertence ao destrito da Cidade de Pernambuco em que o ouvidor da- | mezma Comarca entra por correyaõ e faz os pellouros, mepareçe que | o ditto ouvidor e Corregedor de Pernambuco sedeve mandar cumprir o que | [n]a dita ordem semeordena. *Vossa Magestade* detriminará o *que* for servido | Parahiba 30 de Agosto de 1744 | o ouvidor Geral da Parahiba do Norte | Antonio Ferreira gil.

¹⁰⁴ Na lateral direita há o carimbo oval do Arquivo histórico Ultramarino.

¹⁰⁵ Há uma mancha sobre a última sílaba da palavra da linha 9 e 10 que, possivelmente, é a digital do remetente.

Figura 46: Manuscrito 3 ABR- AFG-BA¹⁰⁶- CAR¹⁰⁷- 1757¹⁰⁸



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFMG.

¹⁰⁶ Código do documento no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU): AHU_ACL_CU_005, Cx. 135, D. 10451.

¹⁰⁷ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link ou acessar diretamente no site do projeto Resgate Barão do Rio Branco: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=014_PB&pesq=antonio%20ferreira%20gil%20&hf=r resgate.bn.gov.br&pagfis=8365 Acesso em 25 de setembro de 2025.

¹⁰⁸ Carta do Desembargador e Procurador Geral da Relação Antônio Ferreira Gil para o rei D. José informando seu parecer acerca da doação de Pedro Antônio Gonçalves Rego.

[Fólio 1r.]

Senhor¹⁰⁹ | Manda-me *Vossa Magestade* informar cõ meu paresser, fazendo as delligençias¹¹⁰ que dispoem a ley livro 4. titulo 62. §. 1º, sobre o Requerimento *que* por parte de Pedro An|tonio Gonç|alvez Rego, morador nesta çidade fes pella pettição que semeRemettia por copia, | pedindo lhe fizesse *Vossa Magestade* a merce de approvar, e confirmar, a doação que sua mulher | *Dona* Filliçiana de OLiveira das Neues, lheffes de ttodos os seus beñs, com á Rezerva para | poder¹¹¹ testar, dos mençionados, que na mesma, escrittura juntava, mandandose-lhe pas|sar provizão de confirmação como sedeclara na provizaõ junta. | E proçedendo nas delligençias, na forma *que* dispoem a Refferida ¹¹² [Lei de] | clarou perante mim debaixo de juramento á sobreditta doadora, *mulher* [do *supplicante* ...] | feito a doação dos seus bens, de | sua livre *vontade* motto proprio, sem constrangimento de | pessoa alguma por escrittura publica, sem induzimento, arte, engano, ou medo, prizão, ou | outro algum comloyo, antes hera contente, *que* a ditta doação por ella feita, seja por *Vossa* | *Magestade* confirmada, e aprovada, e proguntando, mais coatro testemunhas, vezinhas da do|adora, que tivessem Rezão de saber, como fora feita a ditta doação, declararão debaixo de | juramento que a mesma doadora fizera ao *supplicante* seu marido, a Refferida doação de sua li|ure uontade, sem induzimento medo, ou comloyo, e assim estauaõ viuendo ambos uniffor-|memente, como semostra do sumario, incluzo. | Pello que meparese seffas digno o *Supplicante* da confirmação da ditta | doação não sendo esta de ttodos os beñs, e haver Rezerva dos mesmos, para a doadora poder | testar. No que *Vossa Magestade* detterminará o que for servido. *Bahia* 16 de | *Dezembro* de | 1757 | O *Dezembargador geral* do civil da *Relaçam da Bahia* | Antonio Ferreira gil

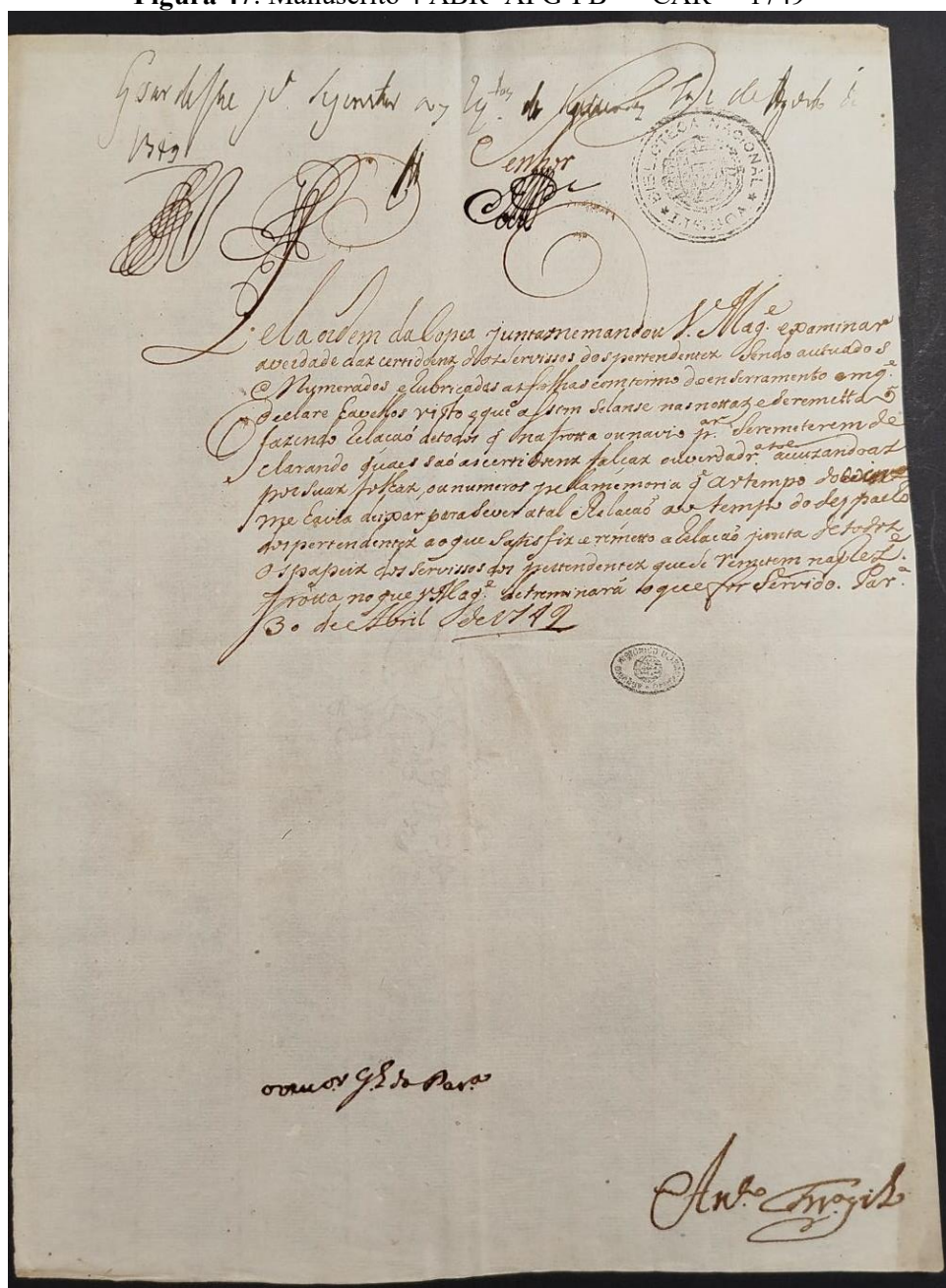
¹⁰⁹ Há dois carimbos acima do texto. O primeiro com tinta mais apagada é do Arquivo Histórico Ultramarino, possui tamanho menor e está quase centralizado, já o outro é do Arquivo de Marinha e Ultramar- Biblioteca Nacional de Lisboa B.N.L.

¹¹⁰ Há um carimbo com tinta apagada na metade da imagem sobre a última palavra da linha 1.

¹¹¹ Na lateral esquerda à margem do texto há anotações com um *ductus* que às vezes encontram o texto principal.

¹¹² No fim das duas primeiras linhas do segundo parágrafo há uma mancha que cobre as palavras. Infere-se que houve rasgo no suporte original.

Figura 47: Manuscrito 4 ABR- AFG-PB¹¹³- CAR-¹¹⁴1749¹¹⁵



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

¹¹³ Código do documento no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU): AHU_ACL_CU_003, Cx. 11, D. 995.

¹¹⁴ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link ou acessar diretamente no site do projeto Resgate Barão do Rio Branco: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003_BG_AV&pesq=antonio%20ferreira%20gil%20&hf=resgate.bn.gov.br&pagfis=5560 Acesso em 25 de setembro de 2025.

¹¹⁵ Carta do Desembargador e Procurador Geral da Relação Antônio Ferreira Gil para o rei [D. João V], sobre a ordem que recebeu para numerar registrar e rubricar todos os papéis de serviços dos pretendentes, a fim de se evitar falsificações das certidões de serviços.

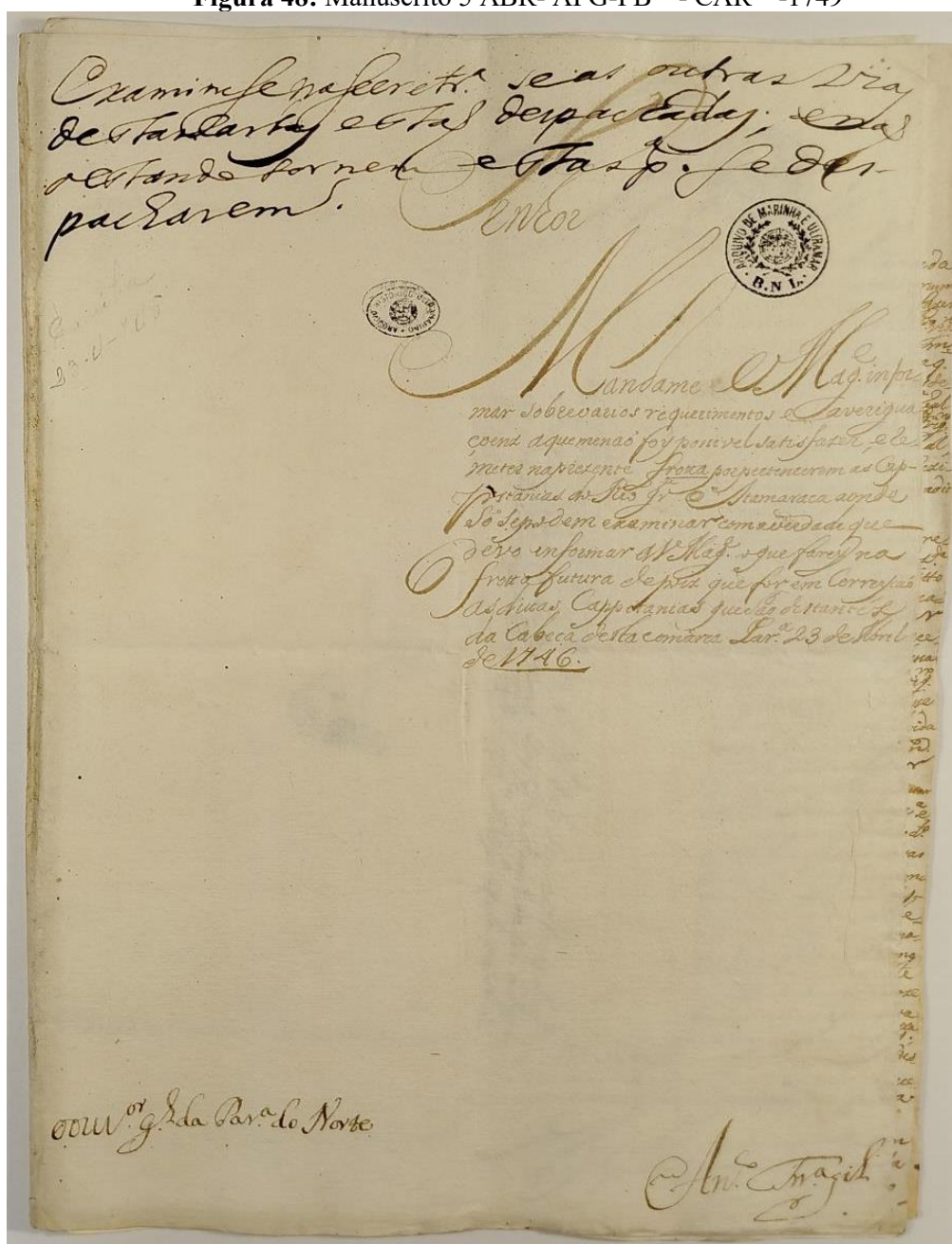
[Fólio 1, r.]

Senhor¹¹⁶ Pela ordem da Copea junta memandou *Vossa Magestade* examinar| a verdade daz certidoenz doz servissos dos perterdentez sendo autuados| e numerados e Rubricadas as folhas com termo do enserramento em *que*| declare havellos visto e que assim selanse nas nottaz e seremetta| fazendo Relação de todos *que* na frota ou navio *particular* seremeterem de|clarando quaes são as certidoenz falçaz ou verdadeiras accuzandoaz| por suaz folhaz, ou numeros pela memoria *que* ao tempo do~~desp-o~~¹¹⁷| me havia deixar para sever a tal Relação ao tempo do despacho| dos pertendentez ao que satisfiz e remetto a Relação junta de todoz| os papeiz dos servissos dos pertendentez que se Remetem na *prezente*| frota do *que vossa Magestade* detreminará o que for servido. Parahiba| 30 de Abril de 1749| o ouvidor Geral da Parahiba| Antonio Ferreira gil

¹¹⁶ Há dois carimbos no fólio. Na margem superior direita o selo redondo da “Biblioteca Nacional de Lisboa” em caixa alta e, em seguida ao texto em tamanho menor um oval do “Arquivo Histórico Ultramarino” também em caixa alta.

¹¹⁷ Parece que o *scriptor* se confundiu em relação à linha abaixo, rasurando a palavra “despacho”.

Figura 48: Manuscrito 5 ABR- AFG-PB¹¹⁸- CAR¹¹⁹-1749¹²⁰



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFMG.

¹¹⁸ Código do documento no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU): AHU_ACL_CU_014,Cx.14, D.1148.

¹¹⁹ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link ou acessar diretamente no site do projeto Resgate Barão do Rio Branco: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003_BG_AV&pesq=antonio%20ferreira%20gil%20&hf=resgate.bn.gov.br&pagfis=5560

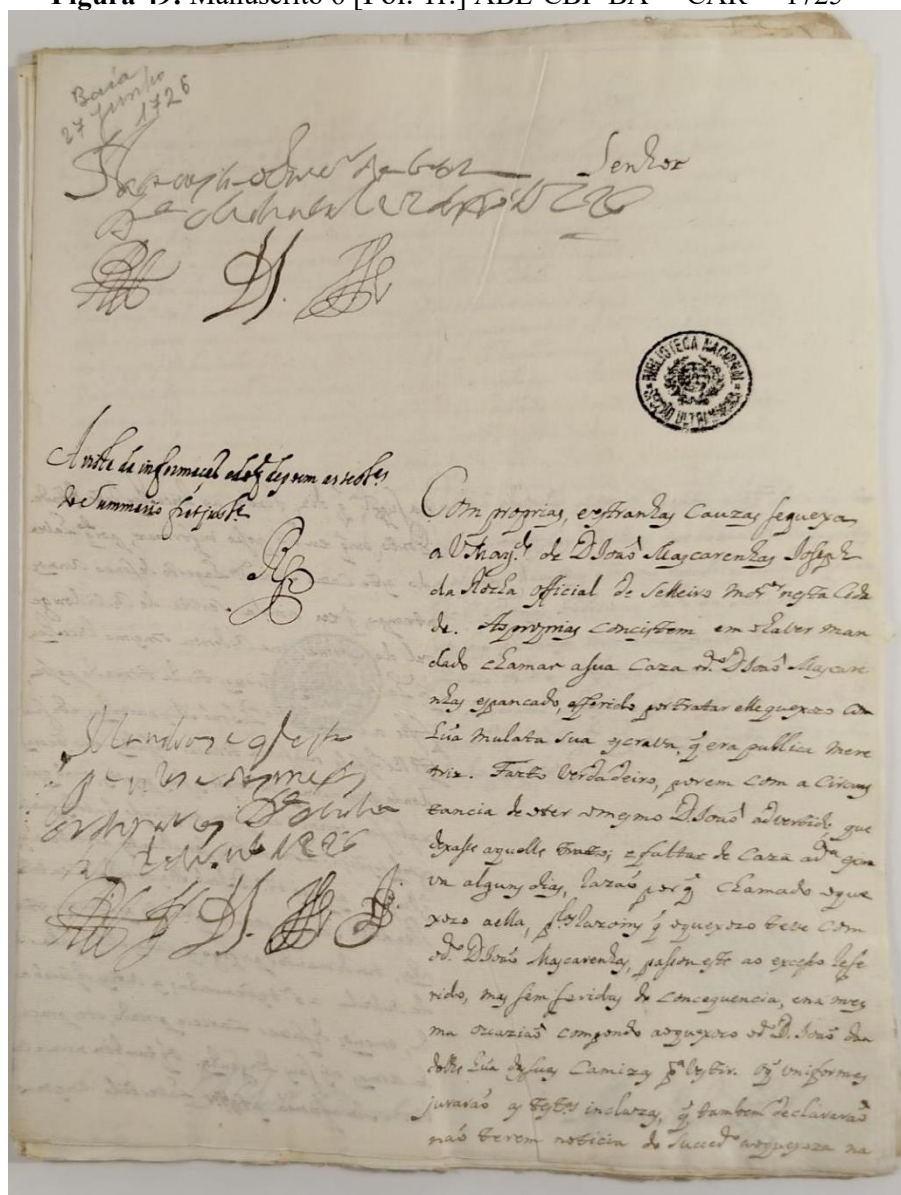
¹²⁰ Carta do Desembargador e Procurador Geral da Relação Antônio Ferreira Gil para D. João V sobre os requerimentos e averiguações que foram remetidos para as capitanias do Rio Grande e Itamaracá.

[Fólio 1r.]

Senhor¹²¹ | Mandame *Vossa Magestade* infor- | mar sobre varios requerimentos e averigua- | çoenz
a que menaõ foy possível satisfazer, e Re- | meter na presente frotta por pertencerem as Cap-
| pitancias do Rio *grande Itamaraca* aonde | só sepodem examinar com a verdade que | devo
enformar a *Vossa Magestade* o que farey na | frotta futura depoiz que for em correyaõ | as dittas
Cappitanias que são destantez | da Cabeça desta comarca *Parahiba* 23 de Abril | de 1746. | o
ouvidor geral da *Parahiba* do Norte | Antonio Ferreira gil

¹²¹ Há dois carimbos no fólio. Acima do texto um carimbo redondo do “ARQUIVO DE MARINHA E ULTRAMAR” e, abaixo do texto em formato oval e tamanho menor um do “ARQUIVO HISTÓRICO MARINHO”.

Figura 49: Manuscrito 6 [Fol. 1r.] ABE-CBF-BA¹²²-CAR-¹²³1725¹²⁴



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

¹²² Código do documento no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU): AHU_ACL_CU_005, Cx. 22, D. 2038

¹²³ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link ou acessar diretamente no site do projeto Resgate Barão do Rio Branco: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.a?bib=005_BA_AV&pesq=Caetano%20de%20Brito%20e%20Figueiredo%20&hf=resgate.bn.gov.br&pagfis=14453 ACESSO EM 25 de outubro de 2025.

¹²⁴ A primeira carta da coleção epistolar de Caetano de Brito e Figueiredo foi enviada e assinada por ele, em 27 de junho de 1725. Possui 2 fólhos ao total e escrita em colunas em ambos com algumas anotações marginais.

[Fólio 1r.]

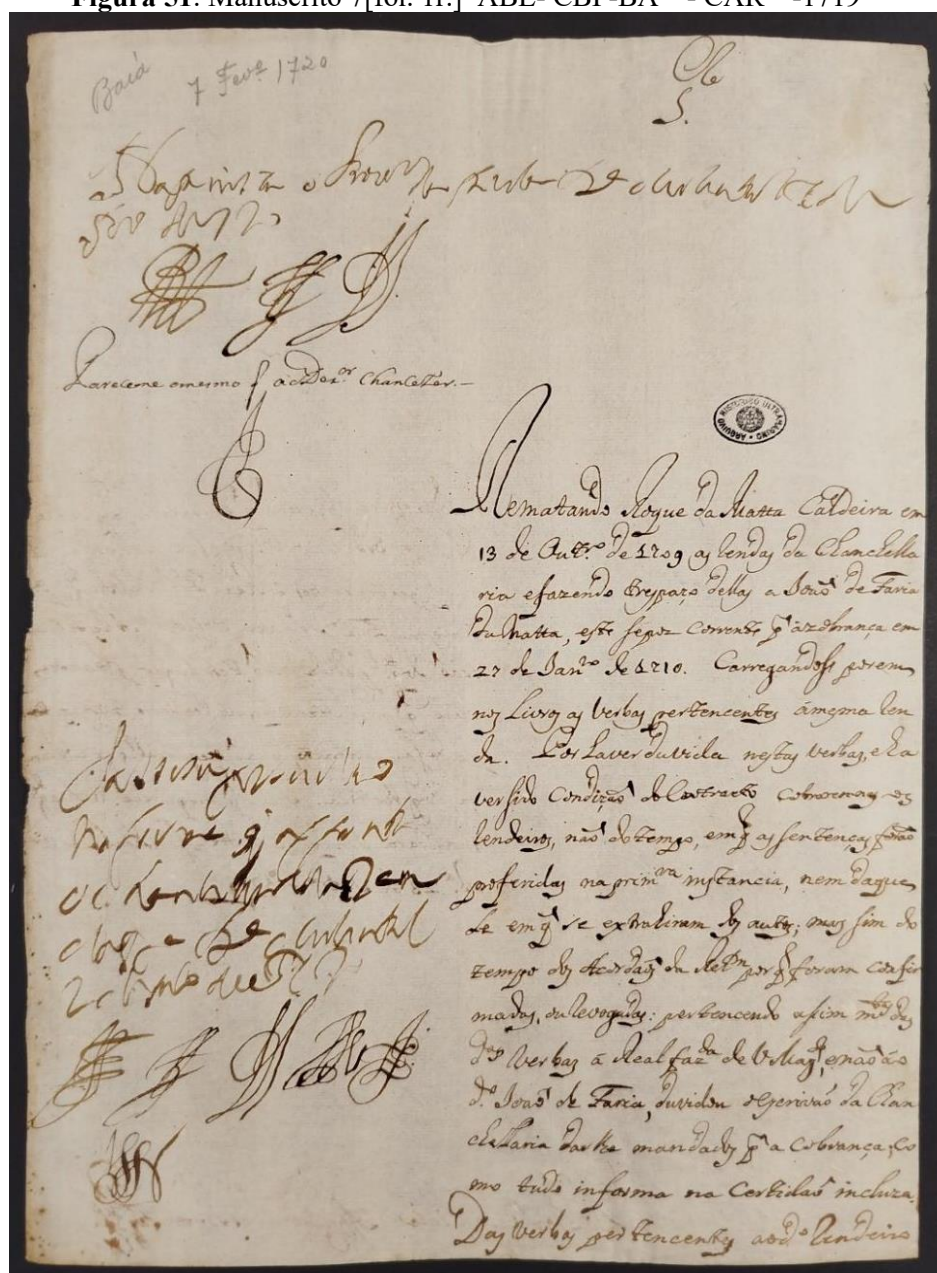
Senhor¹²⁵ Com proprias, estranhas cauza|s sequeixa| a Vossa Magestade de Dom Ioaõ Mascarenhas Ioseph| da Rocha official de selleiro morador nesta Cida|de. As proprias concistem em o haver man|dado chamar a sua caza o dito Dom Ioaõ Mascarenhas espancado, e ferido por tratar elle quexozo com| huã mulata sua escrava, que era publica mere|triz. Facto verdadeiro, porem com a circuns|tancia de o ter o mesmo Dom Ioaõ advertido; que| dexasse aquelle tratto; e faltar de caza a dita es|cra|va alguns dias, Razão por que chamado o quexozo a ella, pellas Razoins que o quexozo teve com| o dito Dom Ioaõ Mascarenhas, passou este ao excesso Refe|rido, mas sem feridas de concequencia, e na mez|ma occasiaõ compondo ao quexozo o dito Dom Ioaõ dan|dolhe huã das suas camizas para vestir. O que vniformes| juraraõ as testemunhas incluzas, que tambem declararaõ| não terem noticia do succedido ao quexozo na¹²⁶ [fl.1 v.] na suppradita, que diz, fizera ao Vice Rey deste Estado.| Postto, em que só posso informar, porquanto do haven|do este cazo succedido ha perto de sinco annoz| a tempo, que eu ainda servia de Ouvidor ge|ral do Crime, me Ordenou o mesmo o Vice Rey| que havia poucos mezes tinha tomado posse, fosse a caza do dito Dom Ioaõ Mascarenhas, e da sua| parte lhe dissesse não sabia tollerar insultos nas terras| donde governava, que moderasse as suas paxoins, e não qui|zesse ser o primeiro em quem mostrase, que a todos fazia| igoal justiça; com outras semelhantes advertencias, que lhe fiz: as quaes o dito Dom Ioaõ Mascarenhas com todo| o Rendimento se someteu. Quanto as cauza|s estra|nhas, na de mandar por fogo ás cazas alhêas, falla só| de Ouvida a 5ª testemunha; as outras disseraõ na|da, e menoz de fazer carcere privado, e ter praça| de armas nos seus Engenhos. O que tambem nunca ou|vi. Sim affirmaõ as testemunhas haver tido o mesmo| Do Dezembargador Chanceler|| [fl.2 r.] Dom Ioaõ duvidas com muitas¹²⁷ pessoas, a Respeito de varias ter|ras, e com os seus crêdores, ter Recuzado de suspeitos| a alguns Ministros, e Rezoins excessivas com o defunto| Dezembargador Thomás Feliciano, dado em Manoel Borges, e os seus escravos morto a hũ frade de São Bento, e| ferido outro, pelo que fica prezo o dito Dom Ioaõ. He| o que declararaõ as testemunhas, e posso informar. Sendo que| mandará Vossa Magestade o que for maes justo. Bahia 27 de| Junho de 1725| Do Dezembargador Chanceler| Caetano de Brito e Figueiredo

¹²⁵ Acima do texto há um carimbo da “BIBLIOTECA NACIONAL SECÇÃO ULTRAMARINA”

¹²⁶ No canto inferior direito há uma mancha que provavelmente é resultado de deterioração do suporte.

¹²⁷ Letra sobreposta.

Figura 51: Manuscrito 7[fol. 1r.] ABE- CBF-BA¹²⁸- CAR¹²⁹-1719¹³⁰



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

¹²⁸ Código de identificação da carta: AHU_ACL_CU_005, Cx. 12, D.1060

¹²⁹ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link ou acessar diretamente no site do projeto Resgate Barão do Rio Branco: https://resgate.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&hf=www.ecosia.org&pagfis=8372

¹³⁰ Possui 1 fôlio e escrita distribuída em coluna. No primeiro fôlio, no recto o corpo do texto principal está do lado direito e abaixo do carimbo do Arquivo Histórico Ultramarino. No verso do documento há também texto escrito em uma coluna do lado direito do fôlio e manchas de tinta que transpassaram a folha.

Figura 52: Manuscrito 7 [fol. 1v.] ABE-CBF-BA-CAR 1719

mas soffrece objeções q' embarce, aq' volte
 sem q' o d'ey Com^{te} p' sua cobrança. Gue
 do a p'p'riamente i Real^{da} de Vt^{da} da
 a me ma^{da} Real^{da} de Vt^{da} de Vt^{da} da
 i q' do^{da} pedida na^{da} tem lugar, p'barres
 como q' p'p'riamente o me^{da} de Vt^{da} da
 do do seu Com^{te}, ena^{da} de Vt^{da} da
 ca do^{da} de Vt^{da}. He^{da} de Vt^{da} da
 mandara o me^{da} de Vt^{da} da
 de 23 de Set^{da} de 1719

D^{da} de Vt^{da} da
 D^{da} de Vt^{da} da

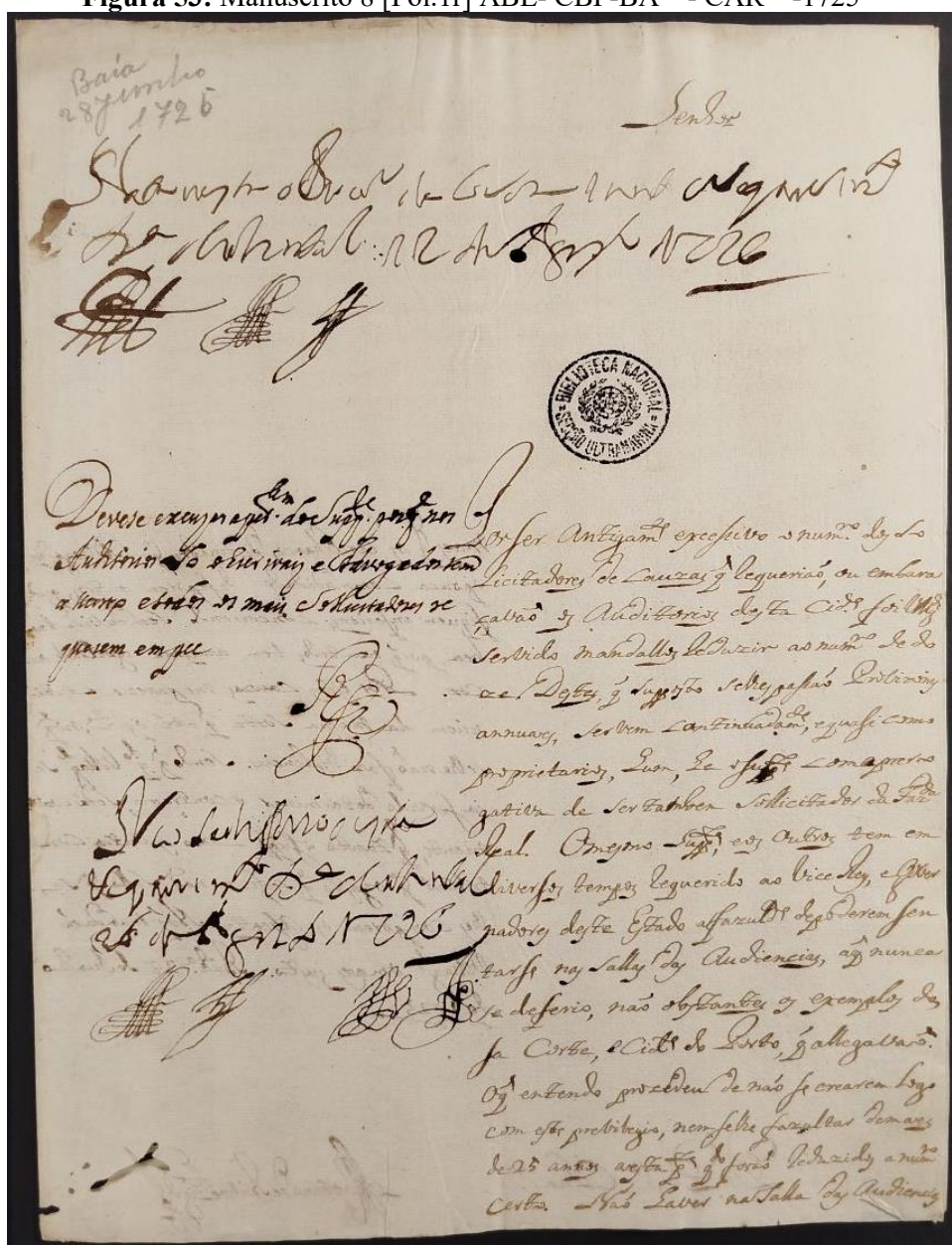
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

[Fólio 1r.]

Senhor| Rematando Roque da Matta Caldeira em| 13 de Outubro de 1709 as Rendas da Chanchella|ria e fazendo trespazo dellas a Ioaõ de Faria| da Matta, este sepoz corrente para a cobrança em| 27 de Ianeiro de 1710. Carregandose porem| nos livros as verbas pertencentes à mesma Ren-|da. Por haver duvida nestas verbas, e ha|ver sido condição do contracto cobrarem nas os| Rendeiros, não do tempo, em que as sentenças foraõ| proferidas na primeira instancia, nem da que,| le em que se extrahiram dos autoz; mas sim do| tempo dos Acordaõz da Relaçam porque foram confir|madas, ou Revogadas: pertencendo assim muitas das| ditas verbas à Real fazenda de Vossa Magestade, e não ao| dito Ioaõ de Faria, duvidou o escriptaõ da Chan|cellaria dar lhe mandados para a cobrança; co|mo tudo informa na certidão incluza.| Das verbas pertencentes ao dito Rendeiro|| [Fólio 1 v.] não ¹³¹ seoffrece objecção que embarace, ao que selhe| dem as ordens convenientes para a sua cobrança. Quã|to az pertencentes à Real Fazenda de Vossa Magestade, para| a mesma Fazenda sedevem cobrar A Restituição do quartel pedido não tem lugar pelo acre|cimo que podia ter o mesmo Rendeiro no maes tem|po do seu contracto e não xegarsselhe a cobran|ça do que lhe toca. He o que me parece: Vossa Magestade| mandará o maes conveniente a seu Real serviço| Bahia 23 de Setembro de 1719| Do Dezembargador Chancheler Caetano de Britto e Figueiredo

¹³¹ Há um carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino.

Figura 53: Manuscrito 8 [Fol. 1r] ABE- CBF-BA¹³²- CAR¹³³-1725¹³⁴



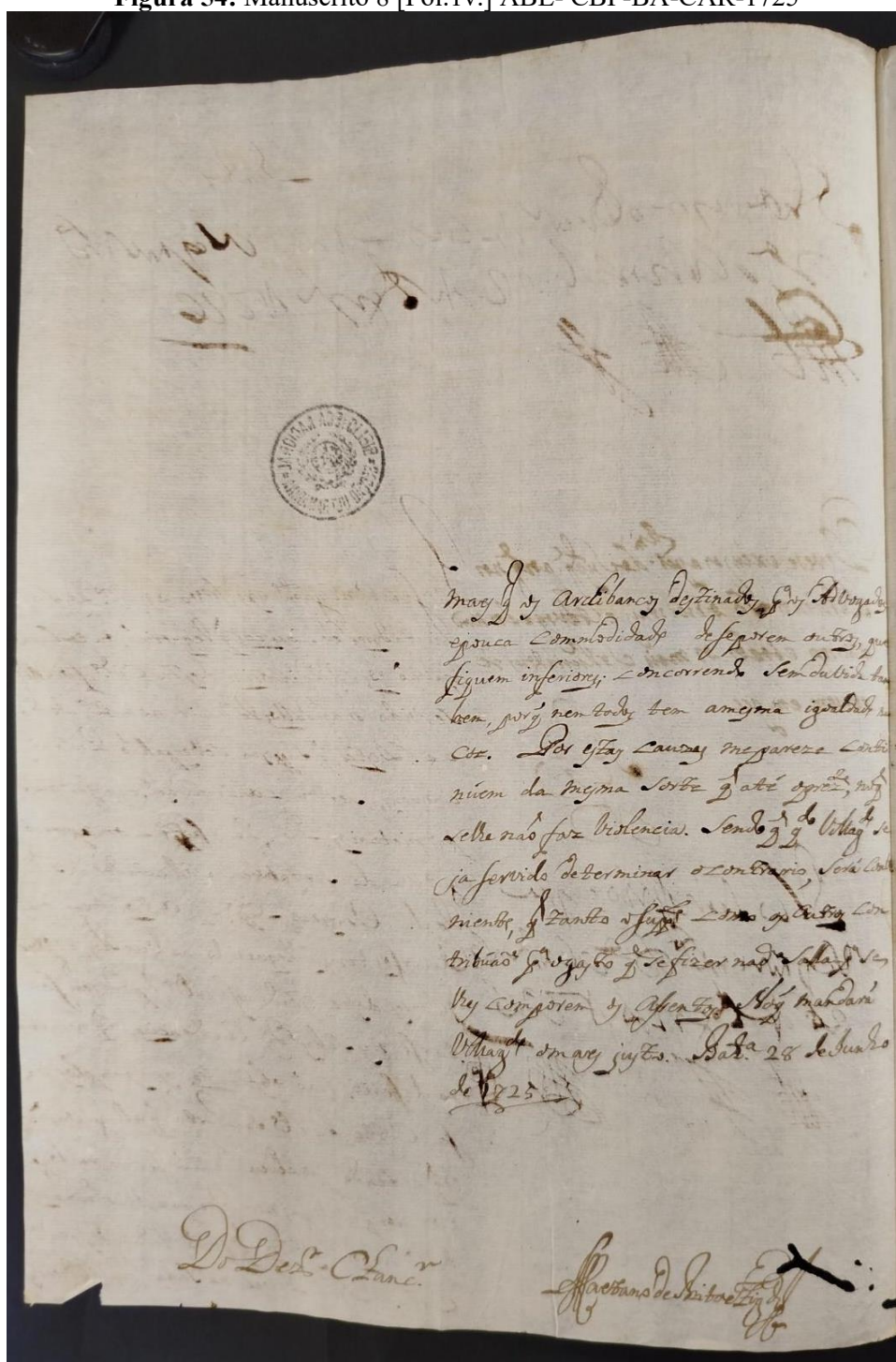
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFMG.

¹³² Código de identificação da carta: AHU_ACL_CU_005, Cx. 22, D. 2042

¹³³ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link ou acesse a carta diretamente site do Projeto Resgate Barão do Rio Branco https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&pesq=Caetano%20de%20Brito%20e%20Figueiredo%20&hf=resgate.bn.gov.br&pagfis=9606 Acesso em 25 de outubro de 2025.

¹³⁴ Nesta carta de Caetano de Brito e Figueiredo, enviada e assinada por ele, em 28 de junho de 1725. Há 2 fôlios ao total e escrita distribuída em coluna. Comunicando ao Rei D. João V a necessidade da redução do número solicitadores de causas dos auditórios da cidade da Bahia.

Figura 54: Manuscrito 8 [Fol.1v.] ABE- CBF-BA-CAR-1725



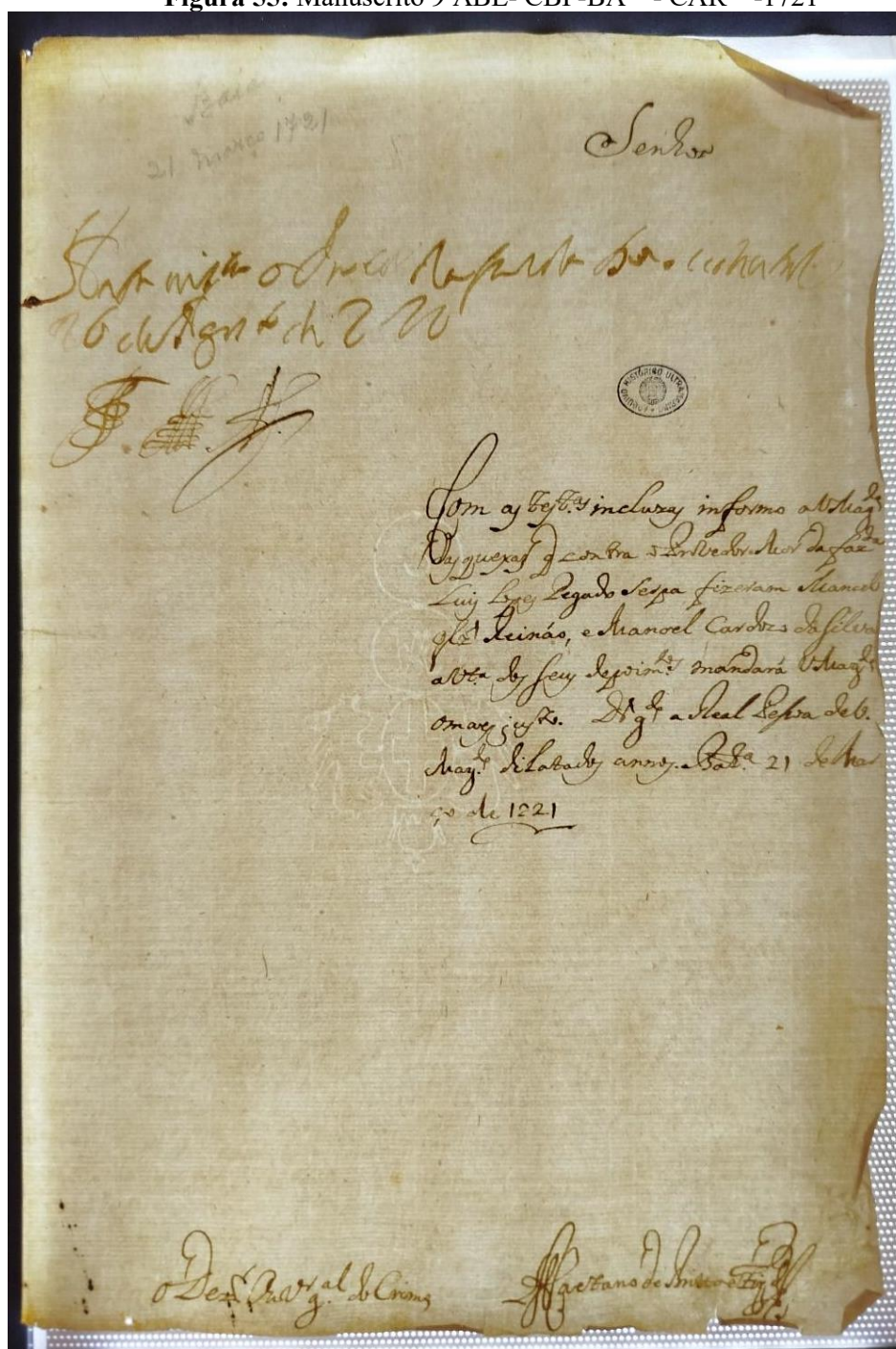
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFG.

[Fólio 1,r.]

Senhor¹³⁵ | Por ser Antigamente excessivo o numero dos so|licitadores de cauzas *que* Requeriaõ, ou embara|çavaõ os Auditorios desta cidade foi Vossa Magestade| servido mandallos Reduzir ao numero de do|ze. Destes, *que* supposto selhes passaõ Provizoins| annuaes, servem continuadamente, e quasi como| proprietarios, hum, he o supplicante com a prerro|gativa de ser tambem sollicitador da Fazenda| Real. O mesmo supplicante, e os outroz tem em| diversos tempoz Requerido ao Vice Rey, e Gover|nadores deste Estado a facultade de poderem sen|tarse nas sallas das Audiencias, a *que* nunca| se deferio, não obstantes os exemplos de|sa Corte, e Cidade do Porto, *que* allegavaõ.| O *que* entendo prozedeu de não se crearem logo| com este privilegio, nem selhe facultar demaes| de 25 annoz a esta parte quando foraõ Reduzidos a numero| certo. Não haver na salla das Audiencias|| [Fol. 1v] maes *que* os archibancos destinados para os Advogados| e pouca commodidade de seporem outros, *que*| fiquem inferiores; concorrendo sem duvida tam|bem, *porque* nem todos tem a mesma igoaldade na cor. Por estas cauzas mepareze conti|núem da mesma sorte *que* até o prezente, no *que*| selhe não faz violencia. sendo *que* quando Vossa Magestade se|ja servido determinar o contrario; será conve|niente *que* tanto o supplicante como os outros con|tribuição para o gasto *que* se fizer na dita salla para se| lhes comporem os assentos. No *que* mandará| Vossa Magestade o maes justo. Bahia 28 de Junho| de 1725. | Do Dezembargador Chancheler Caetano de Brito e Figueiredo

¹³⁵ Abaixo do carimbo da “BIBLIOTECA NACIONAL/ ARQUIVO ULTRAMARINO.”

Figura 55: Manuscrito 9 ABE- CBF-BA¹³⁶- CAR¹³⁷-1721¹³⁸



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

¹³⁶ Código de identificação da carta: AHU_ACL_CU_005, Cx. 14, D. 1232

¹³⁷ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagySrs85i?usp=drive_link ou acessar diretamente a carta no site do Projeto Resgate Barão do Rio Branco. https://resgate.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&pagfis=9606 Acesso em 25 de Outubro de 2025

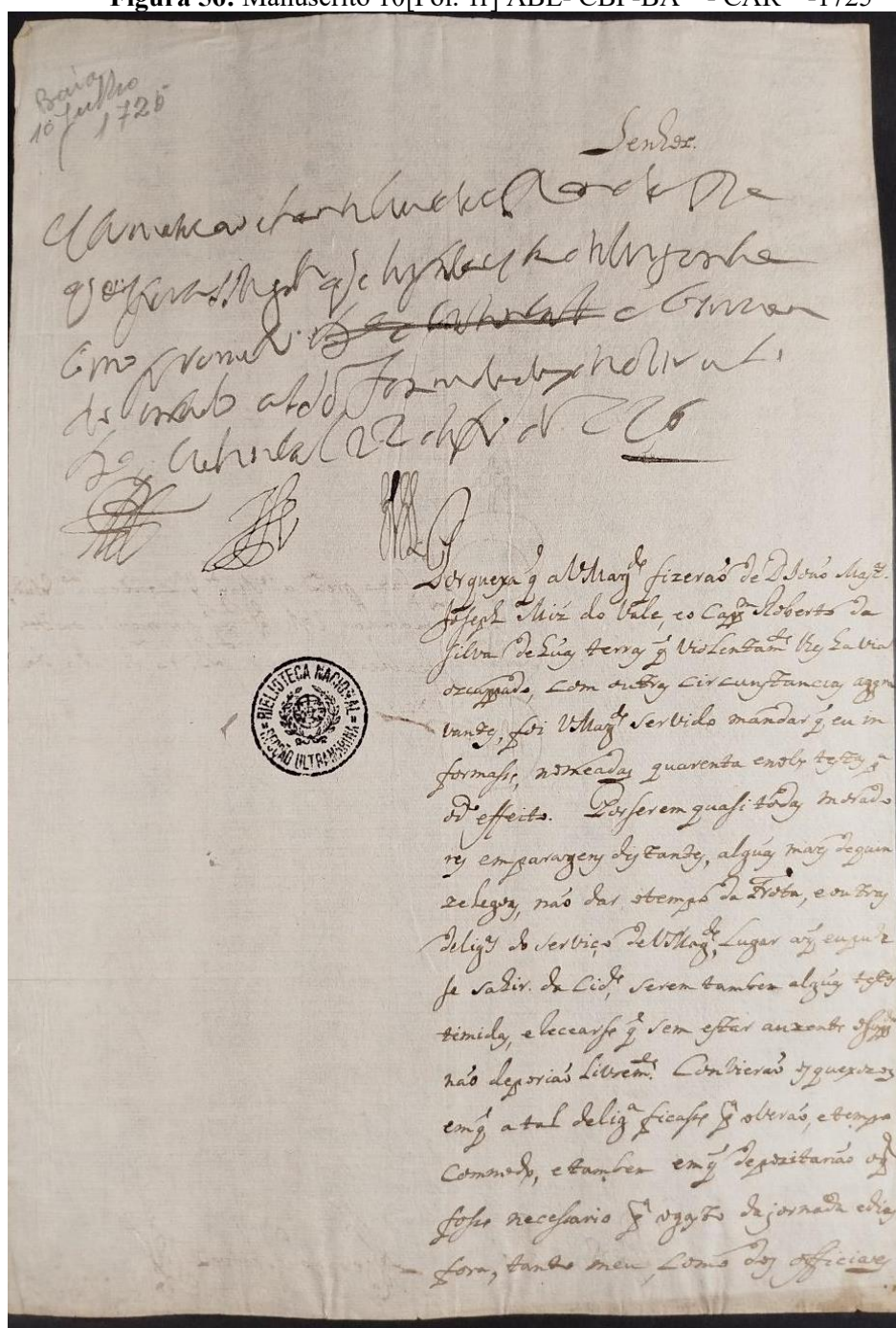
¹³⁸ Nesta carta de Caetano de Brito e Figueiredo, enviada e assinada por ele em 21 de março de 1721 há apenas um fôlio.

[Fólio 1r.]

Senhor¹³⁹ Com as *testemunhas* incluzas informa a Vossa Magestade das queixas *que* contra o Provedor Mor da fazenda Luis Lopes Pegado Serpa fizeram Manoel Gonçalvez Reinão, e Manoel Cardozo da silva a vista dos seus depoimentos mandará Vossa Magestade o maes justo. Deus guarde a Real Pessoa de Vossa Magestade dilatados annos. Bahia 21 de Março de 1721 O Dezembargador Ouvidor geral do Crime Caetano de Britto e Figueiredo

¹³⁹ Acima do texto há o carimbo do “ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO”.

Figura 56: Manuscrito 10[Fol. 1r] ABE- CBF-BA¹⁴⁰- CAR¹⁴¹-1725¹⁴²



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFMG.

¹⁴⁰ Código do documento no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU): AHU_ACL_CU_005, Cx. 23, D. 2064.

¹⁴¹ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link ou acessar diretamente a carta no site do Projeto Resgate Barão do Rio Branco em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&pesq=Caetano%20de%20Brito%20e%20Figueiredo%20&hf=resgate.bn.gov.br&pagfis=14577 Acesso em 25 de Outubro de 2025

¹⁴² Carta de um fôlio enviada e assinada por Caetano de Brito e Figueiredo em 10 de julho de 1725. Com texto distribuído em uma coluna posicionada no lado direito de ambos os lados do suporte. Informa-se sobre as dificuldades de se colher depoimentos das testemunhas para instruir a queixa feita por José Martins do Vale contra D João de Mascarenhas, por este ter usurpado as suas terras.

[Fólio, 1r.]

Senhor.¹⁴³ Por queixa *que* a *Vossa Magestade* fizeraõ de Dom Ioaõ de Mascarenhas Joseph Martinz do Vale, e o Cappitam Roberto da silva de huãs terras *que* violentamente lhes haviam occuppado, com outras circunstancias aggra|vantes, foi *Vossa Magestade* servido mandar *que* eu in|formasse, nomeadas quarenta e nobre *testemunhas* para| o dito effeito. Por serem quasi toda morado|res em paragens distantes, alguãs maes de quin|ze legoas, não dar, o tempo da Frota, e outras| *deligencias* do serviço de *Vossa Magestade*, lugar a *que* eu pude|se sahir da cidade, serem tambem alguãs *testemunhas*| timidas, e Recearse *que* sem estar auzente o *supplicante*| não deporiaõ livremente. Convierão os quexozoz| em *que* a tal *deligencia* ficasse para o veraõ, e tempo| commodo, e tambem em *que* depositarião o *que*| fosse necessario para o gasto da jornada e dias| fora, tanto meu, como dos officciaes|| [Fólio 1v.] O *que* faço presente a *Vossa Magestade* para conhecimento de tudo,| o mandar *Vossa Magestade* o *que* for maes conveniente| a seu Real serviço. Bahia 10 de Iulho de| 1725| Do Dezem bargador Chanceler Caetano de Brito e Figueiredo

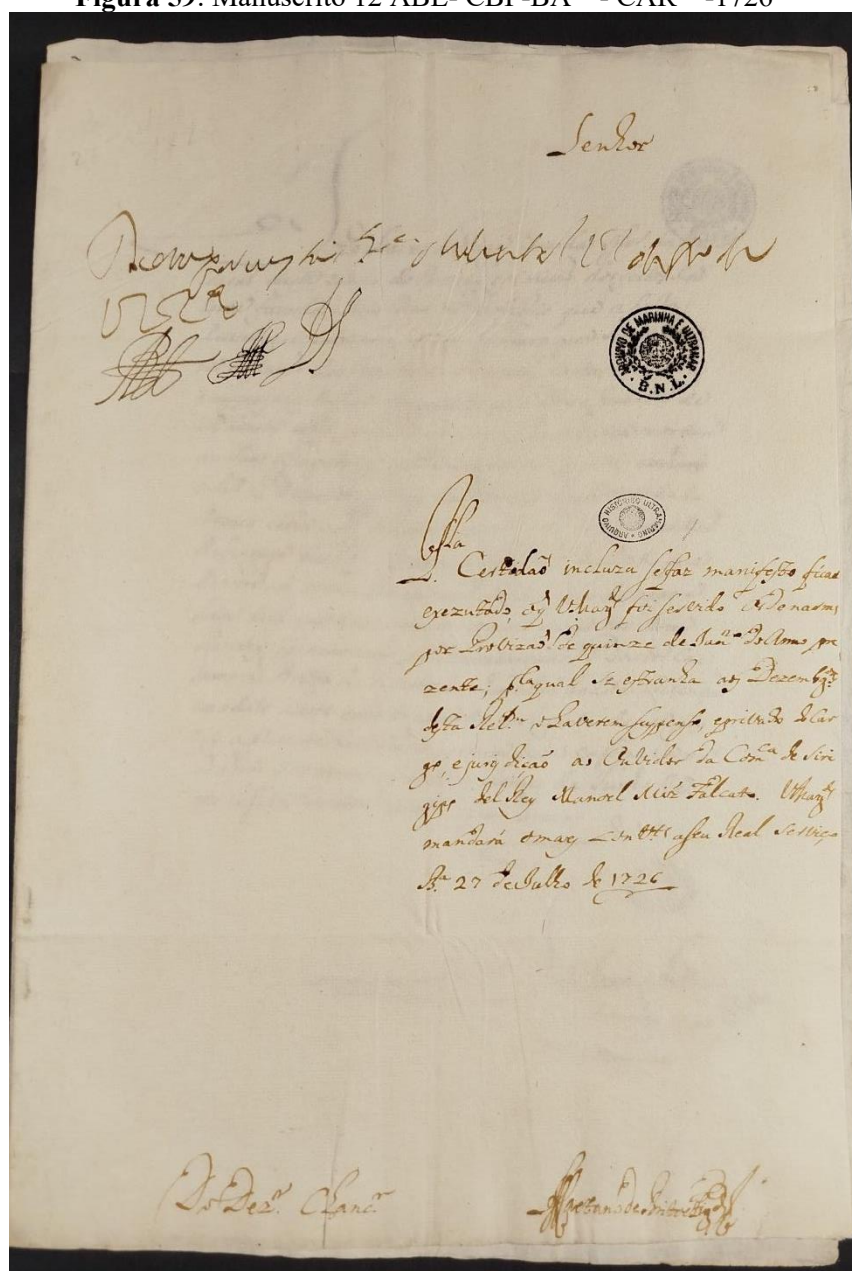
¹⁴³Na lateral do texto há o carimbo da “BIBLIOTECA NACIONAL/SEÇÃO ULTRAMARINA.”

[Fólio 1, r.]

Senhor¹⁴⁷ | O *supplicante* he proprietario do officio de escrivão do | Meirinho da Fazenda Real; com o *dito* officio não | tem ordenado algũ *somente*, por despacho do *Conselho* | da Fazenda deste Estado selhedá, como por ajuda | de custo a quantia de dous mil Reis cada mez. | Assiste a muitas diligencias da mesma Fazenda Real sem o | menor emolumento. He o *que* posso informar: Vossa Magestade | mandará o maes *conveniente*. Bahia 28 de Iulho | de 1726 | Do *Dezembargador Chanceler* Caetano de Brito Figueiredo

¹⁴⁷ Há dois carimbos. Acima do texto “BIBLIOTECA NACIONAL/ARQUIVO ULTRAMARINO”. Abaixo do texto consta o mesmo carimbo, mas um pouco menor.

Figura 59: Manuscrito 12 ABE- CBF-BA¹⁴⁸- CAR¹⁴⁹-1726¹⁵⁰



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

¹⁴⁸ Código de identificação da carta: AHU_ACL_CU_003, Cx. 4, D. 369.

¹⁴⁹ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link

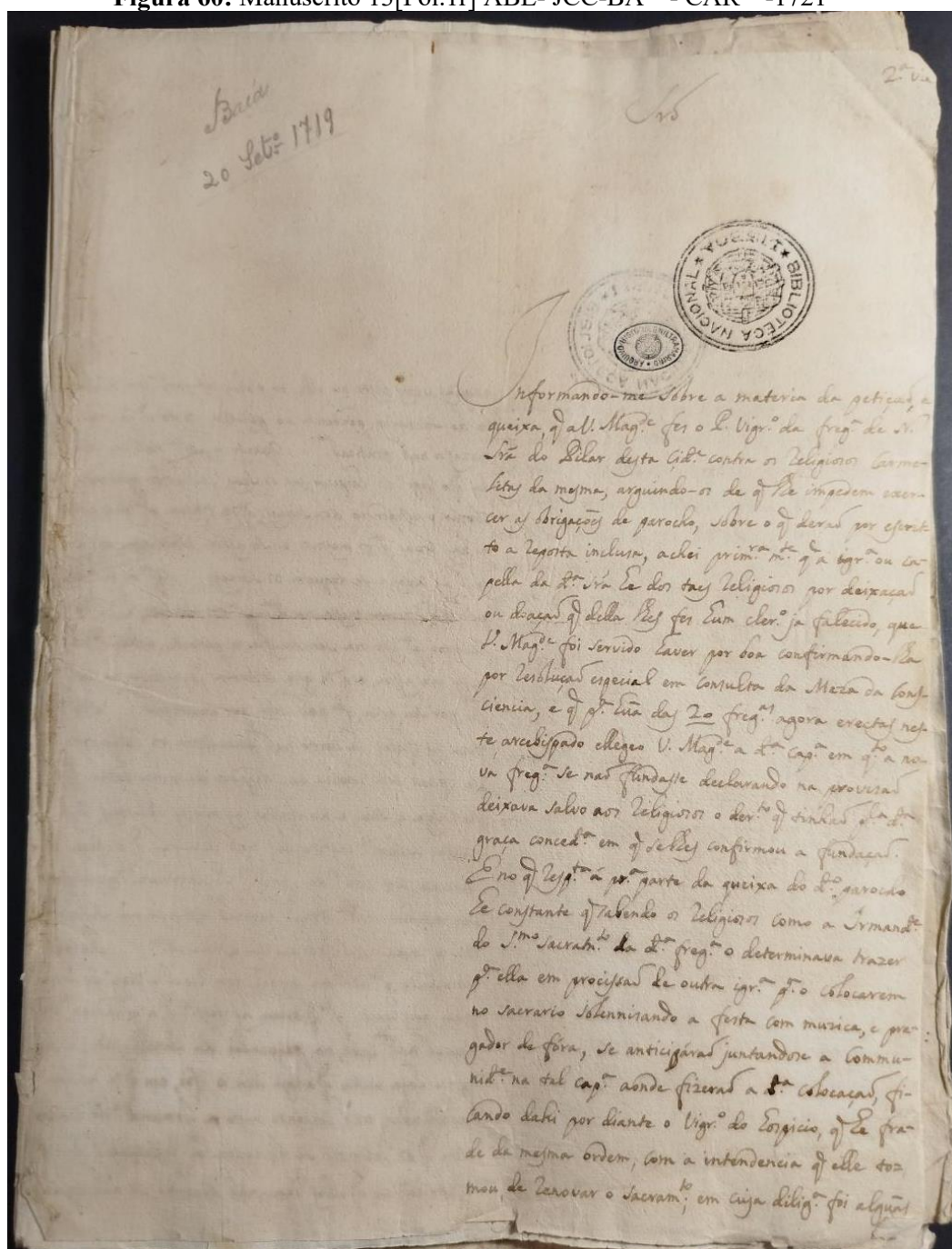
¹⁵⁰ Nesta carta de Caetano de Brito e Figueiredo enviada e assinada por ele, em 27 de julho de 1726, há uma resposta à provisão de 15 de janeiro de 1725 pela qual se estranha aos desembargadores da Relação por estes terem suspenso o ouvidor da comarca de Sergipe. Além disso, a qualidade da imagem digitalizada dificultou a leitura.

[Fólio 1v.]

Senhor¹⁵¹ | Pela Certidão incluza se faz manifesto ficar | executado, o *que Vossa Magestade* for servido ordenarme | por Provizaõ de quize de Ianeiro do Anno pre|zente; pela qual se estranha aos Dezebargadores | desta Relaçam o haverem suspenso, e privado do Car|go, e jurisdição ao Ouvidor da Comarca de Sir|gipe del Rey Manoel Martinz Falcato. *Vossa Magestade* | mandará o maes conveniente a seu Real serviço | Bahia 27 de Iulho de 1726 | Do Dezebargador Chanceler Caetano de Brito e Figueiredo

¹⁵¹ Há dois carimbos acima do texto. O primeiro é o do “arquivo de MARINHA E ULTRAMARA-BNL” e o segundo, em tamanho menor é o do “ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO”.

Figura 60: Manuscrito 13[Fol.1r] ABE- JCC-BA¹⁵²- CAR¹⁵³-1721¹⁵⁴



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

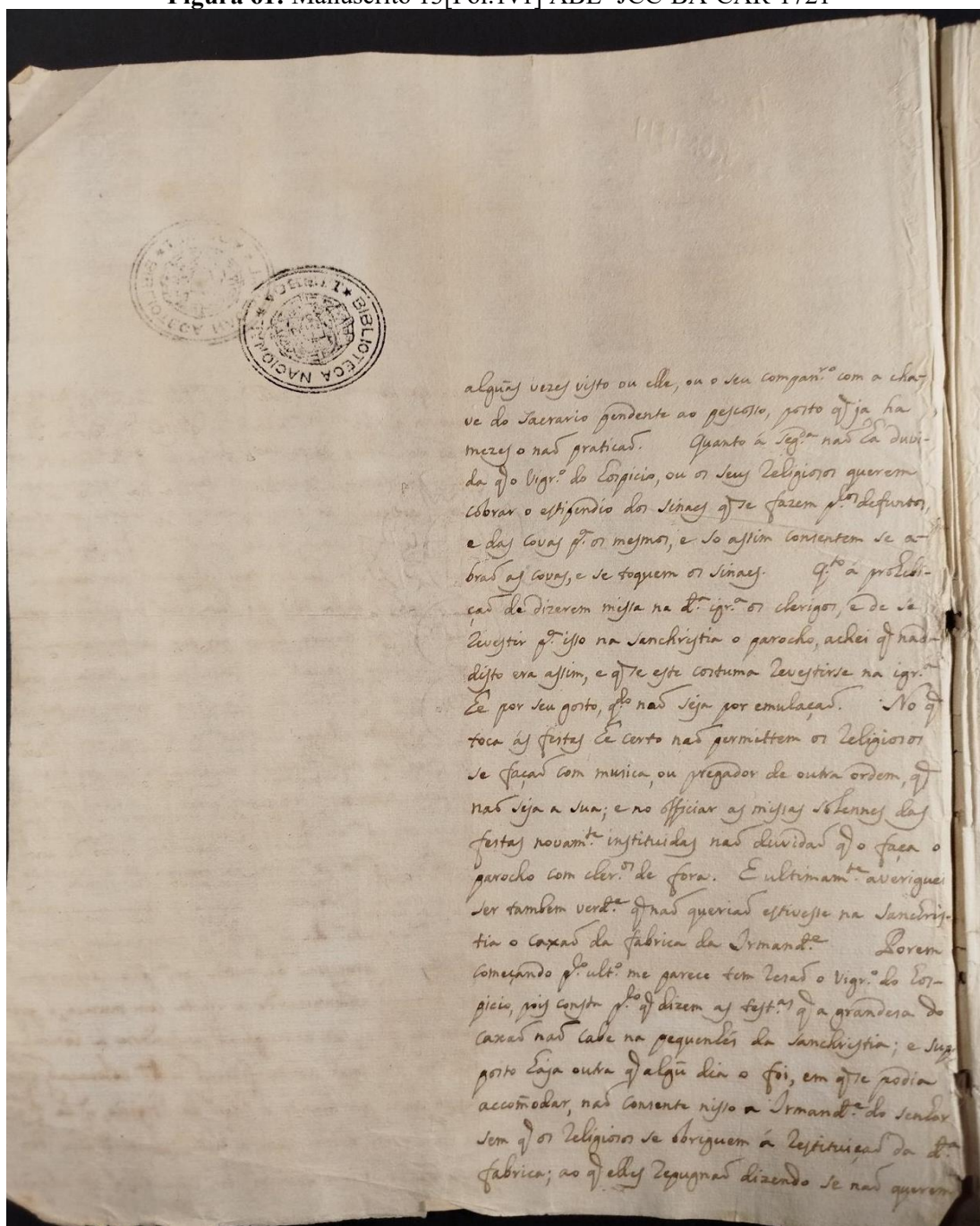
¹⁵² Código de identificação da carta: AHU_ACL_CU_005, Cx. 12, doc. 1052

¹⁵³ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link

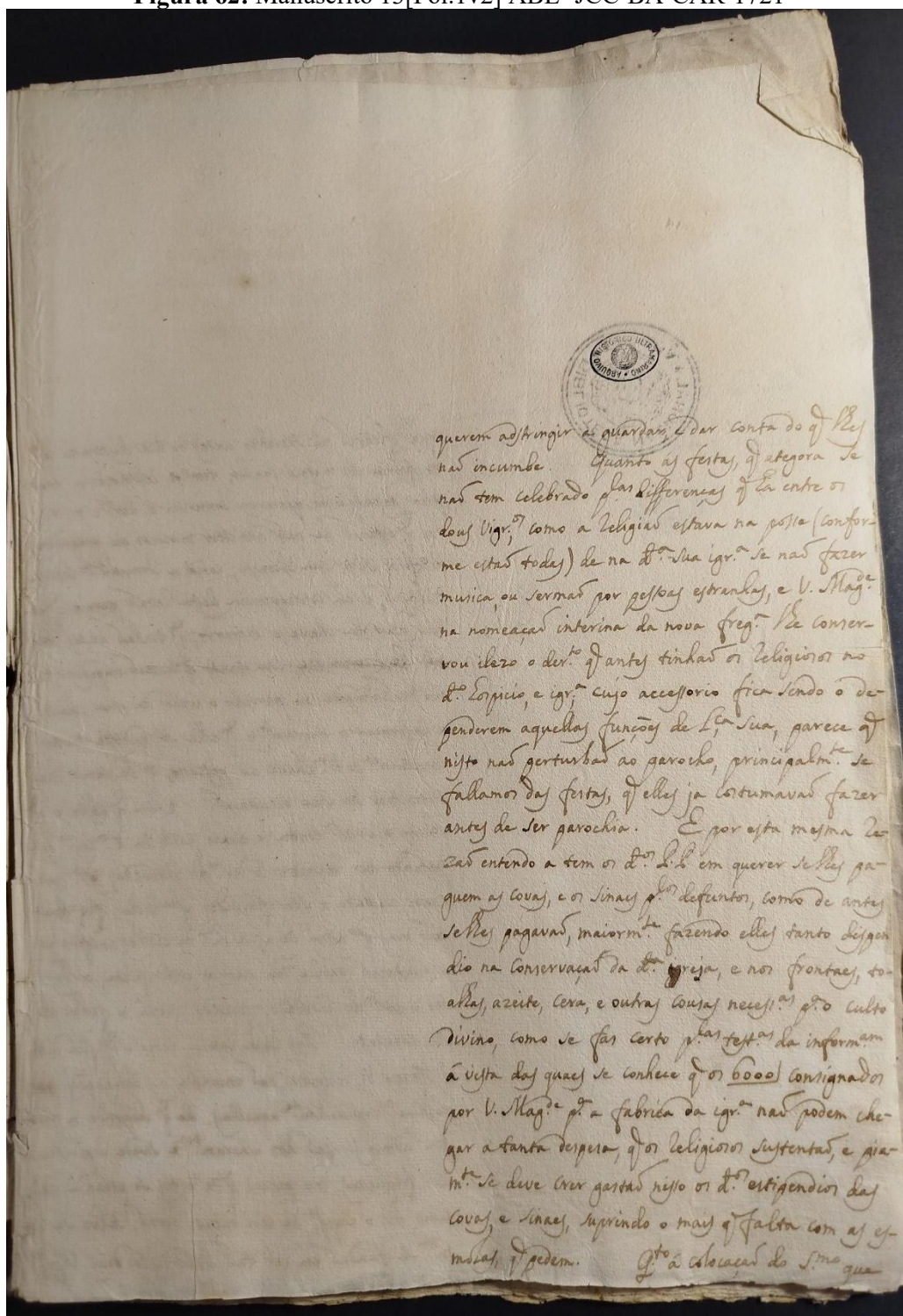
¹⁵⁴ Nesta carta do ouvidor da comarca da Bahia Joseph da Cunha Cardoso ao Rei (D. João V) há queixa do vigário da freguesia de Nossa Senhora do Pilar contra os religiosos carmelitas da mesma freguesia. Enviada e assinada pelo ouvidor, em 20 de setembro de 1719 2 fólios.

Figura 61: Manuscrito 13[Fol.1v1] ABE- JCC-BA-CAR-1721



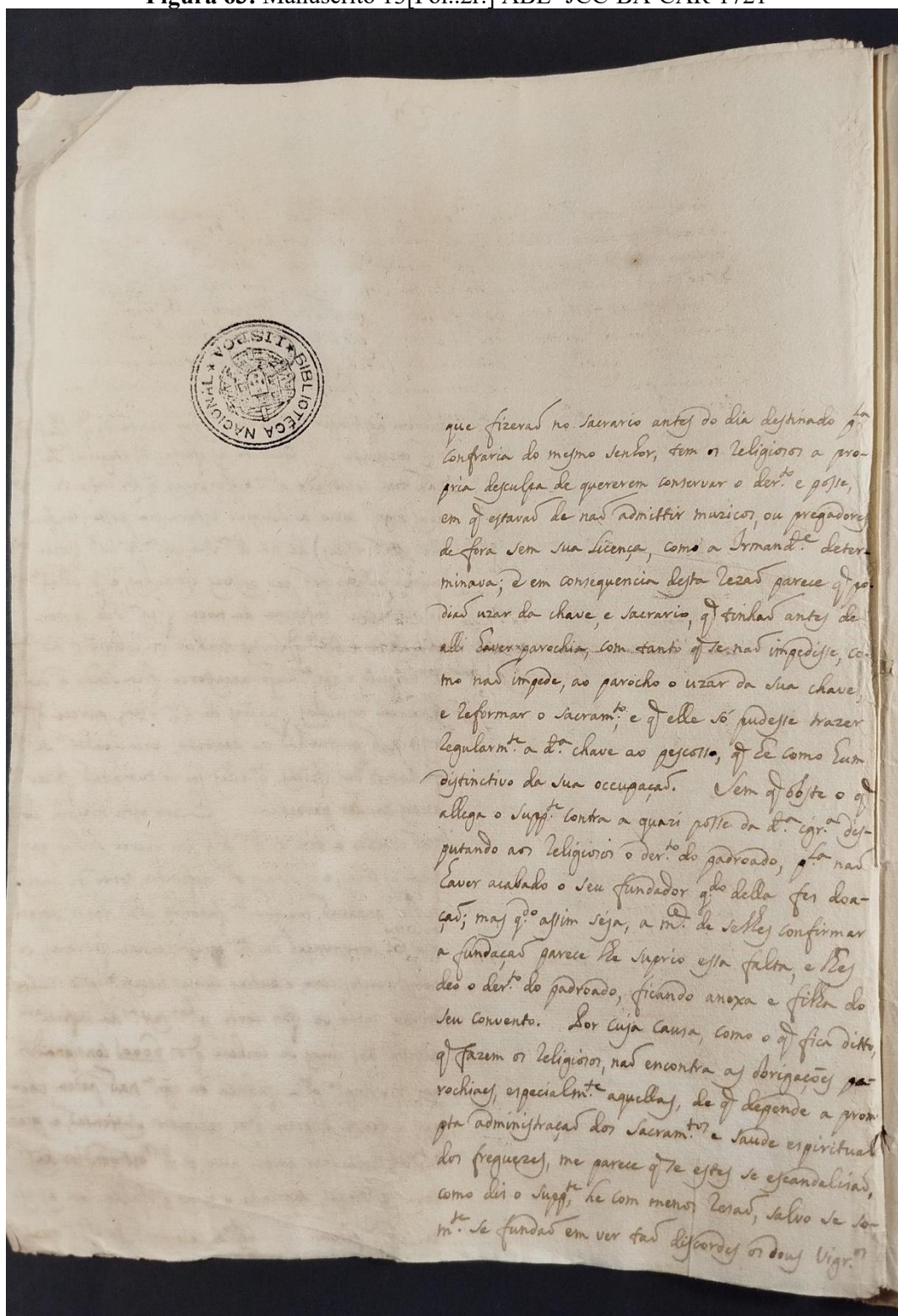
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

Figura 62: Manuscrito 13[Fol.1v2] ABE- JCC-BA-CAR-1721



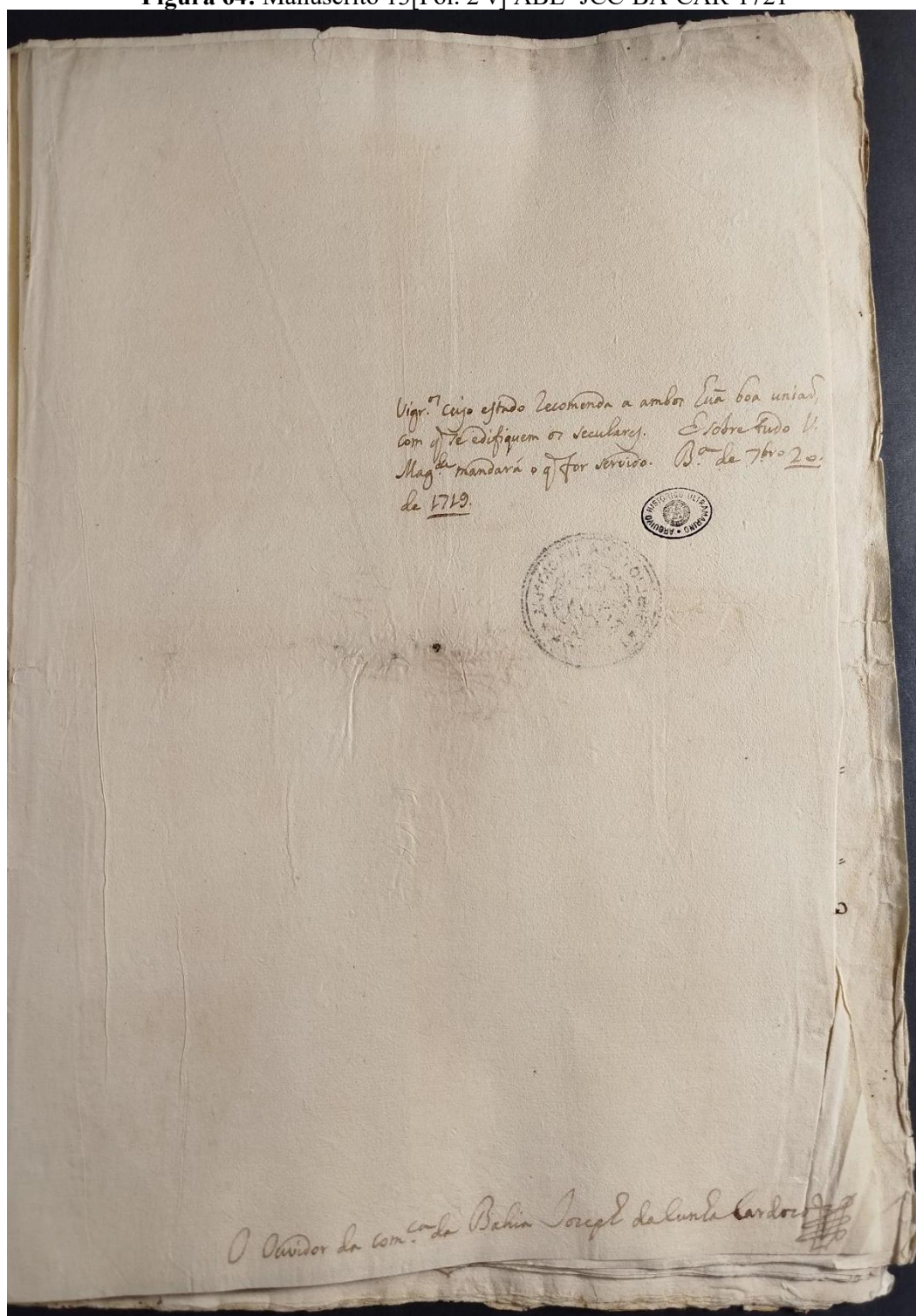
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

Figura 63: Manuscrito 13[Fol..2r.] ABE- JCC-BA-CAR-1721



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

Figura 64: Manuscrito 13[Fol. 2 v] ABE- JCC-BA-CAR-1721



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFMG.

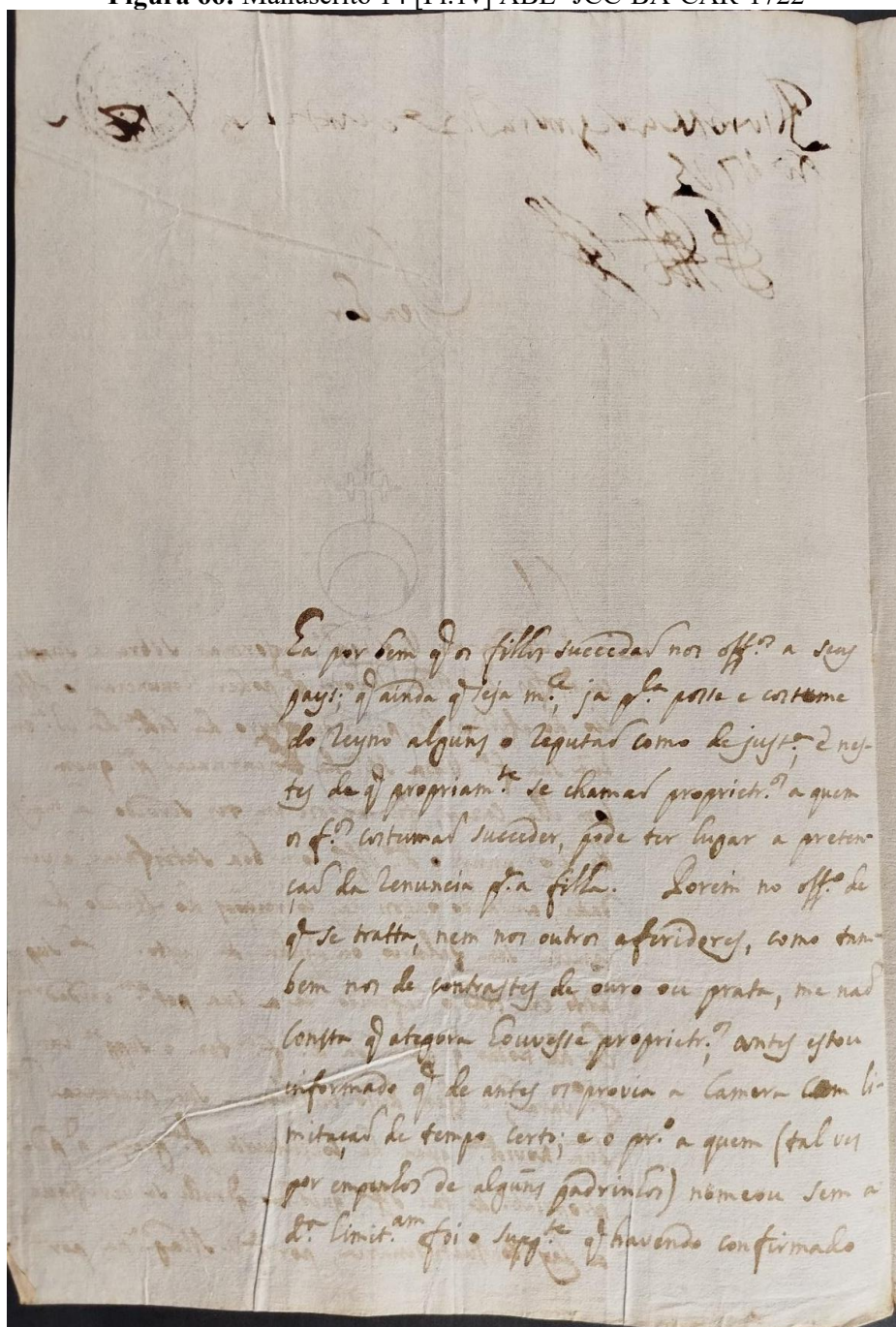
[Fólio 1r.]

Senhor¹⁵⁵ Informando-me sobre a materia da petição, e| queixa, *que* a Vossa Magestade fes o Padre Vigario da freguesia de Nossa| Senhora do Pilar desta çidade contra os Religiosos Carme-|litas da mesma, arguindo-os de *que* lhe impedem exer-|cer as obrigações de parochio, sobre o *que* deraõ por escrit|to a Resposta inclusa, achei primeiramente *que* a igreja ou ca-|pella da dita senhora he dos taes Religiosos por deixação| ou doação *que* della lhes fes hum clérigo ja falecido, *que*| Vossa Magestade foi servido haver por boa confirmando-lha| por Resolução especial em consulta da Meza da Cons-|ciencia, e *que* para huã das 20 freguesias agora erectas nes-|te arcebispado ellegeo Vossa Magestade a dita capela emquanto a no-|va freguesia se não fundasse declarando na provisão| deixava salvo aos Religiosos o direito *que* tinhaõ pela dita| graça concedida em *que* selhes confirmou a fundação. E no *que* Respeita à primeira parte da queixa do dito parochio| he constante *que* sabendo os Religiosos como a Irmandade| do santissimo sacramento da dita freguesia o determinava trazer| para ella em procissão de outra igreja para o collocarem| no sacrario solennizando a festa com muzica, e pre-|gador de fóra, se anticipáraõ juntandose a Commu-|nidade na tal capela aonde fizeraõ a dita colocação, fi-|cando dahi por diante o Vigario do hospicio, *que* elle fra-|de da mesma ordem, com a intendencia *que* elle to-|mou de Renovar o sacramento; em cuja diligencia foi alguã|| [Fol. 1v.] alguã vezes visto ou elle, ou seu companheiro com a cha-|ve do sacrario pendente ao pescosso, posto *que* ja ha| mezes o não praticaõ. Quanto á segunda não ha du-|vida *que* o vigario do hospicio, ou os seus Religiosos querem| cobrar o estipendio dos sinaes *que* se fazem pelos defuntos,| e das covas para os mesmos, e so assim consentem se a-|braõ as covas, e se toquem os sinaes. Quanto á prohibi-|ção de dizerem missa na dita igreja os clérigos, e de se| Revestir para isso na sanchristia o parochio, achei *que* nada disto era assim, e *que* se este costuma Revestirse na igreja| he por seu gosto, quando não seja por emulação. No *que*| toca ás festas he certo não permitem os Religiosos| se fação com musica, ou pregador de outra ordem, *que*| não seja a sua; e no officiar as missas solennes das| festas novamente instituidas não duvidaõ *que* o faça o| parochio com clérigos de fora. E ultimamente averigui| ser tambem verdade *que* não queriaõ estivesse na sancris-|tia o caxão da fabrica da Irmandade Porem| começando pelo ultimo me parece tem Resaõ o vigario do hos-|picio, pois consta pelo *que* dizem as testemunhas *que* a grandesa do| caxão não cabe na pequenhês da sanchristia; e sup-|posto haja outra *que* algũ dia o foi, em *que* se podia| accomodar, não consente nisso a Irmandade do senhor| sem *que* os Religiosos se obriguem à Restituição da dita| fabrica; ao *que* elles Repugnaõ dizendo se não querem|| [Fol. 2r.] querem adstringir a guardar, e dar conta do *que* lhes| não incumbe. Quanto ás festas, *que* ate gora se| não tem celebrado pelas differenças *que* ha entre os| dous vigarios, como a Religião estava na posse (confor-|me estaõ todas) de na dita sua igreja se não fazer| musica ou sermaõ por pessoas estranhas, e Vossa Magestade| na nomeação interina da nova freguesia lhe conser-|vou ilezo o direito *que* antes tinhaõ os Religiosos no| dito hospicio, e igreja, cujo accessorio fica sendo o de-|penderem aquellas funções de licença sua, parece *que*| nisto não perturbaõ ao parochio, principalmente se| fallamos das festas, *que* elles ja costumavaõ fazer| antes de ser parochia. E por esta mesma Re-|zaõ entendo a tem os ditos Padres em querer selhes pa-|guem as covas, e os sinaes pelos defuntos, como de antes| selhes pagavaõ, maiormente fazendo elles tanto dispen-|dio na conservação da dita igreja, e nos frontaes, to-|alhas, azeite, cera, e outras cousas necessarias para o culto| divino, como se fas certo pelas testemunhas da informaçam| à vista das quaes se conhece *que* os 6000 consignados| por Vossa Magestade para a fabrica da igreja não podem che-|gar a tanta despesa, *que* os Religiosos sustentaõ, e pia-|mente se deve crer gastaõ nisso os ditos estipendios das| covas, e sinaes, suprimindo o mais *que* falta com as es-|molas *que* pedem. Quanto à colocação do santissimo *que*|| [Fol. 2v.] *que* fizeraõ no sacrario

¹⁵⁵ Há dois carimbos da BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA e um do ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO.

antes do dia destinado pela| confraria do mesmo senhor, tem os Religiosos a pro-|pria desculpa de quererem conservar o *dereito* e posse, | em *que* estavaõ de não admittir musicos, ou pregadores| de fora sem sua licença, como a Irmandade deter-|minava; e em consequencia desta Rezaõ parece *que* po-|diaõ uzar da chave, e sacrario, *que* tinhaõ antes de| alli haver parochia, comtanto *que* se não impedisse, co-|mo não impede, ao parocho o uzar da sua chave,| e Reformar o sacramento, e *que* elle só pudesse trazer| Regularmente a dita chave ao pescosso, *que* he como hum| distinctivo da sua occupação. Sem *que* obste o *que*| allega o supplicante contra a quazi posse da dita igreja dis-|putando aos Religiosos o *dereito* do padroado, pela não| haver acabado o seu fundador *quando* della fes doa-|ção; mas *quando*, assim seja, a merce de selhes confirmar| a fundação parece lhe suprio essa falta, e lhes| deo o *dereito* do padroado, ficando anexa e filha do| seu convento. Por cuja causa, como o *que* fica ditto,| *que* fazem os Religiosos, não encontra as obrigações pa-|rochiaes, especialmente aquellas, de *que* depende a prom-|pta administração dos sacramentos e saude espiritual| dos freguezes, me parece *que* se estes se escandalisaõ,| como dis o supplicante, he com menor Resaõ, salvo se so-|mente se fundaõ em ver taõ discordes os dous vigarios|| [Fol. 3r.] Vigarios cujo estado Recomenda ambos huã boa uniaõ,| com *que* se edifiquem os seculares. E sobretudo Vossa| Magestade mandará o *que* for servido. Bahia de setembro 20. de 1719. | O Ouvidor da comarca da Bahia Joseph da Cunha Cardozo

Figura 66: Manuscrito 14 [Fl.1v] ABE- JCC-BA-CAR-1722



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFG.

Figura 67: Manuscrito 14 [Fol.2r] ABE- JCC-BA-CAR-1722



Confirmado por V. Mag.^{da} a d.^{ta} nomeação, pretende
 agora a m.^{te} da renúncia, suppondo-se já verda.^{da}
 proprieta.^{da} nome q^{ue} eu ainda lhe não dou, nem conto
 q^{ue} do tal off.^{to} pagasse novo de.^{to} e nelle se encar-
 tasse; donde infiro q^{ue} a d.^{ta} confirmação se deve
 de o segurar na nomeação, e serventia vitalicia, e
 não lhe confere o jus da Vigencia proprieta.^{da} ma-
 iorm.^{te} estando a Camera da R.^{ma} na posse q^{ue} tendo
 ditto. Esta he a duvida, q^{ue} se me offerece; sen-
 emb.^{ra} da qual V. Mag.^{da} mandará o q^{ue} for re-
 vido. V.^{to} do S.^{to} Fran.^{co} e de Agosto 25.^o de
1722.

O Aus.^{or} gal da Cam.^{ra} da R.^{ma} Joseph da Silva da Silva

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

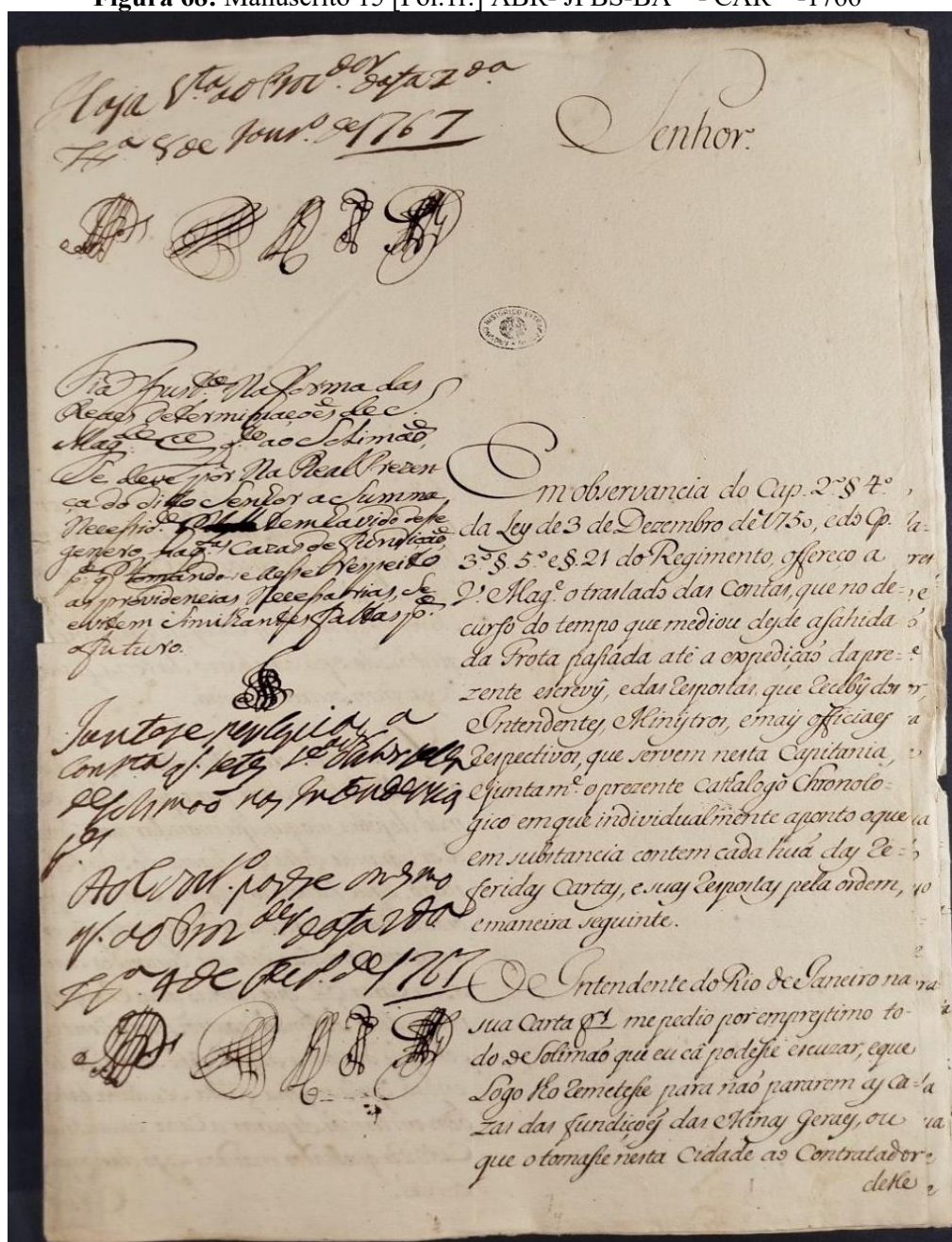
[Fólio 1r.]

Senhor¹⁵⁹ Manda-me Vossa Magestade informar sobre a suppli-|ca que fas Domingos goncalvez Tavora para poder Renunciar o offi-|cio de aferidor dos pezos de ferro da cidade da Bahia em| huã sua filha Rosa Maria da Encarnação para quem| com ella cazar, fundandose em ter servido ha mais| de 20. annos o dito officio com boa satisfação, e ver-|dade, andando outrosi nas correições do senado da| Camera sem salario, ou ajuda de custo. E sup-|posto em todo o Referido he a sua petiçam verdadeira| he de notar que alem da dita filha tem o supplicante hum| filho varaõ; e alem disso envolve a sua pretenção| huã novidade, qual de constituirse pela graça que pede,| proprietario do tal officio, querendo que nelle se verifique| a ley consuetudinaria, por que Vossa Magestade ha por|| [Fólio 1v.] há por bem que os filhos succedaõ nos officios a seus| pays; que ainda que seja merce, já pela posse e costume| do Reyno alguõs o Reputaõ como de justiça, e nes-|tes de que propriamente se chamaõ proprietarios a quem| os filhos constumaõ succeder, pode ter lugar a preten-|ção da Renuncia para a filha. Porém no officio de| que se tratta, nem nos outros aferidores, como tam-|bem nos de contrastes de ouro ou prata, me não| consta que ategora houvesse proprietarios, antes estou| informado que de antes os provia a Camera com li-|mitação de tempo certo; e o primeiro a quem (talves| por empenhos de alguõs padrinhos) nomeou sem a| dita limitaçam foi a supplicante que havendo confirmado|| [Fol. 1v.] confirmado por Vossa Magestade a dita nomeação, ¹⁶⁰pretende| agora a merce da Renuncia, suppondose ja verdadeiro| proprietario, nome que eu ainda lhe não dou, nem consta| que do tal officio pagasse novos dereitos e nelle se encar-|tasse; donde infiro que a dita confirmação so deve| de o segurar na nomeação, e serventia vitalicia, e| não lhe confere o jus da Rigorosa propriedade, ma-|iormente estando a Camera da Bahia na posse que tenho| ditto. Esta he a duvida, que se me offerece; sem| embargo da qual Vossa Magestade mandará o que for ser-|vido. Vila de saõ Francisco e de Agosto 28. de| 1722. | O Ouvidor geral da comarca da Bahia Ioseph da Cunha Cardoso

¹⁵⁹ Há dois carimbos acima do texto, mas no primeiro há mancha, o que impede a sua identificação. O segundo é do Arquivo Histórico Ultramarino.

¹⁶⁰ Há dois carimbos acima do texto no verso do fólio. O primeiro está com tinta apagada e o segundo é do Arquivo Histórico Ultramarino. Além disso, também há indicação de contraste deficiente e tinta repassada.

Figura 68: Manuscrito 15 [Fol.1r.] ABR- JFBS-BA¹⁶¹- CAR¹⁶²-1766¹⁶³



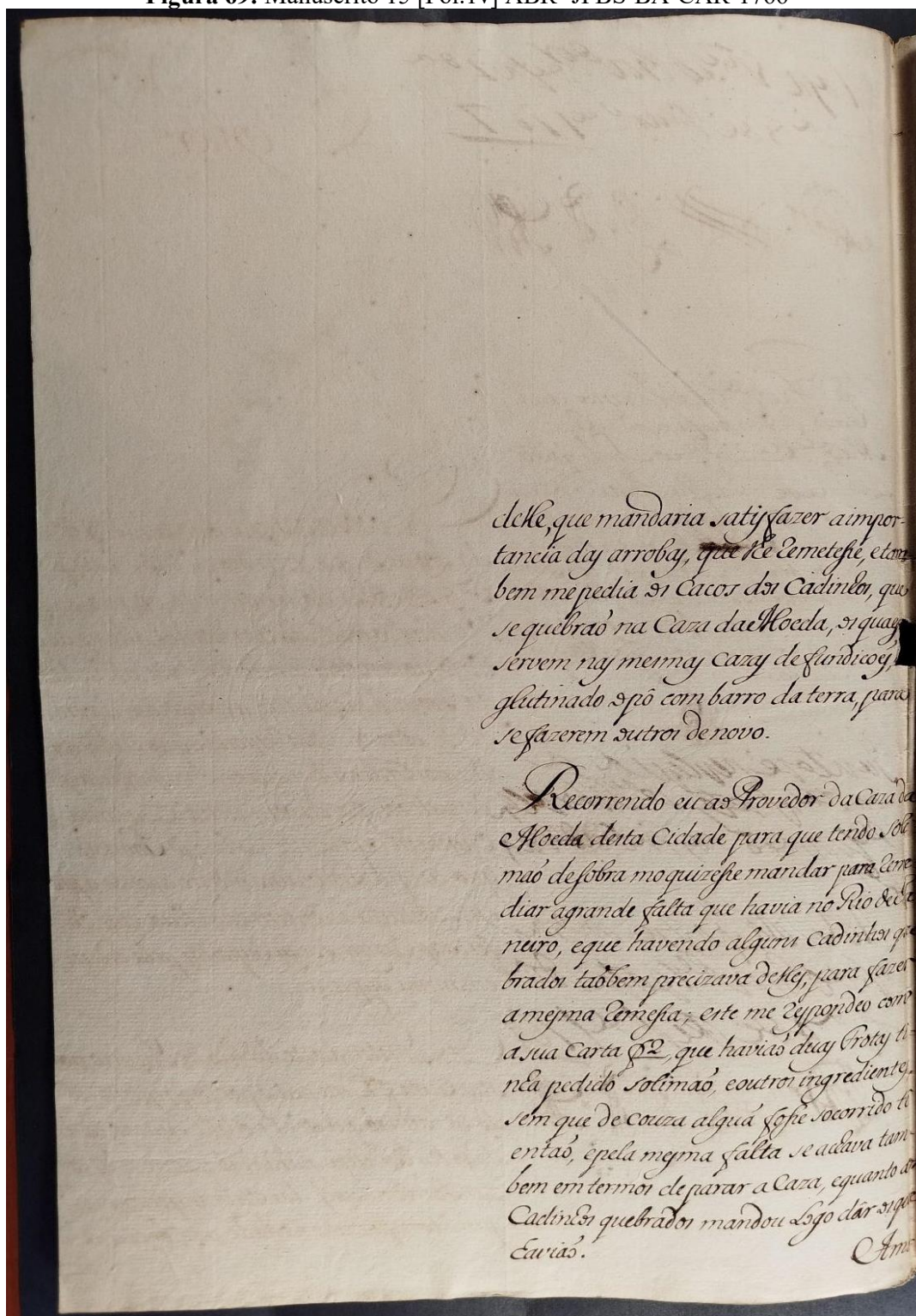
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFMG.

¹⁶¹ Código de identificação da carta: AHU_ACL_CU_005, Cx. 157, D. 11958.

¹⁶² Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link ou acessar diretamente no site do Projeto Resgate Barão do Rio Branco em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&pesq=Jo%C3%A3o%20Ferreira%20Bittencourt%20e%20S%C3%A1%20e%20hf=resgate.bn.gov.br&pagfis=97779 Acesso em 26 de Outubro de 2025.

¹⁶³ Nesta carta assinada e enviada por João Ferreira Bittencourt e Sá em 28 de julho de 1766 endereçada ao Rei D. José, há um informe sobre o traslado da contas e respostas que foram dadas pelos intendentes e Ministros, bem como um informe sobre o traslado da Conferencia do Ouro da Casa da Moeda.

Figura 69: Manuscrito 15 [Fol.1v] ABR- JFBS-BA-CAR-1766



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFMG.

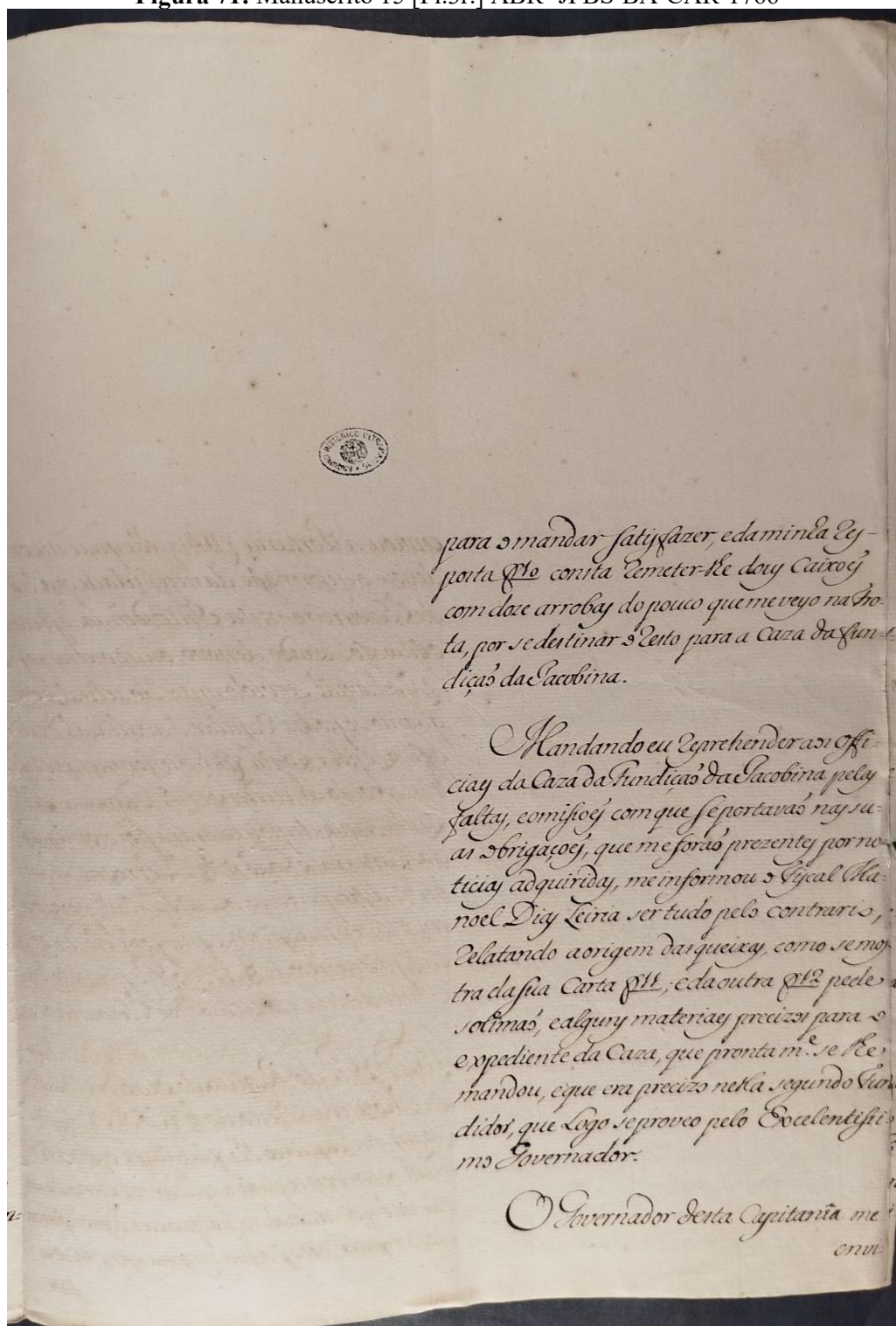
Figura 70: Manuscrito 15 [Fol.2r.] ABR- JFBS-BA-CAR-1766

que havia nella de Solimão, por se citar a-
cabando o que havia, e eu fêz Emetij huã ar-
reba para se hir Zemediando, te que do Reyno
me viesse socorro, o que hê constante da minha
Resposta 86, que acompanhou a Emetija.

O Fiscal Antonio Coutinho Bar-
raday, pela sua Carta 87 me expõem a mes-
ma necessidade de Solimão, por não haver
avida recebido o que fêz Emetij, pedindo que
fêz Zemediasse ao menos oito Livras para que
não parasse o expediente da Casa, até haver
ocazião de fêz mandar mayor quantidade.

O Intendente do Rio de Janeiro
Joze Mauricio da Silva, e freitas pela sua
Carta 88, e pela outra 89 me pediu que o
socorresse com toda a quella porção de Soli-
mão que eu cá podesse creazar, e que no caso
de ter vindo algum dos Contractadores o man-
dasse tomar, e fêz Zemediasse com os fêz preço
para

Figura 71: Manuscrito 15 [Fl.3r.] ABR- JFBS-BA-CAR-1766



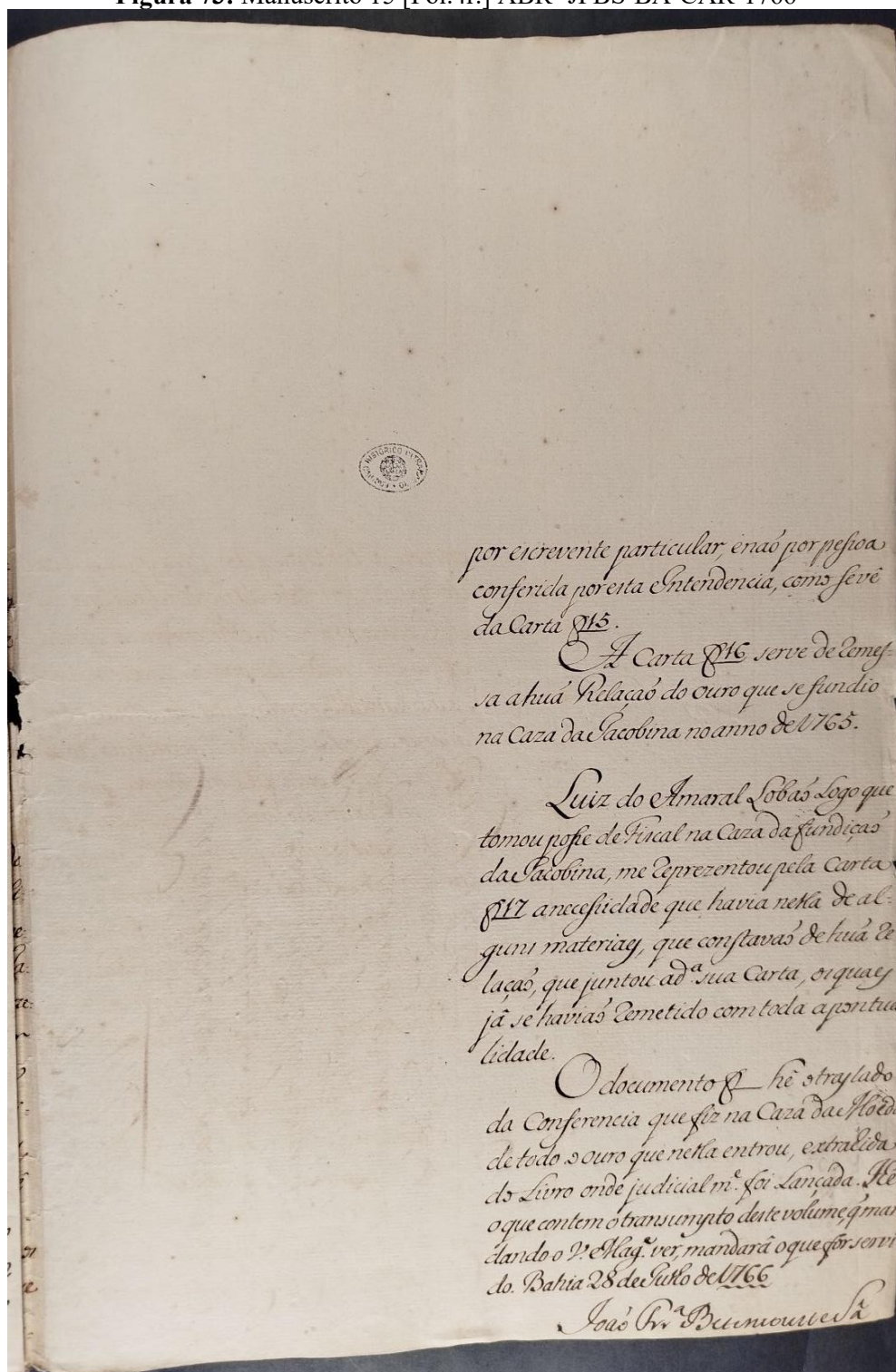
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFMG.

Figura 72: Manuscrito 15 [Fl.3v.] ABR- JFBS-BA-CAR-1766

enviou a Portaria 113, pela qual me or-
 denou e informasse da necessidade que há
 de Secoureiro nesta Intendencia, e este
 officio foi criado de novo, ou se outroy pes-
 soa, e havia's servido antes do actual, e em
 quanto se podia regular a avaliação de dito
 officio, e pela Cópia 114 e informes, que ha-
 via servido antecedentemente. Francisco Alz.
 Lima, e que depois entrara por nomeação
 da Camara e João Alz. Ferreira, enon-
 hum deley percebo, ou actualm^e percebe
 emolumento algum, e que fora creado em
 cumprimento do S. 11. do Regimento da
 Intendencia no título dos Secourieros.

O Fel do Registo do ouro de Vobos
 da e Moritiba Antonio Alz. de Araújo
 e Vobos, me requereu se facultasse poder ter
 hum excrevente para ajudar na escripta, ao
 que não foi attendido, por parecer de necessidade,
 e dever fazer por si a sua magna escripta, ou
 p. 20

Figura 73: Manuscrito 15 [Fol.4r.] ABR- JFBS-BA-CAR-1766



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

[Fólio 1r.]

Senhor.¹⁶⁴ | Em observancia do capítulo 2º §4º,| da Ley de 3 de Dezembro de 1750, e do
 Capitulo| 3º §.5º e §.21 do Regimento, offereço a| *Vossa Magestade* o traslado das contas, que
 no de-|curso do tempo que mediou desde a sahida| da Frota passada até a expedição da pre-
 |zente escrevý, e das Respostas, que Recebý dos| Intendentes, Ministros, e mais officiaes|
 Respectivos, que servem nesta capitania,| e juntamente o prezente cathalogo chronolo-|gico em
 que individualmente aponto o que| em substancia contem cada huã das Re-|feridas cartas, e suas
 Respostas pela ordem,| e maneira seguinte.| O Intendente do Rio de Ianeiro na| sua carta *folha*1
 me pedio por emprestimo to-|do o solimaõ que eu cá podesse escuzar, e que| logo lho Remettesse
 para não pararem as ca-|zas das fundições das Minas Geraes, ou| que o tomasse nesta cidade ao
 contratador| delle|| [Fol 1v.] delle, que mandaria satisfazer a impor-|tancia das arrobas, que lhe
 Remettesse, e tam-|bem me pedia os cacos dos cadinhos, que| sequebraõ na caza da Moeda, os
 quaes| servem nas mesmas casas de fundições, [a]|glutinado o pó com barro da terra, para|
 sefazerem outros de novo.| Recorrendo eu ao Provedor da caza da| Moeda desta cidade para que
 tendo soli-|maõ de sobra moquisesse mandar para Reme-|diar a grande falta que havia no Rio
 de Ia-|neiro, e que havendo alguns cadinhos que-|brados taõbem precisava delles, para fazer| a
 mesma Remessa; este me Respondeo com| a sua carta *folha*2, que haviaõ duas Frotas ti-|nha
 pedido solimaõ, e outros ingredientes, |sem que de couza alguã fosse socorrido té| entaõ, e pela
 mesma falta se achava tam-|bem em termos de parar a caza, e quanto aos| cadinhos quebrados
 mandou logo dar os que| haviaõ.| A mi=|| [Fl. 2r.] A minha carta *folha*3 acompanhou| a Remessa
 que fiz ao Intendente do Rio de Ia-|neiro de quatro arrobas de solimaõ por empres-|timo do
 pouco que havia nesta Intendencia, e| outras quatro, e huã libra, que secompraraõ| por maõ dos
 particulares, e foi o que unicamente| se achou, e nenhum na maõ do Contractador,| que dice
 nunca tal genero tivera, pela pouca| sahida, e extracção que delle sefazia neste| paíz|.O mesmo
 Intendente pela sua| carta *folha*4 me certifica que havia Recebido| o solimaõ, e cadinhos, de
 cuja Remessa veyo| hum conhecimento em forma para deso-|briga doThezoureiro desta
 Intendencia, e| semandou satisfazer o que se havia compra-|do pela Real Fazenda de *Sua*
Magestade.| O Fiscal da caza da fundição da| Iacobina Luiz de Andrade Preto, pela sua| carta
*folha*5, me expôs a grande necessidade| que|| [Fol. 2r.] que havia nella de solimaõ, por se estar
 a-|cabando o que havia, e eu lhe Remetý huã ar-|roba para se hir Remediando, té que do Reyno|
 me viesse socorro, o que hé constante da minha| Resposta *folha*6, que acompanhou a Remessa.|

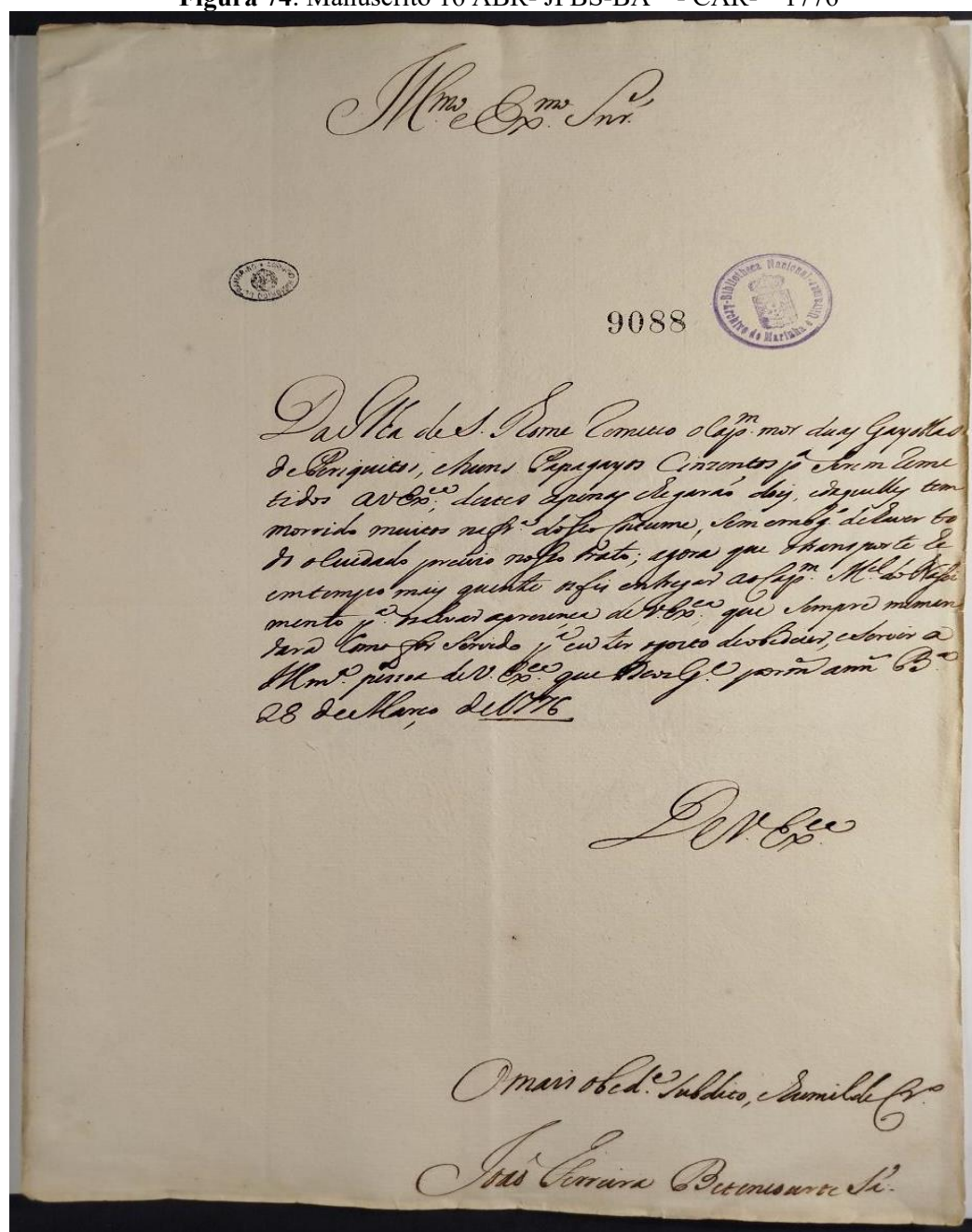
¹⁶⁴ Há o carimbo do ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO em todos os fólhos do manuscrito e todos parcialmente possuem tinta apagada.

O Fiscal Antonio Coutinho Bar-radas, pela sua carta folha7 me expõem a mes-ma necessidade de solimaõ, por não haver| ainda Recebido o que lhe Remetý, pedindo que| lhe Remediasse ao menos oito livras, para que| não parasse o expediente da Caza, até haver| occasiaõ delhe mandar mayor quantidade.| O Intendente do Rio de Ianeiro| Iozé Mauricio da Gama, e Freitas pela sua carta folha8, e pela outra folha9 me pedio que o| socorresse com toda aquela porção de soli-maõ que eu cá podesse escuzar, e que no cazo| de ter vindo algum aos contractadores o man-dasse tomar, e lho Remettesse com o seo preço| para|| [Fol. 3r.] para o mandar satisfazer, e da minha Res-posta folha10 consta Remeter-lhe dous caixões| com doze arrobas do pouco que me veyo na Fro-ta, por se destinar o Resto para a casa da fun-dição da Iacobina.| Mandando eu Reprehender aos Off-ciaes da casa da Fundição da Iacobina pelas| faltas, e omissoes com que seportavaõ nas su-as obrigações, que meforaõ presentes por no-ticias adquiridas, meinformou o Fiscal Ma-noel Dias Leiria ser tudo pelo contrario,| Relatando a origem das queixas, como semos-tra da sua carta folha11; e da outra folha12 pede| solimaõ, e alguns materiaes precisos para o| expediente da caza, que prontamente se lhe| mandou, e que era preciso nella segundo Fun-didor, que logo seproveo pelo Excelentissi-mo Governador.| O Governador desta capitania me| envi-|| [Fol. 3v.] enviou a Portaria folha13, pela qual me or-denou o informasse da necessidade que há| de Thezoureiro nesta Intendencia, e se este| officio foi creado de novo, ou se outras pes-soas o haviaõ servido antes do actual, e em-quanto se podia Regular á avaliação do ditooficio, e pela copia folha14 o informey, que ha-via servido antecedentemente Francisco Gonçalvez| Lyma, e que depois entrara por nomeação| da Camara Ioaõ Alvarez Ferreyra, e nen-hum delles percebeo, ou actualmente percebe| emolumento algum, e que fora creado em| cumprimento do §.11. do Regimento da| Intendencia no titulo dos Thezoueiros.| O Fiel do Registo do ouro de Saõ Pedro| da Moritiba Antonio Alvarez de Araujo| Soares, me Requereo lhe facultasse o poder ter| hum escrevente para o ajudar na escripta, ao| que não foi attendido, por parecer desnecessario,| e dever fazer por sy a sua mesma escripta, ou| por|| [Fólio 4r.] por escrevente particular, e não por pessoa| conferida por esta Intendencia, como se vê| da Carta folha15.| A Carta folha16, serve de Remes-sa a huã Relação do ouro que sefundio| na caza da Iacobina no anno de 1765.| Luiz do Amaral Lobaõ logo que| tomou posse de Fiscal na caza da fundição| da Iacobina, me Representou pela carta| folha17 a necessidade que havia nela de al-guns materiaes, que constavaõ de huã Re-lação, que juntou a dita sua carta, os quaes| já se haviaõ Remetido com toda a pontua-lidade.| O documento folha ¹⁶⁵ hé o traslado da conferencia que

¹⁶⁵ Espaço deixado em branco pelo *scriptor*.

fiz na caza da Moeda| de todo o ouro que nella entrou, extrahida do livro onde judicialmente
foi lançada. Hé| o que contem o transumpto deste volume, *que* man|dando-o *Vossa Magestade*
ver,| mandará o que for servi-|do. Bahia 28 de Iulho de 1766| Joaõ Ferreira Betencourt e Sá

Figura 74: Manuscrito 16 ABR- JFBS-BA¹⁶⁶- CAR-¹⁶⁷1776¹⁶⁸



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

¹⁶⁶ Código de identificação da carta: AHU_ACL_, Cx. 49 Doc. 9088- 9089.

¹⁶⁷ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link ou acessar diretamente no site do Projeto Resgate Barão do Rio Branco em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_CA&pesq=Jo%C3%A3o%20Ferreira%20Bittencourt%20e%20S%C3%A1%20%20&hf=resgate.bn.gov.br&pagfis=23977 Acesso em 26 de Outubro de 2025.

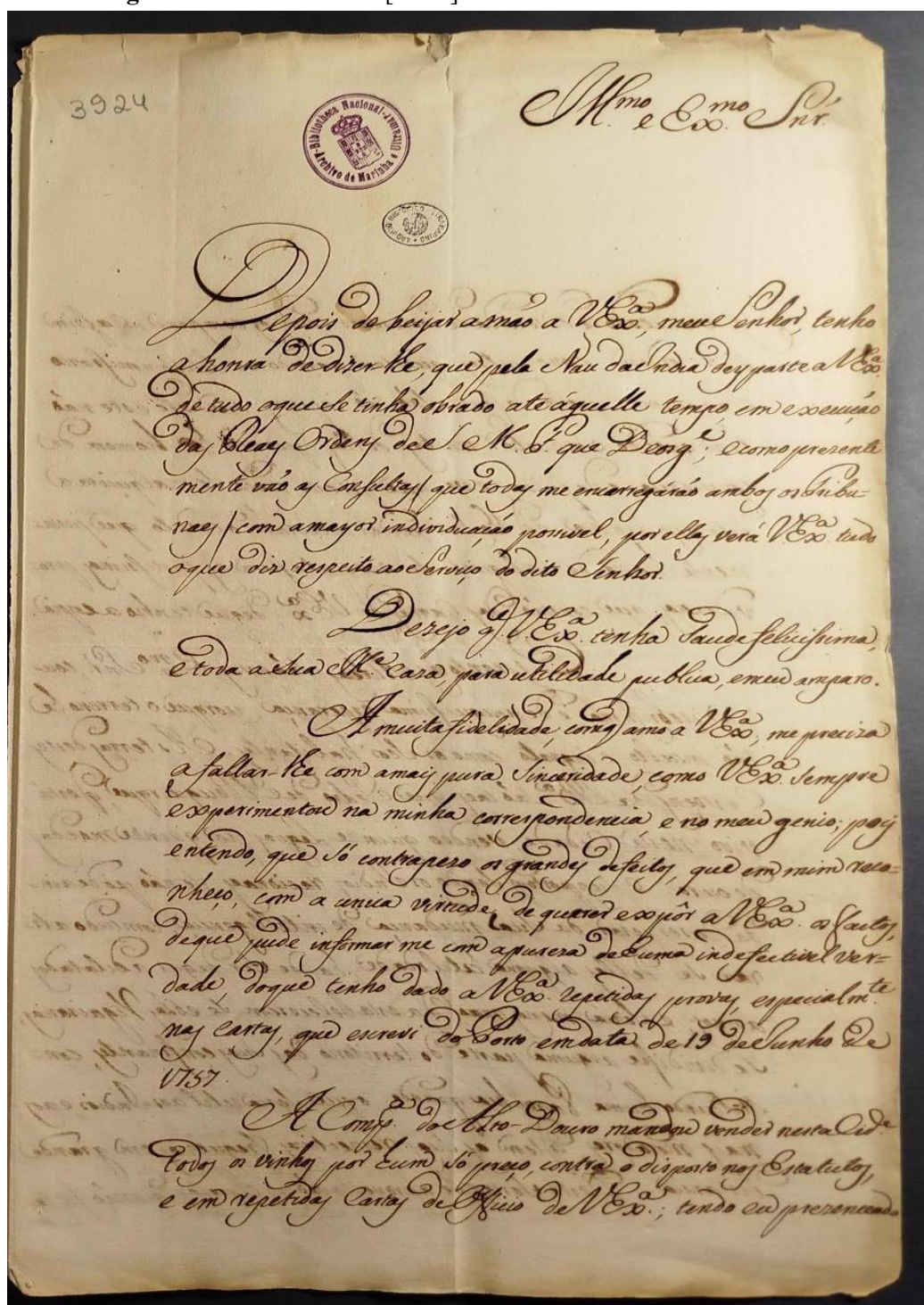
¹⁶⁸ Carta do desembargador intendente geral do ouro João Ferreira Bittencourt e Sá para Martinho de Mello e Castro, na qual informa sobre a remessa de gaiolas com periquitos e papagaios cinzentos que havia recebido da Ilha de S. Thomé. Foi escrita e assinada por ele, em 28 de março de 1776 e há apenas um fôlio.

[Fólio 1r.]

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor*¹⁶⁹ | Da Ilha de São Thome Remeteo o *Capitam* mor duas Gayollas | de Periquitos, e huns Papagayos Cizentos *para* serem Remetidos a *Vossa Excelencia*, destes apenas chegaraõ dois, e daquelles tem | morrido muitos na *forma* do seo Costume, sem embargo de haver to|do o cuidado preciso no seo trato; agora que o transporte he | em tempo mais quente os fis entregar ao *Capitam* Manoel do Nasci|mento *para* os levar a prezença de *Vossa Excelencia*, que sempre meman|dara como for servido *para* eu ter o posto de obecer, e servir a | *Illustrissima* pessoa de *Vossa Excelencia* que Deos *Guarde* por muitos annos *Bahia* | 28 de Março de 1776. | De *Vossa Excelencia* | O mais obediente subdito, e humilde Criado | João Ferreira Betencourt e Sá.

¹⁶⁹ Há dois carimbos acima do texto. O primeiro, em formato redondo e tamanho menor é do ARQUIVO ARCHIVE DE MARINHA e ULTRAMAR B.N. Ambos estão com tinta apagada. E entre eles há a numeração 9088 (provável carimbo).

Figura 75: Manuscrito 17 [Fl.1r.] ABR- JMPCM-BA¹⁷⁰- CAR¹⁷¹-1758¹⁷²



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

¹⁷⁰ Código de identificação da carta: AHU_ACL_CU_005, Cx. 21 Doc. 3924.1

¹⁷¹ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link ou

¹⁷² Carta de Joseph Mascarenhas Pacheco de Mello para Thomé Joaquim da C. Corte Real, em que se refere á venda dos vinhos da Compahia do Alto Douro, “á criação” das Vigarias, aos Jesuítas, á produção dos engenhos “dássucar”.

Figura 76: Manuscrito 17 [Fl.1v.] ABR- JMPCM-BA-CAR-1758

pobreza, que elles direm nasce principalmente de se não haer
 o preço do açúcar, e de se qualificarem nos exames da Santa
 as suas diferenças mais por partido, e empenho, que por zelo
 de interessado, e recto, cuja verdade eu não posso examinar, por
 não ter y. i.º o ordem, que ahi não era difficilissimo o denotari-
 la, visto q. todas as duvidas consistam em factos bem palpaveis.

Alguns pensam q. não se quem foras, ou por uma
 refutada malintenção, ou por ignorancia, que a verdadeira Politi-
 ca se anima da probidade, e boa fé, espalhando a d.ºy annos
 uma voz geral, de que toda a pessoa, que fizesse alguma repre-
 sentação ao R.ºy, ou a V.ª Ex.ª, expozesse q. não é util alguma das
 determinações, em que intendo a M.ª da Inspeccão, e de
 se remellido para a Lisboa, e castigado severam.

Como se, que esta voz / semelhante a de jurar-
 va a principio os meus Administradores da Com.ª do Porto / não
 contraria a p.ª Intenção do R.ºy, e a prudentissima Dec.ª
 de V.ª Ex.ª, pois tirando inteiramente a liberdade redurem a Com.ª
 a summa consternação, me pareceo, que devia com pura fide-
 lidade dizer a V.ª Ex.ª, que esta gente se contenta com serem
 ouvidos, e com saberem ao menos que nas Nas não os se q. re-
 querimentos p.ª a forte, ainda quando nunca se R.ºy desira, como
 ja disse das Camaras do Porto, e V.ª Ex.ª o experimentou, e expe-
 ro, que ainda o experimento met.ºy.º off.º, quando o tempo

Figura 77: Manuscrito 17 [Fol. 2r.] ABR- JMPCM-BA- CAR-1758


 foyta, e que de outro modo se convertem em huma grande pen-
 sã p.^a a Fazenda Real.

Os Seruitas estão no mayor Socego, e Cumilla,
 que he possível: Bem poderã isto ser affectado, porém nesta
 Capitania não pode haver temor, de que fação a menor perturba-
 ção no Estado: pois nem tem hoje partido, nem forças capazes
 p.^a isso. Quanto a Aldeas do Sul, não posso ainda dizer cau-
 da alguma, sem passar ao Rio de Janeiro, o que não devo fazer
 antes da chegada da Frota, segundo a expressa Ordem de
 S.^a M.^a combinada a Carta de 18 de Mayo expedida
 ao V. Rey do Estado com a que se me dirigio em data de
 26 do mesmo me.^s

Pelos respectos a esta Cid.^e he o clima excellenti-
 e conserva ainda no seu Recôncavo quasi 180 Engenhe-
 ros, que poderão produzir cada anno 400 M arrobas de açúcar, e mandar
 p.^a o Reino mais de 10 M caixas, além de tres ou quatro mil
 fechos, e outras tantas casax: Mas os Senhores destes Engenhe-
 ros não todos empenhadissimos: sendo parte da causa o demaria-
 do Lusso, que antigamente dizem, que houve nesta Cidade; po-
 rém hoje rarissimos vivem nella, e todos pretendem pretextar
 a sua ruina com dizerem, que todos os generos de Rey vendem ca-
 rissimos, como também os Pretos, concorrendo muito p.^a isso o com-
 prarem nos fiados, não Rey permitindo ao contrario a sua pobreza

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

Figura 78: Manuscrito 17 [Fl. 2v.] ABR- JMPCM-BA-CAR- CAR-1758

pobreza, que ellej dizem nasce principalmente de ser m^{to} buio
 o preço dos acucary, e de se qualificarem nos exames da Junta
 as suas differenças mais por partido, e empenhos, que por zelo
 de interese, e recto, cuja verdade eu não posso examinar, por
 não ter p^o i. p^o oidem, que alijs não em difficuldade o denotri-
 la, visto q^e todas as duvidas consistam em factos bem palpaveis.

Alguns poucos q^e não sey quem forão, ou por alguma
 refinada malicia, ou por ignorancia, que a verdadeira Politi-
 ca se anima da probidade, e boe se espalharia da duy annos
 alguma voz geral de que toda a povoação, que fizesse alguma repre-
 sentação ao R^o M^o, ou a V^o Ex^o, expondo q^e não se util alguma das
 determinações, emq^e intende a N^{ra} da das p^oças, e a de
 ser remettido p^oro a Lisboa, e castigado severam.

Como sey, que estas vozes / similitant^{es} as de q^uora-
 vis a principio os mais Administradores da Comp^o do Porto / são
 contrarias ás p^oas Intenções de S^o M^o e as prudentissimas Ideas
 de V^o Ex^o, pois tirando inteiram. a liberdade, reduzem o Com^o
 a summa consternação, me pareceo, que devia com pura fideli-
 dade dizer a V^o Ex^o, que estas gentes se contentão com serem
 ouvidos, e com laborem ao menos, que na N^{ra} não os sey de
 querimento p^o a forte, ainda quando nunca se M^o desira, como
 ja disse das Camaras do Porto, e V^o Ex^o o experimentou, e equi-
 vo, que ainda o experimente melhor p^o o futuro, quando o tempo

[Fólio 1r.]

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor*¹⁷³ | Depois de beijar a mão a *Vossa Excelencia*, meu Senhor, tenho | a honra de dizer-lhe, que pela Nau da India dey parte a *Vossa Excelencia* | de tudo o que se tinha obrado ate áquelle tempo, em execução | das Reaes Ordens de *Sua Magestade Fidelissima* que Deos *guarde*, e como prezent[e] | mente vão as consultas (que todas me encarregarão ambos os Tribu- | naes) com a mayor individuação possível, por ellas verá *Vossa Excelencia* tudo | o que diz respeito aos serviço do dito senhor. | Dezejo que *Vossa Excelência* tenha saude felicissima, | e toda a sua *Ilustre* caza, para utilidade publica, e meu amparo. | A muita fidelidade, com que amo a *Vossa Excelencia*, me precisa a fallar-lhe com a mais pura sinceridade, como *Vossa Excelencia* sempre | experimentou na minha correspondencia, e no meu genio; pois | entendo, que só contrapezo os grandes defeitos, que em mim raco- | nheço com a unica virtude de querer expôr a *Vossa Excelencia* os factos, | de que pude informar me com a pureza de huma indefectivel ver- | dade, do que tenho dado a *Vossa Excelencia* repetidas provas, especialmente nas cartas, que escrevi do Porto em data de 19 de Junho de 1757. | A *Companhia* do Alto-Douro mandou vender nesta cidade | todos os vinhos por hum só preço, contra o disposto nos Estatutos, | e em repetidas cartas de Officio de *Vossa Excelencia*; tendo eu prezenceado | [Fol. 1v.] prezenceado a diversidade de preços, porque os comprou; e assim | esta ordem, como outras, que tem passado ao seu Commissario | Ioaquim Ignacio da Cruz, são tão injustas, que até este não | tem querido executar muitas dellas; porque he homem de | eminencia, e de juizo; e ve, que por este modo se malqueira a | dita *Companhia*, e que lhe faz perder inteiramente o credito, que justa- | mente havia de conseguir, se executassem as justissimas pro- | videncias, que constão das cartas de *Vossa Excelencia*, de que tenho a copia. | Quanto ás Aldeas são estas, *Excelentissimo Senhor*, cou- | za pobrissima, e de pouquissima esperança; porque o terreno he | tão inculto, e ingrato, como os seos habitantes. As terras destes | certoens da *Bahia* são taes, que Pedro de Albuquerque, que está | vivo nesta Cidade, vendeo quinze legoas por quinze moedas | de ouro: e supposto que sendo os Indios racionaes, se não pôde ain- | da desesperar da sua mudança de intelligencia, com tudo ati- | rar-se delles alguma utilidade, ha-de ser daqui a dilatados | annos; e será menos mau, que a estabelecerem-se estas Vigairarias, | se dividisse alguma parte do territorio das suas confinantes, con- | stituindo huma Parochia grande, o que seria util aos Indios, e aos | mais moradores, que tem as suas respectivas freguezias em grande | distancia. Desta sorte se aproveitavão as Igrejas, que estão feitas | [Fol. 2r.] feitas, e que de outro modo se convertem em huma grande pen- | são para a Fazenda Real. | Os Iezuitas estão no mayor socego, e humildade, | que he possível: Bem poderá isto ser affectado; | porem | nesta | Capitania não pode haver temor, de que fação a menor perturba- | ção no Estado; pois nem tem hoje partido, nem forças capazes | para isso. Quanto às Aldeas do Sul, não posso ainda dizer cou- | za alguma, sem passar ao Rio de Ianeiro; o que não devo fazer | antes da chegada da Frota, segundo as expressas Ordens de | *Sua Magestade* combinada a carta de 18 de Mayo expedida | ao *Vice Rey* do Estado com a que se me dirigio em data de | 26 do mesmo mes. | Pelo que respeita a esta cidade he o clima excellente, | e conserva ainda no seu Recôncavo quazi 180 Engenhos, que | poderão produzir cada anno 400 mil arrobas de açúcar, e mandar | para o Reino mais de 10 mil caixas, alem de tres ou quatro mil | fechos, e outras tantas caras: mas os Senhores destes Engenhos | estão todos empenhadissimos; sendo parte da cauza o demazia- | do luxo, que antigamente dizem, que houve nesta cidade; po- | rem hoje rarissimos vivem nella, e todos pertendem pretextar | a sua ruina com dizerem, que todos os generos selhes vendem ca- | rissimos, como tambem os Pretos, concorrendo muito para isso o com- | prarem-nos fiados, não lhes permittindo o contrario a sua pobreza | [Fol. 2v.] pobreza, que elles dizem nasce principalmente

¹⁷³ Há acima do texto dois carimbos. Um oval do “ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO” e o outro tem formato circular é do “ARCHIVO DE MARINHA E ULTRAMAR BIBLIOTECA NACIONAL”.

de ser *muíto* baix[o] o preço dos açucares, e de se qualificarem nos exames da Junta as suas diferenças mais por partido, e empenhos, que por zelo| desinteressado, e recto, cuja verdade eu não posso examinar, po[r] não ter *para* isso ordem; que aliás não era difficultoso o descobri-la, visto *que* todas as duvidas consistem em factos bem palpaveis. Algumas pessoas, *que* não seý quem forão, ou por huma refinada malevolencia, ou por ignorarem que a verdadeira Política se anima da probidade, e boa fé espalharão ha dous annos| huma voz geral, de que toda apessoa que fizer alguma Repre-zentação a *Sua* Magestade, ou a *Vossa Excelencia* expondo *que* não he util alguma das determinaçoens, em que intende a Meza da Inspecção, ha-de| ser remettido prezo a Lisboa, e castigado severamente. | Como sey, que estas vozes (semelhantes às de *que* uza-vão a principio os maos Administradores da *Companhia* do Porto)| são| contrarias às pias Intençoens de *Sua* Magestade e às prudentissimas Ideas| de *Vossa Excelencia*; pois tirando inteiramente a liberdade reduzem os homẽs| a summa consternação, me pareceo, que devia com purafideli-dade dizer a *Vossa Excelencia*, que estas gentes se contentão com serem| ouvidos, e com saberem ao menos, que nas Naos vão os seos re-querimentos *para* a Corte, ainda quando nunca selhes defira, como| ja disse das Camaras do Douro, e *Vossa Excelencia* o experimentou; e espe-ro, que ainda o experimente melhor *para* o futuro, quando o tempo|| [Fol. 3r.] o tempo lhe for mostrando a indefectivel verdade, com *que* sempre| o informey. | Perdoe *Vossa Excelencia* a minha sinceridade; mas obri-ga me a ella o meu grande affecto á Sagrada Pessoa de *Sua* Magestade, e a *Vossa Excelencia* seu incomparavel Ministro; discorrendo, *que* só ama de veras a *Vossa Excelencia*, quem lhe diz sem rebuço a verdade,| pois se expoem a talvez desagradar; e perder muito dos seos in-teresses; e quem lizongêa, leva certa a sua fortuna ainda *que* inconstante; e por segurar esta, ate pode obrigar a que não acer-tem os discursos mais elevados, se forem falsos os factos, sobre *que* quizerem estabelecer as suas altas ideias. | Não digo mais, porque me não toca, e somente seguro| a *Vossa Excelencia*, que em ponto de expor a vida pelo serviço do Soberano,| e de informar a verdade despida de enfeites sem reparar em amor,| ou odio, e infelizes, ou desgraçados, me não ha de exceder nunca| nenhum dos vassallos mais honrados de El Rey Nosso Senhor| Eu tenho conseguido a mais robusta saude, e estou| prompto *para* tudo, quanto *Sua* Magestade me ordenar, e em *que* *Vossa Excelencia* quizer dar-me| a gloria de eu no meu *particular* lhe obedecer, o *que* sempre farey com o mais pro-fundo respeito. Deus guarde a *Vossa Excelencia* muitos annos Bahia 23 de Dezembro| de 1758. | De *Vossa Excelencia* O mais fiel Captivo e obrigadissimo Criado *que* lhe beija a Mão| Joseph Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello

No 23 de Port. 20/1/58
 Dr. Wm. Shackleton & Co. 1/2
 N.Y.



[Fólio 1r.]

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor¹⁷⁷| Depois de beijar a mão a Vossa Excelencia, meu Senhor, tenho| honra de dizer-lhe, que pela Nau da India dey parte| a Vossa Excelencia de tudo o que se tinha obrado ate àquelle ¹⁷⁸tempo,| em execução das Reaes Ordens de Sua Magestade Fidelissima que Deos| guarde: e como presentemente vão as Consultas¹⁷⁹ (que ¹⁸⁰todas me| encarregarão¹⁸¹ ambos os Tribunaes)¹⁸² com a mayor individuação| possivel, por ellas verá Vossa Excelencia tudo o que diz respeito ao| serviço do dito Senhor.| Dezejo, que Vossa Excelencia tenha saude felicissima, e| toda a sua Illustre caza para utilidade publica, e meu amparo.| Eu tenho conseguido a mais robusta saude; e estou prompto| para tudo, quanto Sua Magestade meordenar, e em que Vossa Excelencia qui-|zer dar me a gloria, de eu no meu particular lhe obedecer,| o que sempre farey com o mais profundo respeito. Deos guarde| a Vossa Excelencia muitos annos Bahia 23 de Dezembro de 1758.| Illustrissimo e Excelentissimo Senhor| De Vossa Excelencia beijo a Mão| O mais fiel criado, e obrigadissimo Captivo| Joseph Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello.|| [Fol. 1v.] Bahia 23 de Desembro de 1758| Do Ouvidor Ioze Mascarenhas Pereira etcetera. ¹⁸³| nº iº

¹⁷⁷ Há acima do texto dois carimbos. Um oval do “ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO” e o outro tem formato circular é do “ARCHIVO DE MARINHA E ULTRAMAR BIBLIOTECA NACIONAL”.

¹⁷⁸ Há um sinal acima da primeira letra do vocábulo que se assemelha ao diacrítico “’”.

¹⁷⁹ Há borrão que não impede a leitura.

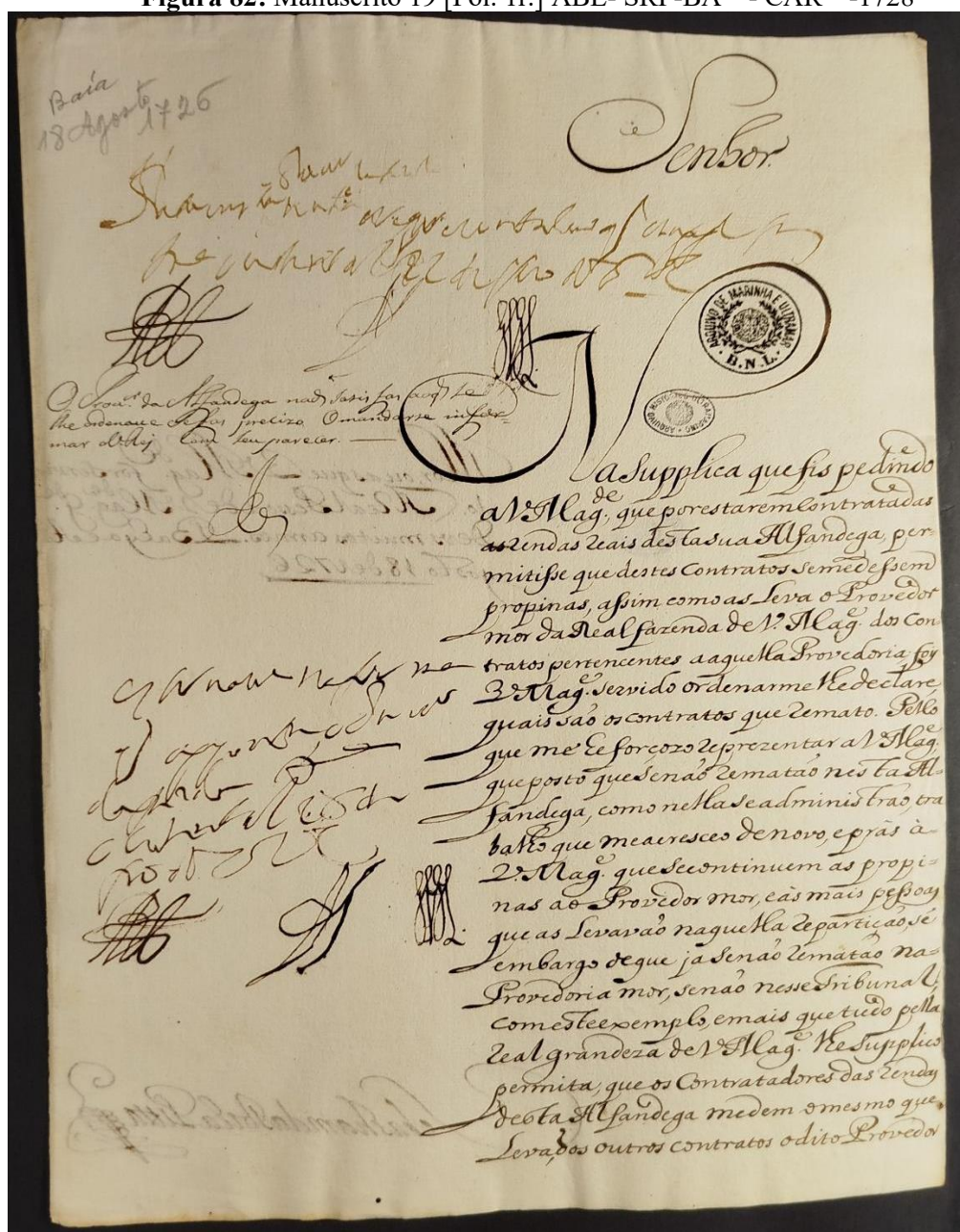
¹⁸⁰ Há um traço que se assemelha ao “ ”.

¹⁸¹ Há um traço acima da segunda letra “a” do vocábulo que se assemelha ao diacrítico “’” e há outro traço sobre o ditongo “ao” no mesmo vocábulo que inferimos ser o diacrítico “~”.

¹⁸² Há um traço que se assemelha ao símbolo “ ”.

¹⁸³ Há outro carimbo do “ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO” que está com tinta levemente apagada.

Figura 82: Manuscrito 19 [Fol. 1r.] ABE-SRP-BA¹⁸⁴-CAR¹⁸⁵-1728¹⁸⁶



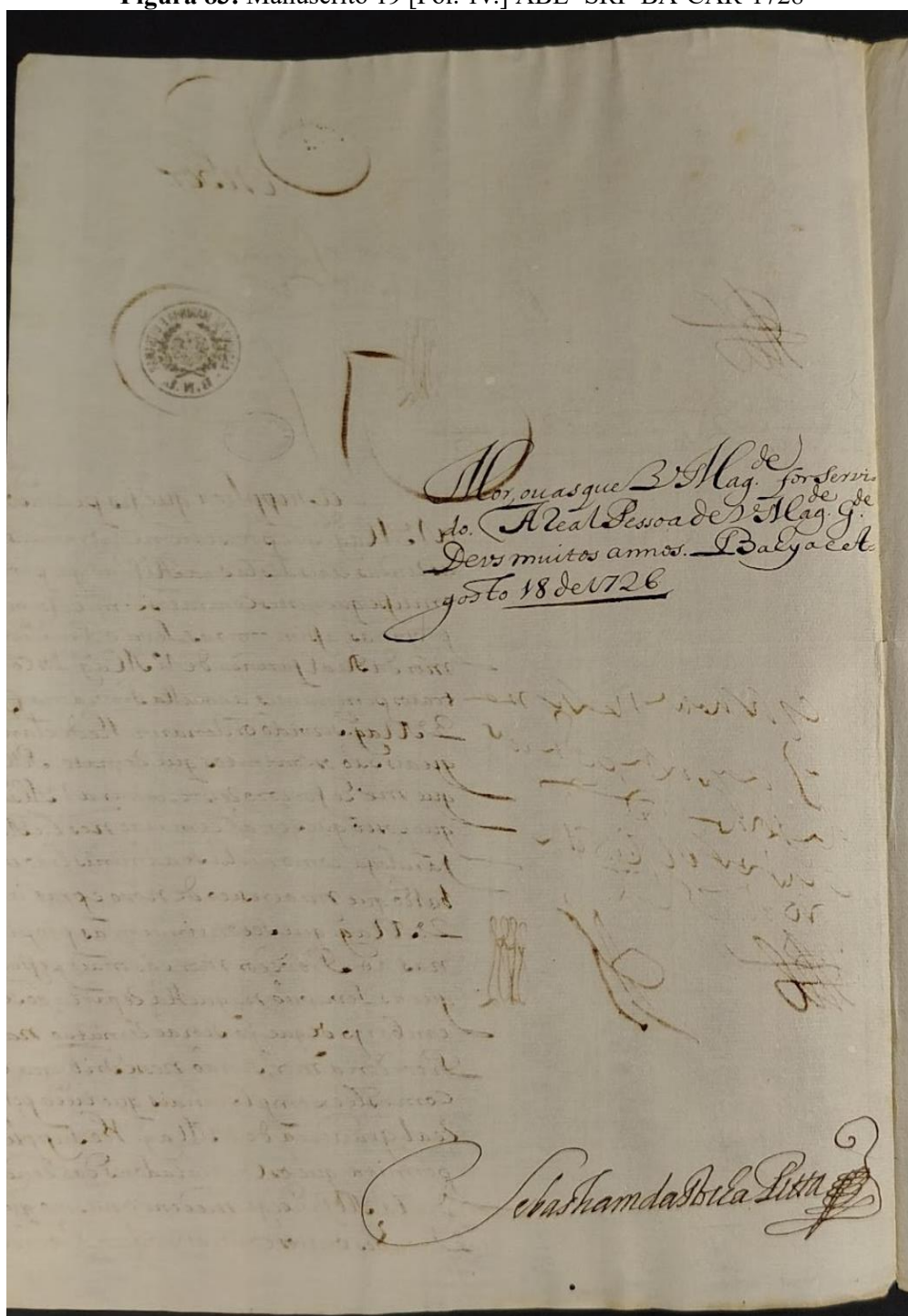
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

¹⁸⁴ Código de identificação da carta: AHU_ACL_CU_005, Cx. 28 Doc. 2523.

¹⁸⁵ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link ou acessar diretamente o site do Projeto Resgate Barão do Rio Branco: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&pesq=SEBASTI%C3%83O%20DA%20ROCHA%20PITA%20&hf=resgate.bn.gov.br&pagfis=17787 Acesso em 15 de Outubro de 2025.

¹⁸⁶ Carta de Sebastião da Rocha Pita ao rei D. João V sobre as propinas na arrematação dos contratos da alfândega. Contém 2 fôlios ao total e escrita distribuída em colunas.

Figura 83: Manuscrito 19 [Fol. 1v.] ABE- SRP-BA-CAR-1728



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

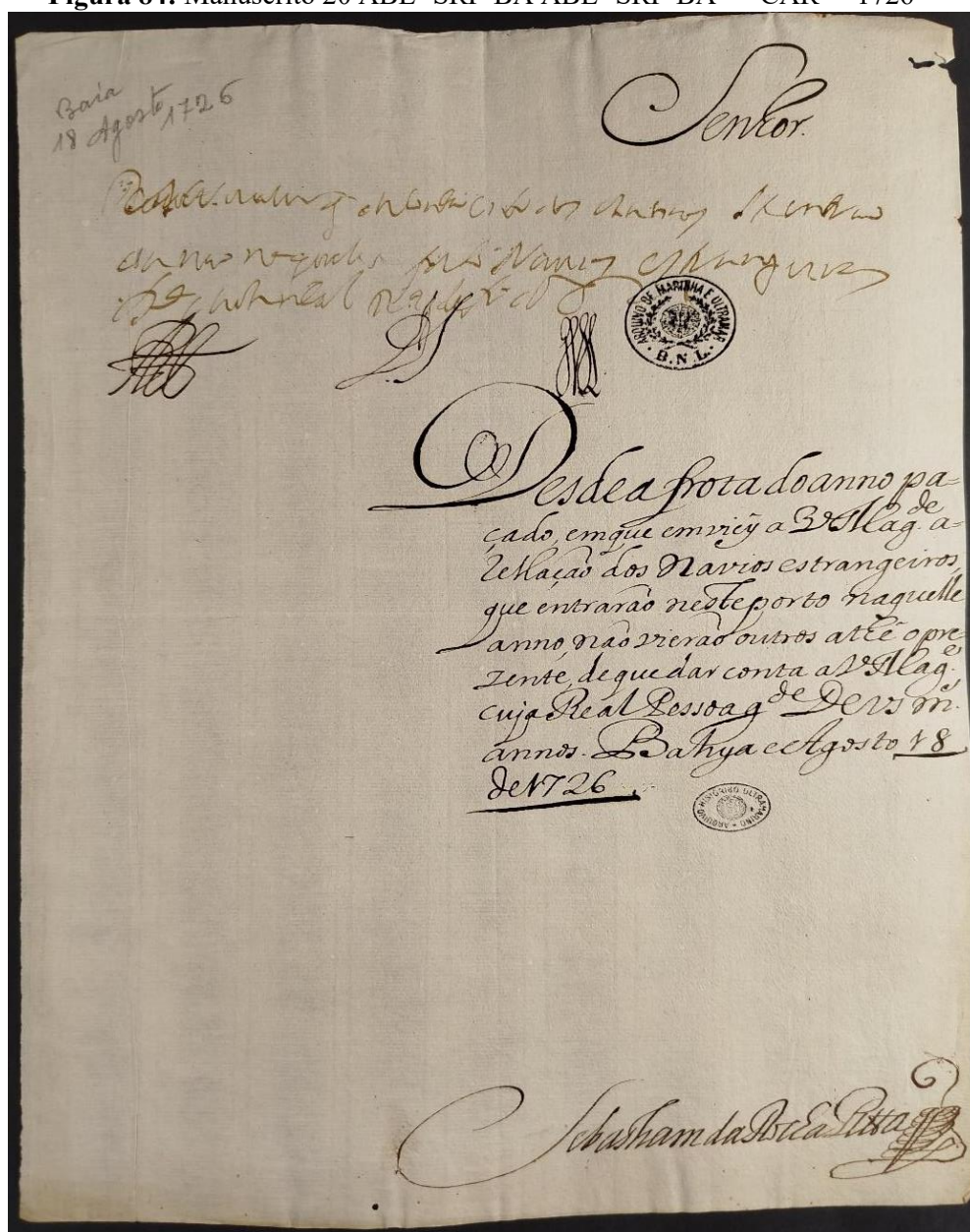
[Fólio 1r.]

Senhor¹⁸⁷ Na Supplica que fis pedindo A *Vossa Magesta* de, que por estaremos Contratadas as rendas reais desta sua Alfandega, per-¹⁸⁸mitisse que destes Contratos semedessem propinas, assim como as leva o Provedor mor da Real fazenda de *Vossa Magestade* dos Contratos pertencentes a aquella Provedoria; foy *Vossa Magestade* servido ordenarme lhe declare quais são os contratos que remato. Pello- que me he forçozo representar a *Vossa Magestade* que posto que senão rematão nesta Al-fandega, como nella se administraõ, tra-balho que meacereceo denovo, e prás à- *Vossa Majestade* que se continuem as propi-nas ao Provedor mor, e às mais pessoas que as levavaõ naquela repartição, sê embargo de que ja se não rematão na- Provedoria mor, -senaõ nesse Tribunal Com este exemplo, e mais que tudo pella Real grandeza de *Vossa Magestade* lhe Supplico permita que os Contratadores das rendas desta Alfandega medem o mesmo que Levaõ os outros contratos o dito Provedor|| [Fol. 1v.] Mor ou as que *Vossa Magestade* for servi-do. A Real Pessoa de *Vossa Magestade* Guarde Devs muitos annos. Bahya A-gosto 18 de 1728. Sebastiam da Rocha Pita

¹⁸⁷ O texto está abaixo de dois carimbos. O primeiro tem formato redondo e é do “ARQUIVO DE MARINHA E ULTRAMAR” enquanto o segundo possui formato oval e é do “ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO.”

¹⁸⁸ Há nas linhas 3, 12, 15, 16, 20 ao lado da última letra da linha, dois traços horizontais paralelos que se assemelham ao sinal “=”.

Figura 84: Manuscrito 20 ABE- SRP-BA ABE- SRP-BA¹⁸⁹- CAR¹⁹⁰-1726¹⁹¹



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFMG.

¹⁸⁹ Código do documento no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU): AHU_ACL_CU_005, Cx. 28 Doc. 2524

¹⁹⁰ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link ou acessar diretamente o site do Projeto Resgate Barão do Rio Branco: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&pesq=SEBASTI%C3%83O%20DA%20ROCHA%20PITA%20&hf=resgate.bn.gov.br&pagfis=17791 Acesso em 25 de Outubro de 2025.

¹⁹¹ Carta do provedor-mor da alfândega da cidade da Bahia, Sebastião da Rocha Pita ao rei D. João sobre a relação dos navios estrangeiros que entraram neste porto. Há texto escrito em uma única coluna no lado direito do *recto* do fôlio.

[Fólio 1r.]

Senhor ¹⁹² Desde a frota do anno pa-¹⁹³çado, em que emviey a *Vossa Magestade* a-| rellação
dos Navios estrangeiros,| que entrarão¹⁹⁴ neste porto naquele| anno, não vieraõ outros athé¹⁹⁵ o
pre-|zente, de que dar conta a *Vossa Magestade*| cuja-Réal¹⁹⁶-Pessoa guarde Devs muitos|
annos. Bahya de Agosto 18 de 1726. | Sebastiam da Rocha Pita

¹⁹² Há dois carimbos. Um acima do texto em formato redondo é do ARQUIVO DE MARINHA E ULTRAMAR-B.N.L. e o outro, em formato oval em tamanho menor é do ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO.

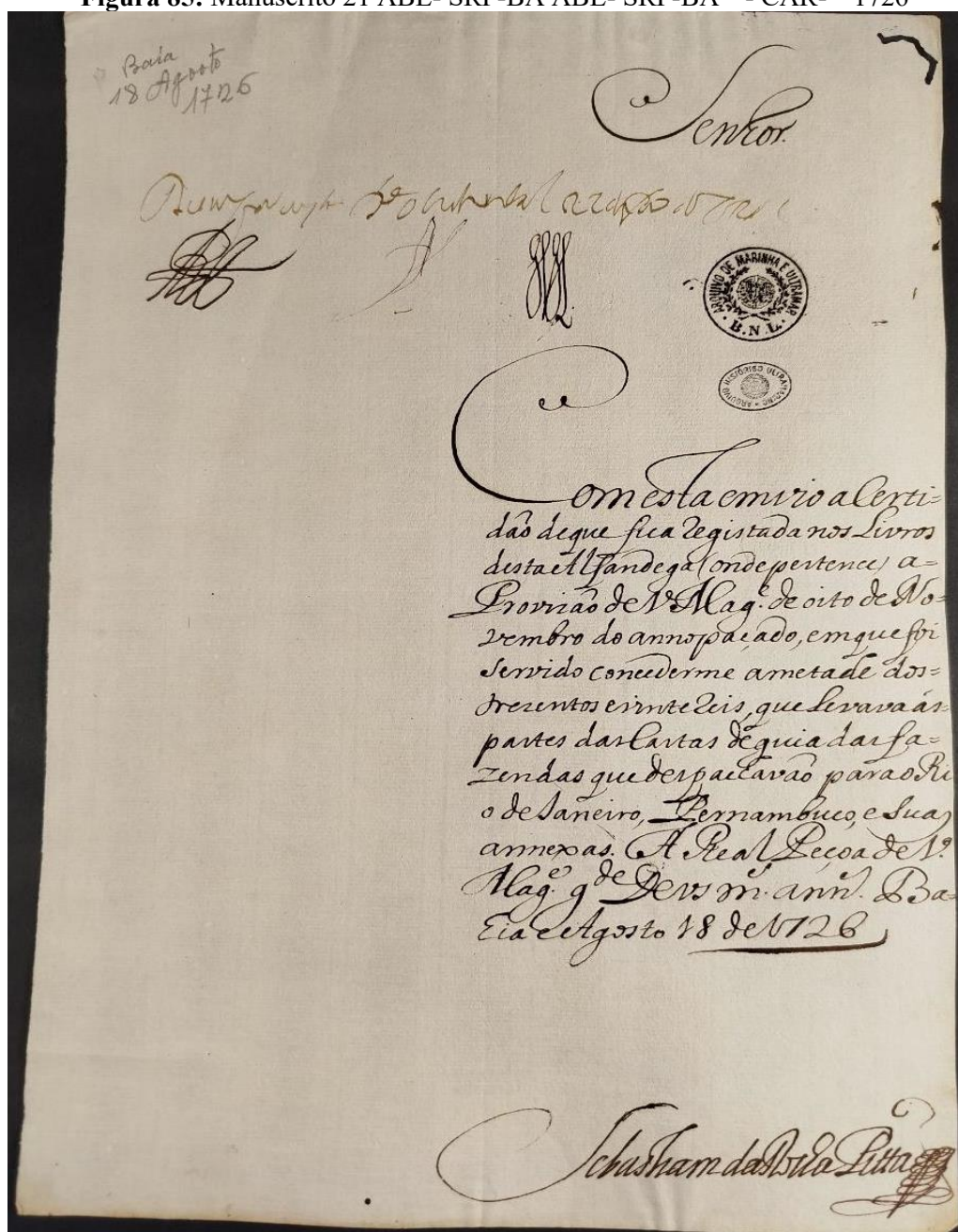
¹⁹³ Nas linhas 1, 2 e 5 ao lado da última letra da linha, há dois traços horizontais paralelos que se assemelham ao sinal “=”.

¹⁹⁴ Acima das letras “a” e “o” há um traço que se assemelha ao diacrítico “~” usado para indicar nasalização.

¹⁹⁵ Acima da letra “e” há um traço que se assemelha ao diacrítico “^”.

¹⁹⁶ Acima da letra “e” há um traço que se assemelha ao diacrítico “”.

Figura 85: Manuscrito 21 ABE- SRP-BA ABE- SRP-BA¹⁹⁷- CAR-¹⁹⁸1726¹⁹⁹



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

¹⁹⁷ Código de identificação da carta: AHU_ACL_CU_005, Cx. 28 Doc. 2525

¹⁹⁸ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link ou acessar diretamente o site do Projeto Resgate Barão do Rio Branco: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&Pesq=SEBASTI%c3%83O%20DA%20ROCHA%20PITA&pagfis=17793 Acesso em 15 de Outubro de 2025.

¹⁹⁹ Com campanha de escrita alinhada do lado direito do fólio trata-se de uma carta de Sebastião da Rocha Pita ao rei [D. João V] sobre as cartas de guias que despacharam para o Rio de Janeiro. Contém apenas 1 fólio e foi escrita e assinada por ele em 18 de Agosto de 1726.

[Fólio 1r.]

Senhor |²⁰⁰ Com esta envio a certi-²⁰¹ |ção²⁰² de que registada nos Livros | desta Alfandega (onde
pertence) a | provisão²⁰³ de Vossa Magestade de oito de No- | vembro do anno paçado²⁰⁴, em que
foi | servido conceder me a metade dos- | tresentos e vinte e seis que levava ás- | partes das cartas
da guia das Fa- | zendas que se desaparecerão para o Ri | o de Janeiro, Pernambuco, e suas |
anexo as. A Real Peça²⁰⁵ de Vossa | Magestade de Deus *muitos*. anno. Bahia | Agosto 1726 |
Sebastiam da Rocha Pita

²⁰⁰ Há acima do texto dois carimbos. em formato redondo é do ARQUIVO DE MARINHA E ULTRAMAR-
B.N.L. e o outro, em formato oval em tamanho menor é do ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO.

²⁰¹ Nas linhas 1, 3, 4, 6, 7, 8 e 12 ao lado da última letra da linha, há dois traços horizontais paralelos que se
assemelham ao sinal “=”.

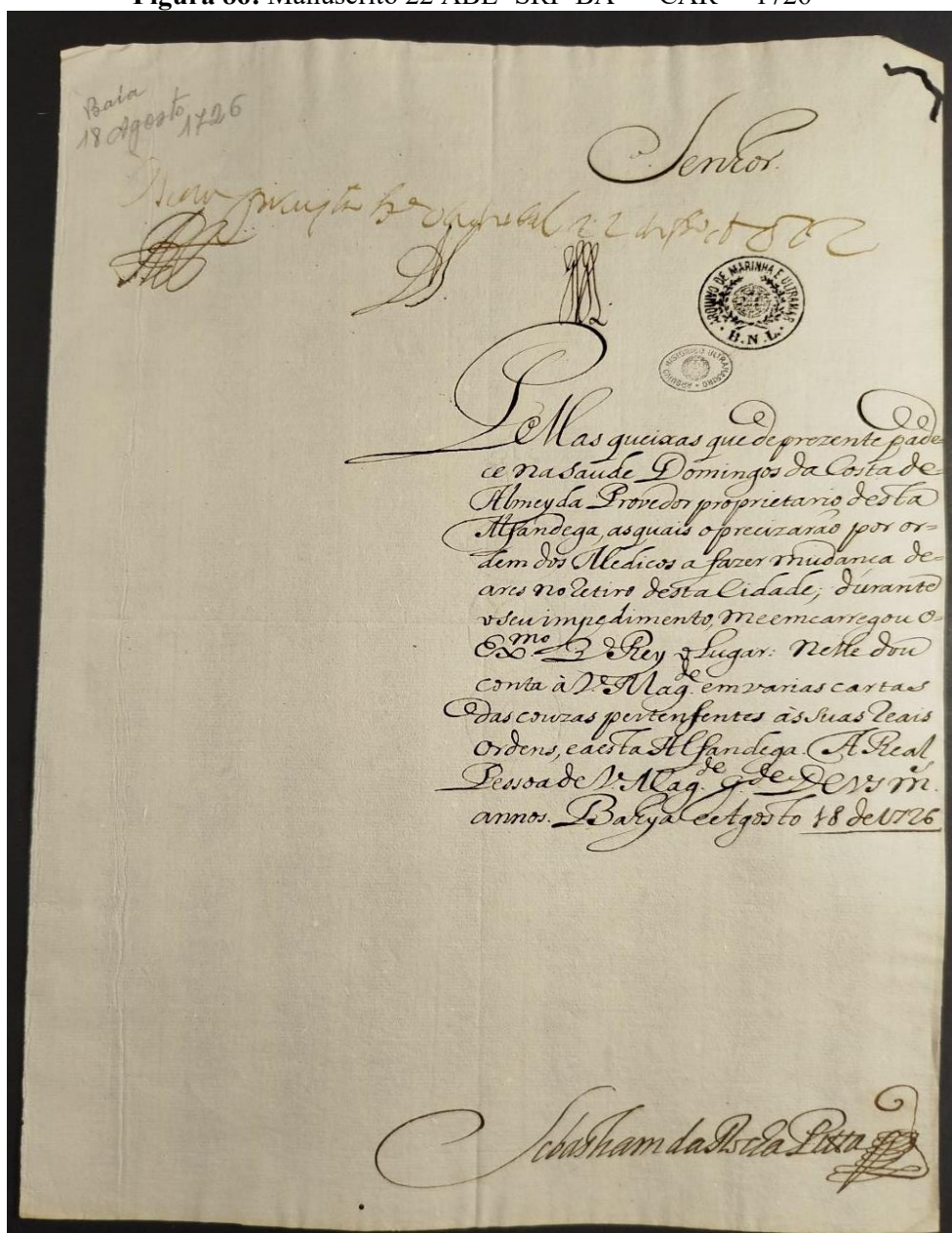
²⁰² Há um traço sobre o ditongo “ao” que se assemelha ao diacrítico “~” que indica nasalização.

²⁰³ Há um traço sobre o ditongo “ao” que se assemelha ao diacrítico “~” que indica nasalização.

²⁰⁴ Há o diacrítico “,” no “c” que indica som de “s”.

²⁰⁵ Há o diacrítico “,” no “c” que indica som de “s”.

Figura 86: Manuscrito 22 ABE- SRP-BA²⁰⁶- CAR-²⁰⁷1726²⁰⁸



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

²⁰⁶ Código de identificação da carta: AHU_ACL_CU_005, Cx. 28 Doc. 2526

²⁰⁷ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link ou acessar diretamente o site do Projeto Resgate Barão do Rio Branco em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&Pesq=SEBASTI%c3%83O%20DA%20ROCHA%20PITA&pagfis=17795 Acesso em 25 de outubro de 2025.

²⁰⁸ Carta do provedor mor da Bahia, Sebastião da Rocha Pita ao rei D. João V sobre ter assumido o posto de provedor-mor da alfândega da Bahia em lugar de Domingos da Costa de Almeyda. Foi escrita e assinada por ele em 18 de Agosto de 1726, e, contém apenas um fôlio.

[Fólio, 1,]

Senhor |²⁰⁹ Pellas queixas que-de prezente pade|ce na saude Domingos da Costa de| Almeyda
 Provedor proprietario desta| Alfandega, as quais o precizaraõ²¹⁰ por or-²¹¹|dem dos Medicos a
 fazer mudança de-| ares no retiro desta Cidade; durante | u seu impedimento,- me emcarregou
 o-| *Excelentissimo Vice Rey* o lugar: nelle dou²¹²| conta à *Vossa Magestade* em- varias cartas|
 das couzas pertencentes às suas Reais| ordens, e a esta Alfandega. A Real| Pessoa de Vossa
 Magestade [int] devo muitos | annos. Bahya e Agosto 18 de 1726| Sebastiam da Rocha Pitta

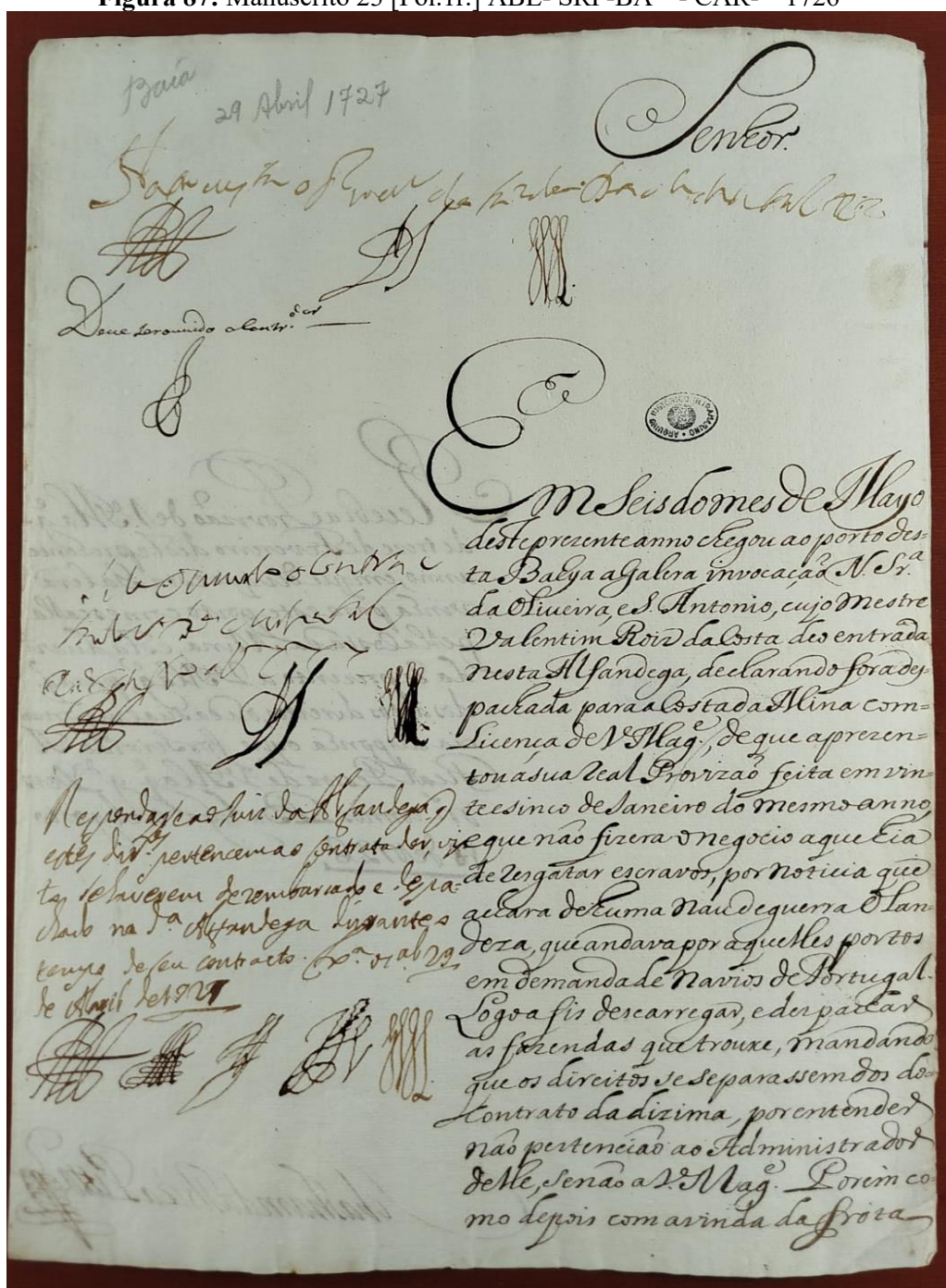
²⁰⁹ Há dois carimbos acima do texto. O primeiro tem formato redondo e é do ARQUIVO DE MARINHA E ULTRAMAR-B.N.L. e o segundo é oval e do ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO.

²¹⁰ Há um traço que se assemelha ao diacrítico “~” acima do ditongo “ao”.

²¹¹ Nas linhas 2, 4, 5 e 7 ao lado da última letra da linha, há dois traços horizontais paralelos que se assemelham ao sinal “=”.

²¹² Há um traço acima do vocábulo que inferimos não ser um diacrítico.

Figura 87: Manuscrito 23 [Fol.1r.] ABE- SRP-BA²¹³- CAR-²¹⁴1726²¹⁵



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Foto: Salvador/UFGM.

²¹³ Código de identificação da carta: AHU_ACL_CU_005, Cx. 28 Doc. 2527

²¹⁴ Para uma melhor visualização deste manuscrito acessar o arquivo em formato PDF na pasta organizada pela autora disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1Ojpi1SEobTnEHwMRgD0JiQkagvSrs85i?usp=drive_link u acessar diretamente o site do Projeto Resgate Barão do Rio Branco em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&Pesq=SEBASTI%c3%83O%20DA%20ROCHA%20PITA&pagfis=17797 Acesso em 25 de outubro de 2025.

²¹⁵ Escrita, enviada e assinada em 18 de Agosto de 1726. É uma carta de Sebastião da Rocha Pita ao rei D. João V sobre o desvio na rota da galera por invocação Nossa Senhora de Oliveira e Santo Antônio de que é mestre Valentim Rodrigues da Costa que se dirigia para a Costa da Mina.

Figura 88: Manuscrito 23 [Fol. 1v.] ABE- SRP-BA-CAR-1726

Recebia e Província de V. Mag.
 de treze de Fevereiro deste presente
 anno, em que diz que esta Galera
 vinha para este porto com escalla
 pela Costa da Mina, e está duvi-
 da de pruzento a V. Mag., para q.
 dos ditos direitos, ou da sua importan-
 cia disponha o que for servido. A-
 Recat Pessoa de V. Mag. q.^{da} V. M.
 vii. annos. Bahia. e. 28 de agosto
18 de 1726.

Na Hamda de V. M.

[Fólio, 1, r.]

Senhor |²¹⁶ Em seis do mes de Mayo| deste presente anno chegou ao porto des-²¹⁷|ta Bahya a Galera invocação Nossa Senhora| da Oliveira, e Santo Antonio, cujo mestre| Valentim-Rodriguiz da Costa deo entrada| Nesta- Alfandega, declarando fora des-| pachada para a Costa da Mina com=| Licença de Vossa Magestade; de que aprezen-|tou a-sua- Real- Provizaõ²¹⁸ feita em vin-|te e sinco de Janeiro do mesmo anno| e que não fizeraõ negocio aquehia| de resgatar escravos, por noticia que-| achara de huma nau de guerra e Olad-|deza, que andava por aquelles portos| em demanda de Navios de Portugal.| Logo- a- fis descarregar, e despachar| as fazendas que trouxe, mandando| que os direiro se separassem-dos do-| contrato da dizima, por entender| não pertenciaõ ao Administrador| delle, senão a Vossa Magestade. Porém co|mo depois com a vinda da frota.||[Fol. 1v.] Recebi a Provizaõ²¹⁹ de Vossa Magestade| de treze de Fevereiro deste presente| anno, em que diz que esta Galera| vinha para este porto com escalla| pella Costa da Mina; esta duvi-|da reprezento²²⁰ a Vossa Magestade; para que| dos ditos²²¹ direitos, ou da sua emportan|cia disponha o que for servido. A=| Real Pessoa de Vossa Magestade guarde Devs| muitos annos. Bahya e Agosto| 18 de 1726.²²² | Sebastiam da Rocha Pitta

²¹⁶ Há um carimbo acima do texto do ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO.

²¹⁷ Nas linhas 2, 6, 7, 8, 9, 13 ao lado da última letra há dois traços horizontais paralelos que se assemelham ao sinal “=”.

²¹⁸ Acima do ditongo “ao” há um traço que se assemelha ao diacrítico “~”.

²¹⁹ Há um traço acima do ditongo “ao” que inferimos ser o diacrítico “~”

²²⁰ Há um traço diagonal que se inicia da linha 6 até a linha 10 do Fólio 1v. mas este aspecto não interfere na leitura.

²²¹ Há mancha.

²²² Há outro carimbo do ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou realizar um estudo sócio-histórico, a partir da edição semidiplomática e análise filológico-paleográfica de cartas produzidas por membros da Academia Brasileira dos Esquecidos e da Academia Brasileira dos Renascidos, atendendo aos parâmetros investigativos das agendas de pesquisa do PHPB. Esses manuscritos foram tomados como testemunhos relevantes da cultura escrita e da história social do PB da segunda metade do século XVIII.

Ao longo do trabalho, procurou-se demonstrar que o estudo de documentos setecentistas pode ultrapassar o interesse estritamente linguístico. Isto porque tais fontes preservam vestígios das práticas letradas, das relações institucionais e das dinâmicas socioculturais que marcaram o contexto colonial brasileiro.

Nesse sentido, compreender as dinâmicas presentes nas cartas, configura caráter interdisciplinar, pois correlaciona estudos filológicos e histórico-linguísticos, uma vez que a análise dos manuscritos precisou mobilizar contribuições da Linguística Histórica, da Filologia, da Paleografia, da História Social da Cultura Escrita e da História Cultural. Assim, as cartas dos acadêmicos brasílicos não se configuram apenas como objetos linguísticos, mas como vestígios materiais e históricos capazes de revelar práticas de escrita, relações sociais, circulação de saberes e modos de representação no Brasil colonial setecentista.

O *corpus* analisado, embora tenha sido produzido em tempo em que a escrita ainda não se encontrava plenamente uniformizada, revela um português setecentista marcado pela convivência entre permanências da tradição escrita portuguesa e traços de usos linguísticos já difundidos na América portuguesa. As cartas evidenciam práticas gráficas relativamente recorrentes na documentação colonial da segunda metade do século XVIII.

Além do caráter interacional das cartas, a análise possibilitou acessar aspectos sociobiográficos de cada *scriptor*, tendo em vista o resgate da memória sociocultural, garantindo “aproximações” que são fundamentais para compreender o processo de produção textual e outros aspectos históricos relevantes, sobretudo para o estudo do percurso de formação do português culto no/do Brasil.

Entretanto, é necessário reconhecer que os textos analisados não podem ser compreendidos como representação absoluta do português culto brasileiro setecentista, tampouco como reflexo homogêneo da língua em uso no Brasil colonial. Por terem sido produzidas por indivíduos vinculados às elites letradas e a práticas administrativas e acadêmicas específicas, as cartas refletem, sobretudo, uma modalidade de escrita institucionalizada e

socialmente prestigiada. Ainda assim, justamente por serem produzidos por homens inseridos em circuitos de letramento e cultura escrita, esses documentos constituem importantes testemunhos do português culto em circulação no período, sobretudo no âmbito das práticas formais de escrita desenvolvidas na América portuguesa.

Nesse sentido, o *corpus* acrescenta novos dados às investigações sobre o século XVIII ao reunir documentos relacionados às Academias Brásílicas dos Esquecidos e dos Renascidos, instituições ainda pouco exploradas sob a perspectiva da Linguística Histórica e da Filologia. Além de ampliar o conjunto de fontes disponíveis para o estudo do português brasileiro setecentista, este trabalho é significativo para o fortalecimento de investigações voltadas às elites intelectuais coloniais, às práticas letradas e à circulação da escrita no Brasil. Esta dissertação também evidencia a relevância das academias brásílicas como espaços de produção, conservação e difusão do conhecimento escrito no contexto colonial.

A edição e a transcrição das cartas apresentaram desafios singulares, sobretudo em razão das especificidades dos manuscritos. A presença de abreviaturas eruditas ou latinizadas, marcas d'água, e até mesmo a habilidade escriturária dos *scriptores* exigiu um cuidadoso trabalho de leitura, interpretação e estabelecimento textual. Além disso, tornou-se necessário considerar que os aspectos intrínsecos e extrínsecos dos documentos frequentemente se imbricam, impossibilitando separações rígidas entre materialidade, escrita e contexto histórico. Nesse processo, o diálogo entre Filologia, Paleografia e Linguística Histórica mostrou-se fundamental para a constituição e interpretação do *corpus*.

A análise paleográfica e codicológica permitiu identificar padrões recorrentes na morfologia da escrita dos *scriptores*, bem como variações significativas entre os elementos do suporte dos documentos. Observou-se, por exemplo, a predominância de uma escrita com características compatíveis com mãos hábeis e escolarizadas. Todavia, a comparação entre assinaturas e trechos do corpo textual, possibilitou uma descrição mais detalhada da escrita e serviu como instrumento para a investigação de autoria de cada manuscrito.

Os resultados obtidos também oferecem importantes contribuições ao Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), especialmente no que se refere à ampliação de *corpora* históricos provenientes da Bahia setecentista e ao fortalecimento de pesquisas voltadas à história social do PB. Ao disponibilizar documentos editados e contextualizados, a pesquisa realizada contribui para futuras investigações linguísticas, filológicas, paleográficas e historiográficas, além de colaborar para o controle sócio-histórico das fontes documentais.

Por fim, esta dissertação oferece aos estudiosos da língua e da história do PB uma edição confiável de 23 cartas produzidas por mãos hábeis, disponibilizadas no banco de dados do

PHPB, em parceria com o CE-DOHS e o NELP/UEFS. Destarte, contribui para o estudo das sincronias históricas do português no Brasil e reforça a relevância do exame de fontes manuscritas para a compreensão do Brasil setecentista. Pesquisadores de outras áreas poderão utilizar essas edições para acessar informações econômicas, socioculturais, paleográficas e filológicas, ampliando a compreensão do passado. Trabalhos futuros, já em desenvolvimento, pretendem expandir a análise efetuada, integrando novas cartas e manuscritos, consolidando, assim, a história da escrita e a compreensão das práticas culturais e linguísticas no Brasil colonial.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, S. S. de F. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba**: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro. 2014. 342 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Tratamento dos Corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e lingüísticos. In: LOPES, Célia Regina dos Santos (Org.). **A norma brasileira em construção**: fatos lingüísticos em cartas pessoais do século XIX. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999. p. 25-44.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. **Para uma história do português colonial**: aspectos lingüísticos em cartas do comércio. 1999. 484 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- BARREIROS, Patrício Nunes. Por uma abordagem da História Cultural das práticas de escrita na edição de textos. **ALEA**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 389-414, maio-ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1517-106X/2017192389414>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. 7 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00295770>. Acesso em 18 jul. 2024.
- BORGES, Eduardo José Santos. **As Academias Literárias e as Possibilidades de produção do conhecimento autônomo em território colonial (Bahia, século XVIII)**. *Seculum – Revista de História*, João Pessoa, n. 34, jan./jun. 2016, p. 105-121.
- BORGES, Eduardo José Santos. O Doutor José Pires de Carvalho e Albuquerque: um consumado modelo de trajetória social ascendente no contexto do Antigo Regime na Bahia colonial. **Revista Portuguesa de História** – t. LIII (2022) – p. 189-209 – ISSN: 0870.4147 Disponível em: https://doi.org/10.14195/0870-4147_53_9. Acesso em: 30 mai. 2025.
- BRITO, Rosana Carvalho. **Pelas mãos de Comissários do Santo Ofício na Bahia setecentista**: edição semidiplomática e estudo do artigo definido diante de pronome possessivo pré-nominal. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.
- BROWN, R.; GILMAN, A. **The pronouns of power and solidarity**. In: SEBEOK, T. A (eds.). *Style in Language*. Cambridge: Massachusetts, The MIT Press, 1960.
- CALMON, Pedro. **História da literatura baiana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CARNEIRO, Bruna Trindade Gomes. **Um códice em língua geral**: edição, estudo paleográfico e sócio-história da Amazônia (1750-1758). 2024. 2 v., 845 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2024.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. **Cartas Brasileiras (1809-1904):** um estudo linguístico-filológico. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. **Documentos manuscritos avulsos da Capitania da Bahia:** séculos XVII e XVIII. Feira de Santana: UEFS Editora, 2009.

CARNEIRO, Zenaide; CARDOSO, Lara; LACERDA, Mariana. **Para um estudo da formação do português brasileiro:** descrição, representatividade e potencialidades do *corpus* colonial do CE-DOHS. Labor Histórico, Rio de Janeiro, v. 7, n. especial, p. 330-355, 2021.

CARNEIRO, Z. O. N.; LACERDA, M. F. O.; LOSE, A. D. (Coordenação Geral). **Série Documentos para a História Linguística do Brasil Colônia.** Feira de Santana: UEFS Editora (No prelo).

CASTELLO, José Aderaldo (Org.). **O movimento academicista no Brasil: 1641-1820/22.** São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969-1971. v. 1, 5 t.

CASTELLO, José Aderaldo (Org.). **O movimento academicista no Brasil: 1641-1820/22.** São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1974. v. 3, t. 1.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Informe sobre o Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB). **Linguística**, [S.L.], v. 39, n. 2, p. 147-159, dez. 2023. Disponível em: <<http://www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v39n2/2079-312X-ling-39-02-00147>>.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 5, janeiro/junho, p. 94-124, 2003.

CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Revista USP**, v. 24, n. 69, 2010. Disponível em: <http://revistas.usp.br/eav/article/view/10510/12252>. Acesso em: 5 mar. 2025.

CASTILHO, A. T. Historiando a Língua Portuguesa no Novo Mundo. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v.52, n.1, p.57–73. Disponível em: <https://doi.org/10.21165/el.v52i1.3688>. Acesso em: 27 jun. 2026.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Produção científica do Projeto Para a História do Português Brasileiro, de 1988 a fevereiro de 2019. Bancos de dados do CEDOCH.** São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://cedoch.fflch.usp.br/producao-cientifica-do-projeto-para-historia-do-portugues-brasileiro>. Acesso em: 13 fev. 2025.

CASTRO, Ivo. Formação da língua portuguesa. In.: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva *et alii*. **Gramática do Português.** Coimbra: F. Calouste Gulbenkian, 2013, p. 7-14.

COELHO, Ana Luíza F. O paradigma indiciário como metodologia para estudos historiográficos. In: FÓRUM ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO, GESTÃO, 8., 2014, Montes Claros, MG. **Anais eletrônicos [...]**. Monte Claros, MG: Unimontes, 2014. Disponível em: http://www.fepeg2014.unimontes.br/sites/default/files/resumos/arquivo_

pdf_anais/o_paradigma_indiciario_como_metodologia_para_estudos_historiograficos. pdf.
Acesso em: 15 abr. 2026.

COUTINHO, Ana Sofia de Almeida. **Imagens cartográficas de Portugal na primeira metade do século XVIII**. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Porto, Porto, 2007.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. **Enciclopédia de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v. ISBN 8526007238.

CORPUS CE-DOHS. **Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão** (FAPESB 5566/2010 – Consepe UEFS 202/2010). Coordenado por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda (UEFS).

DIAS, Fabiana. Da gênese do campo historiográfico: erudição e pragmatismo nas associações literárias dos séculos XVIII e XIX. **Revista de Teoria da História**. ano 2, n. 4, 2010.

ESPADA LIMA, Henrique. Micro-História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 207-223.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. **Estudo paleográfico e edição semidiplomática de manuscritos do Conselho Ultramarino (1705-1719)**. 2006. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola, 2006.

GALVES, Charlotte; KATO, Mary; ROBERTS, Ian. 2019. **Português brasileiro**. Uma segunda viagem diacrônica. Campinas. Editora da Unicamp. 357p. ISBN 978-85-268-1485-1.

GONÇALVES, Marina Furtado. **Fazer e usar papel: caracterização material da documentação avulsa da Coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro (1750-1800)**. 2021. Tese (Doutorado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/36332>. Acesso em: 9 set. 2025.

GOMES, V. S.; ZAVAM, A. S.; JUNGBLUTH, K. Tradição discursiva e historicidade da língua e do texto. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 562–567, 2020. DOI:10.25189/abralin.v19i3.1779. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1779>. Acesso em: 16 dez. 2025

GONÇALVES, E. C. B. Tradição Discursiva, Filologia e *Corpus* Histórico-Diacrônico: análise de Requerimentos do século XVIII. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 582–598, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i3.1772. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1772>. Acesso em: 16 dez. 2025.

HOUAISS, Antônio. **O português no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.

KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (org.). **Para a história do português brasileiro**. v.VI: novos dados, novas análises. Tomo II. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 505-527.

KRAUSE, Thiago. Uma elite local e o Atlântico: a câmara de Salvador e o comércio marítimo (1630-1730). In: MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer et al. **Ramificações ultramarinas: sociedades comerciais no âmbito do Atlântico luso - século XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017. p. 131-149.

KRAUSE, Thiago. Crise ou prosperidade? A Bahia no século XVIII. In: REIS, Adriana Dantas; ADAN, Caio Figueiredo Fernandes (Org.). **Estudos em história colonial: a Baía de Todos os Santos e outros espaços luso-americanos**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2018. p. 71-97.

LACERDA, M. F. O.; LOSE, A. D.; CARNEIRO, Z. O. N. O português no Brasil colonial: reflexões sobre edições de manuscritos históricos brasileiros. **Working Papers em Linguística** (on-line). Edição Especial História do Português Brasileiro: Uma homenagem ao professor Ataliba de Castilho. Disponível em: <http://doi.org/10.5007/1984-8420.2025.e100380>. Acesso em: 7 jan. 2026.

LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; SANTIAGO, Huda da Silva. *Corpus* eletrônico de documentos históricos do sertão: as cartas de inábeis. **A Cor das Letras**, Feira de Santana. v.17, p.127-143, 2016. DOI: <https://doi.org/10.13102/cl.v17i1.1463> . Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1463> . Acesso em: 29 abr. 2026.

LARA, Silvia Hunold; FACHIN, Phablo Roberto Marchis, (org.). **Guerra contra Palmares: o manuscrito de 1678**. 1. ed. São Paulo: Chão Editora, 2021.

LEITE, Bruno Martins Boto. “Espíritos de prodigioso valor”: a importância da ciência nos projetos intelectuais da Academia Brasileira dos Esquecidos – Bahia, 1724. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 154-170, jul |dez 2020. Disponível em: <https://www.sbhcc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=2884> Acesso em: 7 jan. 2026.

LOBO, Tânia. Variantes nacionais do português: sobre a questão da definição do português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, Lisboa, v. 12, 1994, p. 9-15.

LOBO, Tânia Conceição Freire. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão Fernandes; SOLEDADE, Juliana (Org.). **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias**. Salvador: EDUFBA. 2009.

LOPES, Célia Regina dos Santos (Org.). **A norma brasileira em construção: fatos lingüísticos em cartas pessoais do século XIX**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

LOSE, Alicia Duhá; PAIXÃO, Dom Gregório; OLIVEIRA, Anna Paula Sandes de; SANCHES, Gércica Alves. **Dietário do Mosteiro de São Bento da Bahia: edição diplomática**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LOSE, Alicia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Para uma filologia na pesquisa em linguística histórica. **Revista Letras**, n. 60, p. 17-36, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/download/61397/pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

LOSE, A. D. L.; SACRAMENTO, A. **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória e Arte, 2018.

LOSE, Alicia Duhá. Edições de documentos históricos: a quem interessam? a quem se destinam? **Revista da ABRALIN**, v.16, n.2, p. 71-86, jan./abr. 2017.

LOSE, Alicia Duhá. Paleografia e edição de documentos históricos: a edição dos documentos da construção da Basílica de N. Sra. da Conceição da Praia. In: LOSE, Alicia Duhá; SOUZA, Sacramento A. (Org). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte; Edufba, 2018. p. 24-37.

LOSE, A. D. **Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação Paleográfica do Memória e Arte (CEPEDOP)**. Disponível em: <https://www.memoriaarte.com.br/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

LOSE, Alicia Duhá; SANTOS, Libania da Silva. **Uma análise diplomático-paleográfica no Brasil Setecentista**: quem escreveu os pasquins sediciosos da Conjuração Baiana. *Labor Histórico*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 146-184, set./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/41551>. Acesso em: 17 jan. 2026.

LOSE, A. D.; SOUZA, Sacramento A. de. Para uma filologia na pesquisa em linguística histórica. *Letras*. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Santa Maria**, Santa Maria, n. 60, 2022, p. 11-31. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2176148542058>. Acesso em: 3 abr. 2025.

LUCCHESI, D. A Periodização da história sociolingüística do Brasil. **Revista D.E.L.T.A.**, v. 33, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/NGxLPBSqNXYNghFtwqrrwgh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 mai 2024.

LUCCHESI, D. A. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (orgs.). **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 249-274.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolingüística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, T. et al. (orgs.). **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: Edufba, 2012.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. **Língua e história**: o 2º marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Ítaca, 2010.

MARQUILHAS, R.; HENDRICKX, I. Avanços nas humanidades digitais. In: MARTINS, A. M.; CARRILHO, E. **Manual de Linguística Portuguesa**. MRL Series. De Gruyter, 2016. p. 1-26.

MARQUILHAS, R. **A Faculdade das Letras. Leitura e escrita em Portugal no século XVII**. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MATTOS E SILVA, R. V. **Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS E SILVA, R. V.; SOUZA, E. H. P. M. A escolarização relacionada à demografia na Província da Bahia no século XIX. In: XIV Congresso Internacional da ALFAL, Monterrey. **Memorias**. Monterrey: ALFAL, v. 1, 2005. p. 264-277.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Português brasileiro: raízes e trajetórias (para a construção de uma história). **Discursos**, v. 3, p. 75-92, 1993.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Para a história do português brasileiro: primeiros estudos**. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP:FAPESP, v.2, t. 2, 2001, p. 275-302.

MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. **Guia de fontes primárias sobre Acadêmicos Esquecidos e Renascidos (1724/1759)**. Coimbra, Portugal: Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2010.

MORENO, André Luiz Alves. **Escrita (in)surgente: Distribuição Social da Escrita nos Movimentos Sediciosos do Brasil de Finais do Período Colonial**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MORTATI, Maria. Dos Esquecidos, Renascidos, Felizes, Seletos: Academias literárias no Brasil Colônia. **Literatura e Educação**, 2023. Disponível em: <https://www.mariamortatti.com.br/2023/07/dos-esquecidos-renascidos-felizes.html>. Acesso em 22 jun. 2025.

MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII**. Coimbra: Minerva, 2003.

MUSSA, Alberto Baeta Neves. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. 1991. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

MUZZERELLE, Denis. **Vocabulaire codicologique: répertoire méthodique des termes français relatifs aux manuscrits avec leurs équivalents en anglais, italien, espagnol**, 2003.

OLIVEIRA, Cintia Gonçalves Gomes. **As ações de Sebastião da Rocha Pita no Senado da Câmara da cidade de Salvador (1687-1727)**/ Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

PASCHOAL, I. A. N. **Documentos dos Terços de Homens Pretos e Pardos (1650-1793): edição semidiplomática e estudo do complemento verbal lhe**. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – UEFS, Feira de Santana, 2024.

PAIVA, Yamê. 2015. **A demografia da Paraíba**. Uma análise preliminar, 1774–1820. Anais de História de Além-Mar XVI: 205-226. Disponível em: <https://doi.org/10.57759/aham2015.36680>. Acesso em 22 mai. 2025.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. **Linguística Histórica**. In: PFEIFFER, C.; NUNES, J. H. (orgs.). **Introdução às Ciências da Linguagem: Língua, Sociedade e Conhecimento**. Campinas: Pontes, 2006.

PEDROSA, Fabio Mendonça. **Sol oriens in occiduo – contribuições para o estudo da Academia Brasílica dos Esquecidos**. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

PEDROSA, Fabio Mendonça. **A Academia Brasílica dos Esquecidos e a história natural da Nova Lusitânia**. REVISTA DA SBHC I Nº I/2003 I pp. 21-28. Disponível em: <https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=168>. Acesso em 26 out. 2024.

PESSOTI, Bruno Casseb. **Ajuntar manuscritos, e convocar escritores: o discurso histórico institucional no Setecentos luso-brasileiro**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

PETRUCCHI, Armando. **La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

PINTO, Nilton de Paiva. **Academia Brasílica dos Esquecidos: história e literatura**. Eixo Roda, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 73-91, 2022. eISSN: 2358-9787 | DOI: 10.17851/2358-9787.31.2.73-91. Acesso em 26 out. 2024.

RIBEIRO, Ilza. **Quais as faces do português culto brasileiro**. In: ALKMIM, Tânia (Org.). Para a história do português brasileiro. Vol. III: novos estudos. São Paulo: Humanitas, 2002. p.59-382.

RIBEIRO, André Luis Rosa. **Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)** / André Rosa. - Ilhéus : Editus, 2001.

ROBERTS, Ian; KATO, Mary Aizawa (Orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

SANTOS, Elane Santos e. **Entre linhas e testemunhos: edição semidiplomática de manuscritos de comissários baianos do Santo Ofício e estudo descritivo de argumentos dativos**, 2024, Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

SANTIAGO, Huda da Silva. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – UEFS, Feira de Santana, 2012.

SANTIAGO, Huda da Silva. **A escrita por mãos inábeis: uma proposta de caracterização**. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29323>. Acesso em: 5 set. 2025.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Tradução de Laura Teixeira Motta.

SILVA, A. J. **O sertão por escrito no Livro de Razão: um microcosmo sócio-histórico e linguístico da Bahia rural oitocentista**. 2021. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

SILVA, G. S.; SOUZA, R. A. Fronteiras coloniais e dinâmicas de poder no século XVIII: os impactos do Tratado de Utrecht na América Portuguesa. **Revista Brasileira de História**, v. 43, n. 92, p. 115-138, 2023.

SOBRAL, M. G. T. **Abreviaturas: uso e função nos manuscritos**. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/28200> >. Acesso em maio. 2026.

TARALLO, Fernando. **Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, p.208, 1990.

TELLES, C. M.; LOSE, A. D. **Qual edição e o que editar**. A Cor das Letras, v. 18, n. 2, p. 271-293, 2017.

TUY BATISTA, Priscila Starline Estrela; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Análise codicológica e paleográfica de cartas pessoais novecentistas. **A Cor das Letras**, v. 22, n. 1, p. 427-451, 2021.

VILHENA, Luís Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969.